



**Universidade Federal  
do Espírito Santo**

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS – DEPARTAMENTO  
DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**GUERREIRO RAMOS, A LUTA CONTRA O RACISMO E A  
DESCOLONIZAÇÃO DA BRASILIDADE**

**LINHA 01: ESTUDOS EM TEORIAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS**

**ORIENTADOR PROF. DR. SANDRO JOSÉ DA SILVA**

**EDSON BOMFIM DOS SANTOS**

**VITÓRIA  
2021**

# **GUERRREIRO RAMOS, A LUTA CONTRA O RACISMO E A DESCOLONIZAÇÃO DA BRASILIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

ORIENTADOR PROF. DR. SANDRO JOSÉ DA SILVA

**VITÓRIA  
2021**

EDSON BOMFIM DOS SANTOS

# **GUERREIRO RAMOS, A LUTA CONTRA O RACISMO E A DESCOLONIZAÇÃO DA BRASILIDADE**

## **COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Sandro José da Silva  
PPGCS - Universidade Federal do Espírito Santo  
Orientador e Presidente da Comissão Examinadora

---

Prof. Dr. Gustavo Henrique Araújo Forde  
DECIDH/PROAECI - Universidade Federal do Espírito Santo  
Examinador Externo Titular

---

Prof. Dr. Sérgio Pereira dos Santos  
PPGE - Universidade Federal do Mato Grosso  
Examinador Externo Titular

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Adélia Maria Miglievich Ribeiro (Suplente)  
PGCS - Universidade Federal do Espírito Santo  
Examinadora Interna

“Sou negro, identifico como meu o corpo em que o meu eu está inserido, atribuo à sua cor a suscetibilidade de ser valorizada esteticamente e considero a minha condição étnica como um dos suportes do meu orgulho pessoal – eis toda uma propedêutica sociológica, todo um ponto de partida para a elaboração de uma hermenêutica da situação do negro no Brasil”.  
Guerreiro Ramos, 1995 p. 199

## **DEDICATÓRIA**

Este trabalho como não poderia deixar de ser é dedicado inicialmente aos meus pais falecidos, Everalina Lopes Bomfim e Deoclides Souza dos Santos, irmão também falecido, Edmundo Bomfim dos Santos, o irmão presente, Edmilson Bomfim dos Santos, as minhas filhas, Naira Cristina, Edla Tatiane e Everalina Julia, ao meu filho Edson Jorge, minhas netas, Naomi, Louise, Yasmim, Gabrielle e Lavínia, e a todos os meus familiares.

Obviamente este é dedicado a todos e todas que direta ou indiretamente contribuíram para que aqui chegássemos e que fizeram parte destes quase 40 anos de militância negra.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao chegarmos nesta etapa e olharmos para o processo percorrido, vemos o quanto e a quantos precisamos agradecer e a constatação que as linhas que se seguem não é capaz de citar nominalmente todos e todas que nos impulsionaram nesta caminhada.

Assim sendo, e correndo o risco de cometer o erro da não citação, gostaria de início agradecer a CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a todo corpo docente do Departamento de Ciências Sociais na pós-graduação e a minha banca examinadora a qual foi fundamental em suas orientações para chegarmos até aqui.

Na pessoa do Dr. Sandro José da Silva, pelo qual vim a conhecer as Ciências Sociais e que quis o destino tronar-se meu orientador na segunda metade do processo de mestrado, a Dr<sup>a</sup> Adélia Maria Miglievich Ribeiro, minha orientadora na primeira fase deste processo e obviamente aos amigos e companheiros de militância que completaram esta banca, Dr. Gustavo Henrique Araújo Forde e Dr. Sergio Pereira dos Santos.

Aos colegas de graduação em Filosofia que sempre acreditaram que poderíamos ir mais longe. Aos colegas na pós-graduação das turmas de 2017 e 2018 quando participei na condição de Aluno Especial e a turma de 2019 que muito me orgulhou ser integrante. Não é possível esquecer os funcionários da SIP – Secretaria Integrada de Pós Graduação e os amigos da Cantina do Onofre, a todos e todas, meus sinceros agradecimentos.

Obviamente que cabe aqui a militância negra a qual tenho a felicidade de conviver, em especial aos camaradas do Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe, o qual temos dividido os últimos anos.

E por fim, a minha família adotiva capixaba, na qual em nome de Maura Cândida Bomfim, Camila Tobio e Grazielle Cardoso, estendo os meus agradecimentos.

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto demonstrar a estruturalidade do racismo no pensamento social brasileiro, a partir da análise sócio histórica de construção de nossa identidade nacional, da transformação político econômica e suas consequências para a população negra e mestiça brasileira, durante o período de maior convulsão social, que culminou com o processo de consolidação do racismo nacional. Fazemos um breve resgate sócio histórico que corrobora a nossa tese de estruturalidade do racismo e nos referenciamos nas obras de Alberto Guerreiro Ramos e no seu enfrentamento político e epistemológico ao racismo, a partir de um projeto de integração sócio econômico do elemento negro na sociedade brasileira. Ao escolher Guerreiro Ramos como referência a este debate, destacamos alguns aspectos que marcam significativamente a história acadêmica brasileira. Ressalto que esta escolha já se justificaria por sua condição de negro. Acrescentamos ao mesmo o olhar da nossa intelectualidade sobre a população negra (antropológica ou culturalmente) e as influências de conceitos e modelos societários transportados da Europa Ocidental e Estados Unidos, e, não menos importante o estágio em que se encontra o desenvolvimento da sociologia em nosso país. É a partir deste quadro conjuntural que constatamos a estruturalidade do racismo, o papel das lutas desenvolvidas pelas organizações negras, o papel do Estado na perpetuação do racismo, bem como, o papel que as translações conceituais, já denunciadas especificamente por Guerreiro Ramos na sua obra “A redução sociológica” têm sobre a manutenção e persistência do racismo na sociedade brasileira.

**Palavras-chaves:** Guerreiro Ramos, Brasilidade, Racismo

## **ABSTRACT**

This research aims to demonstrate the structurality of racism in the Brazilian social thought, based on the socio-historical analyses of the construction of our national identity, the political economic transformation and its consequences for the Brazilian black and mestizo population, during the period of greatest upheaval, which culminated in the process of consolidating national racism. We make a brief socio-historical review that corroborates our thesis of the structurality of racism and we refer to the works of Alberto Guerreiro Ramos and his political and epistemological confrontation with racism, based on a project of socio-economic integration of the black element in the Brazilian society. By choosing Guerreiro Ramos as a reference for this debate, we highlight some aspects that significantly mark the Brazilian academic history. We emphasize that this choice can be justified by his condition as a black person. We add to it the look of our intellectuality on the black population (either anthropologically or culturally) and the influences of societal concepts and models transported from Western Europe and the United States, and, last but not least, the stage in which the development of sociology is in within our country. It is from this conjunctural framework that we see the structurality of racism, the role of the struggles developed by black organizations, the role of the State in the perpetuation of racism, as well as the role conceptual translations, already denounced specifically by Guerreiro Ramos in his work "The sociological reduction" have on the maintenance and persistence of racism in the Brazilian society.

Keywords: Guerreiro Ramos, Brazilianness, Racism





### LISTAS DE SIGLAS

EUA	Estados Unidos da América
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
ONU	Organização das Nações Unidas
ELSP	Escola Livre de Sociologia de São Paulo
FNB	Frente Negra Brasileira
AIB	Ação Integralista Brasileira
PCB	Partido Comunista Brasileiro
FNFi	Faculdade Nacional de Filosofia
IBESP	Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
CC	Comitê Central
UDF	Universidade do Distrito Federal
DASP	Departamento de Administração do Serviço Público
MEC	Ministério da Educação e Cultura
USAID	United States Agency for International Development
DNCr	Departamento Nacional da Criança
UNESCO	Organização Das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
TEN	Teatro Experimental do Negro
UDN	União Democrática Nacional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BB	Banco do Brasil
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
PETROBRÁS	Petróleo Brasileiro S. A.
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
ESG	Escola Superior de Guerra
OTAN	Organização do Atlântico Norte
MSU	Michigan State University
UNE	União Nacional dos Estudantes
IPM	Inquérito Policial Militar
EMFA	Estado Maior das Forças Armadas
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
UHC	União dos Homens de Cor
PC	Partido Comunista
ORM-POLOP	Organização Revolucionária Marxista – Política Operária
EBAP	Escola Brasileira de Administração Pública
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GMC	Grupo Modernidade e Colonialidade

### LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Teste Popular do Nacionalismo	Pág. 146
----------	-------------------------------	----------

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>CAPÍTULO 1 – DESCONSTRUINDO MITOS .....</b>	<b>40</b>
1.1 As influências conjunturais externas e internas na reconformação do pensamento social brasileiro .....	54
1.2 Pensamento Social Brasileiro e a estruturalidade do racismo .....	59
1.3 Guerreiro Ramos, as Ciências Sociais e a consciência de negritude .....	65
1.4 Racialização como poder de dominação .....	76
<b>CAPÍTULO 2 – UMA CRUZADA GUERREIRA .....</b>	<b>89</b>
2.1 Uma vida militante .....	99
2.2 A participação de Guerreiro Ramos entre disputas ideológicas, o entreguismo, o nacional desenvolvimentismo e a ameaça à concessão imperialista e o conseqüente recrudescimento do racismo .....	124
2.3 Uma militância etnicorracial .....	130
2.4 Guerreiro Ramos e a militância político-partidária .....	142
<b>CAPÍTULO 3 – PROJETO DE BRANQUITUDE, A LUTA ANTIRRACISTA E A RESISTÊNCIA EPISTEMOLÓGICA .....</b>	<b>159</b>
3.1 Projeto de branquitude .....	160
3.2 A luta antirracista .....	182
3.3 Resistência epistemológica .....	198
<b>CAPÍTULO 4 – COLONIALIDADE MENTAL, REDUÇÃO SOCIOLÓGICA E NÃO BRASILIDADE .....</b>	<b>227</b>
4.1 Modernidade, ocidentalismo e colonialidade .....	232

4.2 Brasilidade e redução sociológica .....	248
4.3 Pós-colonialismo, colonialidade do poder e racismo .....	262
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>287</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>289</b>
ANEXO 1 – Declaração das Raças da UNESCO (18 de julho de 1950) .....	297
ANEXO 2 – Declaração sobre raças e os preconceitos raciais (27 de novembro de 1978) .....	303
ANEXO 3 – Guerreiro Ramos – Biografia Câmara Federal .....	312

## INTRODUÇÃO

"Ter identidade e caráter é, num certo sentido, ser intolerante"  
Guerreiro Ramos (1989, p.69).

### Meu ponto de partida

Ao adentrar o meio acadêmico sempre muito caro para nós, negros e negras, nos deparamos com uma realidade ainda mais dura do que a imposta pelo racismo brasileiro ao nosso cotidiano. Aqui expressa-se de forma a nos aniquilar enquanto seres humanos. A translação conceitual<sup>1</sup> e cultural permanece praticamente intacta desde os primórdios da nossa sociedade, nos empurrando assim para uma aculturação sistêmica, nos forçando a autoanulação em virtude da quase inexistência de um pensar a partir de nós mesmos, povo brasileiro. E o que é ainda pior, mesmo quando nos vemos enquanto povo, a ausência negra é invariavelmente gritante; quando muito se é visto como elemento objetificado.

Ingressei no meio universitário pelas mãos do Movimento Negro – do qual sou militante desde a década de 80 - onde tenho contribuído teoricamente com projetos, teses congressuais, artigos etc. Graças à militância e ao reconhecimento de muitos companheiros e companheiras, fui estimulado a concluir o ensino médio e entrar para a universidade, o que ocorreu em 2010. Vale destacar aqui o papel educador e revolucionário do Movimento Negro no interior da sociedade; conformando-se como uma instância educativa de produção do conhecimento de outras epistemologias, de resguardo de tradições e de resgates históricos da presença negra em nossa sociedade.

O engajamento, filiação ou apenas participação em geral nas organizações sociais negras, nos permite entender o sofrimento diante do processo de segregação secular ao qual é submetida à população negra. Na busca de parcerias para o enfrentamento a esse processo, percebemos que a realidade é escamoteada em nossa educação e negada com o processo de naturalização do racismo, o qual dificulta a formação de uma consciência crítica da nossa realidade social. Para este enfrentamento se faz necessário não apenas o engajamento orgânico nas organizações, mas também uma maior qualificação, acadêmica ou não.

---

<sup>1</sup> O termo é aqui utilizado de maneira metafórica, com o intuito de interpretar o movimento de transferência de conceitos, no caso específico, tratando-se de conceitos oriundos da Europa Ocidental, conceitos estes absorvidos e impostos à sociedade brasileira sem que se tenha em conta a sua realidade sócio histórica.

É importante lembrar aqui o que muitos de nós, militantes ou agentes da luta antirracista, ouvimos de nossos pares sobre a necessidade de buscarmos em qualquer situação, ser sempre o “melhor”, ou seja, que buscassémos sempre exercer qualquer função no interior da sociedade com “excelência”. Este “conselho”, nem sempre consciente de sua vinculação com o racismo em que vivemos, também buscava nos induzir para a meritocracia, que prevalece em nossa sociedade.

Obviamente que este critério não atende às nossas expectativas de melhoria de vida, visto que, as artimanhas do racismo não nos permitem determinado avanço e ademais a superação do racismo não é possível de forma individual. No entanto, foi a partir da orientação, estímulo e apoio do Movimento Negro, que compreendi a importância de uma qualificação acadêmica e o quanto, a partir desta, poderei contribuir ainda mais com este movimento social.

Na condição de estudante<sup>2</sup> universitário foi impossível ficar indiferente e não pensar a partir da nossa própria realidade, em especial sobre a nossa negritude. Ao ousar tentar um curso universitário, deparei-me com a primeira dificuldade: a escolha do curso, visto que na condição de militante entendia a necessidade de buscar a “verdade” o que me fez optar pelo curso de filosofia, desprezando de imediato a “afirmação” de Caetano Veloso, o qual, na música “Língua” declara “Se você tem uma ideia incrível é melhor fazer uma canção, está provado que só é possível filosofar em alemão”.

Os árduos anos da graduação me permitiram criar as bases para os enfrentamentos que viriam acontecer no meio acadêmico; e os primeiros sinais de resistência se construíram, contraditoriamente, neste espaço, a partir da apreensão de métodos e da ressignificação destes diante da nossa realidade brasileira e negra.

Importante destacar ainda que durante a pós-graduação envidamos esforços no desenvolvimento teórico, priorizando a conclusão de disciplinas, a elaboração de

---

<sup>2</sup> Poderá parecer insignificante em um primeiro momento, o fato de o meu ingresso no curso de filosofia, mesmo já existindo as cotas sociais, ter se dado sem a solicitação desta. À época buscava comprovar a “minha competência” e avaliar meu próprio conhecimento à revelia de um direito social que me cabia. O porquê de parecer irrelevante inicialmente e o porquê de uma militância negra na academia! Durante o curso, sendo um dos poucos negros em sala de aula, fui confrontado como cotista. A concepção era de que eu teria menos capacidade, seja por ser negro seja pela interpretação do meu interlocutor do significado das cotas.

artigos, onde a centralidade era sempre a denúncia, desconstrução do racismo e disseminação da resistência negra epistemológica, na busca não apenas de autoafirmação, mas, principalmente para pautar na academia a cumplicidade dela com o racismo existente, através do seu silenciamento.

Silenciamento e omissão diante da estruturalidade do racismo, sobre a qual teve e tem grande responsabilidade. Mesmo quando não defendeu, o racismo está no seu interior, pois não leva em conta o nosso processo sócio histórico e desresponsabiliza-se do seu enfrentamento, seja com a contínua translação conceitual (ignorando a nossa realidade e pluriétnicidade), seja por sua omissão nestes espaços (deixa para os/as representantes da comunidade negra a luta pela busca de tal superação).

Esta resistência de certa forma ainda inconsciente, visto a minha própria ignorância no mundo acadêmico, passa a tomar corpo ao ser apresentado a autores que indiretamente me impulsionavam a persistir neste campo, mostrando-me que a minha forma de pensar encontrava eco entre alguns pensadores ao qual fui apresentado. No entanto, os meus parcos limites e os próprios limites das nossas instituições, impõem o que o sociólogo peruano Aníbal Quijano (1928 – 2018) chamou de colonialidade do poder<sup>3</sup> e que aqui busco em uma análise autoral detalhada classificar como colonialidade mental, no que se refere à individualização do conceito de Quijano (2002).

Vale destacar que mesmo sendo um estudo que se personifica através deste trabalho, aqui está contido um acúmulo trazido nas experiências de lutas desenvolvidas no interior do Movimento Negro e que estas experiências aqui interagem com o pouco acúmulo acadêmico na busca de conformar uma nova realidade na compreensão do ser negro.

Importante ressaltar que buscamos neste estudo confrontar a realidade da comunidade negra brasileira trazida por Guerreiro Ramos, especialmente no seu recorte étnico e dentro da perspectiva da redução sociológica, com a contribuição

---

<sup>3</sup> A colonialidade do poder é uma interpretação crítica da influência eurocêntrica e estadunidense sobre os estados que compõem a América Latina, podendo ser estendida à África, como novo padrão do exercício de poder mundial, através do sistema capitalista. Leva em conta como elemento de dominação a “raça”, visto que nestes continentes são predominantes as populações originárias (indígenas) e negras.

advinda décadas posteriores do Grupo Modernidade/Colonialidade, aqui identificada a partir do conceito trazido por Quijano (2002), na caracterização da colonialidade do poder:

“As novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho”. Assim ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, formam estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se (QUIJANO, 2002, p; 230).

A concordância imediata com o referido conceito “redução sociológica” e a necessidade de buscar uma ampliação deste para o enfrentamento cotidiano na academia e na vida social é que nos trouxe até aqui<sup>4</sup>; mas, o que fazer?<sup>5</sup>

Tentamos responder a esta frase/pergunta que se tornou célebre a partir de Lenin, e que insistentemente nos martelava, juntamente com outra preocupação que é “como atender os meus anseios de militante negro no interior da academia, sem me perder ou mesmo sem me deixar envolver pela ansiedade militante diante da contrapartida no exercício do rigor científico”.

Neste mundo de dúvidas e questionamentos infinitos fui apresentado a dois pensadores brasileiros exemplares: Manoel Bomfim e Alberto Guerreiro Ramos. Ressalto, porém, que minha avaliação pessoal está compartilhada com inúmeros outros qualificados intelectuais.

A autoidentificação com os conceitos advindos da redução sociológica e colonialidade do poder me faz mergulhar na busca de uma maior compreensão sobre os mesmos e obviamente na implicação deles na naturalização do racismo e em sua estruturalidade na sociedade brasileira. Ressalto que em minha interpretação há pouca exploração destes conceitos, que não há uma amplitude dos mesmos no interior da academia e conseqüentemente na sociedade. Não são completamente ignorados, mas sua pouca visibilidade ou mesmo o seu estudo em pequenos nichos (núcleos de pesquisas), avaliamos que tem pouca praticidade, especificamente na sociedade brasileira.

---

<sup>4</sup> A frase se encontra destacada como forma de dar maior ênfase ao seu conteúdo e ressaltar a sua importância ao texto.

<sup>5</sup> Título do livro escrito por Wladimir Lenin publicado em 1902, onde discute questões sobre o processo revolucionário na Rússia.

Entendemos que a não ampliação do estudo destes conceitos em todos os sentidos, com prioridade no campo acadêmico, possibilitando enfrentar o paradigma da translação conceitual e cultural acrítica, reconhecer a nossa pluriétnica e diversidade cultural, demonstra que a nossa realidade se mantém presa à colonialidade do poder e mental.

A ansiedade nos leva a buscar, discutir e ousar contribuir com o pensamento social brasileiro, através desta singela releitura sócio histórica. Sabemos que os nossos anseios não se concretizam de forma imediata, o que de certa forma nos deixa frustrados; seja pela realidade acadêmica que com suas exigências nos impõe recortes específicos, seja devido ao possível alcance a ser atingindo por esta pesquisa e ao próprio acesso da população às produções acadêmicas.

Novamente nos deparamos com a significativa frase/pergunta: Que fazer? Como desenvolver tais estudos tendo identificado na formação do pensamento social brasileiro as bases estruturantes do nosso racismo, sem fugir do rigor científico e ao mesmo tempo favorecendo o desmascaramento ou desmistificação do racismo, um dos elementos estruturantes do problema nacional.

A perspectiva de debater a formação do pensamento social brasileiro nos leva a uma riqueza de fontes. Para analisá-las precisaríamos de várias vidas acadêmicas, mas somos orientados a produzir cientificamente de forma limitada, específica. A ambição do conhecimento e da revelação das bases fundantes do pensamento social se impõe em uma ação militante ao mesmo tempo em que é necessário pensar no êxito acadêmico e na produção científica, que também é uma vitória para o Movimento Negro, mesmo quando são conquistas individuais.

Assim sendo, busquei centralizar a minha pesquisa no eixo da estruturalidade do racismo e para tanto, na necessária identificação do mesmo no seio da resistência epistemológica negra. Deste modo a identificação da luta/militância anti-hegemônica e antirracista nas obras de Alberto Guerreiro Ramos se inseriram em nossa perspectiva, mais especificamente as obras: *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*, primeira publicação em 1957 e a *Redução Sociológica*, primeira edição data de 1958. Obras necessárias no combate aos discursos regulares e padrões



adotados pela *intelligentsia*<sup>6</sup> nacional na conformação do pensamento social brasileiro.

Partimos da premissa de que a estruturalidade do racismo ganha forma a partir do abolicionismo, processo de décadas até a “libertação total” dos escravizados e escravizadas. Perpassa pela negação da própria luta desenvolvida por estes/estas, com a indenização pecuniária exigida pelos antigos “Senhores”. Não é demais lembrar, que após a assinatura da Lei Aurea, os fazendeiros passaram a exigir uma indenização por perda da mão de obra escravizada e o não atendimento a este pleito levou à queima de arquivos sobre a escravidão negra.<sup>7</sup>

A conformação do que aqui denominamos de estruturalidade do racismo é um componente complexo da conjuntura nacional e mundial, o qual não pode ser desprezado, como avaliaremos nas próximas linhas. Ocorre com o processo de expansão do sistema capitalista e suas transformações, a partir da classificação humanóide por raças e da constituição do ocidentalismo como centro do mundo. E nacionalmente perpassa pela manutenção do *status quo* de uma elite burguesa na direção do país e conseqüentemente pela marginalização social dos ex-escravizados.

Vale ainda destacar que a estruturalidade do racismo não é um fenômeno no qual se possa identificar o período de seu nascimento, mas que deve e, é aqui, identificado através de processos de conformação dentro do desenvolvimento sócio histórico e que passou a se consolidar dentro das formações conjunturais da nossa história.

### **Brevíssima contextualização sobre a queima de arquivos relativos à escravidão**

Não é possível abordar, mesmo que figurativamente, o processo de queima dos

---

<sup>6</sup> Aqui a palavra *intelligentsia* refere-se a grupos de intelectuais que conformaram padrões de pensamento da sociedade brasileira, ou melhor, que voltados à disseminação deste modelo de pensamento naturalizaram no seio da sociedade um modo de pensar que termina por levar toda a sociedade a se locomover a partir das suas ideias.

<sup>7</sup> Oficialmente as justificativas constantes no Ministério da Fazenda para a queima dos documentos sobre a escravidão afirmam que a mesma “teve por finalidade eliminar os comprovantes de natureza fiscal que pudessem ser utilizados pelos ex-senhores para pleitear a indenização junto ao governo da República”. LACOMBE, Américo Jacobino; SILVA, Eduardo; BARBOSA, Francisco Assis de. Rui Barbosa e a Queima de Arquivos. Brasília: Ministério da Justiça. Rio de Janeiro: Fundação Rui Barbosa, 1988. Disponível em: <http://www.casaruibabosa.gov.br>

arquivos sobre a escravidão sem que se tenha uma noção mínima deste e dos fatos que o antecederam; fugindo-se assim do isolamento factual muitas vezes imposto, sem que se tenha a compreensão do todo.

Os debates no interior do parlamento brasileiro que antecederam a chamada “Abolição da Escravatura” ainda na década de 80 do século XIX oscilam entre as ações dos conservadores, leiam-se, escravocratas, contra abolicionistas e a necessária Reforma do Estado já prevista neste processo, na qual a escravidão se torna apenas um item. A este processo, o Imperador contrariamente à sua tão falada erudição, sempre se posicionou ao lado dos conservadores, o que podemos entender visto os ventos republicanos que já assombravam o Império.

A bancada conservadora, por sua vez, tendo a “Abolição da Escravatura” como dada, já iniciara as articulações parlamentares no intuito de garantir indenização para si e demais escravistas. Após o dia 13 de maio de 1888, o parlamento é sacudido com diversos projetos de indenização; empréstimos foram feitos a partir da hipoteca de terras, mas, os projetos não foram transformados em lei.

“Veio a nova situação com a mudança dos conservadores pelos liberais e a ascensão do gabinete sob a presidência do Visconde de Ouro Preto. (...) A aliança dos militares, o fortalecimento da Confederação Abolicionista e a pressão dos que defendiam o pagamento da indenização aos ex-proprietários de escravos anulavam todos os esforços dos liberais para deter a arrancada severa e habilmente articulada” (BARBOSA, 1886, p. 08).

Aqui constatamos o óbvio, porém, criminosamente omitido e apresentado como fatos isolados: o peso da “Abolição da Escravatura” para com a Proclamação da República, ocorrida cerca de um ano e meio após a referida abolição; mas não menos importante no que se refere ao apoio dos ex-escravagistas à República, quando é retomado o projeto de indenização.

“Foi precisamente na hora das medidas reformadoras de Rui Barbosa no Ministério da Fazenda, contrariando a classe agrária inconformada e hostil, que recomeça a ser debatida a questão adormecida da indenização, num movimento que se avoluma de modo inquietante. Quem se coloca à frente da campanha é um combativo republicano histórico, com fortes ligações junto aos militares, Anfriso Fialho, autor de um livro cujo título é bastante significativo, embora o conteúdo não corresponda exatamente ao propósito do publicista: História da fundação da república no Brasil. O certo é que Fialho havia conseguido agrupar, por assim dizer, o primeiro lobby – não importa que a expressão tenha sido importada posteriormente – no sentido de pressionar dirigentes políticos, civis e militares e agitar a opinião pública” (BARBOSA, 1886, p. 08).

É neste clima de incerteza e ainda sob a última Constituição Imperial, visto que a primeira Constituição republicana ainda não tinha sido aprovada, que Rui Barbosa chega à deliberação sobre a queima dos referidos arquivos, pondo fim, assim, à campanha por indenização dos escravistas, medida que foi colocada em prática por seu sucessor Alencar Araripe, nos anos que se seguiram contudo, não é possível ter certeza da eficácia desta medida.

Não obstante, analisando tal procedimento à luz dos nossos dias, não podemos ignorar alguns elementos conformadores da estruturalidade do racismo, seja através do papel a que estão relegados os negros na historiografia oficial, seja apagando a memória, com uma prática de violência que culpabiliza o outro e se exime desta em um processo de autoexaltação pelo seu feito, ao mesmo tempo em que condena a população negra a uma não hereditariedade anterior à sua escravização na América.

Obviamente aqui não se trata de culpabilizar ou não o feito de Rui Barbosa. No entanto, não podemos ignorar as consequências deste ato, que contribuiu e contribui na estruturalidade do racismo, através da tentativa de apagar o processo escravocrata ou minimizá-lo e dificultar o estudo da própria memória do país.

Importante destacar que mesmo antes da assinatura da Lei Aurea em 1888, já em 1865, se dá início a um amplo processo de imigração desenvolvido pelo Estado brasileiro, visando o embraquecimento físico da população. A imigração avançou sistematicamente até meados da chamada “Velha República” e era explícito o seu caráter racista, e não apenas em relação à população negra, como também a outros segmentos populacionais, na busca de atender o objetivo inicial de embraquecimento físico da população brasileira.

Este processo fartamente documentado nos anais da nossa história é enriquecido com a flagrante absorção ou assimilação das teorias racialistas e eugênicas, desenvolvidas na Europa entre o final do século XVIII e XIX, que se adequam perfeitamente aos anseios da elite brasileira de embraquecimento social da população. E que são fundantes nos diversos aspectos da nossa vida social, ou seja, impactam na divisão social do trabalho, na territorialização social, no atendimento social (educação, saúde, etc.), no desenvolvimento do sistema judiciário e não menos importante na formação do nosso pensamento social, enfim

na conformação estrutural do racismo.

Tais elementos são fundamentais para compreensão do pensamento social brasileiro e, conseqüentemente, são básicos nesta dissertação, a qual se insere dentro de uma perspectiva de ensaio teórico em diálogo direto com a resistência epistemológica exercida por Guerreiro Ramos, através da conceituação da redução sociológica, que hoje podemos conceber como precursor do “giro decolonial” latino americano.

Ressalta-se que a translação cultural perseguida desde os tempos de Império, com D. Pedro II, não deixa de existir diante dos novos fatos históricos – (Abolição da Escravatura e Proclamação da República) - ao contrário estes mesmos a ampliam, seja por seu caráter antipovo, seja por serem atos realizados isoladamente pelas elites sem a efetiva participação popular, seja mesmo pela inexistência de um processo revolucionário de ruptura com a ordem. Assim, assistimos à apropriação dos aparelhos estatais pela “burguesia” em uma ampla locupletação em busca de atendimento aos seus anseios imediatos e equidistantes da realidade da população brasileira.

Não é demais lembrarmos que a intelectualidade da época é constituída exclusivamente de membros oriundos da burguesia, que se conformou a partir do processo escravocrata, enviou seus filhos para estudarem principalmente na Europa Ocidental e posteriormente nos Estados Unidos, e do grande clero, ou seja, os setores religiosos (Igreja Católica e Protestantes), que se debatiam no interior do Estado buscando exercer cada vez mais suas influências, mesmo se encontrando em nossa primeira Constituição Federal a laicidade do Estado brasileiro.

Importante destacar ainda, que a maioria do que viria a ser a intelectualidade brasileira é formada majoritariamente de médicos e advogados, encontrando ainda outros letrados e uma enorme classe de religiosos. Assim, a absorção e assimilação de conceitos importados, especificamente no que tange às teorias racialistas e eugênicas, principalmente com base nos estudos darwinistas e lombrosianos. se espalham e infectam esta intelectualidade, que passa a conformar a estruturalidade do racismo, especialmente quanto à legislação. Deste modo, estas concepções impactam diretamente o processo de estruturalidade do racismo e conformação de

um projeto de branquitude brasileira, criminalizando e marginalizando, social, econômica e politicamente a maioria da população.

A marginalização social, econômica, política e a consequente criminalização cultural e étnica são impostas à população negra, não apenas a estigmatização, em conformidade com um projeto de branquitude da população brasileira, disseminado e naturalizado. Um processo sistêmico, no qual os diversos setores sociais (leia-se, “burguesias” locais, intelectuais, amplos setores religiosos e o Estado), a partir da translação conceitual e cultural impõem modelos societários, os quais não têm como princípio a participação efetiva da sua população, ou especificamente da população não branca, limitando a sua integração à condição de subcidadania, ou seja, em condições análogas a situação vivida nos períodos escravagistas.

Não é demais ressaltar, que o setor religioso, mais especificamente a Igreja Católica, via os negros como seres sem almas, logo, passíveis de serem escravizados.

Assim o projeto de branquitude, se conforma a partir da exclusão sistêmica da presença negra dos diversos estratos sociais, através, por exemplo, da divisão racial do trabalho, do seu impedimento educacional, da exclusão ou expulsão territorial de determinadas áreas, empurrando os negros e negras para setores cada vez mais longe dos grandes centros etc.

Ao destacar a exclusão territorial não é demais lembrar as consequências de tal ato, também, pela constituição de aglomerados distantes dos grandes centros, logo, sem as condições mínimas de higienização. Consequências agravadas pela distância do local de moradia para os locais de trabalho, ocasionando outros graves problemas sociais, como a destruição familiar, devido à permanência de muitos trabalhadores em locais próximos ao trabalho e, conseqüentemente, suscetíveis à incriminação na lei de vagabundagem, - uma legislação específica e racista, conforme veremos mais adiante -, visto que estes se encontravam expostos ao exercício de serviços avulsos, ou seja, vítimas da própria ineficiência do Estado que não tinha legislação trabalhista na época, muito menos condições estruturais de absorção da grande mão-de-obra existente no país.

No que tange à exclusão territorial vale ressaltar a promulgação da Lei da Terra

(1850), a qual estabelece a competência da União na comercialização da terra; no entanto, esta mesma lei estabelece a posse definitiva das antigas sesmarias, que deveriam ser legalizadas pelos próprios proprietários, que definiriam a extensão de suas terras.

Por outro lado, o debate sobre a repartição das terras nacionais havia sido proposto pelo abolicionista André Rebouças (1838-1898), engenheiro negro de grande prestígio na época, o qual propunha criar um imposto sobre fazendas improdutivas e distribuir as terras para ex-escravizados, causando entre fazendeiros, republicanos e mesmo abolicionistas mais moderados uma polvorosa. Diante desta possibilidade, o movimento republicano fecha questão com os latifundiários para não mexer na propriedade rural.

Encontra-se explícito aqui os impactos do racismo na vida da população negra, o que destoa do senso comum, que interpreta o racismo apenas como ação individual pós Constituição Federal de 1988.

São explícitas, ainda dentro deste conceito de translação cultural e da naturalização do racismo nacional, as leis que têm um cunho voltado diretamente à criminalização cultural e religiosa. Legislação específica, que favorece a perseguição às Religiões de Matriz Africana e à prática da capoeira, além da instituição do crime de vagabundagem, em um cenário de inexistência de legislação trabalhista e principalmente de infraestrutura no país, para oferecimento de trabalho aos seus cidadãos, dentre tantas outras necessidades.

A estruturalidade do racismo assim se conforma por meio de uma diversidade de ações, que se consubstanciam em teorias racialistas e eugenistas transladadas do continente europeu, as quais são constituídas e se aprofundam principalmente quando do início da exploração colonialista no Continente Africano e Asiático por parte da Europa Ocidental, de forma a justificar tais explorações e conformar um sentimento de superioridade civilizatória branca e que ao ser absorvida ou mesmo transculturada por nossa sociedade e Estado, se volta diretamente contra as populações negras, mestiças e indígenas.

Ao desenvolver a translação conceitual, cultural e societária, as elites brasileiras

também impuseram uma aculturação modelar, na busca de adoção de modelos culturais de outros países, em geral da Europa Ocidental e estadunidense. Um processo de ocidentalização de nossa cultura e conseqüentemente de não construção de uma cultura própria – mesmo esta translação, sendo impossível na prática – principalmente devido à negação da nossa pluriétnica e diversidade cultural, proveniente principalmente da diversidade étnica dos povos originários (indígenas), da população negra trazida para ser escravizada e da própria população branca oriunda de vários países da Europa, com origens diversas, durante o processo de colonização e mesmo pós, quando do projeto de embranquecimento físico com a imigração a partir do século XIX.

O padrão de translação cultural que se conformou em nosso país - marca central dos consagrados estudos sobre brasilidade, que negam a nossa pluriétnica e diversidade cultural - imposto a partir de um conceito societário branco estruturado no interior do Estado e naturalizado em nossa sociedade é algo perceptível na teoria consolidada e nas práxis sociais, mas ainda peremptoriamente escamoteado a partir da “convivência harmoniosa” entre as diferenças da sociedade brasileira, que leva os povos atingidos à sua autonegação.

Este estudo visa favorecer uma análise do discurso hegemônico, aqui denominado pensamento social brasileiro, que norteou e norteia o comportamento sociopolítico da nossa sociedade e do próprio Estado. Tem como objeto o problema do racismo e sua estruturalidade em nossa sociedade, tomando como referência a leitura ou o olhar de Alberto Guerreiro Ramos, que apresenta um rompimento com a forma de retratação do elemento negro em nossa sociedade, o qual tinha até então uma representação de forma objetificada.

### **Translações acríicas, racismo e negritude**

Como veremos mais à frente Alberto Guerreiro Ramos, autor referência deste estudo, tem entre as suas contribuições uma interpretação da sociedade brasileira. Ele a considera engessada nas translações conceituais de forma acríica, o que a leva a interpretações e conduções equivocadas dos estudos sociológicos. Como forma de adequar os conceitos universalistas à realidade local, Guerreiro Ramos propôs o método da redução sociológica.

Um sociólogo contra hegemônico, considerado polêmico, dedicou-se à prática sociológica como um ativista. Entendia a sociologia de forma militante, prática, e a exerceu com excelência no interior do Movimento Negro, através do Teatro Experimental do Negro, no ISEB e mesmo assessorando o governo federal.

É a partir da biografia de Guerreiro Ramos que me debruço na análise das teorias sociais e translações conceituais que são incorporadas pela nossa sociedade. Pelos impactos causados, as mesmas não podem continuar sendo tratadas apenas como questões factuais de uma determinada conjuntura, visto que conformaram e conformam um estado de exceção para a população não branca.

A conformação do que consideramos crime contra a humanidade, levou - e tratamos especificamente da população negra e seus descendentes -, a um processo sistêmico de segregação, visto que tal comportamento não se limitou a um passado distante; muito pelo contrário, se perpetuou no seio social, naturalizando-se, sem que se tenha buscado uma reparação para esta comunidade nestes quase 500 (quinhentos) anos de presença em solo brasileiro.

A estruturalidade do racismo, evidenciada em nosso passado sócio histórico, conformada a partir deste processo de translação conceitual e cultural, disseminada e naturalizada na sociedade, na conformação do pensamento social, na ação sistêmica do Estado de negação da nossa pluriethnicidade e a busca de superação do racismo é que nos impulsionam a procurar outras perspectivas de releituras históricas, que contribuam com um processo de conscientização e auto valorização e, conseqüentemente leve a sociedade brasileira a assumir a nossa brasilidade.

Neste sentido, o presente estudo se coloca na condição de problematizador desta realidade, busca contribuir com a compreensão da conformação da estruturalidade do racismo, bem como com a sua superação, favorecendo o surgimento de novos estudos que possibilitem uma real transformação societária, a partir do respeito às diferenças e mais que tudo, o respeito ao outro ser, o que podemos futuramente denominar de humanismo puro.

Guerreiro Ramos ao tecer sua crítica à translação acrítica desenvolvida pelas ciências sociais, não limitava-se apenas à pretensão universalesca destas teorias,



mas principalmente, ao fato destas não terem em conta a questão da pluriétnicidade, termo que utilizo em referência à diversidade étnica existente em nosso país. Assim exercitava-se uma sociologia a partir de um modelo societário eurocêntrico que terminava por corroborar com o projeto de branquitude para a sociedade brasileira, no qual os povos originários (indígenas), negros e mestiços, não estavam e não estão inseridos como uma realidade nacional.

A translação conceitual acrítica, para além de fortalecer as desigualdades sócio-históricas, reafirma a branquitude ou branquitude assumida pela sociedade, onde o branco tornou-se o ideal e a normalidade, a qual expressa a patologia da sociedade brasileira.

Ao me referenciar em Guerreiro Ramos como representante da luta negra de forma epistêmica, busco enfatizar a sua sociologia da práxis, a qual não se limita apenas à identificação do problema do racismo, busca na prática a sua superação, através da integração dos negros e negras, a partir do desenvolvimento da sociedade brasileira. Ele “partilha da expectativa de que o desenvolvimento (industrialização e urbanização) mudará a sociedade e defende a atuação do Estado como agente do desenvolvimento e da democratização”. OLIVEIRA, Lucia Lippi. 2006. p. 183. Busco enfatizar, também, a tentativa de supressão do nosso processo sócio histórico, a partir da identificação do sentimento de não pertencimento da população branca, expresso na sua “patologia social” e caracterizada pela auto-identificação desta população com os países do hemisfério norte.

Na busca de superação do racismo está explícito um projeto nacional de sociedade, a ser desenvolvido a partir da análise e busca da superação do seu passado sócio histórico, que não se limita à absorção de translações conceituais e culturais; baseia-se no avanço a partir da nossa própria realidade, buscando conformar-se enquanto país independente da dicotomia política mundial, mas com um olhar para realidades semelhantes, caso específico da América Latina e Continente Africano.

Esta preocupação pode ser mensurada na sua participação no Congresso Latino Americano de Sociologia em 1953, quando apresenta suas contribuições sobre o olhar e o fazer sociológico. Embora derrotado em suas teorias, ele lança mão de sua obra de maior repercussão, *Redução Sociológica*, a qual é antecedida da obra

Introdução Crítica à Sociologia Brasileira, na qual caracteriza as necessidades de base para o enfrentamento das translações acríticas na nossa sociedade, em especial as relações raciais.

Este viés revolucionário para a sua época, que permanece atual em nossos dias, entendemos não apenas como um olhar para além do seu tempo, mas como precursor não apenas pelo seu espaço e para quem foi lançado. As premissas da “Redução Sociológica” foram lançadas em um Congresso Latino Americano de Sociologia, assim sendo em uma atividade continental, onde minimamente se obteve conhecimento; assim sendo, não é possível descartar as evidências do que viria a ser posteriormente o movimento Modernidade/Colonialidade.

Obviamente não podemos ceder à política de esquecimento e nem à ausência de contextualização com o que ocorre no mundo a partir do avanço das políticas imperialistas, que impactam marcadamente a consolidação de políticas emancipacionistas na maior parte dos países do Hemisfério Sul. As lutas de independência política nos países africanos e a construção de um nacionalismo, que passa a se desenvolver em cada país, sofrem fortes intervenções. Na América Latina impõem regimes ditatoriais, que além de implementarem políticas entreguistas, fazem favorecer processos de negação e segregação internas nos países da região.

Não é demais lembrarmos que a proposta pautada por Guerreiro Ramos não se encontra deslocada de um contexto político intelectual mundial de sua época, onde a eferevescência dos movimentos de libertação das colônias africanas, de afirmação da negritude e mesmo de construção de alternativas, a bipolaridade entre os blocos imperialistas X comunistas, se encontravam em ebulição, e que, as propostas de um nacionalismo desenvolvimentista era presente em diversos estados-nações.

A prática sociológica exercida por nós não está imune a tais fatos, assim...

“As reflexões de Guerreiro sobre o papel político da sociologia, sobre a importância de uma assimilação crítica da teoria e, principalmente, suas considerações críticas sobre os estudos realizados sobre e não desde, junto ou com os negros no Brasil, garantem ao autor não somente uma importância singular no âmbito acadêmico brasileiro, mas também nos permite a leitura de Guerreiro numa perspectiva que de certo modo o aproxima dos autores pós-coloniais – ainda que ele nunca tenha se identificado com essa denominação. Entretanto, Guerreiro foi esquecido, marginalizado, excluído do “panteão dos

grandes sociólogos brasileiros””. FIGUEIREDO, Angela & GOSFOGUEL, Ramon. p. 37

Ao percebermos os inúmeros fatores políticos e sociais nos quais se encontra inserida a produção sociológica de Guerreiro Ramos, desde a sua própria origem e ascensão, a conjuntura política mundial (bipolaridade EUA X URSS), o processo de efervescência da luta negra (movimento de negritude na Europa e lutas de libertação no continente africano), a translação conceitual e os estudos sobre relações raciais desenvolvidos no Brasil, perpassados pela defesa explícita do branqueamento, que desembocam posteriormente em um mestiçamento apontando para uma democracia racial, constatamos que são elementos que conformam uma institucionalização da produção acadêmica brasileira, presa a critérios eurocentricos e posteriormente estadunidenses, distantes da nossa realidade vivida no cotidiano.

“A produção do conhecimento nas universidades brasileiras, como em quase todas as universidades ocidentais, privilegia a epistemologia eurocêntrica. Esta epistemologia contribui para encobrir as hierarquias de poder raciais hegemônicas nos espaços universitários. Por isso mesmo, qualquer demanda de acadêmicos negros que reivindique sua própria geopolítica e corpo-política do conhecimento é imediatamente rechaçada pela grande maioria dos universitários brancos como uma perspectiva particular e parcial, quando não a denominam de essencialista”. FIGUEIREDO, Angela & GOSFOGUEL, Ramon. p. 38

Ao analisarmos os estudos sobre as relações raciais brasileiras, desenvolvidos por Guerreiro Ramos, verificamos que ele não apenas aponta a perniciosidade dos mesmos, como também caracteriza o papel do elemento branco em nossa sociedade. Esta diferenciação é contrastante como nos afirma, Angela Figueiredo e Ramon Gosfoguel:

“O campo de estudos conhecidos como “estudos das relações raciais” no Brasil constituem o objeto de conhecimento historicamente produzido por acadêmicos brancos cuja epistemologia baseia-se no estudo sobre negros, por isso mesmo, a noção de estudos sobre as “**relações raciais**” mantém o mito de uma horizontalidade entre os grupos racialmente diferenciados. Julgamos ser mais adequado falarmos de “**hierarquias raciais**” já que enfatizaríamos a verticalidade das relações sobre a suposta horizontalidade expressa na definição “estudos das relações raciais”. FIGUEIREDO, Angela & GOSFOGUEL, Ramon. p. 36

Em relação aos estudos sobre nossas relações raciais, Guerreiro Ramos apresenta, a sua caracterização do olhar que é dedicado ao negro e de como o mesmo deveria

ser visto:

“O negro-tema é uma coisa examinada, olhada, vista, ora como ser mumificado, ora como ser curioso, ou de qualquer modo como um risco, um traço da realidade nacional que chama a atenção”. Guerreiro Ramos 1995 p. 215

“O negro-vida é, entretanto, algo que não se deixa imobilizar, é despistador, protéico, multiforme, do qual, na verdade, não se pode dar versão definitiva, pois é hoje o que não era ontem e será amanhã o que não é hoje”. GUERREIRO RAMOS 1995 p. 215

E conclui:

“À luz de uma sociologia indutiva, isto é, de uma sociologia cujos critérios sejam induzidos da realidade brasileira, e não imitados da prática sociológica de outros países, à luz de uma sociologia científica, o que se tem chamado no Brasil de “problema do negro” é reflexo da patologia social do “branco” brasileiro, de sua dependencia psicológica”. GUERREIRO RAMOS 1995 p. 236

“Foi uma minoria de “brancos” letrados que criou esse “problema”, adotando critérios de trabalho intelectual não induzidos de suas circunstancias naturais diretas”. GUERREIRO RAMOS 1995 p. 236

Este olhar da sociologia praticada no Brasil e na América Latina, Guerreiro Ramos o considerava enlatado. Os sociólogos se adequavam às concepções advindas de fora, como uma reserva cultural.

Reafirmo, estas são as razões da escolha/definição de Guerreiro Ramos como o interprete da luta negra na sua época. Outras dúvidas estão presentes e poderão ou não ser respondidas nesta pesquisa; mas, com certeza precisam ser respondidas por todos nós, oportunamente. Dentre outras, destaco:

O porquê do desenvolvimento de escassos estudos sobre a produção intelectual de autores negros brasileiros? Estaria aqui incutida a ausência ou o não reconhecimento de autoridade intelectual destes? Uma negação destes e de suas produções diante da estruturalidade do racismo e consequentemente da translação conceitual impregnada em nossa academia? A normatização da padronização de universalização a partir da branquitude, onde o estudo das relações raciais não se faz necessária? Ou ainda que esta não é preponderante em nossa sociedade, visto que é relegada apenas a pesquisadores e pesquisadoras negras, como forma de expressão de sua auto-estima?

Estas e outras questões com certeza não podem ser respondidas com objetividade, pois, a complexidade da subjetividade do racismo vai além de uma análise sociológica, que não cabe no desenvolvimento deste estudo.

Compreender o estado da colonialidade de poder e mental a que estamos submetidos é um dos elementos constantes neste estudo, que procura analisar o impacto desta translação acrítica na perpetuação do racismo estrutural, que a partir de um modelo conceitual branco nega a nossa pluriethnicidade e desconhece as especificidades regionais, étnicas e culturais.

Importante explicitar que o *status* de colônia não se limita apenas à dominação territorial e econômica à qual o Brasil esteve preso a Portugal; ele ganha uma resignificação a partir da modernidade e compreende a submissão à qual o país e a sua cultura são submetidos. Assim as translações conceituais e culturais terminaram por nos transformar em eternas neo-colônias, submissas de forma acrítica.

É dentro deste contexto, na busca pela conformação de uma identidade nacional que, entre as décadas de 1940 e 1960, surge um movimento de grande efervescência nacional e nascem as proposições de Guerreiro Ramos, em consonância com o mundo em sua volta. Assim...

“A identidade é importante a partir do momento em que não se justifica que uma cultura possa ser capaz de impor um padrão único de conhecimento. O fundamento do pós-colonialismo é que as culturas podem estabelecer diálogo sem haver um padrão de valores e percepções que se imponha a outras culturas.

Esses diálogos culturais têm sido a tônica, no âmbito das ciências sociais, da construção de uma perspectiva crítica de culturas hegemônicas da modernidade. Eles significam a possibilidade de outra via para a questão do desenvolvimento político, social e econômico que se configura pela valorização das identidades”. FILGUEIRAS, Fernando de Barros. 2012 p. 348

Como bem definiu Filgueiras, a obra de Guerreiro Ramos, mesmo atemporal para o que viria a ser conhecido como pós-colonialidade ou decolonialidade, já se pautava por um olhar interno, onde as especificidades de cada país fossem a essência da produção sociológica e via no caso específico brasileiro as relações raciais como algo fundante para o desenvolvimento do país.

“Observando o movimento de reação ao colonialismo no mundo afroasiático, Guerreiro Ramos aponta para o fato de que a redução sociológica é uma

tarefa de construção de um conhecimento em torno de uma perspectiva da cultura nacional. O mesmo movimento que se verificava nas conferências de Badoeng (1955), do Cairo (1957) e de Acra e Tânger (1958), o autor verificava no Brasil, tendo em vista ações que se constituíam por normas derivadas de projetos autônomos de existência. A redução sociológica, portanto, é um movimento pós-colonial de busca de um conhecimento existencial próprio, que não nega os avanços da ciência, mas não reproduz os termos hegemônicos de seu discurso". FILGUEIRAS, Fernando de Barros. 2012 p. 351

Como pode ser verificado Guerreiro Ramos não se encontrava distante dos acontecimentos mundiais, estando sua formulação em consonância com os debates internacionais travados principalmente por intelectuais africanos e caribenhos, que lutavam pela independência dos seus respectivos países, e, é marcada por sua viagem a Paris em 1956.

Observa-se que mesmo havendo muita aproximação com a linha de pensamento de Franz Fanon, não se encontra uma ligação direta entre Guerreiro Ramos e Fanon, com excessão da linha existencialista, presente em ambos, representada principalmente por Hegel.

O intelectual Guerreiro Ramos, a partir das suas críticas e por defender uma linha de pensamento existencialista, encontrou forte resistência e travou aguerridos debates com inúmeros intelectuais da sua época, como por exemplo, com Luiz Aguiar Costa Pinto, em relação ao olhar sobre as relações raciais, com Florestan FERNANDES e Jacob Gorender diante da defesa do nacionalismo e lutas de classe.

As contribuições de Guerreiro Ramos foram relegadas ao ostracismo durante décadas pela incompreensão acerca desta contribuição nos meios acadêmicos, obviamente, incompreensão fruto da translação conceitual que vigora entre nós.

Assim só a partir da década de 1990 é que vemos a retomada de estudos sobre a contribuição deste grande intelectual e um dos nossos maiores sociólogos; mas, de forma limitada. O reconhecimento por suas contribuições é maior no campo da administração do que na sociologia.

Como forma de demonstrar a atualidade das contribuições de Guerreiro Ramos em diversos pontos, ressalto o trabalho de diversos e mais qualificados estudiosos que me antecederam, como: Muryatan Barbosa, Aparecida Abranches, Edson Bariani Junior, Marco Chor Maio, entre outros; destacando que entre os elementos trazidos

há pontos que temos divergência, mas, que têm sua atualidade e importância diante do pensamento social brasileiro e para a compreensão da nossa sociedade.

Ressalto ainda que a partir da voz dissonante e anti-hegemônica de Guerreiro Ramos, buscamos evidenciar que a “colonialidade mental” não encontrou resistência, o que confirma a transformação cultural imposta e nos permitirá enxergar melhor as contradições da realidade e do que é a reafirmação de uma leitura presa à ideia de aculturação, ou melhor, a busca de adaptação à cultura ocidental de forma a negar a nossa diversidade e instituir um padrão cultural ocidentalizado, branco.

### **GUERREIRO RAMOS**

Alberto Guerreiro Ramos (13/09/1915 – 06/04/1982), filho de Victor Juvenal Ramos e Romana Guerreiro Ramos, negro, baiano, servidor público, jornalista, advogado, filósofo, parlamentar e professor, teve grande destaque no cenário nacional entre as décadas de 1940 a 1960, quando de sua cassação e exílio nos Estados Unidos, onde foi professor da Universidade do Sul da Califórnia.

Suplente parlamentar<sup>8</sup> do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, pelo antigo estado da Guanabara, ao assumir o cargo de Deputado Federal, Ramos em um curtíssimo espaço de tempo, teve uma passagem destacada pela sua oratória e ênfase tanto nos temas nacionais como internacionais, sempre na defesa de uma postura independente do país em relação à bipolaridade política mundial.

Destacamos entre as suas contribuições: a não *objetificação* do elemento negro, até então estudado pela antropologia como objeto; a necessidade do estudo comportamental do branco brasileiro, onde apresenta um estudo sobre a patologia social do branco; e por último, a defesa de um novo conceito: “redução sociológica”, o qual o torna pioneiro na exigência da necessidade de um olhar crítico sobre as diversas teorias universalistas.

Ressaltamos o pioneirismo da luta decolonial e a luta contra o racismo no

---

<sup>8</sup> Encontramos duas versões diferentes. Utilizamos a apresentada pelos autores: Wilson Pizza Júnior, Ariston Azevêdo e Renata Ovenhausen Albernaz, por se tratar de pesquisas acadêmicas. E anexamos no final do trabalho à biografia de Guerreiro Ramos constante na Câmara dos Deputados.

pensamento brasileiro, constante na obra de Guerreiro Ramos, a partir do conceito de *redução sociológica*, que sugere o rompimento com os processos de translação conceitual, colonialidade do poder, ao mesmo tempo em que, indiretamente no primeiro momento, ataca o projeto nacional de branquitude, que consolida a estruturalidade do racismo ao negar a nossa pluriétnica e diversidade cultural.

A redução sociológica proposta por Guerreiro Ramos (1958) busca um pensar que favoreça a necessária absorção de nossa própria realidade. Portanto, utilizaremos, também, seu livro “Introdução Crítica à Sociologia Brasileira” (1957), o qual nos possibilitará uma reflexão crítica do fazer sociologia no Brasil.

E buscaremos evidenciar a ausência de uma sociologia crítica e militante, voltada para nossa sociedade, preocupada com o racismo. Guerreiro Ramos compreendeu a questão étnico/racial e compôs seus estudos levando em consideração a marginalização socioeconômica e política do elemento negro.

Ao estudarmos a *redução sociológica* de Guerreiro Ramos (1958), compreendemos a ‘negação’ de brasilidade como política de Estado; ao qual têm um papel de extrema importância e, é flagrante na nossa historiografia social pós-abolição da escravatura, tendo como base o processo de exclusão, estigmatização e racismo, que sistematicamente foi desenvolvido ao longo dos anos e que se encontra intrinsecamente evidenciando ao nosso ver, na colonialidade do poder, tão bem definida por Quijano (2002) e na necessária decolonialidade<sup>9</sup> apresentada por Mignolo (2007), aspecto que procuraremos mostrar ao longo deste estudo.

O referido estudo se propõe através da análise bibliográfica contida na investigação teórica das obras “A Redução Sociológica” e “Introdução Crítica à Sociologia Brasileira” de Guerreiro Ramos, as quais são retratos da realidade conjuntural de sua época e nos possibilitam acessar a perspectiva da formação do pensamento brasileiro, o racismo estrutural, bem como a questão da colonialidade mental, sendo

---

<sup>9</sup> O termo decolonialidade ao qual nos referimos compreende a necessidade de rompimento com os conceitos oriundos da modernidade e suas universalidades, nos quais a perspectiva de direitos humanos tem baixa intensidade, no que se refere à realidade do nosso continente, ou ainda, fora da realidade europeia, é o pensar a partir da nossa própria experiência. Assim encontramos na colonialidade do saber ou da produção do conhecimento, uma produção racializada e machista em uma prática epistemicida, visto que a impossibilidade de compreensão deste modo de pensar, não se tem em conta a realidade atual da enunciação das questões de gênero e raça, contidas nestas produções.



talvez um dos percussores deste tema em nossa América, tendo como premissa o foco sócio histórico de forma dialética na verificação da influência desses fatos na sociedade.

Não obstante, é importante ressaltar que a literatura dedicada à sociedade brasileira na época não via o elemento negro como integrante desta, ou seja, este não estava colocado na condição de ser humano na amplitude do termo, era tido como algo exótico e *objetificado*. Ao negro, em ampla maioria, eram dedicados estudos antropológicos, a partir da sua cultura. Podemos encontrar, também, estudos dentro da categoria marxista, os quais buscam, através de um projeto generalizante, o seu enquadramento no processo da “revolução brasileira”, ou seja, no interior da luta de classes, desconectado assim da especificidade e omitindo-se diante do processo sócio histórico ao qual a população negra foi submetida.

A partir da necessidade de revisitar os estudos até então desenvolvidos e tomando a realidade sócio histórica do negro, Guerreiro Ramos (1952) concebe o tema negro-vida, buscando ressignificar estes estudos. Ramos caracteriza os estudos antes desenvolvidos como:

“Sobre o problema do negro no Brasil existe farta literatura de caráter histórico e socioantropológico produzida por autores estrangeiros e nacionais. Nesta literatura, em sua quase totalidade, está implícito um modo de ver as relações raciais no país, que se revela, nos dias que ocorrem, em contradição com as tendências de autonomia espiritual e material do Brasil” (GUERREIRO RAMOS, 1954, p. 163)

Ao tomar a resistência epistemológica como ponto de vista da análise, pretendemos reconstituir a partir da produção literária de Guerreiro Ramos, uma base teórica que fundamente a existência dos mecanismos causais na sociedade brasileira, que conformam a manutenção deste estado de negação dos elementos não brancos, em específico o ser humano negro, os quais identificamos como: **estruturalidade, naturalização e reprodução do racismo.**

Partindo da identificação da estruturalidade do racismo, percebendo a regularidade com que o mesmo age em nossa sociedade e sua naturalização, buscaremos exibir a universalização deste ideal societário, que conforma as subjetividades negadas e forçadas, nos próprios grupos, ou seja, os mecanismos de racismo que afetam a maioria da população brasileira; sem esquecer as tentativas de anulações expressas

por esta força hegemônica nos movimentos de resistências.

Esta perspectiva guiará este diálogo, a partir da produção sociológica de Guerreiro Ramos, sua resistência à “colonialidade mental” desenvolvida a partir da constituição de um processo chamado por ele de “redução sociológica”. Seu enfrentamento ao racismo passa pela desconstrução do imaginário de uma convivência harmoniosa que deu sustentabilidade a um Estado brasileiro de exceção, que relega, até hoje, a comunidade negra a um processo de exclusão social, sendo preponderantemente vítima da desigualdade social, econômica e política, ao mesmo tempo em que, conformou o padrão societário estigmatizado brasileiro, branco.

Buscamos na contramão ou de forma contra hegemônica, revelar o contrário do que se naturalizou como padrão societário, ou seja, exaltar a resistência teórica ou epistemológica negra exercida por Guerreiro Ramos, mais especificamente, e por outros autores, os quais têm seus estudos renegados ou esquecidos; nos contrapondo assim, ao projeto de branquitude e à pretensa indução de aceitação da comunidade negra, através da exposição das suas diversas formas de luta e construção de uma nação, onde as diversidades étnicas e culturais se conformem em uma brasilidade.

Vale destacar que a trajetória de vida de Alberto Guerreiro Ramos é constituída de verdadeira luta de superação, desde sua infância no Recôncavo baiano, passando por outras cidades até chegar em Salvador, onde iniciou seus estudos e deu início à sua prodigiosa carreira, que lhe levou à intelectualidade, um campo totalmente contraditório à sua realidade.

Esta luta de superação, como se observará no **capítulo 2 “Uma Cruzada Guerreira”**, é composta de momentos e interações consideradas contraditórias, caso não se observe atentamente a conjuntura da época e local, que marcaram toda sua vida. Luta que o levou ao rompimento com seu projeto inicial de uma vida literária e nos brindou com a análise e comprometimento com o desenvolvimento do nosso país.

Sua constituição como intelectual orgânico ocorre no Rio de Janeiro, após a conclusão dos cursos de Ciências Sociais e de Direito, os quais lhe possibilitaram

uma maior dedicação ao pensamento sobre a problemática social brasileira. Importante destacar que Guerreiro Ramos também se dedicou ao estudo de filosofia, a qual também exerceu grande influência na sua trajetória intelectual.

Mesmo numa conjuntura onde as influências intelectuais são baseadas nas bibliografias e interrelações com intelectuais europeus e estadunidenses, Guerreiro Ramos constrói para si uma postura anti-hegemônica, ou seja, vê na sua capacitação intelectual a possibilidade de um pensar a partir da sua realidade societária.

Esta busca de constituição de um pensar a partir da sua própria realidade, brasileira, o coloca na contramão de um grande número de seus contemporâneos na intelectualidade, o que lhe rendeu não apenas um estranhamento, como inúmeros enfrentamentos ideológicos calorosos. Tais debates transcorreram tanto no campo de um pensar brasilidade, como no campo das disputas ideológicas conjunturais limitadas às defesas de alinhamentos entre os blocos liderados pelos EUA X URSS.

A este quadro é importante destacar a sua condição étnica, ou seja, a sua posição peculiar como um intelectual negro a pautar o debate sobre as relações raciais na sociedade brasileira, buscando compreender a situação do elemento negro a partir de uma patologia do elemento branco, ou seja, o reconhecimento de um processo sistêmico de segregação.

É também a partir deste olhar pormenorizado da sociedade brasileira, que constrói a sua percepção de nacionalismo, brasilidade e o seu projeto de desenvolvimento nacionalista. Importante destacar que a sua contribuição sempre teve como objeto a definição de políticas para o país, em virtude de sua participação direta no governo federal ou em institutos voltados a esta especificidade; conformando assim o que ele mesmo definia como uma sociologia militante.

Por outro lado, é importante destacar ainda que é compreendido neste estudo que a conformação societária brasileira se desenvolve a partir da “colonialidade do poder e mental” ao qual fomos submetidos desde sempre, ou melhor, a partir do Império; o que nos imputou não apenas a eurocentricidade no pensar, mas também um olhar para si mesmo a partir do “poder de plantão”, em um completo processo de

autonegação do pensar a partir da nossa própria realidade. Portanto, faremos uma interlocução com os autores contemporâneos nomeados sob a rubrica do “pós-colonial” e do “giro decolonial” latino americano, tendo como base Quijano (2002) e Mignolo (2007).

Em resumo, buscamos abordar neste estudo o que se conformou, no nosso entendimento, como pensamento social brasileiro<sup>10</sup>, a partir do processo de negação de nossa pluriethnicidade como nação, explicitando o projeto de branquitude implícito nesta conformação, ao mesmo tempo em que se constituiu uma naturalização do racismo e um conceito de “convivência harmoniosa” possibilitando o impedimento ou a visibilidade das lutas de resistências em seus diversos aspectos.

É entendida neste estudo, ainda, a necessidade de contribuir para a destruição deste modelo societário brasileiro, que se consolidou entre nós, tendo como premissa a estruturalidade do racismo, que nega a existência aos não brancos; a partir de um giro decolonial, que nos permita transcender aos efeitos da colonialidade do poder e à colonialidade mental, ainda presente em nossa sociedade, superando assim esta face tenebrosa representada pela modernidade, em um padrão mundial de poder.

Sem arrogância ou intolerância buscaremos no desenvolvimento deste estudo analisar os conceitos impostos à sociedade brasileira, dentre os quais o conceito de raça que, como princípio classificatório é determinante na conformação do sentimento de brasilidade ou nacional, nos levando a uma sociedade estigmatizada pela estruturalidade do racismo. Para tanto, faremos uma descrição histórico social que nos permita um real sentimento de pertencimento e de brasilidade, em uma revolução social concebida a partir da nossa pluriethnicidade, diversidade cultural e com o devido respeito às demais questões que se impõem nos dias atuais, como: o respeito às questões sobre gênero, sexualidade e classe.

## **O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA**

---

<sup>10</sup> Aqui entendido como a exteriorização das reflexões hegemônicas e de dominação existentes na sociedade, sem que tenha em conta a realidade da diferenciação social contida nos diversos setores que a compõem; ou seja, o pensamento social é tido aqui como um elemento de justificativa da ordem vigente, logo distanciando da realidade contida nas bases sociais.

A pesquisa procura desenvolver uma análise das publicações centrais de Guerreiro Ramos e de literaturas secundárias de significativa importância intelectual de seus comentadores; além da sua luta contra hegemônica na conformação do pensamento social brasileiro, procurando assim constituir uma intertextualidade que nos remeta a chaves interpretativas da evidência conceitual do projeto de branquitude, mesmo não sendo o objeto direto apresentado nas referidas publicações.

Nos utilizaremos da pesquisa bibliográfica e adotaremos a análise de discurso como principal instrumento de constituição de um diálogo intertextual que nos possibilite comprovar a hipótese defendida de conformação de um processo de branquitude, que evidencia a estruturalidade do racismo nos seus diversos aspectos: sociais, políticos, econômicos e principalmente na solidificação de um pensamento social brasileiro que nega a nossa própria realidade pluriétnica.

Para além desta comprovação, de uma apreensão que nos permita uma consciência crítica sobre o pensamento social brasileiro, almejamos contribuir para uma reelaboração deste pensamento de forma a combater a existência estrutural do racismo, possibilitando a criação de um diálogo entre a realidade empírica e os conceitos evidenciados no decorrer da pesquisa, a partir da análise crítica que favoreça algum tipo de conhecimento.

As contribuições de Guerreiro Ramos buscam se referenciar na realidade conjuntural da época e problematizam as narrativas da brasilidade em sua negação ou não da negritude e da diversidade cultural, bem como as consequências no reforço ao racismo que explicita a baixa autoestima do povo brasileiro e de suas elites ao mesmo tempo.

A revisão bibliográfica traz o acúmulo do debate no pensamento social brasileiro sobre a identidade nacional. Priorizaremos, além do autor eleito, os comentários críticos sobre o mesmo e utilizaremos o debate de Guerreiro Ramos com os intelectuais, Costa Pinto, Abdias do Nascimento, entre outros, os quais exercerão papéis fundamentais na produção do mesmo.

A evidência do caráter anti-hegemônico buscado na obra de Guerreiro Ramos, se destaca pela observação ao período anterior das suas obras quando fervilhavam

entre a intelectualidade e as elites os debates sobre as características da nossa nacionalidade, marcada pelo recém-saído período do escravagismo, e sendo confrontado com as novas teorias como: evolucionismo, darwinismo social, positivismo, eugenismo, entre outras. Estas teorias, em conjunto com o programa imigratório brasileiro ganharam força e subsidiaram os argumentos de inferioridade da nossa população, constituída em grande parte por negros ex-escravizados, indígenas e miscigenados, que eram responsabilizados pelo atraso econômico, político e social do país.

Estes debates foram marcados pela forte concepção eurocêntrica – leia-se Europa Ocidental - da comunidade intelectual da época. Buscaremos analisar o racismo nacional proveniente da opção do Estado brasileiro pelo nacionalismo influenciado pelas concepções eurocêntricas, fruto da translação cultural, que nos levou à conformação de um projeto de branquitude que se contrasta com o projeto de integração negra apresentada por Guerreiro Ramos, que sem desmerecer a produção intelectual proveniente das grandes potências, concebe a necessidade do recorte específico com base na nossa própria realidade.

Ao fazermos referência ao nacionalismo influenciado pelas concepções eurocêntricas nos referimos diretamente aos muitos intelectuais que se debruçaram na conformação do pensamento social brasileiro. Não adentraremos em suas produções, as tomaremos como referências justamente pela característica da oposição à forma divergente exercida por Guerreiro Ramos, que confronta a teoria hegemônica de eurocentrização da nossa sociedade.

Não é demais lembrarmos que a luta contra hegemônica proposta por Ramos, defronta com a realidade conjuntural que vivia, sob os auspícios de um conceito de democracia racial, que perpassou a década de vinte e foi “denominada” por Freyre, a partir da obra “Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal”, com os conceitos de “harmonia autoritária” e “equilíbrio de antagonismos”, numa perspectiva de conciliação do processo histórico brasileiro, o que norteou e norteia ainda parte significativa das nossas vidas, a partir da miscigenação étnica e cultural.

Por outro lado, buscaremos ainda suscitar mesmo que brevemente o ‘rigor’ exigido

por Guerreiro Ramos ao confrontar também o seu conceito de redução sociológica nas translações advindas de pesquisadores de esquerda ou com bases nos conceitos marxistas.

Importante destacar que a confrontação com os projetos burgueses e marxistas levam Guerreiro Ramos à defesa do desenvolvimentismo nacional, inclusive sobrepujando inicialmente a questão da negritude ou do racismo brasileiro.

A ebulição que perpassa o país, que busca sua própria superação saindo do estágio agropecuário com a introdução de um parque industrial, nos impõe um novo pensar. De um lado o projeto nacional é pautado pelo nacional desenvolvimentismo e do outro a ascensão do Partido Comunista Brasileiro nos leva a pautar uma revolução brasileira. É nesta conjuntura que são pautadas as demandas do ser humano negro.

É neste cenário que se localiza o nosso estudo, tendo a resistência contra hegemônica desenvolvida pelo Teatro Experimental do Negro como a organização a pautar a luta negra, na qual se encontra Guerreiro Ramos, que após a sua integração a esta organização torna-se um dos principais interlocutores da mesma tanto no meio acadêmico como enquanto intelectual.

Com o objetivo de contextualizar melhor este processo de resistência, do qual somos herdeiros, buscaremos ainda, dentro da confrontação do pensamento hegemônico – projeto de branquitude – com a resistência epistemológica negra destacar o diálogo entre Guerreiro Ramos, Costa Pinto e Abdias do Nascimento.

Observaremos a partir do diálogo entre estes autores, o enfrentamento à carga teórica preconceituosa, da qual foi e é formado o pensamento social brasileiro, em relação à questão da negritude e conseqüentemente à estruturação do racismo. Ramos (1953) sentencia:

“O negro tem sido estudado, no Brasil, a partir de categorias e valores induzidos predominantemente da realidade europeia. E assim, do ponto de vista da atitude ou da ótica, os autores nacionais não se distinguem dos estrangeiros, no campo do apreço” (RAMOS, 1953. p. 39).

Ao se realizar a pesquisa compreende-se a necessidade de se fazer um diálogo intertextual entre o que podemos contextualizar a partir das leituras realizadas com

as hipóteses pretendidas; buscando problematizar a realidade do pensamento brasileiro não contemplada nas teorias universalizantes, possibilitando assim, a apreensão de novos conhecimentos que nos possibilitem um giro decolonial<sup>11</sup>.

É importante destacar que todo o processo histórico brasileiro é marcado por significativas interrupções no interior do Estado, ou melhor dizendo, de governos. Não existe um sistema democrático pleno, assim na estratégia de narrativa, tentaremos elencar passagens da realidade política, relacionando-as ao processo de construção da forma de pensamento social brasileiro, principalmente, porque existem evidências significativas de que estas interrupções governistas ou golpes na frágil democracia provocam um certo retorno ao período colonial/imperial ou mesmo aos tempos da Velha República, com uma forte segregação social.

Neste sentido, uma análise teórica nas bases sociológicas do pensamento social brasileiro se mostra imprescindível, tanto em relação ao próprio exercício da sociologia, quanto às consequências práticas sobre a realidade sócio histórica, principalmente no tocante à presença negra no Brasil.

Assim, em nosso entendimento, com base nas evidências aqui levantadas, se encontra explícita a necessidade de um novo olhar sociológico acerca desta realidade, ou seja, uma mudança radical no fazer e no atuar da sociologia. Para tanto, entendemos como necessária a retomada do processo proposto por Guerreiro Ramos, através da sua “redução sociológica”, um giro decolonial, um olhar voltado para nossa própria realidade sócio política, o que não significa, como bem explicitou Guerreiro Ramos, o desconhecimento às contribuições significativas do universalismo sociológico proposto por autores estrangeiros, e sim, a sua limitação dentro de um contexto nacional específico.

O estudo sociológico aqui proposto pretende em um primeiro momento desmistificar o *modus operandi* até hoje exercido por nossa sociologia, presa às amarras da translação conceitual, ao mesmo tempo em que busca criar freios à naturalização do estigma nacional, no tocante à população negra e conseqüentemente combater de forma incessante a estruturalidade do racismo.

---

<sup>11</sup> É o movimento de resistência epistemológica, política e prática a ser aplicado pelos países sob a influência hegemônica da colonialidade do poder.



Em síntese, o referido estudo busca dar ênfase a pontos significativos para a sociologia brasileira e mesmo universal a partir da constatação da necessidade do entendimento da realidade local, apresentada através do conceito de redução sociológica, afirmando a nossa pluriétnica e diversidade cultural; ou seja, é necessário o estudo do ser humano negro, a partir da conceituação de negro-vida, deslocando-o do conceito objetificado como até então vinha sendo estudado pela intelectualidade, além do necessário estudo do ser humano branco ou branca como definido por Guerreiro Ramos.

Por fim, o presente estudo para além da introdução se divide em quatro capítulos. No primeiro capítulo procuramos discutir a contextualização política e social do período no qual nos limitamos. No segundo capítulo, tratamos de trabalhar uma bibliografia contextualizada de Guerreiro Ramos. No terceiro capítulo, buscamos resgatar as lutas desenvolvidas pelo Movimento Negro no enfrentamento ao racismo nacional em diferentes momentos históricos, as quais são cruciais no entendimento da resistência epistemológica. No quarto capítulo, procuramos relacionar a crítica à sociologia a partir da redução sociológica em relação ao movimento modernidade-colonialidade.

Este estudo compreende a análise das relações raciais brasileiras, se é possível definir um quadro de relação racial, visto que o projeto de branquitude e a estruturalidade do racismo impõem à população não branca uma situação de marginalização social e criminal.

**NOTA:** É importante alertar ao leitor e à leitora que no decorrer da pesquisa utilizaremos um método de não linearidade cronológica, onde a partir de cada fato focado será possível retornar para uma análise conjuntural conforme a especificidade da abordagem, ou seja, a análise se desenvolverá de maneira pontual, focada no fato ou objetivo a ser tratado. A retratação e abordagem de fatos históricos aqui trazidos ganham importância por serem elementos constituintes da estruturalidade do racismo, muitas vezes desprezados ou ignorados, quando não remetidos a um passado longínquo. Tais fatos não buscam transformar este estudo em uma revisão histórica, mas são importantes mesmo que abordados sem maiores aprofundamentos, visto que a partir da chave de interpretação por nós utilizada estes fatos não são anomalias e sim regras na conformação do racismo nacional. E nos

ajudarão a ter uma visão mais conjuntural de como se deu e se dá a luta de resistência negra contra o racismo, possibilitando assim a compreensão acerca do mesmo, sem desvincular do espectro macro conjuntural que poderá prescindir deste referido recorte.

## CAPÍTULO 1 – DESCONSTRUINDO MITOS<sup>12</sup>

“(...) é o domínio do método científico de interpretação sociológica, em última análise, que garante a possibilidade da compreensão e assenhoreamento dos fatos”.  
Alberto Guerreiro Ramos (1958).

A decisão de estudar o pensamento social brasileiro, apresentada já no projeto inicial para o mestrado, foi tomada basicamente em virtude da minha condição de militante negro ou do meu ativismo no interior do Movimento Negro na luta pelo exercício pleno do direito à humanidade. Neste sentido, a busca das raízes ou gênese do racismo nacional se mostrou urgente e necessária para a compreensão e fortalecimento da luta negra pela superação desta abominável realidade nacional.

Deste modo, o presente estudo dá sequência ou é consequência não apenas de um projeto acadêmico para conclusão da pós-graduação; é principalmente um projeto de vida, que necessita ser estendido à comunidade negra brasileira. Buscamos com este trabalho identificar as evidências que dão origem à estruturalidade do racismo, a partir da forma de integração do negro e da naturalização da mesma no seio da nossa sociedade.

Buscamos, contra-argumentando a partir de uma resistência epistemológica, proporcionar não apenas a desconstrução da estruturalidade do racismo em todos os seus aspectos, mas favorecer uma nova compreensão do nosso processo sócio histórico, que nos leve à ressignificação epistêmica, à superação do racismo e nos proporcione um sentimento de pertencimento, ou seja, o de brasilidade.

Ao concebermos o racismo brasileiro como estrutural ou ainda a estruturalidade do racismo, não podemos desmerecer conceitos já consagrados no meio acadêmico,

---

<sup>12</sup> Explicitamos que o projeto brasileiro de fazer história, apresentado por Von Martius na primeira metade do século XIX e acatado pelo IHGB, tornou-se preponderante em nosso país. Assim paetê, significativa da nossa historiografia sócio-política, tem como base narrativas que buscam simbolizar personagens e passagens históricas de forma mitológica, ou seja, extremando o seu heroísmo ao mesmo tempo em que omite e cerceia a verdade diante de determinados atos da conjuntura. Assim sendo, a historiografia brasileira foi conformada através de simbolismos, os quais não se sustentam, pois não tem uma fundamentação objetiva ou científica, a partir da análise conjuntural destes fatos. Portanto, tomamos como mito o relato sócio histórico dos fatos brasileiros descontextualizados de sua realidade. A desconfiguração dos mesmos leva a sociedade a criar uma imagem fictícia da realidade, tendo como elemento fundante a omissão e negação da presença negra como estruturante da sociedade brasileira. Assim sendo, tais relatos da nossa história passam a ser algo desnecessário de comprovações, naturalizado. O mito passa a ter uma compreensão da realidade, sem que esta necessite de fundamentação científica.

assim se faz necessário identificarmos brevemente aqui os conceitos marxianos ou marxistas, bem como, tornar explícito o porquê de nossa definição como racismo estrutural.

Na busca da compreensão da organização da sociedade capitalista, Karl Marx identifica a base econômica, matéria-prima, os meios e as relações de produção como a infraestrutura da sociedade e as estratégias de dominação, como o Estado, religião, meios de comunicação como a superestrutura.

Ao configurarmos a estruturalidade do racismo na sociedade brasileira identificamos uma ambiguidade em seu processo de transformações sociais: há uma interligação entre os elementos que compõem a infraestrutura e a superestrutura, como definidas por Marx, confluindo para a conformação de um sistema *sui generis*, dando surgimento à prática do racismo que, ao mesmo tempo em que se confunde com os elementos de infraestrutura se encontra diretamente ligado à superestrutura, não sendo possível e mesmo aconselhável uma separação ou explicitação do seu início, meio e fim, diante da sua complementação segregacionista.

Portanto, se faz necessária a identificação dos elementos que evidenciam a estruturalidade do racismo, a partir do nosso processo sócio histórico, o qual se conforma dentro da ordem mundial, colocando-se como uma economia capitalista de segunda grandeza e se utilizando da herança escravocrata que, com base na classificação racial advinda das translações conceituais e culturais eurocentricas, marcam o processo de marginalização social dos não-brancos.

Não é difícil detectar inúmeras evidências sócio históricas da conformação de um projeto sistêmico de branqueamento físico e intelectual da sociedade brasileira, a não ser por má vontade, por omissão ou mesmo pela influência do imediatismo recém-integrado em nossa sociedade com a revolução tecnológica, onde o processo histórico é devidamente desprezado e relegado à “não existência” ou tem pouca importância diante da realidade vivida, o que nos leva à convivência com a existência da estruturalidade do racismo.

Assim ao revermos a história nos deparamos de imediato com a realidade, na qual a construção se dá a partir da negação dos elementos que lhes são próprios,

constituintes e da exaltação às elites nacionais, independente do período histórico.

“Ao analisarmos o processo de construção da cidadania brasileira através da construção historiográfica podemos identificar a origem do processo de europeização, bem como, a negação dos povos originários e da população negra, tendo esta como um processo degenerativo da sociedade brasileira. É de extrema importância o papel do historiador e o seu compromisso com as elites mesmo que para isso venha a omitir fatos e personagens que tiveram destacado papel na nossa historiografia, para que apenas figurassem o papel da elite seja no período colonial e imperial com a exaltação do bragantismo, ou posterior aos grupos que assumem o poder, em um completo descaso com a verdade e negligência com o passado como cultura” (SANTOS, 2015, s/p).<sup>13</sup>

Desse modo constatamos que, para escrever sobre o nosso processo histórico, o governo brasileiro através do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1840, realizou um concurso para escrever a história do país, o qual foi vencido por Carl Friedrich Philipp von Martius, de nacionalidade alemã. Sua proposta era que a história deveria ser pensada a partir das três raças fundadoras da nação. Essa proposta teve o apoio do também historiador do IHGB, Francisco Adolfo Varhagen, autor da obra História Geral do Brasil; o qual estabelece as linhas mestras de como fazer história no Brasil, ou seja, a partir da exaltação ao governo e elites e negação dos fatos históricos que não conviessem aos seus interesses.

“Von Martius considerado o “amigo do Brasil” e Francisco Adolfo de Varhagen considerado o “Heródoto brasileiro”, projetista e executor da história da historiografia brasileira, estabelecem a dependência assumida e não autonomia de um pensar a partir de nós mesmos, negando e desfigurando assim, as já existentes contribuições como por exemplo, citada por Manuel Bomfim em seu livro “O Brasil na história – deturpação das tradições, degradação política; sobre o livro de Frei Vicente do Salvador<sup>14</sup>, considerado a primeira e genuína história do Brasil” (SANTOS, 2015, s/p).

Constatamos aqui a *gênese* do fazer história e da construção do pensar nossa nação. Estas linhas delineadoras deram forma a um padrão desenvolvido e incorporado como uma cultura intelectual, que buscou não apenas o isolamento e omissão de parte significativa da população, como também privilegiou as elites ao mesmo tempo em que impõe a negação sócio histórica das populações não

<sup>13</sup> Artigo apresentado no 1º Congresso Nacional de Ciências Sociais – CONACSO – Desafios da inserção em contextos contemporâneos, em 23 a 25 de setembro de 2015, UFES – Universidade Federal do Espírito Santo.

<sup>14</sup> Frei Vicente do Salvador escreveu a história do Brasil concluída em dezembro de 1627, animado por seu amigo Manuel Serafim de Faria, que foi enviado para a publicação após dez anos não fora publicado sendo que “duas cópias do mesmo foram recolhidas ao grande arquivo de papéis históricos do Estado português – a Torre do Tombo”. BOMFIM, Manoel. 2ª Edição. 2013, p. 118. Importante destacar que Varhagen teve acesso a esta obra.

brancas. Não menos importante, destaca-se neste período ainda a parceria desenvolvida entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Institut Historique de Paris, que possibilitava espaços para publicação no instituto francês de artigos sobre o nosso país, o que entendemos não apenas como a necessidade da apreensão conceitual eurocêntrica, mas também, de reversão da imagem brasileira, através do embranquecimento da nossa população.

Para além da influência que a intelectualidade francesa exercerá sobre as produções e mesmo sobre a conformação do pensamento social brasileiro não é possível deixar de mencionar o grande interesse do nosso imperador em transformar o Brasil em um espaço europeu fora das suas fronteiras.

Resgata-se aqui a preocupação de construção de uma história voltada para a apresentação do Brasil como continuidade de um padrão europeu a partir da herança imperial, ou seja, a continuidade da família Bragança no poder; assim conservando uma herança europeia, assumindo o seu conceito eurocêntrico e negando a nossa história e filosofia a partir da nossa realidade e diversidade étnica e cultural.

Nilo Odalia (1997, [1929]), em seu livro “As Formas do Mesmo – Ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varhagen e Oliveira Vianna”, já sentencia a presença do racismo na conformação do pensamento social brasileiro:

“E sobre a estrutura racial, que dissimula uma realidade de estrutura de classes, que vão convergir todos os esforços de interpretação da nossa história de parte significativa dos intelectuais brasileiros do século XIX e das primeiras décadas do século XX, demonstrando de maneira eloquente que, em primeiro lugar, uma opção de sociedade já havia sido feita, tendo como paradigma a sociedade europeia e, em segundo, que essa opção era também formada de integração a essa sociedade. Integração que demandava uma metamorfose dos elementos espúrios da estrutura racial, índios e negros, pelo remédio da fusão ou miscigenação racial” (ODALIA, 1997, p. 19).

Com o referido estudo poderíamos nos dar por satisfeitos e satisfeitas, se não tivéssemos a persistência do racismo entre nós. Portanto, necessitamos estabelecer mais elementos que fundamentem a nossa argumentação.

Assim, não podemos desmerecer o que denominamos de “falácia” em razão do que significou a ruptura do sistema Imperial com a Proclamação da República, não

apenas pela sua restrição às elites da época, como pela inexistência de um projeto de nação e pela perpetuação de um projeto de branquitude e/ou embraquecimento da sociedade brasileira, o qual pode ser expresso na participação do Brasil no Congresso Universal das Raças, ocorrido em Londres em 1911<sup>15</sup>.

No referido congresso o Brasil teve como delegado o Dr. João Baptista de Lacerda, o qual em sua exposição sentenciou que o processo de miscigenação levaria a cabo o projeto do Brasil de branqueamento da nossa população e que em 100 (cem) anos não mais existiriam negros no Brasil. E aqui, não é demais destacar que esta atitude era um posicionamento do Estado brasileiro, deixando explícita a política brasileira de embraquecimento ou mesmo a existência de um projeto de branquitude.

Para além do embraquecimento físico, se encontra evidenciada a necessidade de embranquecimento intelectual, o qual se manifesta a partir da adoção e translação conceitual e cultural dos modelos societários eurocêntricos nos primeiros momentos.

Constata-se que os conceitos elementares na conformação do pensar a sociedade brasileira nos remetem de imediato ao processo imperial e nos revelam a falácia do que significou a ruptura do sistema, não apenas pela sua restrição às elites da época, como pela inexistência de um projeto de país, ou seja, a mudança do regime imperial para o republicano mantém em comum o projeto de embranquecimento e solidificação do projeto de branquitude<sup>16</sup>, logo, o racismo estrutural.

Não é demais lembrar que o processo de transição, para além da sua pouca alteração no que se refere a um conceito de nação, posteriormente é levado a dois eventos mundiais de grande impacto – A Primeira Guerra Mundial e a Crise Econômica de 1929 – os quais terminam por exercer grande influência no nosso processo interno.

---

<sup>15</sup> O referido Congresso é fruto de uma deliberação da Segunda Conferência de Haia em 1907. Embora tivesse como objetivo explícito discutir, a partir da ciência e da consciência moderna, as relações entre os povos de diversas etnias ou origens, forjando assim um viés humanitário, a proposta do congresso tinha implícita a preocupação com as ocupações coloniais dos europeus na África e Ásia.

<sup>16</sup> Processo sistemático de negação de cidadania às populações não brancas, política de imigração europeia e a translação conceitual, que não apenas marginalizaram e marginalizam setores da sociedade, como também, procuram garantir seu *status quo* através da universalização de políticas públicas, condenando assim as populações marginalizadas a este *status* de marginalização ou estigmatização no interior da sociedade.

O período marcado historicamente como República Velha, também chamada de República das Oligarquias, estabelecida a partir de um grande acordo entre as províncias – o que viriam a ser estados posteriormente – e o governo federal, onde São Paulo e Minas Gerais exerciam predominância devido à pujança econômica da época, ou seja, a política do café com leite. No entanto, é um fato bastante negligenciado por nossa história o papel de resistência destes estados à libertação dos escravizados, a busca de indenização dos seus fazendeiros e a mudança política ao passarem a apoiar a república.

Apenas uma subjetividade da nossa história, que solidifica não apenas o seu caráter antipovo, como também, a sua constituição explicitamente anti-negra: o país passa a ser governado de 1889 a 1930, justamente pelos defensores da continuidade do escravagismo e em estados para onde ocorreu parte significativa das imigrações europeias. A justificativa histórica deste acordo se encontra na força econômica, demográfica e política destes estados, na época, províncias.

Mesmo não sendo, objeto deste estudo é importante ressaltar que a concordância dos demais estados brasileiros a este acordo, o qual pode ser classificado como espúrio nos dias de hoje, se conformou a partir da independência das demais províncias, ou seja, autonomia e não interferência do governo federal, contribuindo assim com o surgimento/fortalecimento das oligarquias locais/coronelismo. Durante a vigência deste acordo, é importante ressaltar que foram erigidos ao cargo de presidente apenas políticos paulistas e mineiros; os casos excepcionais, nos quais vieram a ser eleitos representantes fora destes estados, assumiram necessariamente pela ratificação das potências provinciais da época, São Paulo e Minas Gerais.

É relevante destacar a leitura conjuntural de Ramos (1961) referente ao período da República Velha:

“O primeiro passo para a restituição do poder à velha classe dominante é a eleição do paulista Prudente de Moraes, em 1894, que, uma vez empossado, nomeia para a pasta da Fazenda o Conselheiro Rodrigues Alves, monarquista, fazendeiro de café em São Paulo. Ela não se fará ainda no período presidencial de 1894-1898, conturbado pelas agitações dos “florianistas”, mas se consolidará no governo Campos Sales (1898-1892) mediante a “política de governadores”. Esse dispositivo permite a Campos Sales e aos seus sucessores, manter a classe média na periferia do poder até 1930. Campos Sales teve plena consciência do sentido restaurador de



sua tarefa presidencial. Por assim dizer, incumbiu-lhe por fim ao interregno bonapartista, convertendo o governo à realidade econômica. Fez funcionar o eixo Minas-São Paulo, o chamado “sistema café-com-leite” e, ao contrário de seu antecessor Prudente de Moraes, cuja ação foi sempre negaceada por grupos hostis, conseguiu afirmar a sua autoridade de modo resoluto” (GUERREIRO RAMOS, 1961, p. 26).

É altamente visível que os destaques sócio-históricos estão imbricados entre todos os setores na conformação da estruturalidade do racismo e os fatores políticos, econômicos, intelectuais e sociais estão intrinsecamente interligados na sua conformação. As evidências se mostram também no que virá a ser explicitamente defendido e alardeado tanto externamente – o país se mostra um país não negro, tanto para exaltar sua herança europeia como para atrair imigrantes e investimentos -; quanto internamente, na necessidade da crença de um país unificado e sem divergências raciais, pois o medo dos exemplos mundiais sempre rondou os governos e as elites nacionais, especialmente a independência haitiana e a guerra de secessão estadunidense.

Dentre os elementos externos temos a Primeira Guerra Mundial e a Crise de 1929, que têm seus impactos tanto sobre o branqueamento da população quanto sobre a divisão racial do trabalho.

É importante destacar que é neste período que o país inicia o seu processo de transformação com a progressão do sistema capitalista em nosso solo, com o consentimento do imperialismo mundial como nos explica Sodré (1978):

“(…) o imperialismo, que se opunha ao desenvolvimento industrial aqui, muda de orientação: já não lhe sendo possível opor-se a esse desenvolvimento, cabe associar-se a ele, subordiná-lo aos seus próprios interesses” (SODRÉ, 1978. p. 64).

É também neste período que uma mudança importante acontece em nosso país em relação ao exterior, a mudança de credor no cenário mundial, saindo da hegemonia econômica inglesa e passando para a estadunidense, a qual contou de início com a concorrência da Alemanha e do Japão, que, no entanto, deixam de ser um obstáculo aos interesses estadunidenses com a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

Esse elemento é percebido na relação com a Europa Ocidental e não se limita ao fator econômico, sendo também fundamental na influência cultural, conformando, assim, a translação conceitual e cultural, como já apresentadas pelas evidências

neste estudo.

É importante destacar que a relação imperialista sobre a influência estadunidense ganha contornos de uma nova colonização desde o seu primeiro empréstimo datado em 1922, passando a interferir diretamente em vários aspectos da vida brasileira para além da economia capitalista. O setor cultural passou a sofrer grande impacto, podendo ser facilmente detectado no tocante ao cinema, rádio, televisão, imprensa.

Este processo de translação conceitual e cultural sob a interferência estadunidense reflete também sobre o próprio processo econômico e societário e dessa forma uma das exigências do próprio sistema capitalista é a eliminação do analfabetismo nacional:

“Trata-se, assim, de formar um número crescente de pessoas dotadas de dimensão intelectual compatível com as exigências e a complexidade da nova sociedade. Trata-se de, na massa de alfabetizados, recrutar a percentagem daqueles que estão destinados ao trabalho intelectual. Se o Estado, quanto ao ensino inicial, primário, de primeiro grau, exerce esforço de apreciáveis dimensões, embora limitada no espaço resumido as zonas desenvolvidas e de adiantado teor de urbanização, entregou o ensino médio ou secundário quase totalmente, à iniciativa privada, que o comercializou e, assim, estabeleceu critérios de classe para a filtragem dos elementos capazes de passar além dos primeiros conhecimentos” (SODRÉ, 1978, p. 72).

Encontra-se explícito na citação de Sodré (1978) acima, não apenas o caráter classista, como também o regional e étnico-racial do processo educacional brasileiro, garantindo, de imediato, a divisão racial do conhecimento, bem como, o caráter lucrativo da educação.

Este quadro é logo transferido para o ensino superior, o qual por motivos óbvios é destinado apenas para um setor da sociedade brasileira. No entanto, é necessário destacar que mesmo este ensino superior sempre se encontrou sob grande medo das estruturas capitalistas da sociedade brasileira, que suspeitavam e temiam que a partir do próprio exercício acadêmico viessem a se inserir em uma maior democratização da nossa sociedade.

Encontramos aqui evidências do esforço sistêmico da consolidação de uma sociedade segregada não apenas racialmente, mas também intelectualmente, na qual o atendimento imediato aos interesses das elites condenou e condena a uma

sociedade predatória todas as pessoas que não compõem a “elite”.

Em paralelo, a ação estatal de conformação de um projeto segregador ou de branquitude encontrou na translação conceitual e cultural a predominância da influência estadunidense em todos os campos que se refere à cultura e/ou comunicação de massa, a qual passa a exercer grande influência na rádio, televisão, cinema, imprensa em geral e mesmo na produção literária e musical.

Tais elementos não apenas conformam como também fortalecem as bases plantadas no período imperial e que tiveram continuidade com a república.

Desta forma, a preocupação com um país sem conflito racial evidenciada na participação do Brasil no Congresso das Raças, pode ser tomada como lançamento, marco da mestiçagem brasileira, a qual posteriormente será defendida principalmente por Gilberto Freyre.

A mestiçagem romantizada e caracterizada em uma democracia racial, principalmente por Freyre (1933) na sua obra mais famosa “Casa Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal” não tem efeito apenas interno ou nacional, mas também externo; mesmo após a sua desmistificação em pelo menos dois grandes momentos históricos: durante a pesquisa da ONU na década de 1950 – importante destacar que esta pesquisa foi realizada com a expectativa de observar a convivência pacífica entre “raças” após o fim da Segunda Guerra Mundial - e nas denúncias da existência do racismo pelo Movimento Negro já a partir dos anos 1950 e ratificado nos anos finais de 1970 e início de 1980, com o que podemos chamar de Movimento Negro Moderno.

Embora tratemos com maior profundidade a pesquisa da ONU no Brasil durante os demais capítulos da dissertação, é importante ressaltar o momento em que a pesquisa foi realizada e porque o Brasil foi escolhido para tratar deste assunto quando o mundo esteve em guerra. Entre os diversos elementos que levaram à Segunda Guerra Mundial, a questão do racismo contra brancos é o que mais foi e é destacado neste conflito, sendo mesmo escamoteada a prática do racismo contra outras raças, como por exemplo o comportamento das forças nazistas com outros povos, sendo limitados ao antissemitismo, ou melhor dizendo, a ação dos nazistas

contra os judeus.

Neste clima pós-segunda guerra mundial é o exemplo brasileiro de harmonia social e democracia racial, o Brasil que é identificado e escolhido como exemplo a ser estudado para uma convivência harmoniosa mundial entre as raças ou povos e culturas:

“A marginalização social, econômica, política e a consequente criminalização cultural e étnica atribuída à população negra, não apenas a estigmatiza como também conforma um projeto de branquitude da população brasileira, disseminada e naturalizada em um sistêmico processo onde os diversos setores sociais (leia-se, “burguesias locais”, intelectuais, amplos setores religiosos e o Estado), a partir da transplantação conceitual e cultural, impõem modelos societários os quais não tem como princípio a participação efetiva da sua população, limitando a sua integração na condição de sub cidadania, ou seja, em condições análogas à situação vivida nos períodos escravocratas” (SANTOS, 2015, s/p).

Dentro deste contexto de grande efervescência intelectual, política, econômica e social se consolida, mesmo que contrariamente aos resultados contidos na referida pesquisa, a estruturalidade do racismo nacional; tendo como base a colonialidade mental<sup>17</sup> da nossa inteligência, parcialidade e omissão do Estado brasileiro, o qual a partir do mito da democracia racial busca através da universalização de políticas públicas e generalização social, mascarar o racismo ao mesmo tempo em que o torna estruturante e fundante das relações sociais brasileiras.

Não é demais lembrarmos que neste contexto, internamente, quando o elemento negro era estudado por nós até meado do século passado, se encontra de modo *objetificado* nas pesquisas antropológicas ou inserido no contexto da luta de classes, mas sem ter a sua especificidade evidenciada. Buscava-se mais uma vez com a generalização social ou universalização, a superação do elemento intrinsecamente racializado historicamente, ou seja, não se buscava a superação dentro da estruturalidade do racismo aqui observada.

O processo de translação conceitual pode ser mais bem explicado a partir dos movimentos eugênicos brasileiros, que se instalam por aqui no final da Primeira Guerra Mundial poucos anos após as experiências inglesas e francesas, em uma

---

<sup>17</sup> A colonialidade mental trata-se da apreensão e incorporação do pensamento eurocêntrico em contradição com a busca de um pensamento próprio baseado na realidade da nossa sociedade, ou seja, a partir da realidade brasileira.

demonstração inequívoca da importação de modelos societários.

O movimento eugenista no Brasil se incorpora em nossa sociedade de uma forma quase que perfeita, dentro de um projeto já em curso de embranquecimento físico da nossa população, iniciado ainda nos tempos do império com a deflagração das campanhas imigratórias e consequente abandono – político econômico e social - da população negra ex-escravizada.

Importante destacar que as ideias eugenistas tinham grande aceitação entre a elite brasileira, que tinha entre as suas teses, a degeneração racial, defendida principalmente por médicos e bacteriologistas; atribui-se o *status* científico à eugenia, mesmo entre nós não existindo cientistas que pudessem comprovar as suas teses, sendo a defesa destas apenas translações conceituais europeias.

Como defendia explicitamente Renato Ferraz Kehl (1889-1974), fundador da Sociedade Eugênica de São Paulo (1918) e o maior difusor da eugenia no Brasil. Segundo Hochman e Amus (2004):

“Ele alertava a sociedade para os avanços feitos na Europa em termos de eugenia e lembrava a necessidade de que o Brasil se juntasse ao mundo avançado no estudo da hereditariedade, da evolução e da influência do meio ambiente, das condições econômicas, da legislação, dos costumes e dos hábitos sobre a raça brasileira” (HOCHMAN; AMUS, 2004, p. 341).

Imprescindível tornar explícito que este pensamento e suas ideias foram amplamente disseminados entre as elites nacionais e ganharam espaços na imprensa diariamente, tendo grande aceitação entre os letrados; chegando mesmo, tal movimento a criar concursos públicos para famílias eugênicas, onde se julgava as crianças hereditariamente belas eugenicamente. Como nos evidencia Stepan no seu artigo: Eugenia no Brasil, 1917 -1940.

“Os eugenistas foram também responsáveis pela organização de concursos populares para famílias ‘eugênicas’, dando prêmios em dinheiro às crianças que fossem julgadas hereditariamente adequadas e eugenicamente ‘belas’, representantes, portanto, do melhor da ‘raça’ brasileira”. STEPAN, 2004. p. 351

Diferentemente do critério de classes adotado na Europa, o movimento eugenista brasileiro foi estruturado com base na nossa composição racial e buscou lutar pelo aprimoramento racial.

Destacam-se aqui dois campos distintos entre os eugenistas, nos quais suas diferenças são projetadas através da defesa do racismo explícito por um lado, e por outro tendo a miscigenação como solução; posições estas defendidas pelos seguidores de Lamarck<sup>18</sup> contra os seguidores de Mendel<sup>19</sup>.

Lamarck (1744-1829), naturalista e biólogo francês dizia que havia duas questões a serem consideradas na Teoria dos Caracteres Adquiridos:

“1 - A tendência dos seres para um melhoramento constante rumo à perfeição, um aumento da complexidade dos menos desenvolvidos aos mais desenvolvidos; 2 - Porém, esta tendência não atuaria sozinha na evolução, a lei do uso e desuso conjugada com a transmissão dos caracteres adquiridos que provoca os desvios na linha evolutiva” (VIEIRA, 2012, p.560).

A proposta de Mendel, conhecido como “Pai da Genética”, como Teoria da Hereditariedade é realizada em três etapas, sendo a primeira denominada de espécimes puras, a segunda de espécimes híbridas, e a terceira chamada de hereditariedade. Isso gerou a criação de três leis: Lei da Pureza dos Gametas, Lei da Hereditariedade e a Lei de Distribuição Independente.

Estas duas frentes eugênicas embora dissonantes encontram ampla aceitação e tinham como objeto “o gerenciamento racional e estatal da população, do incentivo à reprodução das classes superior e média, eugênicas, e da prevenção da reprodução das classes inferiores” (HOCHMAN; ARMUS, 2004, p. 368).

Princípios eugenistas são adotados pela Associação Integralista Brasileira, que devido à sua orientação católica criou certo obstáculo ao crescimento de um posicionamento mais radical, leia-se, racismo extremado.

Estes embates entre lamarckianos e mendelistas, solidifica entre nós o projeto de branquitude a partir da miscigenação, tendo como entendimento que este resultaria em uma “civilização dos trópicos”.

Entendemos a questão eugenista apenas como uma das subjetividades

---

<sup>18</sup> Jean-Baptiste Antoine de Monet Chevalier de Lamarck (1744-1829), francês que desenvolveu a teoria dos caracteres adquiridos.

<sup>19</sup> Gregor Johann Mendel, austríaco, biólogo, botânico e monge agostiniano que desenvolveu as leis da hereditariedade.

argumentativas do nosso tema, assim sendo, não é possível um maior aprofundamento. Destaca-se ainda a presença forte deste movimento na Assembleia Constituinte de 1933, na qual tiveram papel preponderante, conseguindo “transformar parte de suas preocupações eugênicas em novas leis e instituições culturais e sociais” (STEPAN, 2005, p.374).

Importante destacar que estas conquistas eugênicas foram mantidas durante o Estado Novo, o qual reforçou o papel eugênico na sua lei de imigração de 1937, na qual ratifica o compromisso com o branqueamento da sociedade brasileira ao estabelecer cotas raciais para a imigração, tornando assim ainda mais explícito, não apenas o papel do Estado na concepção de nação, como obviamente o projeto de branquitude nacional.

Este fato em paralelo à absorção e apreensão dos conceitos racialistas e eugenistas pelas elites e pelo Estado, nos leva a conceber um projeto de branquitude, no qual a eliminação negroide se faz presente. Assim sendo, sistematicamente temos o embranquecimento físico, a omissão da presença negra como realidade, através da negação da pluriethnicidade e exaltação da branquitude, além do estímulo à miscigenação e afirmação de uma democracia racial, favorecendo assim, a desresponsabilização do Estado diante da população negra.

Para entendimento do que chamamos de translação conceitual é importante nos referirmos de imediato à apresentação do relatório pelo Dr. João Baptista de Lacerda, Diretor do Museu Nacional e delegado do Brasil ao Congresso Universal das Raças, ocorrido em Londres entre os dias 26 a 29 de julho de 1911, na seção dedicada ao “leitor”. O texto apresentado por Lacerda tratou da miscigenação racial no Brasil e do processo de branqueamento da população mestiça. Ao final da apresentação, tratou da sua principal teoria, fruto da miscigenação no Brasil:

“Segundo ele, o cruzamento racial tenderia a fazer com que negros e mestiços desaparecessem do território brasileiro em menos de um século, ou seja, antes mesmo do final do século XX, possibilitando o branqueamento da população. Em sua compreensão, esse processo deveria ocorrer por três motivos principais. Em primeiro lugar, devido à “seleção sexual”, os mulatos procurariam sempre encontrar parceiros que pudessem “trazer de volta seus descendentes para o tipo branco puro”, removendo os aspectos característicos da “raça negra”, inclusive o atavismo. Além disso, a crescente entrada de imigrantes europeus no país, somada aos problemas sociais, e o abandono que os negros foram obrigados a enfrentar desde a abolição, traziam a perspectiva futura de uma

nação inteiramente branca. E num tom comemorativo, concluía que o Brasil caminhava para ser “um dos principais centros da civilização do mundo”. Em poucas décadas, continuava ele, o país seria “o grande mercado de riquezas da América, explorando todas as indústrias, empregando todas as facilidades de transportes para o comércio estrangeiro e intracontinental, com uma ampla e ativa população empreendedora, que ocupará as grandes cidades da costa e se estenderá pelo interior e pelos longos rios da América do Sul” (LACERDA, 1911, p. 382).

Não é demais lembrar que Lacerda (1911) reconhecia a diversidade étnica da raça branca presente no Brasil e concebia para tal um novo conceito ou definição a qual chamou de raça branca latina, devido à crescente imigração de portugueses, espanhóis e italianos. Por outro lado, ao conceber o desaparecimento das raças negra e indígena, Lacerda se baseou em dados “estatísticos oficiais” produzidos pelo Dr. Roquete Pinto, professor de “antropologia” do Museu Nacional, que constatava a progressividade da queda do número de negros no país.

Igualmente, não podemos deixar de destacar que é também com a chegada dos imigrantes que se intensificam por aqui os debates sobre o anarquismo e comunismo, sendo bastante influente entre os trabalhadores. É com imigrantes, também, que surge a Associação Integralista Brasileira, de concepção fascista.

Todo este quadro conjuntural não passa despercebido e tem grande influência em nossa sociedade e se soma à queda da República Velha, marcada principalmente com a chamada política do café com leite, com a gestão do Estado brasileiro sendo dividida por Minas Gerais e São Paulo, e o golpe militar o qual Getúlio Vargas assume a presidência, para posteriormente instalar o Estado Novo.

É a partir deste quadro que caracterizamos o referido estudo, no qual a presença negra em nossa sociedade é vista de forma *objetificada* pelo olhar antropológico e a sua interação social se desenvolve a partir de políticas universalizantes, condenando-os ao seu ‘eterno’ estado de marginalização social.

Os estudos sociológicos posteriores a este momento “ignoram” a especificidade do elemento negro, tratando-o na generalização de políticas universais, que veem na revolução brasileira a solução para o Brasil; o que só é alterado com o surgimento do Teatro Experimental do Negro, criado em 1944 e a inserção de Ramos nesta organização a partir de 1946. Ele revê suas convicções quanto à situação do negro brasileiro, desconstruindo a visão do negro como objeto e criando o debate sobre



negro-vida, ou seja, o negro como ser humano.

É a partir das evidências acima relacionadas que entendemos a necessidade do aprofundamento dos nossos estudos, tendo como ponto de partida a translação conceitual, que, conjuntamente com as ações de governo na marginalização social da população negra no pós-abolicionismo, terminam por conformar o que chamamos de estruturalidade do racismo brasileiro. O olhar generalizado para os problemas populacionais brasileiros ganham um novo olhar a partir da formulação do negro-vida por Ramos (1954), em um enfrentamento epistemológico direto à cultura hegemônica, tanto expressa pelo olhar antropológico como sociológico da época.

### **1.1 As Influências Conjunturais Externas e Internas na Reconformação do Pensamento Social Brasileiro**

A caracterização conjuntural do período que compreende a intervenção de Guerreiro Ramos nas Ciências Sociais e conseqüentemente na reconfiguração do que tínhamos até então como pensamento social brasileiro, se faz fundamental, para que possamos compreender a própria constituição do pensamento do nosso autor, bem como, as influências internas e externas que incidiram sobre a sociedade brasileira com inerentes reflexos sobre a nossa intelectualidade.

Assim não podemos ignorar a conjuntura mundial e as transformações ocorridas no mundo, a partir da primeira Guerra Mundial (julho de 1914 e novembro de 1918), a Revolução Russa em 1917 e a constituição da União das Republicas Socialistas Soviéticas – URSS, em 1922, e a Grande Depressão de 1929 nos Estados Unidos, que terminaram por favorecer uma das primeiras grandes crises do mundo capitalista, e que em muito contribuíram para o surgimento de um sentimento de nacionalismo, que se espalhou pelo mundo, inclusive com o surgimento do fascismo e nazismo.

Estes fatos conjunturais encontraram desdobramentos em nossa sociedade, os quais poderemos analisar no decorrer deste trabalho, tendo impactado diretamente na mudança no fim da República Velha e nos seus desdobramentos.

No campo estritamente político, vemos a implantação do segundo golpe com a ascensão de Vargas à presidência da República, tendo como consequência a

iniciativa de unificação real do país através da centralização administrativa. A este processo, assistimos a ruptura do governo paulista, através da “Revolução Constitucionalista”, a qual mesmo derrotada após meses de guerra, é considerada uma vitória pelos paulistas, através da unificação da população e do investimento massivo na educação, ainda incipiente no resto do país e que tinha como fundo a retomada hegemônica paulista do governo federal.

É com este objetivo que em 1932 é fundada a Escola Livre de Sociologia de São Paulo – ELSP e posteriormente a Universidade de São Paulo, as quais trataremos um pouco mais à frente.

É importante identificar a composição política nacional, presa às oligarquias locais que defendiam certa independência dos estados federados, em contraposição à construção de um projeto nacional, o qual era representado pela ascensão de Getúlio Vargas em 1930 e que buscou consolidar através do autogolpe com a instauração do Estado-Novo em 1937.

É neste momento de grande efervescência política que se dá lugar ao debate real de construção da nação brasileira; as transformações sociais que se iniciam no Brasil conformam uma nova classe social que começa a enxergar a necessidade de sua participação nos rumos do país, ou seja, a sua participação política.

É neste contexto, que identificamos o surgimento de organizações sociais que passam a incidir sobre a realidade política brasileira; em 1922 surge o Partido Comunista Brasileiro de inspiração marxista-leninista, o qual se filia às orientações da URSS e da Internacional Comunista; em 1931 temos o surgimento da Frente Negra Brasileira - FNB, a qual pautava a integração do elemento negro na sociedade brasileira; e, em 1932, o surgimento da Ação Integralista Brasileira – AIB, esta de cunho nacionalista tem como base referencial o surgimento dos governos autoritários europeus sob as influências do fascismo; representado pelo governo italiano de Benito Mussolini.

A AIB como veremos um pouco mais à frente, passa a agregar diversos setores da nossa intelectualidade e da Igreja Católica, tendo como alguns dos seus objetivos a defesa do nacionalismo, o cristianismo e o combate ao socialismo. Diferenciando-se

das origens europeias, a AIB não pregava abertamente a segregação racial e tinha como saudação “Anauê” que em tupi significa, você é meu irmão. Estes detalhes são significativos, pois, irão nos ajudar a compreender a adesão de parte da FNB e de Guerreiro Ramos a este agrupamento social e as consequências sofridas por ele posteriormente.

Estas três organizações têm papéis importantes na conjuntura de 1930 até 1937, quando da implantação do Estado Novo e consequente cassação dos seus direitos políticos.

Abordaremos brevemente a conjuntura político social deste período, com um recorte específico sobre a ação do PCB, visto que a FNB e a AIB, mesmo que rapidamente, serão tratadas posteriormente.

As mudanças sociais ocorridas neste período oferecem novas perspectivas com o surgimento de um terceiro campo, ou seja, a ascensão e o protagonismo de setores até então marginalizados no cenário político. Assim observaremos a luta pela preservação do prestígio das oligarquias, o nascimento de um movimento nacionalista, e o surgimento de um movimento marxista-leninista com o PCB.

É importante destacar que o movimento nacionalista se alia aos órgãos de Estado, buscando a partir desta aliança a transformação do Estado, sendo representado tanto pela FNB como pela AIB. Em comum estes setores tinham o sentimento anti-imperialista, o nacionalismo econômico e a defesa de reformas sociais, em confronto direto com os setores liberais-oligárquicos, que golpeados com a implantação do Estado Novo vêm surgir o nacional populismo de Getúlio Vargas.

Por seu lado, o PCB fiel à linha representada na sua matriz ideológica, enfatizava em seus discursos ideológicos as premissas da luta de classes. Tais premissas terminam por torná-lo restrito aos anseios populares, conformando-se assim em um partido de quadros, distante da realidade nacional, pois não levava em conta a realidade sócio histórica brasileira. Podemos considerar que este é um dos elementos impeditivos de uma maior ascensão da esquerda ontem e hoje, o que levará Guerreiro Ramos a tecer duras críticas a este partido e ideologia.

Todo este processo é de suma importância para as ciências sociais, que verá surgir

em 1941 a Faculdade Nacional de Filosofia - FNFfi, que juntamente com a ELSP, passam a conformar os dois polos geradores de um pensamento social brasileiro. A FNFfi com sede no Distrito Federal, na época localizado no Rio de Janeiro, irá posteriormente contribuir com seus ex-alunos na fundação do Grupo de Itatiaia, que posteriormente dará lugar ao Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política - IBESP e que será sucedido em 1955 pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB, ambos financiados e mantidos pelo governo brasileiro, podendo mesmo ser considerados, um braço de construção do nacionalismo, ou ainda o mentor ideológico dos governos brasileiros até o golpe militar de 1964.

É com o surgimento destes institutos e a sua interligação governamental que entraremos na fase de construção de um projeto nacional-desenvolvimentista mais profundo. O IBESP é responsável talvez pelo maior acervo deste pensamento nacional desenvolvimentista através dos “Cadernos do Nosso Tempo”. Por sua vez o ISEB que substituiu o IBESP, para além dos seus cursos regulares voltados aos altos funcionários, militares e setor privado, deu continuidade ao programa de produção e divulgação da sua concepção de nacionalismo, como nos retrata Velasco e Cruz.

“Assim, o nacionalismo era visto como uma verdadeira “necessidade histórica”, ditada pelo próprio processo de desenvolvimento econômico e de afirmação popular na vida política do país. Aliás, ambos processos – o do desenvolvimento e o da democratização – eram vistos como íntima e reciprocamente imbricados. Nessa chave, o desenvolvimento econômico daria às massas a possibilidade de passar de uma condição de alienação à de sujeito histórico, como transparece na seguinte passagem da aula inaugural do primeiro ano letivo do ISEB:

“Quando o processo do desenvolvimento nacional, em todos os seus setores, dá a indivíduos existentes no seio das massas sua oportunidade de superação, ocorre a súbita tomada de consciência de sua situação e, através dela, da realidade brasileira em geral. Esse indivíduo converte-se de ser meramente sensitivo [...] em ser expressivo, em centro de forças vivas, em exigência consciente. (Pinto, 1956, p. 15)”  
VELASCO E CRUZ. 2019. P 260-261

É importante destacar que todo este processo se desenvolve em torno de grandes disputas, e, que no nosso caso específico ressalta-se a disputa entre o marxismo-leninista representado pelo PCB que encontrava-se limitado à translação conceitual e não tinha a compreensão da realidade conjuntural vivida pela América Latina, em específico o Brasil, nas suas necessidades de construção de um projeto nacional.

Esta situação se agravou ainda mais com a oposição deste partido ao segundo governo de Getúlio Vargas, o que acirrou o atrito entre nacionalistas e comunistas, visto que este governo vinha sofrendo “o assédio dos liberais-conservadores, levou os nacionalistas a considera-lo como força antinacional”. VELASCO E CRUZ. 2019. P. 261

Este clima de disputas reduziu-se com a incorporação e participação dos comunistas em campanhas nacionalistas. O que segundo Velasco e Cruz foi possível com o revés sofrido pelo PCB, primeiro com a reação popular com o suicídio de Getúlio Vargas em 1954 e as denúncias dos crimes de Stalin; tal situação veio a ser ratificada a partir da deliberação de uma nova linha política em 1958 pelo PCB,

“(…) com a chamada *Declaração de Março* do Comitê Central (CC), a qual reconhecia o caráter progressista do desenvolvimento capitalista então em curso no país e se dispunha a integrar uma ampla frente “nacional-democrática” em prol das reformas estruturais necessárias à consecução da revolução burguesa”. VELASCO E CRUZ. 2019. P. 262

É necessário destacar que no interior do ISEB já tinha a presença de comunista e que mesmo com esta guinada os debates e enfrentamentos entre os nacionalistas-desenvolvimentistas e comunistas não desapareceram simplesmente. O que poderá ser evidenciado com a ruptura de Guerreiro Ramos com o ISEB em 1959, quando em seguida o ISEB apoiou a candidatura do General Lott, tendo ainda o agravante da campanha de desinformação e boicote desenvolvida por membros do PCB contra a candidatura de Guerreiro Ramos à Câmara Federal.

Quanto às divergências entre o PCB e os nacionais desenvolvimentistas, tendo como um dos protagonistas neste enfrentamento Guerreiro Ramos, podemos destacar: o processo de desenvolvimento da industrialização do país, como incorporar as novas classes sociais ao Estado com o advento de um grande acréscimo dos trabalhadores urbanos, a questão étnica, que também se coloca neste processo de divergência, visto que para os comunistas a luta de classes acabaria com o processo de segregação.

Guerreiro Ramos classificava os comunistas como “vítimas da “estreiteza específica” que a militância comunista imporia aos intelectuais” VELASCO E CRUZ. 2019. p. 264, e, que o “materialismo histórico não seria a “classe operária”, mas sim o de “totalidade”, razão pela qual seu caráter revolucionário não estaria em um conceito

particular, mas no próprio método” VELASCO E CRUZ. 2019. p. 264, visto que este método se reivindicava como universal porém, não dava conta das realidades sócio históricas de cada país. Não obstante, não é possível desprezar, como nos auxilia Velasco e Cruz que, “a ideologia nacionalista propugnava a conciliação das classes em nome do desenvolvimento”. VELASCO E CRUZ. 2019. p. 266

Como sabemos estas disputas político-ideológicas nos levaram a uma maior compreensão da realidade sobre a sociedade brasileira, sendo marcante o impacto das influências da conjuntura externa, não apenas voltadas as translações conceituais e metodológicas trazidas pelos comunistas, como também, a estadunidense que se fez cada vez mais presente após assumir o papel de principal credor brasileiro, como veremos mais à frente.

As referidas disputas entre nacionais desenvolvimentistas e comunistas nos revelaram a não intensidade das intervenções estadunidenses em solo brasileiro naquele momento e o seu avanço no conseqüente desfecho perpetrado com o golpe militar de 1964, onde as ações estadunidenses de intervenção social e econômica terminaram por prevalecer em contraponto à política de “coexistência pacífica” da URSS com os EUA, que levaram o PCB a buscar uma versão nacionalista, “a qual o conflito fundamental se daria entre a “nação” e a “ante nação”, isto é, o imperialismo e seus representantes no Brasil”. VELASCO E CRUZ. 2019. p. 268

## **1.2 Pensamento Social Brasileiro e a Estruturalidade do Racismo**

“O maior e único problema do Brasil são suas elites apátridas, parasitárias, vivem de vender o patrimônio nacional e manter o povo escravizado, ignorante, feito gado”.  
Darcy Ribeiro (1995)

Acreditamos ter identificado os campos e as bases que nos referenciam no presente estudo, tendo como premissa as evidências pontuadas até mesmo de forma grosseira, visto ser cada uma destas merecedora de sério aprofundamento, diante dos impactos causados na conformação de um Estado segregador, tomando apenas a população negra como referência.

Temos o entendimento de que as evidências apresentadas são suficientes na contraposição ao problema a ser pesquisado e que mesmo com as limitações exigidas tornar-se-ão perceptíveis diante do enfrentamento epistemológico e militante apresentado por Guerreiro Ramos.

Importante destacar, também, o pioneirismo contido no conceito apresentado da redução sociológica em uma conjuntura de mera translação conceitual, de modelo societário e cultural eurocêntrico e posteriormente também estadunidense, estabelecendo assim um olhar a partir da nossa própria realidade e mesmo identidade nacional. Nos dias atuais nos é permitido um diálogo aberto com novos conceitos, de colonialidade do poder e giro decolonial.

Buscaremos com a utilização dos conceitos: redução sociológica, colonialidade do poder e giro decolonial, empreender o enfrentamento à translação conceitual e cultural, tendo como objetivo evidenciar a construção de um conceito hegemônico, baseado na negação das ontologias não brancas, pelas elites nacionais que têm como base as culturas europeias e estadunidenses, as quais conformaram o pensamento social brasileiro, principalmente nas primeiras décadas da República.

Importante destacar que estes conceitos de negação das ontologias não brancas, negação da diversidade cultural resultante da própria diversidade étnica que veio a constituir a sociedade brasileira, perpassaram e ainda têm grande presença em todos os aspectos em nossa vida social, política e econômica, sendo marcante no que chamaremos de “deformação” social; tudo empreendido com completa concordância de amplos setores sociais, mesmo que imperceptível de imediato, no seu afã do país se tornar uma potência econômica e social, ou ainda, de integração no grande sistema econômico mundial.

Trazemos neste estudo alguns elementos que sintetizam as evidências de um processo sistêmico de colonialidade mental, que se desenvolveu e se desenvolve na conformação do pensamento social brasileiro e que se estendeu/estende aos nossos dias, evidenciando a consolidação de um processo de estigmatização, marginalização e estruturalidade do racismo, ao mesmo tempo em que estabeleceu um projeto de branquitude nacional, ao negar categoricamente a pluriétnicidade de nossa sociedade.

As evidências da existência do racismo estrutural ou estruturalidade do racismo nacional se conformam a partir da historicidade social brasileira, seja pelas ações desenvolvidas pelo próprio Estado, ao que se refere à instituição de legislação explicitamente segregacionista, ou ainda pelo abandono de políticas de integração da comunidade negra após a “abolição da escravatura”, a qual é antecedida de uma ampla campanha de embranquecimento físico da população brasileira, através de um projeto sistemático de imigração, voltado exclusivamente à população europeia, leia-se branca.

Ressalta-se que a produção de leis sob as influências eurocêntricas dos conceitos racialistas e eugênicos tiveram como papel fundamental a criminalização do elemento negro e sua cultura, a qual de forma subjetiva se encontra na prática do projeto de branquitude.

A translação conceitual europeia importa os conceitos eugenicos, os quais no Brasil propiciaram o surgimento de diversas associações eugenistas, as quais tiveram papel influente/importante na sociedade e nas instituições governamentais, ou seja, no aparelho do Estado brasileiro.

Obviamente que esta translação conceitual absorvida pela elite intelectual, principalmente no que se refere aos conceitos racialistas e eugênicos, é fundante e fundamental na conformação do pensamento social brasileiro e norteou e ainda norteia a naturalização do racismo nacional.

Importante destacar que diferentemente de outros países notoriamente racistas, vide os exemplos dos Estados Unidos e África do Sul, o Estado brasileiro, não apenas conforma a estruturalidade do racismo, mas, contribui diretamente na naturalização do mesmo no seio de nossa sociedade, através de uma sistemática marginalização social da população negra e da criminalização cultural desta camada da população.

Neste sentido é fundamental o papel da intelectualidade brasileira, ora supervalorizando a cultura eurocêntrica, ora descredenciando e desprezando seu ódio à cultura negra. Como exemplo deste ataque contínuo a esta cultura em especial, temos os ataques desenvolvidos contra as Religiões de Matrizes Africanas, os quais foram e são desenvolvidos pelas religiões de origem judaico cristã, através



da diabolização da cultura religiosa negra, ao mesmo tempo em que exalta a cultura eurocêntrica, em um processo de domesticação e alienação desta população na luta em favor dos seus direitos. Atribuem a situação de penúria e dificuldades a que a mesma está submetida à conformação divina, na qual a plenitude da vida é remetida ao pós-morte, em explícita negação do seu papel essencial para miséria de parcela significativa da população, através deste processo segregador e alienante.

É necessário desmistificar este quadro de conformação e naturalização do racismo ao qual está submetida a população brasileira, com ênfase na situação de segregação da comunidade negra, visto que, como dizia Mandela: “Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar as pessoas precisam aprender e se pode aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar”.

A persistência do racismo em nossa sociedade é um elemento “cultural”, que de forma sistêmica se instalou, em um movimento de cumplicidade com os mais diversos setores sociais, ora promovido pelo próprio Estado, o qual perpetuou com sua omissão ao enfrentamento, ora disseminado pela intelectualidade brasileira, que a partir das translações conceituais e em nome do cientificismo oitocentista buscou justificar e fundamentar a presença deste mal; e por fim, mas não menos responsável, as religiões acima citadas que no seu entusiasmo de cristianização do mundo fora do continente europeu, condenou e “paganizou” outras nações, suas pluriethnicidades e suas diversidades culturais, “diabolizando” suas religiões.

Como pode ser verificado o racismo brasileiro tem como um dos seus elementos dinamizadores a translação conceitual, favorecida pela colonialidade de poder, exercido pelo sistema capitalista mundial, que no seu afã de dominação, desconhece, segrega e se auto justificativa impondo um *modus operandi* que permite e favorece a manutenção das desigualdades, o desrespeito à humanidade e à diversidade cultural dos demais povos não brancos.

Embora seja possível delimitar este estudo entre dois grandes momentos históricos brasileiros, entre a Revolução de 1930 (golpe que derrubou o presidente eleito pela política do café com leite, Júlio Prestes) e o Golpe Militar de 1964, período ao qual se pode atribuir a responsabilidade pela introdução e desenvolvimento do ensino e

estudo das ciências sociais e conseqüentemente, pelo avanço e consolidação do pensamento social brasileiro. Podemos afirmar que este é um estudo atemporal, pois a abordagem não se limita a temporalidade, uma vez que as conseqüências e impactos da estruturalidade do racismo se fazem presentes em nossos dias.

Importante destacar que, os recortes históricos apresentados são básicos na compreensão do processo de construção e consolidação das fases que compõem o que chamamos de projeto de branquitude. Assim, as abordagens de determinados fatos históricos passam por uma releitura a partir do olhar específico da questão étnica negra. Neste sentido, a compreensão do processo de organização sistemática das ciências sociais no Brasil irá contribuir diretamente com o olhar epistemológico perseguido por Guerriero Ramos quanto à situação do elemento negro, e conseqüentemente, na sua proposição da redução sociológica no enfrentamento à persistência nas translações conceituais acríticas, que eram e são predominantes em nossa sociedade.

Importante ainda ressaltar que os estudos e a literatura desenvolvida por nossa sociedade por muito tempo, não tinham o elemento negro como integrante desta, ou seja, esse não se encontra colocado na condição de ser humano na amplitude do termo. Tido ou considerado como 'algo' exótico e objetificado, ao negro em ampla maioria, eram dedicados os estudos antropológicos, a partir da sua cultura.

Encontra-se, também, estudos dentro da categoria marxista, tendo o negro como integrante da categoria "classe", em um projeto generalizante, enquadrado no processo da "revolução brasileira", desconectado assim da sua especificidade. Estudos que se omitem diante do processo sócio histórico ao qual foi submetida esta população e conseqüentemente ao processo estruturante de segregação sofrido pela população negra.

É a partir da necessidade de revisitação aos estudos até então desenvolvidos, considerando a realidade sócio histórica do elemento negro, a partir da concepção do tema negro-vida alcunhado por Guerreiro Ramos, que apresentamos uma proposta de ressignificação destes estudos.

Ramos caracterizava os estudos desenvolvidos sobre a população negra, como:

“Sobre os estudos do negro no Brasil existe farta literatura de caráter histórico e sócio-antropológico produzida por autores estrangeiros e nacionais. Nesta literatura, em sua quase totalidade está implícito um modo de ver as relações sociais no país, que revela, nos dias que ocorrem, em contradição com as tendências de autonomia espiritual e material do Brasil (RAMOS, 1992, p.63).

Partimos da necessidade da revisão dos marcos conceituais que conformam a teoria social brasileira, a partir da retomada do conceito de redução sociológica cunhado na década de 1950 por Ramos, em uma análise crítica de nossa realidade sócio histórica; ao mesmo tempo em que dialogaremos com os conceitos de colonialidade do poder, postos por Quijano (2002), demonstrando a associação intrínseca da translação conceitual com o sistema capitalista do mundo globalizado e com as questões referentes à “raça”; ampliando nossos estudos por fim, através do diálogo com o conceito de giro decolonial, exposto inicialmente por Maldonado-Torres (2005), sendo que tomamos neste diálogo a produção de Mignolo (2002).

Ao partir da análise bibliográfica e conseqüente debate com os conceitos acima apresentados, buscaremos introduzir ações que objetivem uma intervenção em relação à estruturalidade do racismo, no que concerne à necessária revisão de nossa teoria social, ao mesmo tempo em que analisaremos o desenvolvimento dos efeitos da própria intervenção para a legitimação perseguida. Desse modo, entendemos que “Envolve apreender os motivos pelos quais estão sendo problematizados determinados modos de entendimento do mundo, implica em fazer uma análise sociológica da teoria social” (LIEDKE, 2007, p. 266).

Buscaremos, ainda, apreender a partir da conjuntura da época o debate promovido principalmente por Guerreiro Ramos, seus comentadores e outros intelectuais exemplares da nossa literatura, observando sua atualidade quanto à estruturalidade do racismo, bem como, a necessidade de um giro decolonial, em uma análise sociológica para contribuir na redefinição de nossa teoria social.

### **Resgatando o processo sócio histórico**

Destacamos a efervescência política, sociológica e cultural à qual está submetido o Brasil, após dois golpes (1930 e 1937), a insurreição paulista com a Revolução Constitucionalista, o nascimento dos estudos sociais, o retorno de Vargas e sua

política desenvolvimentista, em relação à qual o ISEB passa a ter grande contribuição e o “renascimento” do Movimento Negro, pautando a integração negra a partir do próprio movimento nacional desenvolvimentista.

Importante destacar que, mesmo sendo este estudo um pontapé inicial no que se refere à necessidade de revisão de nossa teoria social, nos propondo a revisitar as teorias até aqui formuladas, revisitamos com uma contextualização histórica o processo que incide na estruturalidade do racismo, sem desprezar as produções conjunturais que muitas vezes desprezam o nosso processo sócio histórico, em especial a partir do recorte étnico.

### **1.3 Guerreiro Ramos, as Ciências Sociais e a Consciência de Negritude**

A criança pobre nascida em Santo Amaro da Purificação – Bahia se torna um dos maiores intelectuais e sociólogos brasileiros, dentro de uma conjuntura completamente adversa, este talvez seja o retrato que devemos ter de Alberto Guerreiro Ramos.

Uma infância difícil, marcada com várias transferências de cidades até chegar a Salvador, onde irá estudar no melhor colégio do Estado; muito provavelmente através de um apadrinhamento político, o qual não conseguimos identificar. Neste espaço se destaca não apenas como aluno brilhante, mas também por sua contribuição aos seus colegas e pelos seus interesses. Católico, estudou o tomismo no curso de filosofia, mostrando grande interesse pela intelectualidade francesa, em especial o pensamento católico, com o qual manteve estreita relação, principalmente com Emmanuel Mounier, fundador da revista L'Esprit. O seu interesse pela filosofia o levou a estudar os grandes filósofos, tendo a filosofia como marca em suas produções intelectuais.

Ainda jovem, escrevia regularmente para o jornal “O Imparcial” na Bahia. A polarização política no Brasil e em especial neste estado, dividido politicamente entre independentistas, favoráveis à intervenção federal e comunistas. Sob o impacto da intervenção política local filiou-se ao integralismo, o qual apoiava a intervenção federal e no qual desenvolveu uma atuação, que podemos chamar de irreconhecível se levarmos em conta o que ele viria a se tornar. Acreditamos que

esta atuação se deu também por estar ligado ao setor católico, que esteve ligado ao movimento integralista. No interior deste movimento desempenhou o papel moderador diante dos arroubos fascistas existentes no interior da AIB e devido às relações constituídas no interior do mesmo trabalhou como assessor do Secretário Estadual de Educação, que posteriormente lhe ofertou uma bolsa de estudos para a Universidade do Brasil, onde veio a cursar as Ciências Sociais. Esta passagem pelo integralismo deixou marcas em sua trajetória política, bem como, o despertou para o nacionalismo, que viria a defender após o curso em ciências sociais.

É a sua mudança para o Rio de Janeiro e conseqüentemente o estudo das ciências sociais que o leva a aprofundar o conhecimento da realidade brasileira, e a abandonar o sonho literato, mesmo já tendo publicado o seu livro de poesias, “O Drama de Ser Dois”, em 1937.

Reafirmamos que a introdução do curso de Sociologia no Brasil ocorre em 1931, em São Paulo, atendendo aos interesses paulistas após a derrota da Revolução Constitucionalista. E só em 1939, após o fracasso da Universidade do Distrito Federal, teremos na Universidade do Brasil a criação da Faculdade Nacional de Filosofia no Rio de Janeiro, tendo Guerreiro Ramos como participante da sua primeira turma, juntamente com outro baiano que também viria a se tornar destaque, Luiz de Aguiar Costa Pinto.

Assim este movimento é consequência de dois movimentos históricos, o golpe militar de 1930, que foi seguido pelo levante da Província de São Paulo, com a chamada Revolução Constitucionalista em 1931, que embora tenha sido sufocada pelo Governo Federal teve como uma de suas consequências o investimento da elite paulista na educação; obviamente não voltada a toda a população e sim às suas elites como forma de retomada da liderança nacional.

A este fato a reação governamental ou governo federal, se dará em dois momentos. Inicialmente com a fundação da Universidade do Distrito Federal – UDF, em 1935, (importante destacar que este se localizava no Rio de Janeiro) e posteriormente esta é substituída pela Faculdade Nacional de Filosofia – FNF da Universidade do Brasil, em 1939. São destes instrumentos educacionais que veremos a conformação dos institutos IBESP e posteriormente ISEB, ambos constituídos com o objetivo de

assegurar o investimento em políticas sociais pelo governo, justificando assim a sua institucionalidade.

Esta diferença de 08 (oito) anos deve ser destacada, pois, enquanto no Rio de Janeiro o ensino das Ciências Sociais está se iniciando, em São Paulo neste curso já se iniciam os cursos de pós-graduação, levando os seus alunos à prática de pesquisas. Não obstante, importante ressaltar que em ambos os casos, São Paulo e Rio de Janeiro, se utilizam da busca de especialistas para a aplicação dos referidos cursos, e, é nesta importação de professores que precisamos entender a presença de Donald Pierson<sup>20</sup>, sobre o qual nos trataremos um pouco a seguir.

Até a criação das referidas Universidades, o trabalho de construir ou mesmo compreender a realidade social brasileira, era desenvolvido por intelectuais e escritores isolados, “em geral médicos, engenheiros e advogados de formação que se limitavam a compor textos a partir da combinação de pontos de vista e teorias heterogêneas e da livre manipulação de ideias sem o respaldo da empiria” MAIO & LOPES. 2015. P. 347, que apesar dos seus talentos e erudição, não representavam especificamente um estudo acadêmico da nossa sociedade.

Portanto, é importante identificarmos o papel exercido por Donald Pierson, para a sociologia no Brasil.

Após a conclusão do seu doutorado sobre a orientação de Robert Ezra Park<sup>21</sup>, Donald Pierson retorna ao Brasil, para São Paulo, onde passa a lecionar, gradativamente passa a desenvolver a preocupação com o treinamento profissional e a produção de conhecimento. Este trabalho é reconhecido e passa a ser referência no ensino da sociologia, sendo o mesmo convidado a realizar conferências em Minas Gerais e Rio de Janeiro.

No Rio de Janeiro, a convite do Departamento de Administração do Serviço Público – DASP. É através destas conferências que Costa Pinto e Guerreiro Ramos passam a conhecer Pierson, com o qual manterão relações. Costa Pinto manteve intensa

---

<sup>20</sup> Donald Pierson veio ao Brasil entre 1935 e 1937, em específico em Salvador - Bahia, para realização de sua pesquisa para a tese “Negroes in Brasil: a study of race contact at Bahia” publicado no Brasil sob o título: Brancos e Pretos na Bahia: estudos de contato social.

<sup>21</sup> Robert Ezra Park (1864-1944)

relação com Pierson, com troca de correspondência e solicitação de sugestões bibliográficas, no entanto esta relação deteriorou-se posteriormente, com as divergências surgidas. Guerreiro Ramos, que até então não tinha conhecimento da literatura sociológica estadunidense, se interessa pela mesma, cogitando e pleiteando uma bolsa de estudos para uma pós-graduação nos Estados Unidos.

“Guerreiro Ramos, ao mencionar sua passagem pela Faculdade de Filosofia da então Universidade do Brasil, observa: “ Uma coisa interessante é que um homem insignificante teve uma importância muito grande na minha formação cultural. Chama-se Donald Pierson ( . . . ) ele apareceu aqui, contratado por uma organização dessas e deu umas aulas sobre sociologia americana, com a qual eu não tinha contato ( . . . ) aquela coisa do Donald Pierson me deu um impacto. Eu não tinha exposição à sociologia americana, por volta de 40. Eu tive um *affair*, com a sociologia americana e resolvi estudá-la profundamente.” Guerreiro diz que seus estudos sobre puericultura, mortalidade infantil e medicina popular aplicando a técnica do *survey* foram inspirados na sociologia americana conhecida a partir da apresentação de Pierson”. (Ramos, 1981: Cpdoc). OLIVEIRA. 1987. P. 37

Mesmo sobre a influência da sociologia estadunidense, na condição de observadores diante das suas pesquisas, Guerreiro Ramos e Costa Pinto veem a importância da conciliação entre pesquisa e engajamento na ação política, diferentemente da aceitação do distanciamento acadêmico sugerido. Este posicionamento leva a divergências que os levaram posteriormente a um distanciamento com Pierson.

“Não obstante suas especificidades, Costa Pinto e Guerreiro Ramos apostaram na possibilidade de conciliação entre pesquisa e engajamento dos sociólogos, alterando uma importante premissa da sociologia de Pierson o distanciamento do cientista em relação à esfera política. Eles se punham em continuidade com a tradição do pensamento brasileiro que, preocupada em compreender as especificidades da realidade social do país, buscava enfrentar os problemas que impediam sua inserção no mundo moderno”. MAIO & LOPES. 2015. P.344 E 345

Percebe-se aqui que estas divergências se encontram no campo da aplicabilidade das ciências sociais no estágio de desenvolvimento do Brasil, assim “a ênfase que Guerreiro Ramos confere ao caráter prático das ciências sociais é o que mais diferencia sua perspectiva em relação à Pierson neste período, fornecendo pistas sobre a leitura que operou da sociologia norte-americana”. MAIO & LOPES. 2015. P. 359.

Para tanto, Guerreiro Ramos entende que o sociólogo deverá expandir o espaço de atuação, como nos retrata Maio & Lopes,

“o destaque atribuído à aplicabilidade se fez acompanhar do esforço de Guerreiro em expandir o espaço de atuação dos sociólogos profissionais, apontando funções técnicas que estes podiam desempenhar no âmbito do Estado, mediante o desenvolvimento de pesquisas diretamente relacionadas aos problemas sociais do país”. MAIO & LOPES. 2015. P. 359

Assim, Guerreiro Ramos a partir do seu ingresso nos órgãos burocráticos passa a utilizar-se do “trabalho sociológico em um esforço de legitimar espaços próprios de atuação no campo intelectual”. MAIO & LOPES. 2015. p. 344. Entendemos ser o exercício militante da práxis sociológica.

Esta descrição é fundamental para que entendamos a formação, de onde parte a construção intelectual de Guerreiro Ramos, bem como, a sua sociologia militante, que é expressa em um projeto tático e estratégico do que ele compreende como a revolução brasileira. Uma revolução que diferenciava-se das demais concepções que ocorreram no mesmo período em outros países, desvinculada da linha marxista, mas que transformasse o país através do seu engajamento em políticas sociais, do desenvolvimento econômico a partir da sua própria realidade financeira, ou seja, sem interferências bruscas do financiamento externo e acima de tudo, na construção de uma intervenção externa independente do conflito ideológico EUA X URSS, proporcionando mesmo uma terceira via, que podemos comparar com o viés defendido por Manoel Bomfim, da unidade entre os países considerados “terceiro mundistas”.

Como nos explica Schwartzman:

“É preciso ter esta carreira em mente para compreendermos que o trabalho intelectual de Guerreiro Ramos visava sempre um objetivo a curto prazo, era a tentativa de juntar um pensamento que fosse ao mesmo tempo acadêmico, erudito, e uma arma de ação política e de poder. Só assim podemos entender, por exemplo, a grande utilização de autores existencialistas e fenomenológicos, presentes não só na obra de Guerreiro Ramos mas na de vários de seus contemporâneos. O objetivo era constituir uma ciência social que fosse ao mesmo tempo engajada, participante e não marxista, e que servisse de base a uma ideologia nacional, nacionalista. Era importante impedir que esta obra fosse identificada com a ortodoxia marxista, como também era importante diferenciá-la de uma ciência social que fosse meramente universitária, a-critica, sem uma vocação de participação política mais direta”. SCHWARTZMAN, 1983. P. 02

Como podemos avaliar, ao mesmo tempo em que a sociologia brasileira se desenvolveu a partir da incorporação do conhecimento do que era produzido na Europa Ocidental e Estados Unidos, Guerreiro Ramos, procurou a partir dos



referidos conhecimentos construir um distanciamento destas, rompendo com a translação mecânica dos conceitos advindos destes centros, entendido por ele como mais uma forma de dominação, reconhecendo que esta não se dava apenas no campo econômico, como também cultural, neste sentido, tal translação contribuiria na reprodução do racismo.

Vejam a definição de Vania Sierra da linha percorrida por Guerreiro Ramos:

“Guerreiro Ramos foi um sociólogo crítico da subordinação do pensamento social brasileiro que procurava explicar os problemas sociais nacionais a partir das categorias sociológicas criadas nos países centrais, sem considerar nossas especificidades culturais. Defendia a produção de conhecimento que desenvolvesse a autodeterminação da nação, sem negar a contribuição da sociologia europeia. Considerava que o investimento em pesquisas na sociologia deveria ser direcionado a resolução de problemas como a desigualdade social, a degradação ambiental, a dominação cultural estrangeira, a mídia etc.

Seu pensamento se alinha a crítica pós-colonial iniciada após a Segunda Guerra Mundial, com os movimentos de independência dos países afro-asiáticos. Conforme Gomes (2006), os Estudos Pós-Coloniais problematizam o processo histórico da colonização, confrontando a hegemonia cultural dos países europeus pela crítica ao impacto das interpretações culturais etnocêntricas, que submetem as antigas colônias aos parâmetros da civilização ocidental. O pos-colonialismo questiona a produção do conhecimento supostamente universal, que subordina todas as outras culturas, principalmente as populações não brancas aos seus critérios de validade”. SIERRA. 2015.p. 02

É possível identificar a construção desta linha de pensamento de Guerreiro Ramos, que se conforma a partir da sua própria constituição enquanto sociólogo, mas também, enquanto ser humano negro, a partir de um maior conhecimento da realidade do país e do reconhecimento do processo sócio histórico e do processo de formação do pensamento social brasileiro. Para isso é importante destacar a sua relação com Abdias do Nascimento e o Teatro Experimental do Negro, bem como, com Donald Pierson, a partir do seu método sociológico, os quais terminam por ressaltar a realidade sócio histórica das populações não brancas.

Enxergando na translação conceitual mecânica a perpetuação da dominação cultural branca é que Guerreiro Ramos concebe tal distanciamento, sem que viesse a desmerecer tais conhecimentos. Importante lembrar o momento sócio político pelo qual passa o país em busca da construção do seu processo de desenvolvimento sócio econômico; obviamente sem levar em conta as comunidades indígenas e negras, excluídas sistematicamente da construção de uma nacionalidade brasileira.

Guerreiro Ramos vê neste momento de construção de um processo desenvolvimentista do país a oportunidade de uma real integração destes setores populacionais, sendo necessário para tanto, o rompimento com a translação conceitual e cultural dos países centrais, os quais contribuem na manutenção da exclusão destas populações.

“Em Guerreiro Ramos a interpretação do Brasil passa necessariamente pelo reconhecimento do racismo e de suas implicações na construção nacional. Os critérios “alienígenas de pensamento e de ação” reforçam a subalternidade dos países periféricos, reforçando a hegemonia cultural dos brancos, servindo ao não reconhecimento da cidadania aos negros e indígenas. Não sendo identificados como sujeito, eles tornam-se objeto de estudos”. SIERRA. 2015. P. 05

“Contrariamente ao pensamento heterônomo predominante na sociologia brasileira, Guerreiro Ramos vai questionar esta produção por ter identificado o negro como o problema e não o racismo. Considera que a sociologia do negro existente na época consistia numa agressão aos brasileiros de cor, constituindo-se, portanto, numa falsa consciência que obstaculiza o desenvolvimento da consciência crítica da realidade étnica brasileira”. SIERRA. 2015. P. 06

Confirmando a sua característica de ruptura com os conceitos hegemônicos, Guerreiro Ramos problematiza as relações raciais brasileiras, identificando a existência do racismo como uma patologia social dos brancos e não como um problema do elemento negro na sociedade, visto que, até então o elemento negro vinha sendo tomado nos referidos estudos como tema e não como um ser humano ativo e socialmente produtivo. Guerreiro Ramos retrata a tradição histórica do pensamento social brasileiro, o qual se encontrava preso aos processos eugênicos, que se baseavam na impureza da população negra e buscava o branqueamento desta população, tida até aqui como inferior; logo a translação conceitual mecanicista termina por garantir a dominação política, conceitual e cultural branca.

Ao divergir desta interpretação das relações raciais, Guerreiro Ramos:

“Defende a criação de mecanismos integrativos de capilaridade social que sejam capazes de dar função e posição aos elementos de cor que tenham sido adestrados nos estilos das classes dominantes. Ao criticar a produção intelectual sobre o negro que chega conclusão de que o problema é a cor da pele. SIERRA. 2015. P. 07

A seu ver, na sociologia brasileira o negro é transformado em tema, e dessa forma estabelece uma distância entre a concepção abstrata do seu ser e a sua realidade. Esta fabricação da visão do negro acabou produzindo uma divisão entre a vida do negro e os conceitos criados a seu respeito. A produção intelectual sobre o negro acabou operando uma divisão, que

Guerreiro Ramos vai chamar de separação entre negro tema e negro vida. O negro tema é criação dos sociólogos e antropólogos que o conceberam ora como ser mumificado, ora como curioso, sendo de qualquer modo um risco. Como negro vida refere-se à realidade efetiva que o negro tem enfrentado, assumindo o seu destino, fazendo a si próprio nas condições singulares da sociedade brasileira (GUERREIRO RAMOS, 1995). O negro vida é luta e resistência, ele não se deixa dominar e escapa as definições da ciência a seu respeito". SIERRA. 2015.P. 07

A conformação da linha de pensamento de Guerreiro Ramos, se desenvolve através da crítica à translação conceitual de forma mecânica, a qual não tinha relação com as especificidades sócio históricas e culturais brasileiras, portanto defendia que a sociologia contribuísse no desenvolvimento da autodeterminação do país, daí a sua inserção no TEN e no ISEB, que muito contribuíram no projeto por ele defendido de nacionalismo desenvolvimentista, com vista à integração social, mais especificamente do elemento negro. Para tanto, "considerava que o investimento em pesquisas na sociologia deveria ser direcionado a resolução de problemas como a desigualdade social, a degradação ambiental, a dominação cultural estrangeira, a mídia etc. SIERRA. 2015. P. 02

Em uma síntese "grosseira" é possível compreender esta fase de Guerreiro Ramos, que se encerrou com o seu exílio forçado após o golpe militar, através da sua obra "A Redução Sociológica", na qual está intrínseca a sua compreensão, enquanto sociólogo militante, militante negro e político, bem como, o seu protagonismo na criação de um método do fazer uma sociologia a partir das realidades locais, através de uma consciência crítica. Obra na qual, Ramos confronta a translação conceitual que termina por reafirmar a hegemonia cultural dos países centrais, levando a uma subalternização dos países "periféricos", alimentando um padrão societário branco, ao mesmo tempo em que reforçam e dão sustentabilidade à marginalização social, econômica, política e racial de parcela das suas populações historicamente segregadas. Constatamos sua similaridade com os elementos defendidos décadas posteriores pelo Movimento Modernidade e Colonialidade.

"Com esta perspectiva, Guerreiro Ramos presta a sua contribuição a sociologia no Brasil, destacando a importância de pensar os sujeitos como agentes de sua própria história, contrapondo-se assim a hegemonia dos países centrais, que exerce uma dominação econômica e cultural submetendo as populações dos países periféricos ao crivo das suas análises ditas científicas. SIERRA. 2015. P. 02

Ressaltamos que Guerreiro Ramos, pela sua trajetória militante, posteriormente ao

seu exílio, viu crescer a condição de ostracismo na qual foi colocado, passando a ser silenciado pelos mais diversos setores da sociedade brasileira. E este fato, que infelizmente não nos foi possível desvendar, de certa forma se mantém até os dias atuais, embora hoje já possamos encontrar diversos estudos que se referenciam em sua figura e em suas obras; mesmo que não consigamos ainda compreender a profundidade de sua obra e contribuição para a sociedade brasileira, e em especial para a comunidade negra.

Entendemos que um dos fatos significativos que levaram ao seu ostracismo foi a sua filiação à AIB – Ação Integralista Brasileira, na sua juventude, a qual foi expressivamente utilizada por militantes do PCB no combate à sua candidatura a Deputado Federal em 1960, e que, com certeza, impactou e talvez ainda impacte no não aprofundamento das suas contribuições. Por outro lado, a sua crítica às teorias defendidas por este partido para a sociedade brasileira, as quais sempre encontraram forte resistência em Guerreiro Ramos, que via na translação de modelos societários com base nas doutrinas “comunistas” outro erro prático de se pensar a revolução brasileira, crítica que se tornou mais forte após sua viagem à URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Outro aspecto importante e não menos significativo, se constituiu com a disputa entre as escolas de sociologia representadas por São Paulo e Rio de Janeiro, onde a característica mais livre da sociologia carioca se confronta com a sociologia paulista considerada dentro do padrão exigido na produção de ciência, ou seja, o padrão de translação conceitual contra o qual Guerreiro Ramos proferiu uma das principais críticas, porque o mesmo negava a realidade social do país ao não absorvê-la no fazer ciência.

Contudo, encontramos nos anais da história em referência ao golpe militar, que o mesmo ocorreu no dia 31 de março e que no dia 01 de abril ocorreu o ataque à sede do ISEB, com a destruição de parte significativa de seus arquivos. Ora, mesmo Guerreiro Ramos não mais fazendo parte desta instituição é reconhecida a sua contribuição e a linha de pensamento que ajudou a construir na mesma. Logo, a linha do nacional desenvolvimentismo para o país, que rejeitava a interferência do capital estrangeiro no desenvolvimento do Brasil. Linha amplamente defendida por Guerreiro Ramos, que durante a sua campanha a deputado federal confrontava

abertamente o debate entre os nacionalistas e entreguistas.

Em relação ao ataque à sede do ISEB, observamos que o alegado até os dias atuais sobre a ameaça comunista, não pode ser sustentado em um trabalho sério de pesquisa, visto que, mesmo se encontrando no ISEB pesquisadores ligados ao pensamento marxista, este em nenhum momento apresentou uma proposição de revolução comunista, ao contrário sempre se constituiu como um organismo de construção sócio política voltado aos interesses nacionais e que buscava se afirmar distante da dualidade EUA X URSS.

Assim podemos verificar a existência de outros elementos para o silenciamento deste intelectual, verdadeiramente nacionalista, que para além da não subserviência econômica e cultural do país ao imperialismo, pregava a conformação de um bloco independente da polarização URSS X EUA, o que obviamente não agradava aos golpistas. Este fato é ainda ratificado com a sua cassação e exílio, visto que o grande mote do golpe militar era a ameaça comunista.

Não se pode descartar que estava incluso no projeto nacionalista defendido por Guerreiro Ramos a integração do elemento negro na sociedade brasileira, resgatando-o do sistêmico processo de marginalização, o que obviamente não coadunava com o projeto implementado com o golpe militar, o qual não só garantiu a manutenção do *status quo* social da população branca e conseqüentemente *status* de marginalização do elemento negro; e isso em nome da democracia, sendo proibida toda e qualquer manifestação em prol da luta por igualdade e fazendo valer a propalada “democracia racial”.

Não é possível também para nós, não vermos a relação do projeto de integração do negro através do processo de nacionalismo desenvolvimentista, em uma conjuntura internacional onde a efervescência das lutas de libertação das antigas colônias africanas estava sendo pautada, além dos movimentos de negritude que ocorriam na Europa, em especial na França, dos movimentos de luta pelos direitos civis que paralelamente ocorriam nos Estados Unidos desenvolvidos pela população negra, todos estes, fatos que direta ou indiretamente influenciaram na efetivação do golpe militar, isso sem falar no antigo medo da branquitude brasileira de uma possível ascensão social negra.

Por outro lado, e de extrema importância, não podemos deixar de destacar a conjuntura pós golpe militar, o qual é instituído com o apoio dos setores tradicionais, ou seja, a classe dominante, que obviamente era contrária aos projetos de democratização social propostos no período que antecederam o golpe e que em sua última versão se apresentou como o programa de “Reformas de Base” apresentado por João Goulart. Ela colocou-se a favor do golpe, em apoio aos setores golpistas das Forças Armadas. Destacamos, também, o explícito apoio dos Estados Unidos, interessados em intensificar suas ações na América Latina e evitar que se repetisse o seu fracasso com Cuba, onde na busca de superação dos problemas sociais aderiram ao sistema socialista. Dentro da possibilidade de o mesmo ocorrer no caso brasileiro seria uma grave derrota para os Estados Unidos, tanto na América Latina, quanto a nível mundial, em busca da sua hegemonia e enfrentamento ao espectro comunista.

Portanto, a necessidade de intervenção em todos os aspectos sociais se fizeram presentes no golpe militar, especialmente a intervenção no sistema educacional. Para estas intervenções que se desenvolveram em todos os níveis o governo golpista realizou diversos acordos com governo estadunidense através do MEC – Ministério da Educação e Cultura com a *USAID – United States Agency for International Development*, os quais traçaram o rumo da educação do país para o período. Transformaram a educação em uma operação tecnicista, suprimindo toda e qualquer possibilidade de consciência crítica através da educação, ou seja, uma educação que não permitisse qualquer contestação contra o governo e obviamente não alterasse as relações sociais. Para tanto, a nível universitário buscou-se implementar o conceito de neutralidade científica ao mesmo tempo em que para o ensino de 1º e 2º graus é imposto o sistema tecnicista, que visava após a conclusão a inserção dos ex-alunos no mercado de trabalho, logo a manutenção do sistema segregacionista, com a exclusividade do ensino universitário para as classes dominantes, logo a população branca.

Como podemos analisar, o processo que se segue ao golpe militar, não apenas reafirma os princípios contrários ao defendido por Guerreiro Ramos de combate às translações conceituais, como transformam as translações como regras e sobre a hegemonia estadunidense, que passa a determinar as normatizações da educação

em nossa sociedade.

Por fim, não podemos e nem é o objeto deste estudo, desvendar o que levou e ainda leva ao silenciamento de um dos maiores personagens da sociologia brasileira, de vasto reconhecimento no exterior. As inúmeras perguntas que poderemos tecer, ainda permaneceram neste trabalho como incógnitas, para o entendimento de tal situação. No entanto, podemos também levantar algumas hipóteses possíveis, as quais são pertinentes a trabalhos futuros, tais como: Seria o combate à translação conceitual, apenas? Seria a sua concepção de nacionalismo independente do financiamento ou dependência do imperialismo? Seria a sua negritude, visto que a presença de elementos negros pautando a sociedade e o funcionamento desta não estava na ordem do dia, em um espaço quase que exclusivamente branco? Quantos e quais questionamentos a mais serão possíveis diante do silenciamento, do ostracismo imposto a Guerreiro Ramos, da tentativa de degeneração de uma reputação, de um pensar autônomo, fora dos padrões impostos na translação conceitual, que como ele mesmo explicava, não ser apenas a subordinação econômica, como também cultural, para o completo apagamento do ser negro? No entanto, é passível de questionamento ainda, por que o Movimento Negro também não o reconhece e busca referências para a sua própria luta em outros pensadores que em geral, são externos e conseqüentemente não incorporam a nossa realidade social? São questionamentos que continuarão martelando nossa cabeça, na busca de compreender o que se faz necessário para a verdadeira revolução brasileira e conseqüente integração do elemento negro na sociedade brasileira.

#### **1.4 Racialização como Poder de Dominação**

A racialização da sociedade mundial foi um subterfúgio criado pelo elemento branco na Europa Ocidental, nos fins do século XVIII e início do século XIX, como forma de garantir a superioridade societária e cultural, além obviamente, como forma de pilhar, desconstruir, impor a subserviência de outros povos através da escravização, que durou vários séculos. O elemento “raça” e a economia sempre estiveram intrínsecos neste projeto de poder dominante.

Assim, a invasão e exploração dos continentes ao Sul da Europa foi justificada por

muito tempo sob o signo da importação de cultura e do desenvolvimento, além da necessária justificativa religiosa que acompanhou toda a expansão territorial e econômica dos países europeus. Não obstante, à expropriação material se fez necessário impor aos povos explorados a falta de capacidade de autogestão, o que justificou e justifica até os dias atuais a submissão de países e dos mais diversos povos. Este processo de submissão e posterior subserviência de determinados povos e governos não se desenvolve, como sabemos, de forma imediata; transcorreram séculos e buscaram se valer de um cientificismo na justificação da inferioridade dos seres diferentes da cultura eurocêntrica.

A pseudo-cientificidade contida no processo de exploração, dominação e subserviência posterior, justificou durante mais alguns séculos a superioridade étnica branca oriunda da Europa Ocidental, impondo ao mundo uma classificação étnica de valores, concomitantemente à exploração econômica, que levou ao saque/roubo de tesouros e riquezas incalculáveis em todo o processo histórico. Assim, além de garantir a riqueza dos países, conseqüentemente o desenvolvimento dos mesmos, dos exploradores e de suas sociedades, condenou as sociedades espoliadas à apatia na luta pela recuperação do que lhe foi roubado. Não obstante, para além da espoliação econômica, a racialização das sociedades impôs sistemática e metodicamente em cada sociedade, independente do país “colonizador”, um processo específico de segregação; seja através da imposição de limites geográficos, que levaram à divisão étnica dos povos, muito usado no continente americano com os povos indígenas e no continente africano, como também, da degradação étnica por meio do que hoje conhecemos como colorismo, se fazendo valer do instrumento da miscigenação e conseqüentemente da degradação étnica.

Tais elementos, mesmo que hoje possam nos passar como fatos históricos, são de grande relevância na sociedade atual, pois apesar da negação científica do conceito de raça e da impossibilidade de raças puras, este conceito insiste em permanecer nas diversas culturas através do conceito sociológico universalizado. Não é demais destacar que a inexistência científica do conceito de raça alimentado secularmente não caducou com a mesma, visto que o sentimento social se faz presente até politicamente entre nós. Deste modo, sociologicamente a existência de raças não apenas é real como é também determinante no seio da sociedade na classificação,



qualificação etc. de elementos não constitutivos da “raça” branca, visto que esta nem mesmo é classificada pois é tida como natural.

A exarcebção do racismo ou a classificação racial das sociedades humanas levou ao mundo, principalmente à Europa Ocidental o surgimento de sociedades disfarçadas de partidos políticos, as quais em nome de um tipo de nacionalismo deram vida aos conceitos de fascismo e nazismo, os quais posteriormente foram trasladados ao mundo e juntamente com outros elementos conjunturais da época nos levaram à 2ª Grande Guerra Mundial, como é de conhecimento de todos nós. No entanto, mesmo com a derrota militar e econômica das potências nazistas e fascistas e com a criação da ONU – Organização das Nações Unidas, que dentre suas primeiras ações estava a tentativa de desconstrução do racismo, do conceito de “raça” e mesmo a busca de uma convivência harmoniosa entre as “raças”, não foi possível a desconstrução sociológica do racismo, como demonstram os estudos e pesquisas realizadas por este organismo na década de 1950.

Tal constatação não só nos mostra a impotência da ONU, enquanto organização mundial que buscou mediar os conflitos mundiais, como também a não compreensão ou o desinteresse da mesma acerca da relação intrínseca existente entre o racismo e o sistema econômico predominante nas nossas sociedades, levando este organismo a mascarar tal existência, vide os diversos exemplos societários ao redor do planeta, onde a racialização das populações determina a situação social das mesmas.

A complacência e omissão existente no maior organismo mundial diante do racismo e em favorecimento ao sistema econômico imposto pelos países que majoritariamente lhes dão sustentação, o tornam cúmplice do mesmo e co-autor das atrocidades advindas do racismo e que se perpetuam até os nossos dias. É que a ONU se encontra no seu limite reduzido a conferências e resoluções, sem que ataque o verdadeiro elemento de manutenção da prática do racismo com a punição monetária rigorosa aos países e governantes.

Como sabemos, o Brasil, a partir da imagem construída principalmente em seu período pós abolição com a tentativa de embranquecimento físico da população, com uma forte campanha de imigração quase exclusiva para os cidadãos brancos

europeus, e, posteriormente com o processo de mestiçagem, visando o embranquecimento do elemento negro e conseqüente melhoria de sua imagem étnica diante da sua pretensa herança europeia, conquistou a fama de uma sociedade harmônica etnicamente, tornou-se o país sede das pesquisas da ONU, servindo-se assim como um laboratório das pesquisas sobre “raça” no pós guerra.

Como sabemos, desenvolve-se no Brasil neste período uma reformulação do olhar sobre o elemento negro, pois até a década de 1940 tinha-se um olhar culturalista<sup>22</sup>, sendo que a presença dos Clubes Sociais Negros em diversos estados, a União dos Homens de Cor e principalmente o Teatro Experimental do Negro, já vinham favorecendo um novo olhar para si, e, é neste processo de transformação do olhar sobre si, que encontraremos a contribuição marcante de Guerreiro Ramos. Obviamente que esta nova visão de si não deixa de sofrer influências do que acontece em volta do mundo, no entanto, é esta mesma influência externa que fortalece o conceito que irá predominar para o projeto de integração social do ser negro brasileiro.

Enquanto o governo se esforça em apresentar uma imagem de harmonia racial para o exterior, encontramos no seio do Movimento Negro, sobre as influências dos movimentos libertários das “colônias” africanas, movimento de autoafirmação com o Movimento de Negritude promovido por estudantes das colônias e ex-colônias francesas e ainda as lutas pelos direitos civis estadunidenses, que passam a influir na luta negra brasileira, a qual para além do fim do racismo se pauta por uma integração social, política e econômica em nossa sociedade.

Esta pauta, que mesmo sendo específica do elemento negro, e que chamaríamos hoje de pauta “identitária”, não se limita à mera ascensão do ser negro e esteve inserida no modelo de desenvolvimento do Brasil, ou seja, a pauta do Movimento Negro estava inserida no projeto nacional desenvolvimentista, um projeto de nação. E este elemento nos parece de extrema importância por não se tratar exatamente de uma reivindicação deslocada de um projeto de evolução social, mas que se enquadrava na tendência mundial de respeito à convivência social.

---

<sup>22</sup> O olhar culturalista aqui é tomado como é definido no conceito do culturalismo, sem que se tenha uma análise global do ser humano, limitado apenas aos aspectos culturais de cada povo, ou seja, parcela da sociedade é vista apenas por seus aspectos de desenvolvimento dentro do que se conformou como cultura, religião, dança, culinária etc.

Para tanto, a importância de Guerreiro Ramos neste processo é fundamental, ao identificar as bases epistemológicas do racismo nacional, o qual se baseia na construção do que chamamos de estruturalidade do racismo brasileiro, através da investigação do nosso processo sócio histórico, e sobretudo, ao constatar que o olhar dedicado ao elemento negro, também se desenvolvia a partir de uma anormalidade, ou seja, a partir de um olhar branco contaminado com os conceitos eugênicos e racialistas que predominaram no período anterior.

A estruturalidade do racismo se conforma assim em todo processo de negação de direitos e de sobrevivência do elemento negro, que podemos configurar em alguns exemplos como: a marginalização sociológica (social, econômica e política); marginalização geográfica (expulsão das áreas de interesse da burguesia e consequente ocupação das periferias e morros); marginalização criminal (a partir da racialização judicial, ou seja, criminalização de cultura ou ainda da ausência de emprego); da divisão racial do trabalho, entre outros elementos subjetivos que compõem a prática do racismo.

Esta diferenciação, que parte de uma análise crítica de nossa sociedade e não da justificação da sociedade como se conformou por diversos setores, o leva a identificar o que ele chamou de patologia social do branco brasileiro, em uma inversão completa dos valores analíticos, a qual atribuía ao elemento negro a razão do problema brasileiro. Tal inversão para além de desresponsabilizar o próprio papel do Estado brasileiro no processo de segregação, buscou justificar o processo de marginalização social do negro, atribuindo a este um papel que se baseava numa inferioridade e não em sua adaptação dentro do contexto social.

Guerreiro Ramos utilizou a redução sociológica, método que o consagrou e que é marcado com a ruptura das translações acríticas, através do qual, sem que se desconheça as contribuições tidas como “universais”, se encontre a essência do problema a partir da realidade local, no caso específico a brasileira. Verifica-se que parte significativa do problema brasileiro sempre se encontrou na marginalização social, política e econômica do elemento negro.

Assim a translação conceitual e o projeto de branquitude que compunha e ainda compõe parte do pensamento social brasileiro, comportam em si as escolhas de

subalternidade nacional, presente em muitos dos países periféricos ou “terceiro mundistas” e tem como base a necessidade da segregação racial contida em suas estruturas pelo racismo, que deu e dá base à construção nacional ou da sociedade brasileira.

Estes elementos que tiveram no período que antecedeu o golpe militar, um debate em franca ascensão, foram duramente reprimidos e deram lugar não apenas à supressão dos debates e à busca de integração social, mas, também a uma intervenção direta no que se refere à translação conceitual. Os acordos entre o MEC e USAID, passam a ditar modelos e métodos de desenvolvimento de estudos no Brasil, para a nossa própria realidade.

A intervenção estadunidense na educação brasileira, promovida através dos acordos posteriores ao golpe militar, impediu uma análise sociológica a partir da nossa própria realidade, manteve o racismo como forma de manutenção do *status quo* de uma branquidade e conformou a subserviência econômica, política e intelectual, que dificultou e dificulta o processo de ruptura em curso, de integração do ser negro na sociedade brasileira. O modelo societário que vigorava, o qual deu sustentação ao golpe militar, simplesmente perpetuou o modelo segregacionista da nossa sociedade.

Ao abandonarmos ou não levarmos em conta o nosso processo sócio histórico, estamos fadados a incorrer no erro do objetivismo. Sem uma análise crítica das causas e efeitos, das consequências que nos trouxeram a determinada situação, teremos uma análise superficial dos fatos. Sem a compreensão do processo histórico que se impôs, negando os princípios da causalidade nos jogaremos na perspectiva do acaso, onde os acontecimentos fogem a uma compreensão racional, simplesmente acontecem.

Este é o ponto central que nos traz até aqui, não fatos ao acaso. O racismo não é um acontecimento sem base estrutural no desenvolvimento das sociedades no mundo, em especial da brasileira. E as translações conceituais a-críticas e mecânicas as quais somos pressionados por vezes a realizar, simplesmente fortalecem o sistema segregacionista existente. A importação metodológica imposta no modelo educacional brasileiro, de imediato nos afasta das nossas heranças sócio

históricas, nos remetendo a uma secundarização dos problemas, que são desfocados do seu processo real.

Uma das críticas atribuídas a Guerreiro Ramos está justamente no seu não rigor metodológico. Contudo, há evidências de que esta crítica é falsa, visto que o mesmo nunca negou ou desmereceu qualquer processo metodológico; ao contrário, exigiu que os rigores metodológicos fossem aplicados a partir da realidade local, o que comprovaria a segregação racial sistematicamente desenvolvida pelo Estado e sociedade brasileira.

Ao tecer sua crítica à translação acrítica ou mecânica, Guerreiro Ramos nos apresenta a impossibilidade de uma universalização sem ter-se em conta as realidades locais, visto que esta translação apenas favorece uma homogeneização das culturas. Para tanto, ele apresenta a necessidade de descolonização mental o que significa assumir a própria realidade, o que no nosso caso significa aceitar a nossa pluriethnicidade e diversidade cultural; contrapondo-se diretamente à assunção de padrões estéticos brancos de origem europeia em um processo de aculturação que não condiz com a nossa realidade.

Como é possível identificar, está implícita ainda a necessidade de revisão do enfrentamento da questão racial no Brasil, onde a questão da negritude se mostra central. Não podemos perder de vista que Guerreiro Ramos se encontrava atento aos debates que ocorriam em nível mundial sobre a questão negra. São evidentes as coincidências ocorridas concomitantemente aos debates de negritude, pan-africanismo e às linhas de pensamento defendidas por Fanon, as quais só viriam a ser pautadas no Brasil quase uma década depois. Estas coincidências podem ser constatadas com a aplicação dos cursos liderados por ele no Teatro Experimental do Negro, como por exemplo, o socio-drama.

“No elenco das sugestões feitas pelo sociólogo, destacam-se a difusão de técnicas de dramatização e atividades teatrais como recursos terapêuticos, e a promoção em larga escala de concursos de beleza entre mulheres negras e mulatas (GUERREIRO RAMOS, 1982[1950], p. 237-238). O sociólogo visava - mediante a superação dos ressentimentos e dos recalques suscitados pelo preconceito racial e a alteração das atitudes e mentalidades negativas de brancos e negros referentes à cor - estimular a integração efetiva da população negra à sociedade brasileira. Nesse sentido, Guerreiro também defendeu a implementação de políticas sociais, de educação e formação profissional que contribuíssem para a ascensão social do negro. A proposta de Guerreiro Ramos destoava da iniciativa da Unesco”. MAIO,

Marcos Chor. 2015 p. 606

Assim a sociologia ao se negar ao reconhecimento do impacto da racialização da sociedade brasileira e da existência de conflitos raciais, termina por interagir diretamente com o projeto de branquitude imposto ao país a partir do pós “abolição”, tendo como elemento estruturante deste projeto a aculturação advinda de translações conceituais e culturais brancas (Europa Ocidental e Estados Unidos), as quais foram e são impostas como normas societárias às demais conformações étnicas. Ressalta-se que o olhar sociológico que se negue a enfrentar a pluriétnicidade brasileira estará direta ou indiretamente reafirmando o seu olhar excludente de nossa realidade, assumindo assim a premissa básica de conformação do projeto de branquitude.

A não observação da estruturalidade do racismo em nossa sociedade ou ainda a aceitação da individuação do racismo não só escamoteia o debate sobre a realidade das relações raciais, que em sua estruturalidade perpassa e interage em todas as ações pertinentes à sociabilidade, como cria sub-categorias do racismo nacional, de modo a propiciar uma compreensão explícita não apenas da sociedade em geral, como de setores impossíveis de serem reconhecidos em virtude dos privilégios obtidos por se enquadrarem na categoria “brancos latinos”.

Assim também justificam-se a criação de inúmeras categorias do fenômeno racismo nacional, que não mais se autodefine como impedimento físico, social, político e/ou econômico do elemento não branco, pois a estruturalidade do racismo remete este fenômeno à sua transversalidade na relação sócio racial e para tanto surgem terminologias que são frutos da intersubjetividade do racismo, como: racismo institucional, racismo intelectual, racismo religioso, entre outros.

Reafirmamos, não é possível uma análise da sociedade brasileira, sem buscarmos as raízes sócio históricas de sua constituição, sob pena de escamotearmos ou minimizarmos o problema do racismo, individualizando-o ou mesmo relegando o referido processo histórico a um passado inexistente ou longínquo, o qual não pertence ou não tem impactos em relação ao momento atual desta sociedade, o que de forma indireta ou não, termina por reafirmar não só a estruturalidade do racismo como também, o projeto de branquitude predominante nesta sociedade.

A crítica desferida por Guerreiro Ramos sobre o olhar para a população negra realizada por seus antecessores atende a diversos aspectos sociológicos e se enquadra no não reconhecimento sócio histórico brasileiro, na evidência de um projeto de branquitude, na translação conceitual, como também, na aceitação negra de tais situações, ao ser acomodados em determinados setores, deixando-se aculturar. Mesmo que alguns elementos aqui levantados não estejam explícitos na crítica tecida pelo autor, que via no processo de desenvolvimento sócio econômico do país um processo que contemplaria uma integração negra em nossa sociedade, enxerga-se um processo patológico do branco, o qual ele acreditava ser regionalizado.

“Assim, o “problema do negro” era, sobretudo, um problema dos estigmas incorporados pelo branco e pelo negro, na medida em que apresentavam uma mentalidade colonizada, alienada da realidade étnica característica do Brasil. Por encarar o negro como elemento exótico, sendo incapaz de reconhecer o fato de que este constitui o perfil da própria população brasileira, a abordagem socioantropológica acadêmica seria alienada, operando com esquemas cognitivos europeus e tendo como referência o indivíduo branco, e não o brasileiro”. MAIO, 2015 p 625

Este olhar e a crença na integração do elemento negro a partir do desenvolvimento sócio econômico, não deixava de constatar a “patologia” de nossa sociedade em especial a “letrada”.

“Ora, o Brasil, como sociedade europeizada, não escapa, quanto á estética social, à patologia coletiva descrita. O brasileiro, em geral, e, especialmente, o letrado, adere psicologicamente a um padrão estético europeu e vê os acidentes étnicos do país e a si próprio, do ponto de vista deste. Isto é verdade, tanto como referência ao brasileiro de cor como ao claro. Este fato de nossa psicologia coletiva é, do ponto de vista da ciência social, de caráter, de caráter patológico, exatamente porque traduz a adoção de critério artificial, estranho à vida, para a avaliação da beleza humana. Trata-se aqui, de um caso de alienação que consiste renunciar à indução de critérios locais ou regionais de julgamento do belo, por subserviência inconsciente a um prestígio exterior”. GUERREIRO RAMOS, 1995. p. 195

Este olhar europeizado, atestado por Guerreiro Ramos, é estudado por Amauri Mendes Pereira em seu livro “Para além do racismo e do antirracismo”, no que se refere ao enfrentamento do nosso racismo, a partir das:

“(…) incompletudes, impermeabilidade (não entra nada) ou porosidade (entra e sai sem deixar vestígios) e às vezes, inconsistência em interpretações da sociedade brasileira, no que toca à percepção da questão racial brasileira”. PEREIRA, 2013 p. 152

O que significa explicitar a ausência de interesse na superação do racismo nos

diversos campos da nossa sociedade, tanto no campo acadêmico, como no campo político social, presos que estamos, ora à translação conceitual ainda muito presente, ora às interpretações rasas, que não nos oferecem condições de enfrentamento real, muitas vezes limitado ao atendimento do imediatismo factual.

Ainda se fazem presentes em nossas instituições acadêmicas as translações conceituais, que nos remetem a debates que não interagem com a nossa realidade local, no que tange à superação das nossas desigualdades e conseqüentemente do racismo. Por outro lado, o imediatismo ou a busca de enfrentamentos da pauta cotidiana nos afasta de nossa realidade sócio histórica, nos impondo análises superficiais e inconsistentes na busca de superação do racismo estrutural.

Ao comentar os estudos de Dante Moreira Leite, Amauri Pereira, nos fornece a chave de conexão entre as elites nacionais e o meio intelectual, em sua cumplicidade racista imposta com as translações conceituais.

“Fica claro em sua argumentação que a importação de conceitos e noções não era aleatórias, mas se dava conforme conveniências de setores das elites brasileiras”. PEREIRA, 2013, p 171

E nos aponta que...

“A tendência de reprodução acrítica destes tipos de comportamentos – e da perenidade dos fatores geradores de desigualdades raciais e sociais – abre espaços para todo tipo de busca de soluções”. PEREIRA, 2013, p 176

Trazemos aqui alguns elementos do que significa este olhar com a ausência de nossa realidade sócio histórica, com um breve relato que se caracterizou a disputa intelectual entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes, ou ainda, como pode ser visto em alguns autores ou intérpretes de ambos, como a disputa entre as escolas carioca e paulista, que retratamos em breves linhas.

Mesmo numa análise breve percebemos a diferenciação entre as linhas de produção sociológica entre as escolas carioca e paulista. Nesta encontraremos o desenvolvimento de uma sociologia mais acadêmica ou voltada a uma linha mais presa aos conceitos universalistas (translações conceituais) sem uma “preocupação” em intervir na conjuntura nacional, enquanto a linha carioca, até mesmo por seu viés mais próximo aos órgãos de governo, voltada à construção de uma sociologia de intervenção na realidade social. Não obstante, é importante destacar que a USP



é o primeiro centro universitário a desenvolver os cursos de pós graduação em ciências sociais.

A divergência entre as duas escolas, ou entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes ocorre a partir do Congresso Latino Americano de Sociologia em 1953 e, é pautada na rejeição das teses defendidas por Guerreiro Ramos. Obviamente o estudo destas divergências não será aprofundado aqui, ficando para estudos futuros. Contudo registra-se como objeto ilustrativo do olhar para a traslação conceitual.

As sete teses, expressas aqui de forma rudimentar, foram reprovadas no referido congresso sob o argumento do provincialismo contido nas mesmas e da ausência do rigor científico.

“A crítica ao provincianismo ocorre quando Florestan Fernandes “acredita no dever de zelar pela “pureza” da sociologia, e julga se destine a ser levado demasiadamente a sério o âmbito do saber academicamente chamado de sociológico” (RAMOS, 1996, p. 26). Em relação ao bovarismo, define-se pela distinção realizada por Florestan entre os sociólogos e os “leigos”, “ao ponto de considerá-los cindidos, o que, obviamente é falso e parece considerá-la como ideal”. Na visão de Guerreiro, ao contrário, a sociologia se tornará um conhecimento vulgarizado: “O professor paulista é ideólogo de uma sociologia insustentável, que nunca existiu, não existe, nem nunca existirá. A sociologia não é exterior à sociedade global” (RAMOS, 1996, p. 28). MALTA & KRONENBERG. P. 38

Obviamente que este debate não se encerra no referido congresso, é pautado posteriormente e perdura tempo significativo entre nós. Da parte de Guerreiro Ramos este debate é retomado nas suas publicações: “Introdução Crítica à Sociologia Brasileira” e “A Redução Sociológica”; por parte de Florestan Fernandes suas críticas serão pautadas no texto “O Padrão de Trabalho Científico dos Sociólogos Brasileiros”, publicado inicialmente na Revista Brasileira de Estudos Políticos e posteriormente no livro, “A Etnologia e a Sociologia no Brasil”, ambos em 1958.

Não obstante, não podemos deixar de mencionar que entre as inúmeras questões que se conformam na disputa entre as duas escolas, paulista e carioca, estava presente também a questão do financiamento de suas pesquisas,

“Um dos pontos basilares da discussão foi a questão do financiamento. Por um lado os sociólogos paulistas acusavam o ISEB de se valer de financiamentos federais para a realização de suas pesquisas; por outro os cariocas contra atacavam afirmando que a Universidade de São Paulo

sempre recebera incentivos privados por parte da burguesia conservadora paulista”. MALTA & KRONENBERG. p. 40

Como já pontuamos em linhas anteriores, esta disputa não se encontra distante e nos remete à “Revolução Constitucionalista” e seus reflexos na condução futura do país. O estado de São Paulo busca se fortalecer politicamente para sua intervenção no cenário nacional. É a partir desta política que vimos nascer a ESP e a sua linha de translação conceitual na busca de conformar um estado brasileiro a partir destas translações.

Esperamos ter trazido evidências da existência de mitos, que buscamos com este estudo desmistificar. Sendo necessário ainda e talvez mais futuramente nos predispormos a outras desconstruções, como a estética.

Assim, entendemos também como de grande importância a observação estética a ser desenvolvida no transcórre deste trabalho, levando-se em conta que o problema pesquisado não pode se limitar ao estado da arte, sem que seja utilizado o método dialético para compreensão do processo sócio histórico e conseqüentemente de sua influência na sociedade, seja no período restrito aos nossos estudos, seja na atualidade.

Com este entendimento, trazemos uma breve reflexão do professor Henrique Cunha sobre metodologia da afro-descendência, publicado no blog negronicolau, que aponta a necessidade do referendo sócio histórico no âmbito da pesquisa, no caso específico do fazer ciência a partir do nosso lugar enquanto negro.

“As ordens de fatores que relacionam a necessidade, a disponibilidade e o interesse pela pesquisa em determinado tema e com enfoque específico quanto à base teórica, metodologia e caminhos interpretativos e organizativos da produção de conhecimento é um terreno de conflito e que se explicita com grande força quando se trata da pesquisa com opção da metodologia afrodescendente. A principal razão explícita é que ocorre uma ruptura de perspectiva sobre o conhecimento, este elege a população negra como fonte ativa do conhecimento e não como objeto. De maneira subjetiva interfere na relação íntima da nossa sociedade sobre os racismos antinegro mentais, a nossa sociedade é perpassada pela ideia da superioridade e de supremacia do pensamento ocidental. Propor o africano e afrodescendente como pensadores ativos fere as ordens mentais instituídas e praticadas. Varias são estas ordens de fatores que relacionam a pessoa do pesquisador, seu coletivo de origem e os temas e posturas sobre os temas e sobre a forma científica de trata-los (questionamentos que eram apenas realizados como uma opção entre o popular e erudito, entre o despossuído e possuidor

(despossuído de poder político, cultural e social ou apenas despossuído de poder dos meios de produção), ou entre funcionalismo e marxismo, hoje com a presença dos afrodescendentes falando de conhecimento africano e de populações de origem africana introduz novo e precioso debate na epistemologia das ciências no Brasil”. CUNHA, 2015

Entendemos que Cunha se confronta com o próprio modelo de pesquisa à qual somos submetidos, visto que o mesmo já é uma imposição cultural da hegemonia branca, e, obviamente não se busca no seu desenvolvimento a compreensão das especificidades de cada local ou população; ao contrário, trata-se e volta-se a uma compreensão universal em uma totalidade inexistente, imposta pelo padrão societário branco.

Importante destacar que o processo hegemônico, que esconde e mascara o processo sócio histórico da presença negra em nossa sociedade, está presente, também, no *modus operandi* de produção acadêmica. Buscamos através da contextualização política à qual esteve exposto o autor referência, Guerreiro Ramos, e sua obra, evidenciar o processo sistêmico de conformação do projeto de branquitude e estruturalidade do racismo, que consiste na universalização de um padrão societário branco. Este padrão societário, que nos impõe um branqueamento não apenas físico, como também intelectual, de forma subjetiva perpassa todos os aspectos da vida do elemento negro, seja na sua alienação étnica, levando-o à sua auto negação histórica, cultural, política ou mesmo no seu embranquecimento, através da “naturalização” presente no seio da sociedade, que passa a incidir estética e intelectualmente.

## CAPITULO 2 - CRUZADA GUERREIRA

“A consciência crítica surge quando um ser humano ou um grupo social reflete sobre tais determinantes e se conduz diante deles como sujeito. Distiguin-se da consciência ingenua que é puro objeto de determinações exteriores”.  
Guerreiro Ramos. 1965. p 61

Guerreiro Ramos nasce em 1915, durante a juventude da nossa República ou República Velha ou ainda República Oligárquica, marcada pelo consenso entre as elites, que depuseram o último Imperador através de um golpe cívico-militar e sob o grande debate da formação da nação brasileira. Porém, esta já nasce sob as influências literárias da Europa Ocidental e Estados Unidos, além da translação conceitual e de modelo societário, com grande influência das teorias racialistas e eugênicas. Destaca-se ainda a inexistência da unidade federativa do país, em uma explícita cópia do modelo organizacional estadunidense, onde os Estados Federados exerciam/exercem grande autonomia.

Sua adolescência e juventude é perpassada por momentos significativos da história política e sociocultural brasileira, marcada principalmente pela Semana de Arte Moderna, ocorrida em São Paulo entre 11 e 17 de fevereiro de 1922 e que deu início ao Modernismo no Brasil; a deposição do presidente eleito Júlio Prestes, o qual não chegou nem mesmo a tomar posse com a “revolução de 1930”, que empossou Getúlio Vargas; o surgimento da Ação Integralista Brasileira-AIB (1930), da Frente Negra Brasileira-FNB (1931) e a instauração do Estado Novo, imposto pelo auto golpe de Getúlio Vargas (1937). Importante ressaltar que tanto a AIB quanto a FNB terminam apoiando a instalação do Estado Novo por Getúlio Vargas e, pouco tempo depois perderam os seus direitos políticos, suspensos por este governo.

Necessário destacar que após a “revolução de 1930”, Getúlio Vargas instala no Brasil a primeira ditadura e, entre inúmeras manobras políticas, constrói um projeto de unificação do país e o seu projeto nacional-desenvolvimentista. Inscreve-se na nossa história política como o presidente que permaneceu maior tempo na gestão do país, só saindo desta em 1945, após fracassar sua tentativa de manutenção no cargo. No entanto, é eleito senador pelo PTB, para em 1950, conforme alguns dos seus historiadores ser “convocado pelo povo” para retornar à Presidência. Em 1951 disputa e é eleito democraticamente, permanecendo no cargo até 1954, quando

encerra sua vida política com o seu suicídio, após sucessivas pressões sofridas no seu governo, registradas magistralmente na sua carta-testamento.

Não obstante, esta fase é marcada por um processo riquíssimo em todos os níveis da vida sócio-política brasileira, o qual deverá ser abordado em alguns momentos durante este trabalho, no que tange especificamente ao objeto desta pesquisa. Assim, destacamos dois elementos que entendemos ser marcantes na vida de Guerreiro Ramos, a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, criado ainda no Estado Novo e efetivado em 1938, o qual buscava dar uniformidade às ações do governo, integrando as ações dos diversos setores, entre outras funções. Guerreiro Ramos foi professor na Escola Brasileira de Administração Pública e desenvolveu inúmeras publicações sobre Organização do Serviço Público.

Por outro lado, a busca de uma integração social da população negra, que na sua visão seria beneficiada inicialmente com o nacional-desenvolvimentismo, é marginalizada, sem o reconhecimento da sua especificidade e da necessidade de reparação em virtude do processo escravagista ao qual foi submetida, principalmente devido à adesão do governo ao conceito de democracia racial, o qual se encaixou perfeitamente no projeto getulista, entendido como “feijoadá”, uma convivência harmoniosa entre brancos, negros e índios.

Como veremos mais à frente, esta linha política em referência à população negra, adotada pelo governo e incorporada ao Estado brasileiro, será uma das preocupações de Guerreiro Ramos, que oscilará em seus posicionamentos, sendo um ferrenho crítico aos estudos desenvolvidos sobre o negro no país, ao mesmo tempo em que é defensor do nacional-desenvolvimentismo como forma de transformação da situação político-social desta população; evidencia-se, ainda, o seu forte anticomunismo e influência da religião católica, como observaremos no decorrer deste trabalho.

Esta efervescência de um rico processo de transformação política e social do país foi vivido com toda a intensidade por Guerreiro Ramos, desde sua tenra idade; o que levou à constituição de sua consciência crítica. Consciência crítica e militante radical, que terminou por levá-lo, tanto durante sua vida como após sua morte, a um silenciamento e omissão gritantes, onde a sua contribuição tanto para a sociologia

como para a sociedade, inclusive para a comunidade negra, não encontra o devido reconhecimento.

Este não reconhecimento deve-se às suas posições geralmente contra hegemônicas, o que cria barreiras ao aprofundamento das suas contribuições. Tivemos que fazer uma verdadeira garimpagem para reconstituição mínima da sua vida. Nos baseamos muito nas contribuições de Muryatan Santana Barbosa, Edison Bariani e Marcos Chor Maio, entre outros estudiosos contemporâneos, que trabalham a recuperação das suas contribuições e da grandeza e destemor que representa Guerreiro Ramos para a nossa sociologia.

Guerreiro Ramos cursou o secundário (hoje ensino médio) em Salvador, no Ginásio da Bahia, instituição educacional que tinha como frequentadores membros da elite baiana. Na capital do Estado, o acesso a tal instituição de ensino só pode ter sido possível graças às relações adquiridas por sua mãe, que trabalhou como lavadeira para famílias da elite baiana. Na sua juventude, Guerreiro Ramos demonstrou sua inclinação política, quando se ligou ao integralismo na Bahia e ao Centro de Cultura Católica, onde trabalhou como assistente da Secretaria de Educação no governo do interventor Landulfo Alves. Iniciou seus estudos literários publicando poesias no livro “O Drama de ser Dois”, além da obra “Introdução à Cultura” e escreveu no jornal “O Imparcial”, que se pronunciava autonomista em relação às velhas lideranças locais, mais posteriormente se alia à Aliança Integralista Brasileira.

Em 1939, aos 24 anos se transfere para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde frequenta a Faculdade Nacional de Filosofia e diploma-se em Ciências Sociais e Filosofia em 1942. Segundo sua própria versão foi preterido tanto na cadeira de sociologia como na de ciência política, por sua participação na Ação Integralista Brasileira na secção Bahia, e um ano depois, ou seja, em 1943, torna-se bacharel em Direito, curso iniciado em Salvador e interrompido com a partida para o Rio de Janeiro. Observa-se que “a conjuntura política da época se caracterizava pela polaridade entre integralismo e comunismo. Estando engajado no movimento político da época, como muitos jovens intelectuais, e dada a sua formação religiosa, filiou-se ao integralismo” (SOARES, 1995, p. 33).

Além disso, a forte influência da religião católica prevalece no decorrer da sua vida

intelectual, mesmo encontrando na sua obra sociológica fases distintas; podendo mesmo ser considerado como uma categoria lógica, principalmente no seu enfrentamento com os conceitos marxistas.

Não é demais lembrar que o Brasil sofre grande influência europeia e estadunidense, tendo as teorias racialistas, fascistas e mesmo nazistas ganho grande influência entre nós.

Na verdade, o conceito de nacionalidade brasileira sempre foi escamoteado pelas elites brasileiras, devido ao medo de enfrentar a pluriétnicidade marcante na conformação populacional, principalmente após a revolução haitiana (1791-1804), que levou ao fim da escravidão, com a expulsão da população branca, a declaração de independência e a instauração da primeira república dirigida pela população negra. Ressalta-se, também, a Guerra de Secessão estadunidense (1861 a 1865), que teve como base os conflitos raciais entre o norte industrializado e o sul agrícola e escravocrata, o qual desejava expandir a escravidão aos novos territórios, tendo a abolição da escravatura sido decretada em 01 de janeiro de 1863 e reforçada com a promulgação da 13ª Emenda Constitucional em 1865.

Tais eventos da conjuntura internacional ganham grande impacto em nossa *intelligentsia* que, amedrontada com a realidade populacional brasileira, majoritariamente negra, de forma evidente busca construir uma sociedade brasileira que se referenciasse em uma cultura branca, marcada desde o processo emancipatório da escravatura com legislações que retardaram ao máximo o fim da escravidão e que foi seguida de um processo de marginalização social, ao não promover espaços de integração dos ex-escravizados na sociedade.

Por outro lado, encontramos na Europa Ocidental a construção do conceito de supremacia ariana, baseado na racialização e eugenia, que se impõem junto à colonização e exploração do continente africano na chamada Conferência de Berlim (1884-1885), onde os europeus na “condição de sociedade civilizada” viam na colonização da África a necessidade de “civilizar” os africanos.

Cabe destacarmos, que os ventos do iluminismo<sup>23</sup> dominante após a revolução copernicana<sup>24</sup> são os elementos que compõem este período da modernidade, com um maior distanciamento religioso (separação Estado e religião), substituição do mercantilismo como modelo econômico pelo liberalismo e principalmente a conformação que substitui a fé como detentora da verdade última, pela razoabilidade, ou seja, a razão.

O processo de distanciamento da Igreja Católica ocorrido a partir do século XVII na Europa Ocidental, estabelece uma nova era para a sociedade “mundial” marcada pelo ocidentalismo, pelas diversas mudanças e transformações diretamente incidentes nas colônias e ex-colônias, como a que se refere à racialização ou classificação da sociedade mundial através da raça.

Este processo de profundas transformações societárias traz como um novo fenômeno o darwinismo social apresentado por Francis Galton, que dá origem ao recorte específico da racialização mundial e ao surgimento do eugenismo. Este processo que passa a dominar o mundo ocidentalizado, ganhando grande aceitação na sociedade brasileira através da translação conceitual e societária, dará início a um processo único de segregação sistêmica das populações não-brancas.

Para que não tenhamos dúvidas sobre o papel significativo das translações conceituais diante do racismo, não podemos deixar de tornar explícito o quanto a eugenia influenciou a sociedade brasileira e o próprio Estado, visto que este sofreu grande influência das sociedades eugênicas na produção legislativa. Por outro lado, a naturalização da eugenia se deu quase que diariamente através dos meios de comunicação. Foram inúmeros os defensores da eugenia entre nós, destacando-se Renato Kehl fundador da Sociedade Eugênica de São Paulo e defensor radical da limpeza étnica.

---

<sup>23</sup> O iluminismo é uma corrente de pensamento marcada pelo uso da razão em contrapartida da fé, a qual foi determinante por longo período na Idade Média. Surgiu na França e se espalhou por toda Europa Ocidental. Compreende diversas mudanças de comportamentos societários, que culminaram com a separação do Estado e Igreja e com mudanças nos sistemas de governo, levando ao fim do absolutismo.

<sup>24</sup> A revolução copernicana apresenta a centralidade do sol para o sistema planetário (heliocêntrico), contrariando o geocentrismo até então defendido principalmente pela Igreja Católica. O sistema heliocêntrico teve como base um sistema matemático; modelo semelhante já tinha sido apresentado no século II A.C. pelo astrônomo e matemático grego Aristarco de Samos. No entanto, a centralidade do universo a partir do planeta terra se impôs já no século II D.C. com a aprovação da Igreja Católica. O modelo heliocêntrico passa a vigorar entre nós na segunda metade do século XVII.



O movimento eugênico brasileiro não era unísono, o que possibilitou o surgimento de uma vertente que acreditava que com o avançar das gerações as populações não-brancas iriam perdendo os seus caracteres e iriam embranquecendo, reforçando assim, a política de mestiçamento, que contribuirá diretamente para a defesa da democracia racial.

Em paralelo a toda esta situação conjuntural internacional, aqui no Brasil a colonialidade mental se apropria da nossa *intelligentsia*, que desfila o seu racismo, representado por algumas referências da nossa intelectualidade. Guerreiro Ramos (1953) escreveu “O processo da Sociologia no Brasil” que refletia sobre “essa nova fase que assumi [u] diante das obras dos sociólogos brasileiros uma atitude naturalista”. Data desse período a defesa do autor de que a Sociologia deveria servir como “instrumento de construção nacional” (RAMOS, 1953, p.9). Neste período são constatados dois campos que disputam a hegemonia sobre a conformação nacional: por um lado encontram-se os representantes do caráter genuinamente nacional, autêntico e funcional, composto por: Silvio Romero, Alberto Torres, Euclides da Cunha e Oliveira Viana. Do outro lado encontramos o segundo grupo que seguia e defendia as orientações estrangeiras e estavam representados, entre outros, por Tobias Barreto, Tristão de Ataíde e Pinto Ferreira. Existindo ainda, um terceiro grupo ou sub-ramo “que estudava os negros fazendo desses um objeto de material etnográfico estava representado por Nina Rodrigues, Gilberto Freyre, Artur Ramos e Roger Bastide apenas para citar alguns”. (MAIO; SANTOS, 1996).

Não obstante, as primeiras décadas do século XX são marcadas pelo grande debate sobre o nosso nacionalismo, ou melhor, a construção de um projeto de nacionalidade, cabendo em relação ao nível populacional a busca de uma normatização deste quadro, de forma que não viesse alterar as condições socioeconômicas, culturais e políticas da nossa população, em especial da população negra e indígena. Neste sentido, não é possível passar despercebidas as movimentações políticas, intelectuais e principalmente as construções literárias, especificamente “Casa Grande & Senzala” (1933) e “Sobrados e Mocambos” (1936), ambos de Gilberto Freyre, que marcam a harmonização étnica defendida até os dias atuais como democracia racial.

Necessário destacar que a sociedade brasileira envolta no debate de construção de

nossa nacionalidade vê-se influenciada amplamente com os ideais do fascismo e de sua defesa do conceito de nacionalismo, fazendo surgir no país a Ação Integralista Brasileira (AIB) em 1930, que diante da defesa do nacionalismo exalta de forma evidente o seu racismo ainda preso às concepções racialistas de décadas passadas; porém, contrariamente, vemos também surgir a Frente Negra Brasileira (FNB) em 1931, uma organização que luta a favor da integração da população negra.

Mesmo não sendo um ponto a ser aprofundado, se faz necessário entender a conjuntura à qual Guerreiro Ramos está submetido e interagindo para termos a dimensão do que veio a ser a sua contribuição intelectual e política para a sociedade brasileira.

Dentro deste quadro fica evidente que o sentimento nacionalista brasileiro da primeira metade do século XX tem como grande impedimento a própria participação social, ou seja, é construída a partir das elites e intelectualidade, sem a necessária participação da população. E mesmo sem uma revolução social vemos o crescimento de uma sociedade estigmatizada, que conforma a estruturalidade do racismo através da negação de sua pluriétnicidade e da prisão imposta pelas elites dentro de um processo de colonialidade mental.

Assim, encontramos nas ações da Associação Integralista Brasileira (AIB) um forte apoio da religião católica, além obviamente de parte da nossa intelectualidade; a qual, devido ao seu projeto nacionalista também recebe grande apoio do Estado brasileiro, sendo, inclusive, apoiadora de Getúlio Vargas. Este fato se adequa ao projeto desenvolvimentista<sup>25</sup> que passa a compor a agenda do Estado brasileiro e que, por conseguinte, atrai também o apoio da Frente Negra Brasileira (FNB), que vê na agenda desenvolvimentista as condições de maior integração do negro na sociedade brasileira, levando esta também a apoiar Getúlio Vargas; o que posteriormente leva a FNB a uma divisão interna; tendo de um lado, setores nacional-desenvolvimentistas e, do outro, o setor mais próximo ao pensamento

---

<sup>25</sup> O projeto nacional-desenvolvimentista surge da necessidade verificada à época de superar a situação do país de quase exclusividade agrícola. Assim, desenvolvimento significava industrialização. Deste modo, o Estado passa a exercer forte intervenção em áreas consideradas de interesse nacional, na busca da desejada industrialização que levasse o país à modernidade. É marca deste período ainda a profunda reforma fiscal em busca de garantir recursos para a execução dos referidos projetos, tendo como marcantes deste período, entre outras empresas, a criação da Petrobrás e Eletrobrás.

marxista. Não é demais lembrar que após a instalação do Estado Novo, ambas as organizações foram cassadas em 1937, por Getúlio Vargas.

Ainda na Bahia, Guerreiro Ramos sob a influência da conjuntura local se filia ao movimento integralista. É preciso entender o que representava na época o integralismo, o qual recebia influência de diversos setores sociais, como o movimento Modernista de 1922, o Tenentismo, o nacionalismo, o movimento tradicionalista católico e obviamente a ideologia fascista:

“a convergência dessas influências deram ao integralismo uma face profundamente conservadora, caracterizada pelo autoritarismo, catolicismo, ultranacionalismo, antiliberalismo e anticomunismo” (FERREIRA, 2006, p. 55).

Não nos resta dúvida acerca da personalidade e coerência intelectual-política de Guerreiro Ramos durante toda a sua vida. Mesmo que tenhamos discordâncias pontuais acerca do caminho percorrido por ele, não podemos deixar de enfatizar o quanto os princípios e conceitos nem sempre acabados de nacionalismo, desenvolvimentismo e anticomunismo, fortemente influenciados pelo exercício do catolicismo, serão e foram imprescindíveis no decorrer das suas produções políticas e intelectuais, os quais, também, estarão presentes na sua militância negra.

Importante ressaltar nesta avaliação, longe do momento conjuntural, que o elemento comum entre os integralistas é a anti-negritude, não absorvida por Guerreiro Ramos e talvez despercebida pela maioria de seus comentaristas e seguidores. Dentre as partes constitutivas do Integralismo, especificamente na Bahia, tem elementos explícitos de anti-negritude. Em um estado majoritariamente negro, palco de inúmeras revoltas e lutas antiescravagistas, um estado que nas lutas pela libertação negra é um dos propulsores da compra de escravizados, através das Irmandades negras, e ainda, um estado propulsor das Religiões de Matriz Africanas, se impõe por uma cultura autoritária, o Catolicismo fortemente.

Esta contradição explícita no autor referência deste trabalho, ainda na sua juventude, se perpetuará durante toda a sua vida, conformando assim a translação conceitual que o mesmo combaterá na sua fase adulta, principalmente no que se refere ao catolicismo, o qual o impede de uma visão mais radical; buscando mais tarde, através do forjamento de um nacional desenvolvimentismo, proporcionar uma

integração da comunidade negra.

Importante destacar a leitura que temos sobre o projeto nacional-desenvolvimentista e a negritude na visão de Guerreiro Ramos e mesmo do Teatro Experimental do Negro, no que tange à integração negra na sociedade. Bem como, da Frente Negra na década anterior. Um dos principais combates de ambas as organizações negras se dava na necessidade de integração do elemento negro na sociedade. E para tanto, as transformações estruturais do país, a partir do processo desencadeado para a sua industrialização, foram tidas como fundamentais para integração deste elemento negro, seja através da sua alocação em emprego/trabalho, o qual se daria diretamente, seja na sua condição social, educação, saúde etc., a qual subjetivamente se inseria tanto na busca de qualificação profissional quanto de ascensão social, possibilitando assim uma integração que não mais o deixasse marginalizado.

Relembramos que a pauta negra não aparece de imediato na sua produção política e intelectual, só vindo a constar em um segundo momento da sua vida intelectual e política; isto, talvez fruto da sua própria condição social de vida e mesmo das evidências conceituais adquiridas ainda na Bahia, as quais serão apropriadas após o seu conhecimento e posterior integração com o Teatro Experimental do Negro, já no Rio de Janeiro, nos primeiros anos da década de 40.

A opção de mudar-se para o Rio de Janeiro vem quando “em 1939, ganhou uma bolsa do governo do Estado da Bahia para cursar Ciências Sociais no Rio de Janeiro, na então Universidade do Brasil, onde se formou em Ciências Sociais em 1942 e em Direito em 1943<sup>26</sup>, pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro” (SIQUEIRA, 2008, p. 02).

Podemos afirmar que os estudos em Filosofia, Ciências Sociais e Direito no Rio de Janeiro e obviamente a efervescência conjuntural vivida no então Distrito Federal ou capital do país, contribuíram para forjar a imensa capacidade intelectual de Guerreiro Ramos, o qual foi “fortemente influenciado pela intelectualidade francesa, sobretudo o pensamento católico francês, estudando tomismo pelo Curso de Filosofia. Foi ávido leitor da obra do filósofo Jacques Maritain, com quem teve ligações pessoais”

---

<sup>26</sup> Curso iniciado em Salvador e interrompido com sua transferência para o Rio de Janeiro.

(SIQUEIRA, 2008, p. 02).

Na conformação da sua consciência crítica, encontramos Emmanoel Mounier (1905-1950), fundador da revista francesa *Esprit*, sendo que na sua juventude recebeu influências das suas leituras de Platão, Aristóteles, Heidegger e Jaspers. Tendo ainda no campo filosófico as influências de Husserl e Nicolau Berdiaeff<sup>27</sup>, sendo que este último, reconhecido por Guerreiro Ramos como a grande influência em suas obras, justificando assim a grande influência que a Filosofia encontra nos seus trabalhos. No campo das Ciências Sociais, encontramos a grande influência de Max Weber, o qual o leva a se interessar pela teoria das organizações.

É em paralelo a este quadro conjuntural e a esta efervescência intelectual que ele impõe a si mesmo que iremos ver a transformação pela qual ele vai passar. Afasta-se de sua linha anteriormente definida como literário e assume o papel que, em sua própria definição, será de um 'sociólogo engajado', extremamente preocupado com a condição social dos brasileiros, com a nação, ou melhor, dizendo, com a nossa brasilidade. Para tanto, debruçou-se nos campos da filosofia, do direito e da sociologia, permitindo-se assim uma visão profundamente enraizada dos problemas que se faziam presentes e engajou-se completamente na militância, na busca de soluções. Como funcionário público federal não apenas exerceu o seu papel, como se destacou na produção e organização de métodos na busca de melhor qualificar este setor no atendimento da população.

Buscamos trabalhar e compreender esta guinada de Guerreiro Ramos e o porquê da sua importância para a sociologia brasileira, latino-americana e até mesmo mundial.

## **2.1 Uma Vida Militante<sup>28</sup>**

Como vimos anteriormente, desde a sua juventude em Salvador (Bahia), Guerreiro

---

<sup>27</sup> Nicolau Berdiaeff ou Nikolai Aleksándrovich Berdiáyev, religioso e filósofo russo, que foi forçado a exilar-se em 1922 devido às suas divergências com o governo da Rússia após a Revolução de 1917, não sendo, no entanto, partidário nem do czarismo nem do regime bolchevique, sendo defensor da liberdade individual e da ética cristã, precursor do existencialismo cristão.

<sup>28</sup> Militante aqui é o termo que encontramos para melhor definir a vida e as escolhas feitas por Guerreiro Ramos, na busca de seus objetivos e crenças pessoais, o exercício convicto de seus ideais em prol da sociedade brasileira, em favor de uma brasilidade; não se limitando à defesa ativa de uma causa, mas, tornando-a o seu objetivo de vida.

Ramos já demonstra o seu perfil militante pelas questões sociais, perfil ao qual não se furtou no exercício intelectual de extrema importância; ao contrário, utilizou-se exatamente da condição de intelectual no exercício pleno da sua militância.

O estado da Bahia que já vinha perdendo seu *status* junto ao governo federal desde a transferência do Distrito Federal ou capital do país, para o Rio de Janeiro, ganha um papel secundário durante a República Velha, mesmo tendo exercido grande influência intelectual-científica durante a virada do século, tendo grandes contribuições no campo antropológico e sociológico, principalmente com a realização do II Congresso Afro-brasileiro em 1937, dentro do campo político. Desse modo, dois grandes campos se conformam entre os comunistas e vertente católica ou integralista, tendo ainda uma vertente liberal. Este cenário político e intelectual nos possibilita compreender a opção a que chegou este intelectual:

“Nascido em Santo Amaro da Purificação (BA), Guerreiro Ramos (1915-1982) passou a infância em cidades pobres às margens do rio São Francisco, como Januário, Pirapora, Petrolina e Juazeiro, oriundo de uma modesta família de mulatos. Com a morte do pai, capitão do Exército, migrou para Salvador nos anos 1920. A mãe tornou-se lavadeira, permitindo que Guerreiro se aproximasse de famílias da elite local (Calmon, Alves e Valadares) e estimulasse seu ingresso no Ginásio da Bahia, prestigiosa instituição do ensino público estadual”. (MAIO, 2015, p. 607).

Iniciou sua militância no campo da literatura, participando do ambiente cultural da classe média baiana, no qual passa a escrever para o jornal *O Imparcial* e em *Revistas literárias*. Em 1937, publica o seu primeiro livro “O drama de Ser Dois”, e em 1939 antes de sua partida para o Rio de Janeiro publica o segundo livro “Introdução à Cultura”. São marcantes em ambas obras a influência religiosa do catolicismo.

Como militante político e com esta grande influência religiosa militou no Centro de Cultura Católica e em meio à polaridade entre integralismo e comunismo, Guerreiro Ramos filiou-se ao integralismo no qual teve uma discreta militância, mas, no entanto, é marcante em sua vida. Sua militância política o levou a trabalhar em Salvador com Isaías Alves, irmão do interventor do estado Landolfo Alves, que em 1939 lhe concede uma bolsa de estudos para cursar Ciências Sociais no Rio de Janeiro, na recém-fundada Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil.

“(...) Faculdade Nacional de Filosofia - FNFfi, ela foi criada no início da ditadura varguista sob forte influência católica e de remanescentes do integralismo. Alguns integrantes da antiga UDF foram absorvidos pela nova estrutura, como foi o caso de Arthur Ramos, assim como os professores franceses Jacques Lambert, de sociologia, e André Gross, de ciência política, entre outros (PAIM, 1982; SCHWARTZMAN *et alii*, 1984, pp. 214-219”; MAIO, 2015, s/p).

## Um breve parêntese sobre o integralismo na Bahia

Lembramos aqui a origem, ou melhor, o processo constitutivo do integralismo:

“No processo de formação ideológica da Ação Integralista Brasileira identificamos diversas influências: o movimento modernista de 22, o tenentismo, o pensamento nacionalista autoritário representado por intelectuais como Oliveira Vianna, Alberto Torres e outros ideólogos, o pensamento tradicionalista católico representado por Jackson de Figueiredo dentre outros e a ideologia fascista em ascensão na Europa. As convergências dessas influências deram ao integralismo uma face profundamente conservadora, caracterizada pelo autoritarismo, catolicismo, ultranacionalismo, antiliberalismo e anticomunismo” (FERREIRA, 2006, p. 55).

É dentro desses princípios e diante de uma conturbada conjuntura política baiana no início da década de 30, após a denominada ‘revolução’, que encontramos o contexto vivido por Guerreiro Ramos, o qual é marcado por uma grande disputa de hegemonia entre a Concentração Autonomista<sup>29</sup> ou movimento autonomista (movimento local que lutou pela autonomia do estado da Bahia e fazia oposição ao interventor Juracy Magalhães, indicado por Getúlio Vargas), e o Partido Social Democrático criado por Juracy Magalhães, ambos são setores de direita, tendo como diferencial a manutenção das oligarquias locais *versus* a federalização dos estados, proposta da referida “revolução” e das organizações de esquerda. Desse modo:

“A trajetória do integralismo na Bahia se inicia com a instalação do núcleo provincial da Ação Integralista em junho de 1933, sob a chefia de um triunvirato formado por Messias Tavares, João Alves dos Santos e José Cesimbra” (FERREIRA, 2006, p. 23).

Aproveitando-se da forte resistência local ao interventor Juracy Magalhães, devido à sua pouca idade e não à sua linha política, a AIB se conformou e se expandiu rapidamente na Bahia, com forte inserção no movimento estudantil, tanto entre as/os secundaristas, como no ensino superior. Com núcleos na Faculdade de Medicina e

---

<sup>29</sup> A Concentração Autonomista ou movimento autonomista era um dos partidos hegemônicos no estado da Bahia

de Direito, como uma corrente ideológica no meio estudantil, polarizou junto aos socialistas, comunistas e liberais.

Esta polarização, principalmente com os setores socialistas e comunistas, rendeu à AIB a atenção de Getúlio Vargas e promoveu na Bahia algo inédito: a AIB foi perseguida e proibida pelo governo intervencionista de Juracy Magalhães enquanto existiu e desenvolveu suas atividades nos demais estados brasileiros.

Importante destacar o crescimento da AIB, que para além da sua atuação junto ao movimento estudantil, voltou-se também para as classes médias e comerciantes.

“Interessante notar que em poucos anos o integralismo conseguiu obter certa inserção entre a categoria dos comerciários. Podemos dizer que, de modo geral, o integralismo obteve forte penetração nas camadas médias da sociedade baiana, mas suas lideranças locais puseram em prática certas estratégias em torno de ações educacionais e assistenciais (fundação de escolas de alfabetização e de ensino profissionalizante, distribuição de donativos, criação de lactário para mães carentes) objetivando se inserir também nas camadas populares, especialmente no meio operário” (FERREIRA, 2006, p. 56).

O rápido avanço da secção AIB baiana não passou despercebido pela imprensa, que em parte fazia oposição ao governo estadual. Ao mesmo tempo em que a AIB se expandia politicamente, a imprensa, gradualmente, reduzia seu apoio ao movimento autonomista:

“No âmbito do jornalismo político, inicialmente, o jornal assumiu a defesa do movimento autonomista que se originou a partir do retorno de Octávio Mangabeira à Bahia após seu exílio na Europa, destino que o político baiano tomou após deixar o ministério do governo Washington Luiz com o advento da revolução de 1930. Em 11 de agosto de 1934, O Imparcial noticiou esse retorno estampando a manchete A Bahia lutará até o fim pela conquista de sua autonomia!<sup>30</sup> O autonomismo se definia pela postura de repúdio de velhas lideranças locais em relação às intervenções do Governo Provisório sob comando de Getúlio Vargas na Bahia, principalmente após a nomeação no ano anterior do capitão Juracy Montenegro Magalhães como interventor federal no estado, após o insucesso político e administrativo dos interventores que o antecederam” (FERREIRA, 2006, pp. 53- 54).

A expansão da AIB na Bahia passou a refletir nas urnas, levando forte incômodo aos chefes políticos, principalmente do interior, os quais aliados ao governo estadual passam a pressioná-lo, pois a inserção que este setor passa a exercer em muitas cidades, poderá vir a fragilizar tais lideranças. O governo do estado, na figura de Magalhães, desencadeia ferrenho combate ao integralismo, culminando no dia 03 de

---

<sup>30</sup> Disponível em: O Imparcial, edição nº 1063, 11 ago. 1934, p. 01.



setembro de 1936 com o fechamento de todos os núcleos e prisões de vários membros da AIB na Bahia, sob a alegação de que havia um plano de subversão com vistas ao assassinato do governador.

Em julho de 1937, por autorização judicial, a AIB retoma suas atividades na Bahia e intensifica suas ações visando o pleito eleitoral de 1938, porém são surpreendidos com a cassação em todo o país, com a instalação do Estado Novo em novembro de 1937.

Fechando este breve parêntese, destacamos a conjuntura nacional, com o recorte da situação baiana vivida na época da juventude de Guerreiro Ramos, quando o mesmo adere ao integralismo. Estes são alguns dos elementos que contribuem para esta tomada de decisão e que se torna marcante na sua trajetória intelectual e política, os quais eram defendidos pela AIB:

1. A construção de uma unidade nacional, a qual a AIB considerava ter sido relegada durante a República Velha devido à falta de expansão econômica e ao fortalecimento do liberalismo;
2. A negação do comunismo e do liberalismo, sendo que contra o comunismo pesava na avaliação da AIB, a negação dos princípios religiosos, morais e éticos;
3. A negação da luta de classes, a qual deveria ser substituída por um sindicalismo corporativo baseado na colaboração de classes e harmonização dos seus interesses.

Tais elementos constitutivos dos ideais integralistas perpassaram ou podem ser evidenciados tanto na vida intelectual como política de Guerreiro Ramos, o que não reflete em demérito da sua contribuição. Estes elementos nos levam a uma melhor compreensão sobre a contribuição de Guerreiro Ramos, tanto em relação às suas obras, quanto à sua militância política.

Relembramos que a implantação do Estado Novo em 1937, instituído por decreto do então Presidente Getúlio Vargas, leva à ascensão de Landolfo Alves de Almeida (1938) como o novo e último interventor do estado da Bahia. Através do irmão deste, Isaías Alves de Almeida, político e intelectual de grande influência na área de educação, e que, posteriormente, ocupa o cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia, Guerreiro Ramos vai trabalhar com Afrânio Coutinho no setor cultural. Isto ocorreu devido ao seu envolvimento em movimento político e religioso, que lhe facilitou a circulação em ambientes da classe média baiana, além de sua atuação como crítico literário nos jornais locais, o que o levou a ser agraciado com

uma bolsa de estudos do governo baiano em 1939.

### **O intelectual Guerreiro Ramos e as ciências sociais**

Precisamos identificar o que significa o Estado do Rio de Janeiro na conjuntura nacional dos anos de 1940. Neste período, como sabemos, este estado é a sede do governo federal, ou seja, a capital do país, o Distrito Federal, logo o centro político nacional. Neste período encontraremos remanescentes de duas grandes rupturas da já extinta República Velha: primeiro a quebra da política que dominou os primeiros anos da República – a política do café com leite – na qual paulistas e mineiros se alternavam no governo, ou seja, na gestão do país. Washington Luís quebra com esta prática e indica outro paulista, o então governador de São Paulo, Júlio Prestes, ao governo federal. A quebra da política do café com leite por parte dos paulistas, leva os mineiros a se rebelarem e organizarem com outros estados, destacadamente, Rio Grande do Sul e Paraíba, o golpe de estado, que mais tarde ficou conhecido como ‘Revolução de 1930’.

Importante destacar que Getúlio Vargas, nesta época, já era um político experiente, com vários mandatos estaduais e federais, além do mandato de governador do Rio Grande do Sul. E é reconhecido por ser um hábil articulador político, na oposição ao governo federal. Getúlio Vargas assume a liderança da junta provisória que derruba Washington Luís em 1930 e é “eleito” por esta mesma junta, como presidente do país. Como consequência desta “revolução” o governo federal enfrenta a ‘Revolução Constitucionalista<sup>31</sup>’, de 1932, que durou três meses e termina com a vitória do Governo Federal. Como decorrência, o governo convoca eleições para uma Assembleia Constituinte, que ocorre em 1934, visto que a Constituição de 1891 foi revogada após a chegada de Vargas ao poder.

Outro aspecto importante que pode ser evidenciado com a “Revolução Constitucionalista” ou insurreição paulista, é a necessidade de unidade nacional, pois, até então, os estados federados agiam de forma autônoma. Tal aspecto é marcante para a nossa história porque define a linha a ser desenvolvida, posteriormente, por Getúlio Vargas, a qual requer a presença das ciências sociais na

---

<sup>31</sup> A revolução constitucionalista foi a guerra que o estado de São Paulo declarou ao governo federal, buscando manter seus privilégios e/ou a manutenção da política existente, café-com-leite, onde o país era governado de forma alternada pelos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

vida dos brasileiros e brasileiras.

Ao convocar a constituinte de 1934, Vargas garantiu a sua eleição para um mandato até 1938. Mas, como sabemos, antes mesmo da instauração do processo eleitoral, ele aplica um autogolpe, impõe uma nova Constituição Federal e instaura o Estado Novo. É sob a égide desta constituição e sob a intervenção nos estados federados que teremos a presença de Guerreiro Ramos no Rio de Janeiro. E conseqüentemente podemos nos debruçar e melhor entender a sua contribuição.

O processo de unidade nacional proporciona de imediato a centralização administrativa, econômica e social do país, antes gerida autonomamente pelos estados federados, e o surgimento de organizações políticas nacionais. Assim vemos nascer a AIB, já mencionada em linhas anteriores e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), na condição de partido político com registro. Surge, também, a Frente Negra Brasileira (FNB).

O papel de grande articulador imputado a Getúlio Vargas foi evidenciado no decorrer de seu primeiro governo, no qual, as/os comunistas o elegeram como grande inimigo da nação. Independente disso, Vargas conseguiu agregar à sua política os demais setores políticos e sociais brasileiros, sendo apoiado diretamente pela AIB e FNB, além dos mais diversos setores sociais. Paralelamente, desenvolve uma política nacional-desenvolvimentista em um jogo dúbio de apoio, ora aos Estados Unidos, ora aos países identificados posteriormente com o nazi-fascismo, como foi a sua relação com a Alemanha e Itália.

É dentro deste processo de nacional-desenvolvimentismo que as ciências sociais ganham grande destaque, sendo chamada a desenvolver um projeto nacional de modernização:

“As formulações acerca da ordem social que se projetava para o futuro – racional-legal, industrializada, igualitária – bem como a avaliação dos entraves à sua concretização estiveram balizadas pela revisão das interpretações abrangentes da sociedade legadas pelo pensamento social brasileiro, pelo apelo a novos padrões de cientificidade na abordagem do social e pelo processo em curso de institucionalização universitária das Ciências Sociais no país” (OLIVEIRA, 1995; VIANNA, 1997; MAIO; LOPES, 2012, p. 291).

Vale destacar que na década de 30, durante o governo Vargas, foram criadas a Escola Livre de Sociologia e Política, em 1933, a Faculdade de Filosofia, Ciências e

Letras da USP, em 1934 e a Faculdade Nacional de Filosofia - FNFfi da Universidade do Brasil, em 1939; graças ao entendimento do Estado da necessidade de orientação técnico-científica para sua intervenção social para o desenvolvimento do país.

Este contexto político-intelectual nos permite compreender a conjuntura nacional à qual Guerreiro Ramos esteve submetido com a sua transferência para o Rio de Janeiro e a sua entrada no curso de ciências sociais, o que o levou a aprofundar suas reflexões sobre a questão nacional:

“A princípio, sem ter em mente a pretensão de seguir a carreira de sociólogo, uma vez que o projeto de abraçar uma vida poético/literária lhe era primordial, dedicava-se a estudos sobre a evolução literária brasileira e latino-americana, nestes já apontando o quanto a literatura nacional estava impregnada de valores coloniais e carentes de valores autóctones” (AZÉVEDO; ALBERNAZ, 2015, p. 01).

Já na condição de estudante das ciências sociais, Ramos se dedica à reflexão sobre a questão nacional e com a conclusão do curso e o fato de sua indicação para professor assistente na cadeira de Sociologia e Ciências ter sido rejeitada por Luiz de Aguiar Costa Pinto e Victor Nunes, Guerreiro é indicado pelo diretor da FNFfi, Francisco Clementino de San Thiago Dantas, outro ex-integralista, a:

“(...) professor da cadeira Problemas Econômicos e Sociais do Brasil no curso de Puericultura e Administração do Departamento Nacional da Criança (DNCr) (1943 – 1948) dedicando-se à reflexão sociológica sobre a puericultura, a mortalidade infantil, a delinquência juvenil e a medicina popular (OLIVEIRA, 1995)” (MAIO; LOPES, 2012, pp. 295- 296).

Acreditamos ter encontrado aqui as primeiras evidências do que foram as polêmicas entre Costa Pinto e Ramos, “o primeiro, branco e típico exemplo da elite baiana; o segundo, mulato e pobre, que aos poucos foi ascendendo socialmente” (MAIO, 1997), além obviamente da condição de ambos serem baianos, oriundos de famílias com status econômicos completamente adversos, como nos mostra Marcos Chor Maio (1997) em seu artigo “Uma polêmica Esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o tema das relações raciais.”

“Luiz de Aguiar Costa Pinto, branco, nascido em Salvador em 6 de fevereiro de 1920, era filho de família abastada, proprietária de engenhos no Recôncavo baiano. Seu avô foi senador da República e o pai diplomou-se em medicina, tendo trabalhado com Nina Rodrigues na Faculdade de Medicina da Bahia e ocupado o cargo de diretor da instituição. (...) Com a morte do pai, Costa Pinto abandonou o segundo ano do pré-médico, antigo

curso secundário, e preparou-se para entrar na Faculdade de Direito. Em 1937, veio com parte da família - mãe e dois irmãos - para o Rio de Janeiro. O futuro sociólogo envolveu-se no movimento estudantil e militou na Juventude Comunista. Em 1939, por conta de sua atividade política antiestadonovista permaneceu preso durante oito meses (COSTA PINTO, 1989; MAIO, 1997, p. 02).

Como vimos, Guerreiro Ramos é contemporâneo de Costa Pinto e as condições econômicas e sociais de ambos são diferentes; no entanto, entendemos serem merecedores de maior atenção os caminhos políticos ideológicos seguidos por ambos. Enquanto Costa Pinto se insere no movimento estudantil e na juventude comunista, Ramos, trilha preso às tradições católicas, filia-se ao integralismo e é próximo ao governo; enquanto Costa Pinto é preso devido à sua militância contra o governo, Guerreiro Ramos é beneficiado, na qualidade de funcionário público, por esse mesmo governo.

Contudo, tais diferenças podem e devem ser minimizadas aqui, pois o pano de fundo da polêmica existente entre ambos, ao qual aprofundaremos posteriormente, encontra-se dentro da questão étnico-racial. Não é demais lembrar que Costa Pinto segue sua carreira acadêmica e é convidado para ser assistente de Lamber, professor francês, enquanto Guerreiro Ramos é deslocado para a burocracia estatal na condição de técnico de administração do Departamento de Administração do Serviço Público – DASP, onde permaneceu até 1951, ao mesmo tempo em que exerce a função de docente no DNCr, passando a desenvolver seus estudos de forma autodidata.

Ressalta-se que neste período, Guerreiro Ramos publica diversos artigos na Revista do Serviço Público: “sobre padrão de vida, orçamento familiar e classes sociais, analisando também obras de sociólogos como Emile Durkheim, Max Weber, William I. Thomas e Karl Mannheim” (MAIO; LOPES, 2012, s/p).

É marcante neste período a definição que Guerreiro Ramos começa a dar à sua prática militante sociológica - já pontuando o caminho a ser trilhado - a decolonialidade, a partir da representação definida por ele, como sociologia enlatada e a necessária redução sociológica; a teoria das organizações na qual se debruça na luta por uma maior eficiência dos serviços públicos e a luta étnico-racial, que denunciava a *objetificação* do elemento negro na sociedade brasileira pela intelectualidade e a necessária integração deste elemento na sociedade.

Importante destacar que neste período, como professor e diretor do DASP, é que Guerreiro Ramos inicia os seus trabalhos a respeito da cidadania, saúde pública, infância e adolescência, padrão de vida, além de iniciar a sua preocupação com a questão nacional, incluindo aqui os seus estudos sobre a temática étnico-racial e sua integração no Teatro Experimental do Negro.

Como se constata, Guerreiro Ramos demonstra em sua trajetória militante intelectual um completo compromisso com a situação da sociedade em seus mais diversos campos, buscando sempre encontrar respostas para os diversos problemas encontrados no seio desta. Para tanto, com sua postura dialética entre teoria e prática buscou contribuir com formulações de políticas econômicas e sociais. Em sua vasta militância intelectual, política e social não se furtou às atividades como professor, assessor, militante negro e como parlamentar.

O compromisso e o grande rigor científico que exige de si, leva-o a conceber a necessidade de engajamento político consciente da intelectualidade na solução dos problemas brasileiros. Avançando e rompendo com a lógica da sociologia implementada tanto no Brasil como na América Latina, faz duras críticas à mesma, como podemos ver:

“(...) via de regra, num adestramento para o conformismo, para a disponibilidade da inteligência em face das teorias, ele aprende a receber prontas as soluções, e quando se defronta com um problema de seu ambiente, tenta resolvê-lo confrontando textos, apelando para as receitas em que se abeberou nos compêndios. Adestrado para pensar por pensamentos feitos, tornar-se frequentemente, quanto aos sentimentos e à volição, um *répétiteur*, isto é, sente por sentimentos feitos, quer por vontades feitas” (GARCIA, 1983 p. 116).

Observamos aqui o enfoque que precede ao movimento decolonial que surgirá com o fim da modernidade, ou ainda, no pós-modernidade. Este olhar decolonial, por sua vez é explicitado através do conceito de “redução sociológica”, conceito o qual nos debruçaremos mais à frente.

A preocupação não se limita apenas à compreensão nacional e sim a uma concepção fora da Europa, sem esquecer-se da questão política nacional, na qual compreende a necessidade de um processo revolucionário, levando em consideração a participação popular, tomando como base o processo histórico brasileiro, exaltando sempre a valorização do ser humano e suas condições sociais.

É a partir da compreensão das raízes históricas e suas nuances institucionais e sociais, que Guerreiro Ramos busca compreender a sua própria condição de negro, a situação conjuntural vivida pela comunidade negra, a partir da sociedade intelectual e social na qual estava inserida.

A título ilustrativo é importante observarmos a análise de Garcia (1983), no artigo, “A via de um guerreiro com sabedoria e senso de humor: uma sinopse da obra de Guerreiro Ramos”, no qual, para além da constatação do preconceito de cor, este autor avalia a sociedade branca:

“A discriminação da cor negra torna-se patológica nas atuais condições brasileiras, em que um intenso processo de miscigenação e a mobilidade social gerada pelo processo de industrialização alteraram toda a configuração da sociedade brasileira. Em outras palavras, o preconceito racial é algo fora de posição. É patológico. É uma “má” Gestalt” (GARCIA, 1983, p. 120).

Analisaremos a partir daqui a abordagem étnico-racial por parte de Guerreiro Ramos, tomando como ilustrativo o referido capítulo, necessário não apenas para delimitar os pontos de abordagem desse estudo, como também, delinear as linhas de atuação do referido autor.

Importante destacar que a sua condição étnico-racial, dentro de um contexto conjuntural negado à maioria da população negra, lhe leva a cometer equívocos em determinados momentos acerca da problemática negra brasileira, demonstrando “não firmeza étnica”, o que o leva a minimizar a problemática do racismo, deduzindo que esta se colocava somente em torno da ausência de oportunidade.

Não sendo possível neste estudo demonstrarmos enfaticamente a sua mudança de posição quanto à questão racial, ressaltamos que a sua aproximação com a Escola de Chicago e com Abdias do Nascimento, fundador do Teatro Experimental do Negro, tem fortes influências nesta mudança; o que se percebe, inclusive, a partir de sua participação no Movimento Negro, com a compreensão de que a luta por ascensão social da comunidade negra se daria a partir da constituição de uma elite negra que ocupasse os espaços, à semelhança da luta desenvolvida pelos negros estadunidenses, por direitos civis.

A despeito dos equívocos é inquestionável o protagonismo exercido por Guerreiro

Ramos na inovação do seu estudo, suprimindo o processo metodológico até então aplicado nos estudos das comunidades não brancas, ou seja, negando a *objetificação* do ser humano não branco, como foi evidenciado em citação de Roger Bastide, em artigo de Garcia (1983):

“Neste sentido, “Guerreiro Ramos iniciou a discussão dos negros pelos negros; ele rejeita como igualmente distorcida pelo etnocentrismo, toda a discussão anterior conduzida por brancos, quer por estrangeiros, que ele considera incapazes de decodificar a mensagem brasileira, quer por nacionais, que, diz ele, falsificam os fatos, tentando encaixá-los em sistemas conceituais do exterior” (GARCIA, 1983 p. 121).

A partir desta afirmação, não apenas encontramos a decolonialidade explícita, como também, a existência de um projeto nacional de branquitude, ainda não manifestado no seu consciente, pois buscava a ascensão da comunidade negra, como solução para a nossa frágil democracia. Guerreiro Ramos constatou, naquele período, um ideal de brancura em nossa sociedade, como cita Garcia (1983):

“O ideal da brancura, tal como ilustramos anteriormente, nas condições atuais, é uma sobrevivência que embaraça o processo de maturidade psicológica do brasileiro, e, além disso, contribui para enfraquecer a integração social dos elementos constitutivos da sociedade nacional” (GARCIA, 1983 p. 121).

Mesmo já tendo constatado um ideal de brancura, Guerreiro Ramos busca a superação do racismo a partir da integração econômica e social da população negra. Não compreendia que a estruturalidade do racismo e as benesses da população branca não seriam extintas com a mesma naturalidade com que espalharam os conceitos de inferiorização e racismo contra a população negra durante o processo histórico.

Ao considerar que os problemas enfrentados pela população negra eram consequência do não desenvolvimento nacional, Guerreiro Ramos busca alinhar a superação do racismo com o nacional desenvolvimentismo, com o qual contribuiu, a partir das suas intervenções no Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB.

Faz-se necessário pontuar o debate existente sobre a compreensão da realidade do elemento negro e a forma de superação desta realidade na sociedade brasileira, a partir da polêmica estabelecida entre Costa Pinto e Guerreiro Ramos. Obviamente, não abordaremos todos os elementos desta polêmica e procuraremos dar ênfase ao



aspecto que nos parece marcante e que, no nosso entendimento, sem a intransigência de ambas as partes, poderíamos ter tido um caminho real de enfrentamento do racismo estrutural vigente, um qual se encontrava em foco, com a cumplicidade da UNESCO<sup>32</sup>.

“A face mais visível do confronto teve como fórum privilegiado a grande imprensa da época. Em um primeiro momento, a controvérsia poderia ser confundida com uma mera questão pessoal; no entanto, uma leitura mais cuidadosa das origens sociais e raciais dos dois intelectuais, de suas trajetórias profissionais e abordagens sobre o tema em questão, revela que seus respectivos enfoques sobre as relações raciais, afora importantes implicações políticas, pertenciam a dois padrões distintos de trabalho sociológico. Nesse sentido, é importante destacar que os dois sociólogos, de modos variados, ao lidarem com os intercursos raciais, trataram também da mudança social e do processo de desenvolvimento do país, questões obrigatórias à época”. MAIO, 1997

São coincidentes a trajetória de Costa Pinto e Guerreiro Ramos, ambos baianos que vieram para o Rio de Janeiro praticamente no mesmo período ou como MAIO definiu, “na mesma corrente migratória de vários intelectuais dos anos 30”, ambos são alunos da primeira turma de ciências sociais da FNFfi da Universidade do Brasil. As coincidências ainda ocorrem, também, na relação com Donald Pierson e, inclusive, no rompimento de ambos com o mesmo.

No entanto, a polêmica entre ambos ‘surge’ a partir do projeto de pesquisa da UNESCO. Costa Pinto termina por compor a equipe responsável pela pesquisa no Rio de Janeiro, o que dará origem ao seu livro “O Negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança”. Guerreiro Ramos, já integrado ao Teatro Experimental do Negro, compunha a “assessoria econômica do gabinete civil da Presidência da República junto com Rômulo de Almeida, Jesus Soares Pereira e Inácio Rangel”. MAIO, 1997

Como sabemos tanto Costa Pinto como Guerreiro Ramos sofrem grande influência da sociologia estadunidense no que se refere às questões raciais, principalmente devido à relação com Pierson, no entanto, estes divergem quanto à superação do mesmo.

---

<sup>32</sup> É uma agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Educação, a Ciência e a Cultura, fundada em 4 de novembro de 1946.

“É interessante observar que Guerreiro Ramos, não destoando da preocupação de outros sociólogos que estudaram as relações raciais no Brasil, está atento ao padrão dos intercursos étnicos estabelecido nos Estados Unidos e faz questão de registrar a diferença entre as experiências americana e brasileira. Em 1949, ele assume a direção do recém-criado Instituto Nacional do Negro, órgão do TEN voltado para a pesquisa sociológica, com o intuito de ampliar as atividades do movimento negro, enfatizando os aspectos pedagógicos e culturais. Nessa fase aprofunda sua análise do enfoque político-ideológico do TEN afinado com a visão integracionista de Abdias Nascimento. Essa integração seria o melhor caminho para os negros ascenderem socialmente até atingirem o *status* da classe média e superior. Para a realização desse projeto, não destituído de ambigüidades, a solução preconizada por Guerreiro Ramos seria a formação de uma "elite negra". MAIO, 1997

“O TEN, segundo ele, deveria transformar-se em uma elite política e intelectual negra que tivesse por missão superar o descompasso existente entre a simbólica condição de cidadão livre adquirida pelo negro após a Abolição e sua adversa situação econômica e sociocultural, ainda presente sessenta anos depois.” MAIO, 1997

Este viés traçado por Guerreiro Ramos e o TEN é essencial na divergência com Costa Pinto.

“Costa Pinto vislumbra a eliminação da discriminação racial a partir de mudanças estruturais na sociedade. Essas transformações seriam guiadas pelo proletariado que teria uma inserção fundamental no sistema capitalista. (...) Para Costa Pinto, são os processos de industrialização e urbanização que levam a novas tensões, entre elas, as de natureza racial. Costa Pinto crê no potencial revolucionário da classe operária que por ser constituída, em grande número, por negros, cancelaria não só os problemas classistas, mas também os raciais”. MAIO, 1997

“Portanto, o processo de integração do negro à sociedade seria uma tarefa do "negro-proletário", universal, que para ascender necessitaria superar todas as barreiras étnicas e, principalmente, sociais, para sua integração de fato à sociedade brasileira”. MAIO, 1997

Observa-se que Guerreiro Ramos assume o seu assimilacionismo diante do modelo econômico, contrapondo-se ao enfrentamento da luta de classes proposta pelas leituras marxistas, ou seja, se mantinha preso ao processo de translação cultural religiosa, que o mesmo não teve coragem de enfrentar, como explicita, Maio:

“(...) Guerreiro Ramos supunha que a assimilação definitiva dos negros ao universo dos direitos ainda estaria por se realizar. Caberia a uma elite negra, identificada com a tradição ocidental, de corte católico ou protestante, induzir a "massa negra" a lutar por direitos sociais e sensibilizar a classe dominante branca diante dessas demandas”. MAIO, 1997

Ao analisarmos na atualidade os posicionamentos de ambos os autores, observamos a não compreensão da pluriétnicidade da sociedade brasileira, razão

pela qual, para ambos, as translações conceituais e culturais terminariam por solucionar a problemática da identidade nacional.

“Trajetórias cruzadas, permeadas por conflitos no campo da sociologia: eis os caminhos trilhados por Costa Pinto e Guerreiro Ramos. Para o primeiro, pensar a questão racial no Brasil seria um meio pelo qual a sociologia poderia detectar os fatores impeditivos da mudança social. Nesse caso, ao sociólogo, ciente da importância de um relativo isolamento, tendo em vista o seu compromisso com uma análise a mais isenta possível, caberia o papel de apresentar subsídios à sociedade na direção das transformações necessárias. Guerreiro Ramos, por sua vez, em sua proposta de uma sociologia militante, veria "o negro como lugar" (Santos, 1995, p. 28), como representação das classes subalternas, da pobreza, do povo, enfim, do dilema brasileiro. Seria a partir deste prisma que os intelectuais poderiam intervir, como segmento específico na esfera pública, na superação das mazelas do subdesenvolvimento em contexto nacionalista”. MAIO, 1997

Como é possível observar, este posicionamento de Guerreiro Ramos e do próprio TEN, não é distante da realidade vivida por ele e Abdias do Nascimento, duas das maiores referências desta organização e pode mesmo ser atribuída à relação de ambos.

Segundo Maio, a relação entre ambos se desenvolve ainda em 1939, ambos são oriundos da AIB, defendem sempre o viés nacionalista na condução do TEN, e esta é a própria linha de atuação desta organização.

Mesmo relacionando-se com Abdias desde 1939, só quase dez anos depois Guerreiro Ramos passa a integrar o TEN. Maio especula que a sua integração se dá após a sua afirmação como intelectual, no entanto, não conseguimos evidências sobre esta especulação. Mas, é possível observar que a transformação do seu olhar sobre a sua negritude e conseqüentemente sobre a população negra, se transforma de um olhar meritocrático a um processo de racismo. Neste período Guerreiro casa-se com Clélia Calazans Rodrigues de Paula, bibliotecária do DASP e filha do nacionalista Raul de Paula. Constata-se que mesmo contra a aceitação do pai, o relacionamento entre Guerreiro e Clélia se desenvolve a partir do local de trabalho de ambos.

Há especulações sobre a natureza do casamento entre Guerreiro Ramos e Clélia, por ela ser branca, pela não aceitação do seu pai e pelo casamento só ter se realizado após a morte do mesmo. Contudo podemos constatar que o relacionamento é proporcionado pela vida comum de ambos no DASP. Clélia era

bibliotecária e Guerreiro Ramos técnico administrativo e, autodidata, desenvolvia seus estudos na biblioteca, nas dependências do DASP; fato que não desqualifica outras especulações.

Destaca-se que o círculo de amizade constituído por Guerreiro Ramos em seus primeiros anos no Rio de Janeiro é composto de setores católicos e de ex-integralistas, entre os quais o fervor nacionalista se encontra sempre presente.

### **IBESP, o ISEB e a presença de Guerreiro Ramos**

Na conjuntura política pós Segunda Guerra Mundial, mais especificamente na década de 1950, ainda sob o governo de Vargas, agora reeleito democraticamente para aquele que foi o seu último mandato, o qual terminou de forma trágica como já sabemos, surge um grupo de estudiosos para pensar o Brasil, sob esta influência, ou melhor, sob as influências herdadas dos governos anteriores e com base no projeto desenvolvimentista.

Esse grupo de estudiosos passou a se reunir periodicamente, a partir de agosto de 1953, no Parque Nacional de Itatiaia, que fica entre Rio de Janeiro e São Paulo. Tal local foi escolhido estrategicamente pela facilidade de deslocamento dos seus integrantes oriundos inicialmente dos dois estados, tendo as acomodações cedidas pelo Ministro da Agricultura, João Cleofas, filiado à União Democrática Nacional (UDN) de Pernambuco. Posteriormente este grupo recebeu a denominação de Grupo de Itatiaia.

O Grupo de Itatiaia se mostra preocupado com a questão do subdesenvolvimento brasileiro e com a questão sociocultural, e defende um programa nacionalista de desenvolvimento, a partir do entendimento desta realidade no campo econômico, social, político e cultural.

Destaca-se ainda entre os membros do Grupo Itatiaia a diversidade ideológica dos seus partícipes, ou seja, entre eles não havia um alinhamento ideológico e, para além deste viés ideológico, os membros do Grupo de Itatiaia tinham, em sua maioria, uma formação filosófica enquanto os membros do Rio de Janeiro, uma formação nas Ciências Sociais.

Em 1953, ocorre a transformação do grupo no IBESP – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, que teve sua existência entre os anos de 1953 e 1956. Entre as diversas preocupações que se encontravam pautadas, destacamos a criação de uma terceira via em nível internacional, a partir do não alinhamento proveniente da polarização EUA X URSS, resultado do fim da Segunda Guerra Mundial. No entanto, segundo Schwartzman, outros pontos levaram à unificação entre estes estudiosos de origem ideológicas divergentes, como: o nacionalismo em relação aos recursos naturais, racionalização na gestão pública e uma maior participação popular na vida política, em outras palavras, o exercício da democracia. Desse modo:

“(...) o IBESP foi responsável por uma série de ingredientes que teriam uma presença duradoura no ambiente político brasileiro: o desenvolvimento de uma ideologia nacionalista que se pretendia de esquerda, em contraposição aos nacionalismos conservadores do pré-guerra; a difusão das idéias de uma "terceira posição" tanto em relação aos dois blocos liderados pelos Estados Unidos e União Soviética quanto em relação aos pensamentos marxista e liberal clássico; unia visão interessada a respeito do que ocorria nos novos países da África e Ásia; a introdução do pensamento existencialista entre a intelectualidade brasileira; e, acima de tudo, uma visão muito particular e ambiciosa do papel da ideologia e dos intelectuais na condução do futuro político do país (SCHWARTZMAN, 1981, p. 4).

O IBESP em seu curto espaço de vida nos deixou grandes contribuições expressas nos Cadernos de Nosso Tempo, os quais continham a base teórica do nacionalismo defendido. Estes cadernos têm uma importância fundamental, pois, buscam fugir expressamente da polaridade imposta pela Guerra Fria e expressam um caminho independente, mesmo defendendo uma maior intervenção do Estado na política e na economia. Eles deixavam explícitos a não existência de uma ameaça de um projeto comunista, exaltado enfaticamente por Hélio Jaguaribe, e orientavam a busca de uma alternativa que se diferenciava dos ideais tanto da direita, como da esquerda.

Esta preocupação sobre a constituição de um desenvolvimento nacionalista autônomo era justificado diante da polêmica que marcou profundamente esta década de 1950, com marcas gritantes como a Guerra da Coreia, a perseguição estadunidense aos comunistas, internamente, e à a Revolução Cubana, transportando a Guerra Fria para a região da América Latina.

O IBESP adquiriu em sua curta existência o reconhecimento do governo federal para a formação de técnicos e dirigentes, tendo os seus seminários o caráter de extensão universitária ou pós-graduação, sendo denominados de “Introdução aos Estudos da

Nossa Época e do Brasil”. Vale destacar, que:

“A solenidade de abertura foi presidida por Anísio Teixeira, secretário-geral da Capes, e reitor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep), estando também presentes Guerreiro Ramos, diretor dos seminários - e que já era professor da Escola Brasileira de Administração Pública (Ebp) -, e Hélio Jaguaribe, que ministrou a aula inaugural. A presença de Anísio Teixeira deixa claro o apoio da política de educação do governo ao curso, enquanto o fato de Guerreiro Ramos ser o diretor indica sua aproximação com a área de administração” (WANDERLEY, 2016, p. 10).

Durante a sua existência o IBESP publicou os Cadernos de Nosso Tempo, o que significa dizer que estes foram produzidos durante a grave crise política de sua época, que terminou com o suicídio de Vargas, o qual deixa na sua “Carta Testamento” uma menção às forças invisíveis que atacavam o governo. Esses cadernos procuraram difundir os ideais defendidos pela referida instituição, na qual, os intelectuais se colocavam como agentes de conscientização, contribuindo com a ação ou modo de agir dos diferentes setores da sociedade. Destaca-se, ainda, que o IBESP contou com um núcleo editor e que havia uma preocupação coletiva com estas produções, onde o modelo autoral era desprezado, encontrando-se em diversos artigos a ausência de referência à autoria; reflexões que, posteriormente, foram absorvidas pelo ISEB:

“Colaboraram nos Cadernos: Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Carlos Luís Andrade, Ewaldo Correia Lima, Fábio Breves, Heitor Lima Rocha, Hélio Jaguaribe, Hermes Lima, Ignácio Rangel, João Paulo de Almeida Magalhães, José Ribeiro de Lira, Jorge Abelardo Ramos, Moacir Félix de Oliveira e Oscar Lorenzo Fernandes (Schwartzman, 1979, 3). Nelson Werneck Sodré, juntamente com Juvenal Osório Gomes, agregaram-se ao grupo em 1955” (PÉCAUT, 1990, p.108; BARIANI, 2008, pp 02-03).

Por fim, é importante ressaltar que o IBESP estabelece um convênio com a CAPES, dirigida na época por Anísio Teixeira, o que mais tarde o levaria a se transformar em um órgão do Ministério da Educação, já a partir da conformação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB.

Importante percebermos que desde a constituição do IBESP, Guerreiro Ramos já era atuante e entre outras funções ocupou o cargo de diretor, sendo, também, um dos responsáveis pela realização dos seminários, não apenas como organizador, mas, também orador ou palestrante.

## **O ISEB**

Com atraso, devido ao suicídio de Vargas, o ISEB nasce em 1955 no Rio de Janeiro, como uma instituição federal de ensino de nível pós-universitário, ou seja, como uma escola de pós-graduação, com um curso de altos estudos políticos e sociais, autônomo administrativamente e com liberdade de pesquisa; tendo como objetivo a qualificação/formação de quadros para o governo. No decreto de criação se destaca o objetivo:

“Art. 2º O Iseb tem por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da sociologia, da história, da economia e da política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão da realidade brasileira, visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional”. (WANDERLEY, 2016, p. 12).

O ISEB na condição de substituto do IBESP, aperfeiçoa a sua atuação a fim de contribuir na gestão do Estado, diante do planejamento da sua industrialização, e na orientação às empresas privadas na superação do subdesenvolvimento, buscando a partir destas ações alcançar o desenvolvimento do país.

A concepção de desenvolvimentismo que norteava alguns autores está baseada no conceito da área de História do Pensamento Econômico Brasileiro (HPEB), que compreendeu em parte os conceitos isebianos:

“a) um projeto nacional deliberado, sem necessariamente objeção ao capital estrangeiro, mas tendo "a nação como epicentro e destinatária do projeto; b) a intervenção consciente e determinada do estado com o projeto e c) a industrialização como caminho para acelerar o crescimento econômico" (WANDERLEY, 2016, p. 5).

Com esta concepção, encontramos um princípio que mais tarde viria a ser intencionalmente confundido com pretensões comunistas, devido à forte presença do Estado no desenvolvimento do país. O ISEB contribuiu na formação e qualificação de quadros dirigentes do governo, além da produção de pesquisas e planejamento de um programa administrativo.

No mesmo ano de 1955 tem início o primeiro curso oferecido pelo ISEB, cuja conferência inaugural, com o tema “A problemática da realidade brasileira”, foi proferida por Guerreiro Ramos, que na estrutura desta instituição era o professor de sociologia.

Importante destacar que o ISEB apresenta na aplicação de seus cursos uma nova

prática metodológica de ensino, na qual era exigida do aluno e da aluna a dedicação exclusiva, frequência mínima de 70%, nível universitário, além das aulas, seminários e trabalhos em grupos, os quais eram solicitados no desenvolvimento de pesquisas.

A importância do ISEB junto ao governo federal se mostrou forte, ganhando diversos setores da própria administração pública e a opinião pública, durante o governo de Juscelino Kubistchek, o qual se fez presente na inauguração da nova sede, no auditório do MEC, no Palácio Capanema. “A sala destinada ao funcionamento do instituto ficava no gabinete do ministro” (WANDERLEY, 2016).

Entre as/os participantes dos cursos do ISEB se encontravam os mais diversos setores da sociedade e integrantes de órgãos do governo, como demonstra Wanderley (2016), partindo da leitura do relatório deste instituto:

“Estado Maior das Forças Armadas, Conselho de Segurança Nacional, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Banco do Brasil (BB), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Petrobras, Fábrica Nacional de Motores, Conselho Nacional do Comércio, Conselho Nacional da Indústria” (WANDERLEY, 2016, p. 16).

Importante destacar que o ISEB teve, ainda, entre seus clientes do campo empresarial o Grupo Matarazzo e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Para ressaltar a importância do ISEB e entendermos a posterior campanha contrária a esta instituição, é importante se destacar a reportagem do Diário Oficial da União sobre o discurso do presidente Juscelino Kubistchek, na condição de orador da aula inaugural do curso em 1956:

“Além de afirmar que se sentia honrado em presidir o início das atividades do ISEB, JK salientou que o governo sentia a importância e a necessidade de um grande movimento educativo como aquele, que se propunha o ISEB. E que depois que assumira a chefia do governo, após uma longa campanha política, trazia para seu programa administrativo um plano de ação que traduzia a média das aspirações e dos anseios da massa popular que ele ouviu em tantos recantos do Brasil. E porque compreendia a significação de empreendimentos como o ISEB, que se propõe a interpretar com seriedade, a realidade brasileira, é que felicitava os dirigentes do instituto, assegurando que o governo prestigiará todas as iniciativas que nesse gênero se lancem no país” (GOMES, 2011, p.44).<sup>33</sup>

---

<sup>33</sup> Diário Oficial da União. 15/06/1956. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2673981/dou-secao-1-15-05-1956-pg-26>. Acesso em 03/06/2010.



Ao defender um caminho independente no desenvolvimento do capitalismo brasileiro, o ISEB entendia que o Estado tinha o papel de planejar e induzir o processo de industrialização, dando preferência ao capital nacional, porém sem se opor ao capital estrangeiro. Esta condicionante defendida pela instituição tinha como objetivo superar o subdesenvolvimento existente no país. Para tanto, tendo em vista o conhecimento da realidade social da população, defendia o nacional desenvolvimentismo como forma de superação do subdesenvolvimento, ou seja, o fim das desigualdades através de um projeto nacional. Portanto, se encontrava em seus cursos e seminários:

“(...) a análise teórica das ciências sociais seguida de um diagnóstico dos problemas nacionais e o indicativo de uma solução para os problemas apresentados, sempre orientados para a o desenvolvimento do Brasil” (GOMES, 2011. p. 22).

O ano de 1958 é marcante para o ISEB, quando as divergências entre seus integrantes se acirram e levam à saída de alguns deles, entre os quais, Guerreiro Ramos. Com esta divisão interna, em 1959 o ISEB muda sua linha e seus estatutos. Esta nova linha o leva a conquistar diversos inimigos, que dão início a uma campanha de difamação, que encontramos evidências de haver sido orquestrada pelo setor entreguista brasileiro, como veremos mais adiante.

Os ataques ao ISEB são desferidos de vários setores, a partir da posse de Jânio Quadros. Vale lembrar que o ISEB apoiou explicitamente a campanha do General Lott, um nacional desenvolvimentista. Com a mudança de linha o ISEB passa a apoiar movimentos sociais, como a UNE e sindicatos, e surge o medo explícito da elite brasileira reacionária.

Assim, os ataques se dividem pela imprensa, que manipula o conceito de nacional desenvolvimentismo e o papel do Estado defendido pelo ISEB como uma ameaça comunista, externando assim o seu anticomunismo e entreguismo ao imperialismo estadunidense, em virtude da aproximação do ISEB aos movimentos sociais; por outro lado, no meio acadêmico e intelectual sofre os ataques dos marxistas que viam na ação isebiana um entrave ao desenvolvimento de um pensamento comunista, visto que pontos defendidos pelo ISEB se confundiam com as defesas comunistas.

Mas, entre os universitários encontrou resistência, visto que havia alguns membros

do ISEB que participaram da AIB – Ação Integralista Brasileira; e por fim, e não menos importante, o enfrentamento com os militares das Forças Armadas, que enxergavam no “fato dos cursos serem dirigidos a oficiais não pertencentes ao alto escalão (...) uma forma de infiltração comunista” (GOMES, 2011).

Esta modificação na linha de ação da instituição promoveu uma mudança mais à esquerda, ou seja, a defesa de um nacionalismo mais próximo a realidade popular e com o apoio às reformas de base, se intensificam ainda mais as oposições.

Se por um lado o ISEB entende as reformas de base como o caminho para ampliação da democracia, superação da desigualdade, a partir do aumento da produção e do poder aquisitivo da população, e fortalece o seu posicionamento de independência entre as potências da Guerra Fria, EUA X URSS; por outro lado a Escola Superior de Guerra (ESG), mesmo entendendo as reformas de base como essenciais para o desenvolvimento, vê o perigo comunista que estas poderiam representar e, mesmo defendendo o controle do capital estrangeiro pelo Estado, não via a possibilidade de um desenvolvimento econômico autônomo e, assim, busca um maior alinhamento com os EUA como forma de se alcançar o desenvolvimento desejado.

É neste período de grandes disputas ideológicas no interior do Estado e entre a intelectualidade brasileira que o ISEB desenvolve e apresenta suas formulações através dos Cadernos do Povo Brasileiro, dirigido por Ênio Silveira e Álvaro Vieira Pinto, os quais, diferentemente dos “Cadernos de Nosso Tempo”, publicados pelo IBESP, têm seus autores identificados.

### **A interferência estadunidense**

Como já observamos em linhas anteriores, os EUA a fim de ampliar sua atuação sobre a América Latina e, em especial sobre o Brasil, passou a investir em pontos estratégicos, comunicação e cultura, adquirindo editoras, intervindo nos meios de comunicação, (rádio, TV e cinema), além, obviamente, do investimento na indústria e comércio, a partir do entendimento da impossibilidade de um processo de desenvolvimento nacional pelo país, alimentado desde os anos 1930 e aquecido no período da segunda guerra mundial.

Assim, com o final da Segunda Guerra Mundial e a instauração da Guerra Fria<sup>34</sup>, que seguiu com a dicotomia capitalismo X comunismo, os EUA intensificam sua ação anticomunista, por meio de várias fases: caçada interna aos comunistas - promovida pelo governo – uma política sob inspiração do senador Joseph McCarthy, a guerra da Coreia e a Revolução Cubana, a qual impôs aos EUA sua grande derrota.

Tais eventos respigam e impactam a intervenção no maior país (geograficamente), da região; o que, obviamente, contrasta com a posição defendida pelo governo brasileiro e representada pelo IBESP, posteriormente, ISEB, de se distanciar desta divisão EUA X URSS, com uma postura autônoma em suas relações internacionais e comerciais; projeto, como vimos, acatado pelos governos de Vargas, Café Filho e Juscelino Kubistchek e representado pela candidatura do General Lott, derrotado nas eleições de 1961 por Jânio Quadros.

Deste modo, verificamos que as ações intervencionistas dos EUA irão se ampliando, através de acordos e convênios que minam internamente o projeto isebiano, a partir da sua relação com o governo central brasileiro. Importante se destacar que, mesmo não sendo objeto deste trabalho, a referência a estas intervenções é muito importante para a compreensão da conjuntura vivenciada pelo país, e, conseqüentemente o ISEB e o papel desenvolvido por Guerreiro Ramos neste processo. Por outro lado, não podemos deixar de ressaltar que esta mudança de postura da política externa estadunidense é promovida para toda a América Latina, em consequência da Revolução Cubana.

Como vimos, as intervenções antecedem o Golpe Militar de 1964 e foram crescendo gradativamente até o seu ápice. Existem evidências de ações mais diretas, como a corrupção de políticos e militares. É marcante na política externa estadunidense a implementação da Aliança para o Progresso, 1961, a qual tinha como objetivo a

---

<sup>34</sup> A Guerra Fria começou logo após o fim da segunda guerra mundial e compreendeu o período de 1945 a 1991, com o fim da União Soviética. Neste período os EUA, com o objetivo de abrir os mercados mundiais para o comércio capitalista e de modelar o mundo pós-guerra, estabeleceu uma política de contenção da expansão soviética. Inúmeras ações foram desenvolvidas, entre elas a constituição da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN. Em nível interno, contrastando a estabilidade da classe média branca estadunidense com a situação de pobreza da população negra, surge o Movimento pelos Direitos Civis, demonstrando que este sentimento de liberdade é excludente, ou seja, não compreende toda a população, tendo a sua população negra discriminada em todos os sentidos.

integração política, econômica, social e cultural na América Latina.

Ações indiretas da intervenção estadunidense ocorrem na educação, através de diversos convênios, entre os quais, o apoio à criação e ampliação das escolas de administração, o que se dá início já no ano de 1958:

“(...) o primeiro curso formal de administração em nível de pós-graduação foi oferecido pela Eaesp em 1958: professores visitantes da Michigan State University (MSU) - que atuavam desde a criação da escola patrocinados pelo Programa Ponto IV - financiado pelo governo dos EUA - promoveram um curso totalmente em inglês que pretendia atingir o mesmo nível do mestrado nos EUA” (WANDERLEY, 2016. p. 14).

Obviamente, hoje está evidente que a intervenção na educação não se limitou apenas à área da administração, como está demonstrado na grade de praticamente todos os cursos superiores.

Não é demais lembrar que o confronto entre os objetivos do ISEB e a política externa estadunidense traz consequências de imediato à busca de superação das desigualdades – pretendida internamente, através do nacional desenvolvimentismo e sua aliança com o capitalismo - visto que para a manutenção deste sistema econômico não levam em conta o ser humano. Assim, o período posterior a esta intervenção garante a manutenção da desigualdade e conseqüentemente o agravamento do racismo, pois o mesmo já se encontrava estruturado no interior da nossa sociedade e sabemos qual a política desenvolvida pelos EUA e o tratamento dado à população negra estadunidense neste período.

No interior do governo brasileiro cresce a busca por uma maior interação com o capital estrangeiro, que passa a agregar setores da burguesia industrial, o que é contrário aos objetivos e projetos isebianos.

### **A ruptura, deterioração e o fim do ISEB**

É no ano de 1958 que ocorrem os desentendimentos entre os integrantes do grupo que fundou o IBESP, posteriormente, ISEB, levando ao afastamento de Guerreiro Ramos, em dezembro do mesmo ano. Nas palavras de Guerreiro Ramos, os desentendimentos se dão inicialmente, porque “o ISEB se transformou numa agência eleitoreira, e ultimamente, numa escola de marxismo-leninismo, com honrosa exclusão talvez de alguma dissidência, devidamente neutralizada”.

(GUERREIRO RAMOS, 1963).

Vale lembrar que o Brasil se encontrava em mais uma grande crise política, após o suicídio de Getúlio Vargas e a passagem de 03 presidentes (Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos) até à eleição de Juscelino Kubitschek, tendo como vice João Goulart. E que esta efervescência política também se encontrava no interior do ISEB, principalmente com a aproximação de intelectuais de esquerda, e isso sem esquecermos o papel que desenvolvia o ISEB diante do governo federal.

Importante destacarmos que, entre os intelectuais que compunham o ISEB existia uma diversidade de pensamentos, nem sempre confluentes, sendo comuns as divergências e conflitos teórico-metodológicos. Entre estas divergências se encontra a adequação do pensamento isebiano às proposições dos tecnocratas do governo de Kubitschek, ou seja, de um lado a proeminência nacionalista e do outro a abertura ao capital estrangeiro ou cooperação internacional.

A ruptura interna leva o ISEB a uma nova fase, como é identificado por alguns autores; esta nova fase leva à mudança de seu estatuto e altera significativamente o seu objeto e público, passando a reforçar o seu caráter nacional desenvolvimentista e apoiando as reformas de base, formando alianças com as organizações sociais, ao exemplo da UNE, sindicatos de trabalhadores, além da Frente Parlamentar Nacionalista e militares nacionalistas, tendo como objetivo direto criar as condições para uma revolução burguesa no país.

Esta nova fase, também influenciada pela Revolução Cubana, em 1959, atrai para si uma forte oposição, como já citamos acima. Com a posse de Jânio Quadros o ISEB deixa de receber o apoio governamental e perde as verbas para sua manutenção.

Com este quadro, as campanhas de difamação nos jornais e revistas, quase que diariamente, passam a alegar que as ações do ISEB são subversivas, aproximando-as ao comunismo, omitindo e distorcendo o projeto nacionalista, visto a grande influência exercida pelos EUA e o projeto de entreguismo que cresce no interior do governo e no seio da burguesia industrial.

Destacamos não apenas o caráter nacional desenvolvimentista, como também, a superação das desigualdades gritantes que se mantiveram ao longo da República, e

é este caráter humanístico, que se encontra como pano de fundo, que é colocado sob o manto de um pretenso projeto comunista; assim, os efeitos da Guerra Fria e a ascensão imperialista sobre as elites brasileiras subvertem os objetivos nacionalistas e de autonomia diante da polarização EUA X URSS, nos empurrando para a subserviência estadunidense e nos levando à ruptura democrática, à manutenção das desigualdades e à persistência do racismo.

Dois elementos se destacam neste processo; por um lado, a proposta de persuasão junto aos governos e ao empresariado, as quais em gestões anteriores obtinham sucesso dentro de um processo de industrialização, que priorizava o capital e desenvolvimento nacional, com vistas à redistribuição de renda e à superação das desigualdades; por outro lado, a partir da década de 1960, o foco passa a ser as organizações sociais, como forma de capacitação para pressionarem governo e sociedade na solução das desigualdades.

Com a falta de verba, o ISEB tem seus cursos suspensos em 1961, os quais retornam em 1962 com o público explicitado acima, ou seja, passando a ser oferecido a universitários/universitárias e trabalhadores/trabalhadoras sindicalizados/sindicalizadas.

A vitória do setor denominado “entreguistas” e a conseqüente ‘americanização’, ambos os termos utilizados por alguns autores, leva ao fechamento oficial do ISEB, um dia após o golpe militar. Antes mesmo de ser oficialmente extinto o ISEB é invadido e depredado por policiais:

“No dia 13 de abril de 1964, o Decreto nº 53.884, assinado pelo presidente interino Ranieri Mazzilli, fechou a instituição e foi aberto um Inquérito Policial Militar (IPM) para investigar as atividades, ditas subversivas, da instituição, e todos os professores, ex-professores e diversos alunos foram arrolados no processo. Estava assim encerrada a “plena liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra” concedida ao instituto” (WANDERLEY, 2016, p. 20).

Óbvio que a intervenção militar no ISEB não foi fruto apenas das ações publicitárias da oposição, teve o seu viés militar, respaldado na denúncia do “capitão-de-fragata Aristides Pereira Campos Filho, pertencente aos quadros do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA)” estagiário na turma do curso regular do ISEB, em 1956, que acusava em sua tese “A infiltração comunista no Brasil” (GOMES, 2011). O desligamento do capitão e o conseqüente impedimento de conclusão do curso, o

levou a denunciar ao Estado Maior das Forças Armadas; denúncia que resultou em uma sindicância em janeiro de 1957, a qual chegou à seguinte conclusão:

“O relatório informa que para os órgãos de alta direção das Forças Armadas, o ISEB desviara-se de suas finalidades iniciais, disseminando propaganda de política distinta daquela adotada pelo país, expandindo-se para meios menos esclarecidos – no caso, “subalternos” das Forças Armadas, estudantes secundários, líderes sindicais e operários – e outros estados da União” (GOMES, 2011, pp. 72-73).

Percebe-se que a propaganda anticomunista, a adesão ao processo de americanização e a Guerra Fria são marcantes na trajetória do ISEB; razão pela qual, não poderiam deixar de constar neste trabalho, mesmo que tenha ficado um pouco extenso e possa dar impressão de fugir do tema. Buscamos minimamente, com uma abordagem simples, tratar sobre estes elementos de grande importância, chaves analíticas referentes ao período conjuntural e que marcaram a militância de Guerreiro Ramos, visto que mesmo não estando mais ligado a esta instituição foi obrigado a exilar-se.

## **2.2 A Participação de Guerreiro Ramos entre Disputas Ideológicas, o Entreguismo, o Nacional Desenvolvimentismo e a Ameaça à Concessão Imperialista e o Consequente Recrudescimento do Racismo**

Sintetizando, Guerreiro Ramos participa desde o início do Grupo de Itatiaia que, posteriormente funda o IBESP, que dá lugar ao ISEB. A sua importância nestas instituições pode ser avaliada não apenas pelos cargos ocupados, como também pela sua atuação na condição de professor e pesquisador.

Teve nestas instituições papéis destacados, sendo o conferencista da aula inaugural do primeiro curso aplicado pelo ISEB, o qual teve como tema: “A problemática da realidade brasileira”, curso que procurava diagnosticar e interpretar os problemas de nossa sociedade. Durante a sua permanência no ISEB, Guerreiro Ramos foi responsável por um dos grupos mais ativos nesta instituição, foi professor de Sociologia, ministrou 174 aulas, 03 conferências, fez 03 publicações e organizou 59 seminários, mesmo tendo saído do instituto no final de 1958.

A sua postura ativa sempre esteve presente:

“Guerreiro Ramos assumiria um papel de contestador, mesmo durante o

período em que esteve ligado às atividades do ISEB e também posteriormente, quando não poupou críticas ao desenrolar das atividades que ocorreram no instituto (GOMES, 2011, p. 54).

### **Disputas ideológicas e projetos de nação**

As disputas de projeto de país existentes nas décadas de 1950 e 1960 são essenciais na produção intelectual de Guerreiro Ramos e, imprescindíveis para compreensão da sua produção; e, obviamente, encontraremos no seu posicionamento a herança da sua formação política. Guerreiro Ramos analisava a conjuntura político-econômica em que se encontrava o país, assim:

“(...) vive o Brasil uma fase de sua evolução em que está superando o seu antigo caráter reflexo. Até há pouco, a nossa estrutura econômica estava organizada como seção descentralizada da área do capitalismo hegemônico no mundo e, assim, orientada para satisfazer a demanda externa. Também política, social e culturalmente, a sua existência era, em sentido histórico, adjetiva e tributária. Na periferia ocidental, o Brasil não se recortava como um espaço histórico, capacitado para a autoconformação. Atualmente, porém, tendências centrípetas estão surgindo, em nosso meio, as quais dão suporte a um processo de personificação histórica. Quer isto dizer que o espaço brasileiro se tornou teatro de um empreendimento coletivo, mediante o qual uma comunidade humana projeta a conquista de um modo significativo de existência na história. A maneira de um princípio configurador, o centripismo incide em todos os níveis de nossa vida, estabelecendo uma tensão dialética entre a estrutura anacrônica do país e sua estrutura em geração. Em termos superestruturais: a do país velho e a do país novo, a da mentalidade colonial ou reflexa e a da mentalidade autenticamente nacional”. GUERREIRO RAMOS, 1965, p. 79 e 80

Percebe-se a crença de que no processo nacional-desenvolvimentista estava contida a solução para todos os problemas do país e, inclusive, ou mesmo principalmente a questão das relações raciais. Nesta questão, mesmo que dentro de campos analíticos completamente divergentes, não estão distantes a análise deste campo político com o campo marxista, onde a revolução política daria conta de todas as divergências sócio-políticas e culturais.

Neste sentido identifica-se de imediato a conformação de dois grandes projetos ideológicos para o Brasil: de um lado um projeto nacionalista, oriundo do golpe ou revolução de 1930, o qual tem na década de 1950 a instituição IBESP, posteriormente ISEB, como já explicitamos, e que conta com a participação de Guerreiro Ramos; e, do outro lado, o projeto de origem “marxista” pautado pelo PCB – este, ao abandonar a tradição stalinista busca uma maior integração com os problemas nacionais, obviamente sem que abandone os princípios marxistas.



Importante destacar que estes projetos posteriormente, ou seja, com a agudização da crise política internacional e nacional buscam fugir do campo acadêmico e procuram a sua popularização, através da partidarização destes, inclusive algo expressamente defendido por Guerreiro Ramos, que entendia a necessidade prática da sociologia e da própria ideologia, para se ganhar a população para sua efetiva aplicação.

No entanto, se faz necessário tornar explícito que no projeto nacionalista existiam diferenças às quais Guerreiro Ramos também se opunha e apresentava o seu conceito de nacionalismo revolucionário:

“Como ideologia, o nacionalismo só adquiriria força devido à participação popular, jamais poderia – afirma ele – ter outro enraizamento: “O nacionalismo é essencialmente uma ideologia popular e só poderá ser formulada induzindo-se da prática do povo os seus verdadeiros princípios” sob pena de recair-se nas várias modalidades equívocas de nacionalismo: 1) nacionalismo ingênuo: consistiria “numa reação elementar de auto exaltação do grupo”, algo próximo do etnocentrismo; 2) nacionalismo utópico: caracterizar-se-ia “pela cegueira à lógica material das situações constituídas”; 3) nacionalismo de cúpula: que teria como propagadoras figuras (bem ou mal intencionadas) expressivas da classe dominante em busca do favor popular; 4) nacionalismo de cátedra: consistiria “numa posição assumida apenas no plano verbal”. É o nacionalismo de professores e intelectuais que não estão dispostos a assumir os riscos implícitos na orientação que dizem adotar” e 5) nacionalismo de circunstância: seria o oportunismo, a procura por tirar vantagens da ocasião (RAMOS, 1960, pp. 230,248, 252).”

Com esta classificação dos tipos de nacionalismo, assim interpretados e entendidos por Guerreiro Ramos, compreendemos que sua crença em um nacionalismo revolucionário é até certo ponto ingênua, ao não conceber de imediato o efeito estruturante do racismo na sociedade - o qual identificamos, com o Golpe Militar de 1964, como um dos elementos que conformam o entreguismo, que nos levou à estagnação política, social e transformou o país em sub produto do capitalismo.

Em sua crença, Guerreiro Ramos acredita na apropriação de si mesma pela sociedade, libertando-se do colonialismo e assumindo a direção de si própria, porém dentro do sistema financeiro capitalista, como nos explica Bariani (2011):

“(…) o nacionalismo seria a idéia-força que poderia conduzir os povos periféricos - alijados de sua soberania - a alcançar a maioria política, econômica, social e cultural; só afirmando sua nacionalidade elevar-se-iam à condição de arbitrar os próprios destinos e postarem-se internacionalmente como sujeitos políticos” (BARIANI, 2011, p. 69).

É com esta compreensão da revolução brasileira que Guerreiro Ramos conforma a sua ideologia revolucionária, pensando um projeto de integração nacional que supere as desigualdades, inclusive étnico-raciais, através de um processo de evolução social combinado ao nacional desenvolvimentismo, que atingisse condições materiais, sociais e políticas:

“Ideologia revolucionária”, o nacionalismo teria em relação à construção da nação uma dinâmica e complexa articulação: findada certa fase de consolidação de condições básicas para se cogitar efetivamente a existência de uma forma autônoma de capitalismo (infra-estrutura material e densidade social), estabelecer-se-iam condições para a existência plena da nação - primordialmente, o nascimento do povo - e floresceria o nacionalismo como modo de mobilização e organização político-social, visando desencadear as forças necessárias para se atingir o ponto de mutação que transformaria qualitativa e radicalmente o país, consolidando o capitalismo nacional e a nação” (BARIANI, 2011. p. 69-70).

Como sabemos esta perspectiva e todas as outras sucumbiram com a instalação do Golpe Militar de 1964, que para além do entreguismo aos interesses imperialistas representados pelos Estados Unidos, impôs à nação brasileira 25 anos de recessão democrática.

O pós Segunda Guerra Mundial, como vimos, ofertou ao mundo a Guerra Fria e a disputa ideológica entre capitalismo e comunismo, o que culminou no Brasil com o surgimento de um movimento entreguista ou transformação de setores do governo e empresariado, pautados em um desenvolvimento financiado pelo capital internacional, que levou à perda de autonomia do Estado, à subserviência ao sistema capitalista e à caça aos ideais e/ou conceitos comunistas.

Este processo foi marcado principalmente pela caçada ideológica, para a qual qualquer reivindicação ou proposta de avanços sociais são identificadas com princípios comunistas. Assim, as atividades desenvolvidas pelo ISEB passam a ser entendidas como subversivas, mesmo antes da mudança em 1959, após passar por uma crise interna. Está implícita na percepção de Guerreiro Ramos todo um processo de superação das desigualdades, fortalecimento da democracia, através da concepção de uma cultura própria, além de um Estado autônomo, que nos leva a pensar em um modelo societário tipo suíço:

“Entre as tarefas do nacionalismo revolucionário estaria também a solidificação de uma cultura nacional, superando os males da transplantação e da alienação que assolariam a produção cultural brasileira” (BARIANI, 2011. p. 72).

Como já delineado nas linhas que antecederam, são diversos elementos que foram combinados na ação de “convencimento” dos integrantes do Estado, principalmente, das Forças Armadas e o empresariado ou simplesmente as elites, um processo que levou a um golpe militar e conseqüente transformação política do país; que deixa de ter um projeto de sociedade e um regime democrático e passa a um estágio de subserviência ao capital exterior e tutela estadunidense. Por mais que a ameaça da Guerra Fria imperasse sobre nós, é possível identificar outros elementos não explicitamente contidos na propaganda anticomunista e que nos levaram a esta subserviência.

Não podemos esquecer o processo sócio-histórico do país e o seu desejo de aproximação com a Europa e seu projeto de branquidade. E não podemos minimizar ou ignorar o fato de que são justamente estes setores que se identificaram de imediato com o entreguismo nacional, por discordarem dos projetos em disputa, seja o nacional desenvolvimentismo ou o comunista.

Assim, é possível identificar diante das evidências e em um processo subjetivo, a concordância a esta subserviência, visto que ambos os projetos, nacional desenvolvimentista, defendido pelo ISEB ou o comunismo, apresentado pelo PCB nos propiciam uma maior representatividade da população, o que poderia nos levar a uma democracia plena, ou seja, o exercício de brasilidade e conseqüentemente uma maior integração social da população. E aqui não é possível deixar de perceber o ativismo negro que vinha se impondo no seio da sociedade brasileira, a partir do TEN – Teatro Experimental do Negro, que teve entre suas lideranças intelectuais e políticas, Abdias do Nascimento e o próprio Guerreiro Ramos, o qual já identificava a “patologia social do branco brasileiro”, o que poderia nos levar ao reconhecimento da nossa pluriétnicidade e diversidade cultural.

Desse modo, não é demais lembrar que a euforia nacional desenvolvimentista que tomou conta do país entre os anos de 1950 e 1960, é também marcada por fortes críticas dos comunistas brasileiros, que politicamente apontavam a ausência de um processo revolucionário de industrialização nacional neste momento; recebia fortes críticas, também, pelo lado acadêmico, representado principalmente pelos paulistas uspianos, pela ausência de rigor científico.

Para o ISEB e suas lideranças se tinha neste processo a integração social e a incorporação de novas classes sociais, advindas do trabalho urbano, e, assim, viam a possibilidade de maior participação da população na vida política do país, encontrando no desenvolvimento econômico a possibilidade de um exercício da democracia.

Pelo lado comunista, o PCB se manteve afastado da perspectiva nacionalista, pois a via como uma conciliação de classes, tomando como referência os conceitos advindos das Internacionais Comunistas. O PCB defendia a insurreição armada e transitou entre as orientações e experiências soviéticas e chinesas.

Este posicionamento dos/das comunistas brasileiros/brasileiras muda no final dos anos 1950, quando passam a perceber no nacional desenvolvimentismo um potencial a ser explorado, não apenas pela conformação de uma classe trabalhadora urbana, como também pela orientação da Internacional Comunista para uma maior inserção na realidade do país de origem dos próprios comunistas. O que os leva a se integrarem em uma frente nacional democrática, apoiando assim as reformas de base.

Importante destacar que neste período, o ISEB já tinha passado pelo seu racha político e suas direções tinham uma concepção mais à esquerda, com ações junto a sindicatos e estudantes universitários, o que leva as/os comunistas a uma “tentativa de síntese entre o marxismo e o nacionalismo” (KAYSEL, 2019) e a acreditarem na possibilidade de uma revolução burguesa no país. Não é demais lembrar que neste processo, importantes quadros fundadores do ISEB, já tinham se afastado, entre eles, Hélio Jaguaribe, idealizador e um dos principais dirigentes e Guerreiro Ramos.

Esta nova postura isebiana, rompendo com a compreensão e parceria com a burguesia industrial para o nacional desenvolvimentismo, e a sua consequente aproximação com os setores populares, promovendo a consciência de classes dos trabalhadores, é o que leva à aproximação do PCB.

As divergências ideológicas e conceituais travadas neste período entre marxistas e nacionalistas, se refletem amplamente nas polêmicas entre uspianos e isebianos, marcadamente representadas entre Guerreiro Ramos *versus* Florestan Fernandes e

Jacob Gorender, cada um em momento singular; Florestan Fernandes durante o processo do Congresso de Sociologia, e Jacob Gorender quando do lançamento do livro *Redução Sociológica*, de Guerreiro Ramos.

Como vimos estes conflitos tinham como fundamento a crítica quanto à ausência do rigor científico, demonstrado tanto por Guerreiro Ramos, quanto por todo o corpo intelectual isebiano, e se justificavam “pela rejeição tanto às ideologias populistas e nacionalistas como também à fragilidade dos esquemas teóricos isebianos sobre a realidade brasileira” (MOTTA, 2000).

Nesta breve contextualização do momento conjuntural, a que nos propomos, se faz necessário explicitar que as polêmicas entre marxistas e nacionalistas, representada principalmente pelos isebianos e uspianos, se basearam no que era considerado pelos uspianos como ausência de rigor em relação aos conceitos marxistas, o que impedia uma consciência revolucionária.

### **2.3 Uma militância étnico-racial**

“O negro tem sido estudado, no Brasil, a partir de categorias e valores induzidos predominantemente da realidade europeia”. E assim, do ponto de vista da atitude ou da ótica, os autores nacionais não se distinguem dos estrangeiros, no campo em apreço... “Eis por que tratarei, neste estudo, menos do problema do negro no Brasil do que deste problema tal como ele se configurou nos escritos dos sociólogos e antropólogos”... “Esta é a tarefa preliminar para a elaboração de uma consciência sociológica, verdadeiramente nacional, da situação do homem de cor brasileiro”. (Guerreiro Ramos, 1954, pp. 189-190).

Na condição de mulato ou negro pouco retinto, Guerreiro Ramos não se auto-afirma de imediato na condição de negro, envolto na busca da sua sobrevivência social, política, econômica e mesmo intelectual, a questão racial vem a se inserir em sua vida sobre a influência do sociólogo estadunidense Donald Pierson, através dos cursos por este ministrado no DASP, “por meio das obras de Robert Park, W. I. Thomas. Florian Zanieck e Emory Bogardus” (MAIO, 1997, p. 8).

Donald Pierson é oriundo da Escola de Chicago, e é esta aproximação que leva Guerreiro Ramos a considerar o preconceito racial próximo aos aspectos econômico

e cultural, o que pode evidenciar a transplantação da luta por direitos civis dos negros estadunidenses. Observa-se a aproximação não apenas em relação à sociologia estadunidense, mas também, na própria necessidade e contribuição para a reforma administrativa do estado brasileiro; área na qual Guerreiro Ramos teve grande contribuição, na condição de funcionário público e intelectual orgânico da administração.

Para além de funcionário burocrata, Guerreiro Ramos também integrou o Departamento Nacional da Criança-DNCR, na condição de professor do curso de formação na cadeira de Problemas Econômicos e Sociais do Brasil em Puericultura, cargo que ocupou de 1943 a 1948, e, onde em paralelo desenvolve seu maior aprofundamento sobre os problemas do país e dá início aos seus trabalhos sociológicos. Dessa forma:

“Seus primeiros trabalhos tiveram a finalidade de informar sociologicamente a prática de técnicos nos campos da Saúde, da Puericultura e da Administração. Ao dar prosseguimento à sua reflexão sociológica na década de 1950, Guerreiro Ramos tratou igualmente de articular problemas sociais como a mortalidade infantil a uma perspectiva de desenvolvimento nacional segundo a qual a industrialização e o crescimento econômico alavancado pelo Estado constituíam as principais vias de transformação das condições sanitárias do país” (MAIO; LOPES, 2012, p.293).

É neste momento que se encontra o seu maior envolvimento sob inspiração da sociologia estadunidense. Em 1948, é contratado como técnico em administração no Departamento de Administração do Serviço Público-DASP, onde permaneceu até 1951. Neste período:

“Guerreiro publicou na Revista do Serviço Público diversos artigos sobre padrão de vida, orçamento familiar e classes sociais, analisando também obras de sociólogos como Émile Durkheim, Max Weber, William I. Thomas e Karl Mannheim. Enquanto burocrata e intelectual, Guerreiro teve que desenvolver seu lado acadêmico conquistando espaços ao funcionário” (OLIVEIRA, 1995, p.14; MAIO; LOPES, 2012, p.296).

A sua experiência militante intelectual e sociológica ganha nova perspectiva ao compor a assessoria da Casa Civil da Presidência da República em 1951, com o retorno de Vargas, agora por via direta, ou seja, eleito democraticamente.

Neste período, o qual não conseguimos identificar de forma decisiva, ocorre sua aproximação com o Teatro Experimental do Negro (TEN). Este processo inicialmente se desenvolve com sua participação em pequenas reuniões ou rodas de conversa,

para posteriormente transformar-se em um grande engajamento político, que o levou a uma militância negra, conformando assim uma resistência epistemológica da luta negra brasileira:

“Com o ingresso de Guerreiro Ramos no TEN, sua perspectiva sobre a questão racial sofre uma inflexão: ao lado da adoção de políticas de Estado, ele passa a destacar iniciativas de organizações da sociedade civil voltadas para a promoção da instrução básica e a inserção do negro no mercado de trabalho. Essa frente de ação, centrada na modificação das estruturas socioeconômicas, devia estar conjugada à outra que, enfocando a dimensão subjetiva da mudança, pretendia agir sobre a mentalidade da população negra, na remodelação de hábitos, atitudes e comportamentos” (MAIO, 2014, p. 81).

Observa-se a pertinência de Guerreiro Ramos na luta pela integração da população negra pelo Estado brasileiro, embora, equivocadamente, ela não reconheça o papel fundamental deste mesmo Estado na estruturalidade do racismo, como vemos nos desafios assumidos por ele na militância no TEN:

“Nos primórdios do envolvimento com o TEN, Guerreiro Ramos assume três desafios: 1) um projeto de valorização da subjetividade de negros e mulatos, assolada pelos recalques provocados pela escravidão e pela exclusão do processo de modernização capitalista, por meio do teatro, do psicodrama, do sociodrama; 2) a formação de uma *intelligentzia* negra que, ao lado das elites brancas, superasse o descompasso entre a condição formal de cidadão livre, adquirida pelo negro após a Abolição, e sua adversa situação econômica e sociocultural, ainda presente setenta anos depois; 3) um conjunto de iniciativas de profissionalização de mulatos e negros” (MAIO, 2014, p. 82).

A crença em uma solução para a população negra no interior do capitalismo e ainda a negação da pluriétnicidade e, conseqüentemente, a aculturação ao modelo branco de sociedade imposto ao Brasil, aqui nos parece evidente: o elemento negro passa a ser o alvo a ser transformado, aculturado, mesmo diante do reconhecimento da situação adversa deste elemento na sociedade brasileira.

Não é possível conceber o desconhecimento sócio-histórico da sociedade brasileira nas décadas anteriores à sua intervenção político sociológica, cabendo apenas aqui a evidenciação de cumplicidade com esta sociedade, a partir da translação conceitual da luta dos direitos civis dos negros estadunidenses, bem como, a aversão ao sistema comunista ou ainda a sua aculturação religiosa, as quais o impediam de propor explicitamente um projeto revolucionário para o país, apegando-se a elementos de conciliação no interior da sociedade científica e política, de forma a conformar uma elite negra que minorasse a ausência negra e mesmo o seu

embranquecimento social.

Não é demais destacar que este pensamento ou objetivo é correspondido no interior do TEN, apesar do seu relevante papel na luta negra, bem como, o papel de Guerreiro Ramos nesta luta. No entanto, não poderíamos deixar de registrar estes fatos, obviamente em uma leitura atemporal, ou seja, fora da realidade conjuntural; mas que nos mostram do quanto de “inocência” estavam embebidas tais lideranças, na crença de uma não estruturalidade do racismo, na não compreensão da existência de um projeto de branquitude, e mesmo que, sem um processo revolucionário, suas proposições dependeriam de uma aceitação social por parte da população não negra e das elites brasileiras.

Obviamente que a história sócio-política em todo o mundo nos mostra que a estruturalidade do racismo não se limita a um país; está dentro de um processo de ocidentalização mundial, que tem a superioridade ariana como um conceito universal e se instrumentaliza do sistema financeiro capitalista para manutenção do seu *status quo*.

### **O TEN: brevíssima contextualização**

A translação cultural e social da sociedade brasileira, como não poderia deixar de ser perpassava/perpassa por todos os seus setores, não sendo diferente em relação à cultural. No que concerne à experiência teatral, além da não existência de atores e atrizes negras, quando os/as mesmos/mesmas eram mencionados/mencionadas em peças teatrais utilizavam-se da pintura de atores/atrizes brancos/brancas para interpretação de um/uma personagem negro/negra, “*black face*”.

Esta situação incomodava muito a vários setores da população negra e é com este incômodo que, ao assistir a peça “o Imperador Jones”, de Eugene O’Neill, em Lima/Peru (1941), Abdias Nascimento tem a ideia de criar um grupo de teatro voltado à população negra. Ao retornar ao Brasil, já em 1944, Abdias Nascimento inicia a construção do TEN, encontrando inúmeros obstáculos, passando de imediato pela necessidade de alfabetização, noções de teatro e interpretação.

Apenas no dia 08 de maio de 1945, o TEN realiza a sua estreia no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, após intervenção do Presidente da República, que interfere para



a liberação do mesmo para uma única apresentação. Mesmo diante de inúmeras expectativas negativas o TEN se consolida e diversifica suas atividades durante os anos que se seguem. Como consequência da peça “Aruanda” (1948), surge um novo grupo composto de percussionistas, cantores e dançarinos, que passou a chamar-se Brasileira e durante dez anos percorreu a Europa:

“Ao mesmo tempo, influenciou profundamente a busca de caminhos de libertação dos povos de origem africana em todas as Américas, prisioneiros de um racismo cruel de múltiplas dimensões. No Brasil, enfrentando o tabu da "democracia racial", o Teatro Experimental do Negro era a única voz a encampar consistentemente a linguagem e a postura política da *négritude*, no sentido de priorizar a valorização da personalidade e cultura específicas ao negro como caminho de combate ao racismo” (NASCIMENTO, 2004, p. 218).

Para além, o TEN passa a ter uma atuação política consistente, buscando articular ações contrárias à discriminação racial sofrida pela população negra. É importante destacar que esta posição política explicitamente em favor da população negra, levou ao afastamento de vários apoiadores, sob a acusação de dividir a classe operária e ou de prática de racismo, nada diferente do que ocorre nos dias atuais, com a alegação de existência de um racismo reverso. No entanto, a persistência de sua luta contra o racismo o levou a inúmeras atividades políticas e científicas, entre elas, a Convenção Nacional do Negro em 1945 e 1946, cuja declaração final encaminhou para a Constituinte do mesmo ano, a proposta de inserção da prática de discriminação racial como crime de lesa-pátria, proposta que culminou com a Lei Afonso Arinos.

Entre outras atividades, ainda em 1948 é fundado o jornal “O Quilombo” e em 1951 é realizado o Iº Congresso do Negro Brasileiro. A atuação do TEN, o leva a ser convidado a participar do Festival Mundial de Artes Negras no Senegal em 1966. Este festival era promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), logo as participações eram determinadas pelas relações oficiais, ou seja, diretamente com o Estado brasileiro, que já na Ditadura Militar, impede a referida participação. Tal impedimento rendeu a “Carta Aberta a Dacar” que denunciava a discriminação sofrida.

“Historiando o episódio da intolerância racial do nosso Ministério do Exterior, omitindo o TEN da delegação brasileira, escrevemos uma "Carta Aberta" dirigida aos participantes do Festival, à UNESCO, e ao Governo da República do Senegal, publicada em 1966 nas revistas *Présence*

*Africaine* (Paris/Dacar, vol. 30, n. 58) e *Tempo Brasileiro* (Rio de Janeiro, ano IV, n. 9-10). Sob as mais falsas alegações, o TEN foi excluído e *Além do rio* ficou aguardando a oportunidade de sua revelação no palco” (NASCIMENTO, 2004, p. 219).

Na condição de militante antirracista ou apenas, ao assumir a sua negritude e militância no Teatro Experimental do Negro, Guerreiro Ramos utiliza todo o seu conhecimento e experiência, compondo o corpo diretivo e coordenando o Instituto Nacional do Negro, conferindo palestras e conferências, além de também atuar como ator em uma de suas peças e escrever para o Jornal “Quilombo”, outra frente de luta do TEN. Entre estas atividades, Guerreiro Ramos cria o grupoterapia, a qual era destinada aos membros da comunidade negra, na busca de trabalhar a questão psicológica, visto que o racismo leva a um estado de depressão ou no termo da época, de ressentimento.

### **O Projeto da UNESCO**

Para além da já citada Guerra Fria interposta entre EUA X URSS, tendo como pano de fundo os sistemas capitalista e comunista, talvez a segunda questão mais importante saída do pós-Segunda Guerra Mundial seja a questão do racismo e sua estruturação no interior dos estados/países. Assim sendo, a ONU – Organização das Nações Unidas se debruça sobre este tema nos anos posteriores ao fim da grande guerra e diante racismo declarado, especialmente nos Estados Unidos e na África do Sul e a iminência do processo de descolonização africana, o Brasil, o qual sempre se esforçou em se apresentar mundialmente como um exemplo de democracia racial, termina sendo indicado como o país onde seria realizada uma grande pesquisa para buscar os fatores determinantes das inter-relações harmoniosas entre os diversos grupos étnicos ou raças; de modo que a ONU pudesse orientar aos países filiados a luta contra este fenômeno, tendo em vista os eventos racistas proporcionados principalmente pela Alemanha nazista.

Para tanto, destacamos o papel fundamental exercido por Artur Ramos, que ocupava na época a direção do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, na indicação do Brasil. Para ele as relações raciais tinham um papel privilegiado nos desafios da transição das sociedades, principalmente nos países subdesenvolvidos, nos quais o racismo e as dificuldades socioeconômicas emergiam.

Importante destacar que Artur Ramos, embora acreditasse na existência da democracia racial brasileira, reconhecia as desigualdades sociais vividas pela população negra e o preconceito racial, reconhecia que este assunto era uma questão social e ainda que, este estado de “preconceito” era proveniente da não aceitação de uma minoria oriunda do sul do país.

Destaca-se, também, que antes mesmo da referida pesquisa desenvolvida pela UNESCO em solo brasileiro, esta organização desenvolveu uma reunião de especialistas para debater o estatuto científico do conceito de raça, que foi publicado em maio de 1950, como a 1ª Declaração sobre Raça (em anexo).

Em junho de 1950, na 5ª seção da Conferência Geral da UNESCO é aprovada a realização da pesquisa sobre as relações raciais no Brasil, tendo está sido planejada por Artur Ramos. Mesmo este já tendo falecido quando da sua aprovação, a pesquisa respeitou o plano de trabalho por ele desenvolvido.

A partir de então se desenvolve o projeto de realização da pesquisa com o objetivo de oferecer uma consciência humana que privilegiasse a harmonia entre os povos ou raças. Sob a direção de Métraux e Coelho é dada continuidade ao projeto, no entanto, durante o processo que antecede a sua implementação, várias sugestões foram apresentadas e inseridas ao mesmo, sendo uma delas, a necessidade de descentralização da aplicação do projeto, ou seja, inicialmente seria aplicado apenas na Bahia, leia-se Salvador. Posteriormente Métraux:

“(...) constata que a questão racial no Brasil demonstra um caráter muito diferente conforme as regiões, e é indispensável levar em conta as zonas geográficas de modo que as pesquisas previstas nos forneçam um quadro válido para o conjunto do país” (MAIO, 1999, p. 148).

Assim, o projeto foi estendido depois aos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco. Obviamente a extensão da pesquisa para os referidos estados dependeu muito da influência dos pesquisadores/cientistas estabelecidos em cada um desses estados. Importante destacar que as atividades realizadas pelo TEN, também têm certa influência, mais precisamente a partir do I Congresso do Negro Brasileiro, atividade realizada em 1950, por esta entidade e que entre suas deliberações constava uma série de propostas para a referida pesquisa, além de se encontrar entre os pesquisadores alguns participantes do referido congresso.

A ampliação da pesquisa, portanto, possibilitou uma visão mais ampla da realidade brasileira, no entanto, não podemos deixar de destacar que posteriormente a pesquisa da UNESCO avançou para a região sul do país, sendo desenvolvida na cidade de Florianópolis nos anos de 1955 e 1957. Vale ressaltar que a pesquisa central ocorreu nos anos de 1951 e 1952, tendo os seus resultados justamente no período em que ocorreu a pesquisa em Florianópolis. Em síntese, a UNESCO pode constatar a existência do preconceito e da discriminação racial no Brasil, desmoronando assim o mito da democracia racial, e a partir desta constatação buscou “como um dos seus principais objetivos, criticar e, com isso, eliminar a validade científica do conceito de raça” (MAIO, 1999).

### **TEN, Guerreiro Ramos e a UNESCO**

Destacamos a atuação do TEN e o papel fundamental de Guerreiro Ramos na interpelação à UNESCO e ao projeto de pesquisa realizado no Brasil na década de 1950, no qual os elementos subjetivos que poderiam demonstrar diferenças se limitam a retóricas autorais; sem contudo, deixarmos de dar a devida importância à organização negra do TEN e o devido respeito à sua existência na conjuntura da época.

Ressaltamos não apenas a existência do TEN, mas, também, de outras organizações negras da época, as quais não tiveram a mesma visibilidade intelectual e política do TEN. Algumas delas participaram do Congresso do Negro Brasileiro promovido principalmente pelo TEN, como a União dos Homens de Cor, a qual apresentava divergências com o TEN, como veremos um pouco mais à frente.

Como já descrito a atuação do TEN, bem como de Guerreiro Ramos ultrapassavam a denominação da organização, na qual o teatro ou a encenação teatral eram utilizados como uma frente de mobilização, sensibilização e conscientização social, política e cultural. Assim sendo, entre as diversas atividades exercidas pelo TEN, pela sua dimensão política e internacional, consideramos como uma das mais marcantes o Iº Congresso do Negro Brasileiro.

Embora na historiografia brasileira não se tenha nítida a existência de várias organizações negras, com exceção da FNB e do TEN, as quais conseguiram

elementos de destaque na mesma, é importante destacar que outras organizações também compuseram este processo histórico, as quais apresentaremos em uma breve contextualização no próximo capítulo, onde trabalharemos: **a Luta Antirracista, o Projeto de Branquitude e Resistência Epistemológica (grifo do autor)**. Além disso, se faz imperativo destacar que já em 1945, o Movimento Negro realiza a Convenção do Negro Brasileiro, que aprovou como um dos seus princípios a tipificação do crime de racismo, a qual, posteriormente, em 1946 durante a Assembleia Nacional Constituinte foi apresentada pelo senador Hamilton Nogueira (UDN) como “uma emenda ao artigo 159 do projeto de constituição que visava a inclusão da expressão” ‘sem distinção de raça ou cor’ ao enunciado inicial: “todos os brasileiros são iguais perante a lei” (MAIO, 2014).

Importante destacar que esta emenda não foi aprovada, encontrou resistência de amplos setores do parlamento, sendo destacada a posição do PCdoB, que entendia que a questão étnico-racial pautada restringiria o conceito amplo de democracia:

“Para o PCdoB, as reivindicações específicas dos negros eram um equívoco, pois dividiam a luta dos trabalhadores e, por conseguinte, represavam a marcha da revolução socialista no país”. (DOMINGUES, 2007, p.111).

Este posicionamento presente na sociedade e em específico nos meios parlamentares levou o Movimento Negro a uma condição de isolamento e abandono, o qual poderá ou não, justificar o posicionamento político do TEN, visto que a primeira lei anti-discriminatória só viria a ser aprovada em 1951, Lei Afonso Arinos, também da UDN, após a proibição de acesso da antropóloga e bailarina estadunidense, Katherine Dunham, no Hotel Esplanada, em São Paulo. Vale destacar ainda neste episódio, o desagravo à referida prática de racismo “promovido pela Comissão de São Paulo do I Congresso Nacional do Negro do TEN e do Centro Folclórico Mario Andrade” (MAIO, 2014).

Assim o Congresso do Negro Brasileiro, que se realizou entre os dias 26 de agosto e 04 de setembro de 1950 no Rio de Janeiro, que tinha como objetivo construir uma ampla frente antirracista, contou com a apresentação de “26 teses, 2 indicações, 3 contribuições e 03 comunicações, totalizando portanto, 35 trabalhos, contabilizando-se a mesa-redonda denominada “Há um problema do Negro no Brasil” (PEREIRA; SANSONE, 2007).

Importante destacar que mesmo com a participação ativa de vários intelectuais, entre os quais: “Charles Wagley, Costa Pinto e Roger Bastide que estavam envolvidos diretamente com o projeto da UNESCO”. (MAIO, 2014), o Congresso do Negro Brasileiro não teve como característica ser um estudo acadêmico, como o próprio temário sugeria: A problemática do negro no Brasil.

O referido congresso, que reuniu cientistas sociais e ativistas do Movimento Negro, teve como objetivo fazer um diagnóstico da realidade do negro brasileiro nesta interação entre cientistas e organizações da população negra, que pudesse levar à superação do preconceito racial e conseqüente integração do negro na sociedade brasileira, a partir de uma ampla frente antirracista:

“Em lugar de estudos acadêmicos, o evento privilegiaria a discussão dos “problemas práticos e atuais da vida de nossa gente de cor”, buscando soluções para os desafios da ascensão social dos negros. A liderança do TEN procurava diferenciar dos Congressos Afro-brasileiros de 1934 e 1937 (Recife e Salvador), julgados como eventos que destacavam, sobretudo, aspectos científicos e culturais sem se ater aos aspectos políticos. O Congresso do TEN por sua vez, segundo editorial do jornal Quilombo, seria um “congresso sociológico por excelência [com intuito de] descobrir mecanismos que acelerem o processo de integração de pretos e brancos instalados por nossa própria evolução histórica” (NASCIMENTO, 1950, p. 11 apud MAIO, 2014, p. 84).

Buscaremos tratar apenas de dois momentos específicos do Congresso do Negro Brasileiro, que apontam a linha do TEN e de Guerreiro Ramos em relação ao projeto da UNESCO, e em conseqüência, a linha que o TEN propõe para a solução da problemática das relações raciais no Brasil.

Assim sendo, focaremos na mesa redonda intitulada “Há um problema do negro no Brasil?”, que teve como palestrantes Guerreiro Ramos e Abdias do Nascimento. Esta mesa proporcionou um grande debate sobre o preconceito de cor no Brasil, sendo citado que o problema estava no desajustamento social, por Romão da Silva, membro da Sociedade Brasileira de Geografia. Diante dos debates que esta afirmação ocasionou, coube a Guerreiro Ramos buscar a conciliação, alegando que o autor tinha se expressado mal.

Não obstante, se faz necessário compreender como era visto o processo de integração do negro na sociedade brasileira, particularmente por Guerreiro Ramos (1952), o qual é definido por Maio como o principal ideólogo e arquiteto político do

TEN:

“A incorporação dos padrões culturais ocidentais pelos negros havia produzido, principalmente entre aqueles com baixo nível de instrução, comportamentos ambivalentes, que oscilavam entre a identificação com as “sobrevivências das culturas negras” e os valores próprios à sociedade moderna ocidental. Essas atitudes seriam superadas mediante o reconhecimento da contribuição dos negros à civilização ocidental. Neste sentido, cabia à “elite negra”, seu papel construtivo e revitalizador diante das instituições culturais do Ocidente, marcadas por um processo de burocratização, de engessamento” (GUERREIRO RAMOS, 1950, p.41-43 apud MAIO, 2014, p. 83).

Importante destacar ainda o papel e o objetivo defendido por Guerreiro Ramos:

“O processo de adestramento, de disciplinarização, contribuiria para frear, entre outras atitudes, a adesão dos negros a ideologia de esquerda, marxistas, que se alimentavam do ressentimento e buscavam capitalizar politicamente a situação de restrição de direitos que a população negra sofria nos regimes democrático-liberais” (GUERREIRO RAMOS, 1950, p. 43, apud MAIO, 2014, p. 83 e 84).

Como se observa a busca de uma grande conciliação antirracista defendida pelo TEN, já se encontrava delineada junto ao programa nacional-desenvolvimentista, que era projetado para o Brasil; como vimos gestado inicialmente no IBESP e assumido pelo ISEB, no qual a integração do negro na sociedade se daria a partir do desenvolvimento econômico e social do país e da adequação da população negra ao conceito societário ocidental. Não identificamos aqui o respeito à pluriétnicidade brasileira, ou seja, a possibilidade de o Brasil ser um país pluriétnico não se enquadrava nos objetivos e conceitos defendidos pelo TEN e muito menos no referido congresso, no qual se buscou uma integração dentro da ordem burguesa, com o entendimento de que o racismo não tinha o perfil de estruturalidade em nossa sociedade.

Por outro lado, nas defesas apresentadas pelo TEN é possível observar pontos semelhantes às proposições apresentadas pelo movimento de direitos civis estadunidense, obviamente levando em consideração a realidade brasileira, pois como já deve estar explícito, Guerreiro Ramos não defendia translações acríticas, assim sendo, entendia a existência de pontos positivos em conceitos oriundos do exterior, sendo necessário para tanto, a adequação à realidade nacional.

O segundo momento significativo para o nosso estudo se encontra na tese defendida por Guerreiro Ramos: UNESCO e Relações de Raça; que apesar de reconhecer o papel desenvolvido pela UNESCO no combate às discriminações,

critica a sua postura em apenas desenvolver estudos e sugere que a mesma apresente uma agenda política que sirva para a integração das populações discriminadas, para tanto, sugere que seja tomada a experiência do TEN, em um explícito movimento de internacionalização desta organização, “o TEN, tinha uma experiência em contatos com agências multilaterais (ONU) e intercâmbios com instituições, intelectuais e ativistas norte-americanos, franceses e africanos” (MAIO, 2014).

O debate desenvolvido a partir da exposição da tese tem um amplo acolhimento dos presentes, porém sem que existam embates, como o que ocorre com os representantes da UHC – União dos Homens de Cor, tendo como representação, Joviniano Severino de Melo, que questiona diretamente a utilidade da referida tese para a realidade brasileira, em termos práticos, para a superação do racismo ou preconceito de cor, como assim se denominava conjunturalmente. Obviamente não se tratava apenas de uma divergência pontual, a qual já se estendia devido às relações nem sempre amistosas entre os representantes das duas organizações. Na avaliação da UHC os representantes do TEN: “não escondem uma noção de superioridade e certo desprezo pelos “reivindicadores contumazes” e pelos processos de luta que adotam” (PEREIRA, 2007).

Apesar da polêmica entre as duas “principais” organizações negras presentes no congresso , a tese de Guerreiro Ramos foi aprovada e incorporada no documento final, com destaque para a indicação à UNESCO de estudo de soluções efetivas dos problemas de raça, a fim de recomendá-las onde existisse o mesmo e a realização de um congresso internacional de relações de raça. Importante destacar, que a resolução de recomendação do estudo das relações bem sucedidas de soluções exaltadas na tese, “reiterava o mito da democracia racial à brasileira” (MAIO, 2014).

Importante destacar, ainda, que mesmo dentro da linha conciliatória buscada pelo congresso, um grupo de cientistas sociais apresenta um documento à parte que destaca pontos contrários à interpretação dada pelo congresso sobre a questão do racismo.

Por outro lado, as diferenças entre as propostas da UNESCO e do TEN não se caracterizavam como divergências metodológicas ou conceituais, se prendiam ao



nível prático, ou seja, à busca de superação do racismo. Observando-se a interpretação da época, a disputa se dava em torno aos limites da pesquisa, se a mesma deveria se limitar ao campo acadêmico ou de natureza política, tendo em vista os encaminhamentos práticos.

Tal disputa é evidenciada por Maio (2014), nas considerações finais de seu artigo: Guerreiro Ramos (1951) interpela a UNESCO: ciências sociais, militância e antirracismo:

“As duas propostas tinham afinidades políticas, mas se diferenciavam quanto aos meios, Roger Bastide e Florestan Fernandes procuravam estabelecer fronteiras entre ciência e política: “o estudo deve ser projetado em bases científicas, mas tem uma origem e um fim que são igualmente extras científicos” (1951 p.3-4). Guerreiro, por sua vez, privilegiou a experiência do ativismo negro e de uma sociologia de cunho pragmático, na esteira de estudos sobre populações marginalizadas através dos seguintes temas: puericultura, mortalidade infantil, padrão de vida e pauperismo. Ele acreditava que o estudo sociológico e a ação política deviam ser concomitantes, de tal forma que a formulação das pesquisas exigia uma clara definição de seus alvos políticos” (MAIO, 2014, p. 86).

#### **2.4 Guerreiro Ramos e a Militância Político-partidária**

Como vimos no decorrer da descrição deste estudo, Guerreiro Ramos, na qualidade de funcionário público, passa por diversas instituições, exercendo, principalmente, o papel de educador e de sociólogo. Foi um defensor da prática, de uma sociologia engajada, fazia não apenas a detecção e dissecação do problema, fosse qual fosse o seu papel, como acadêmico ou intelectual, exercia o papel de agente da transformação.

Neste caminho, a sua presença nas diversas instituições é marcante, tanto como educador como, também, dirigente. No entanto, vemos na sua militância no TEN, para além dos papéis desenvolvidos nas demais instituições, o papel explícito de militância, exercido principalmente na interpretação teatral.

Mas, é no exercício da militância política que é levado à militância político-partidária. Inicialmente compõe o Diretório Nacional do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em 1959, e participa do pleito eleitoral de 1962, após ter exercido o papel de assessor da Casa Civil no governo de Getúlio Vargas.

Após o seu desligamento do ISEB, Guerreiro aprofunda a sua leitura sobre o país e melhor conceitua a sua definição de nacionalismo.

“A partir de 1959, seria por meio de suas colunas políticas “Vanguarda Popular”, em Semanário, e “Do Ponto de Vista Nacional”, no jornal Última Hora, que ele viria articular, de modo mais denso e diferenciado, a sua concepção de nacionalismo, bem como efetuar de maneira mais concreta uma análise do momento político brasileiro” (AZEVEDO; ALBERNAZ, 2015, p. 02).

É diretamente através da imprensa que ele busca promover a consciência política da população, através de sua coluna no Jornal Última Hora, para além das análises mais profundas contidas principalmente nas suas publicações deste período: Introdução Crítica à Sociologia Brasileira, A Redução Sociológica, O Problema Nacional do Brasil, A Crise do Poder no Brasil e Mito e Verdade da Revolução Brasileira (1963). E, é através do Jornal Última Hora que ele lança a sua campanha por um nacionalismo real, no qual conceitua quem são os tipos: nacionalistas ou entreguistas, com o objetivo de que a população assim identificasse os tipos de candidatos para a eleição de 1960. Para tanto, replicamos o quadro abaixo:

<b>Teste do Nacionalista</b>	<b>Teste do Entreguista</b>
1. O nacionalista coerente acredita no povo como principal dirigente do processo brasileiro;	1. O entreguista não acredita no povo como principal dirigente do processo brasileiro;
2. O nacionalista coerente acredita que o Brasil pode, com seus recursos internos, resolver os seus problemas, desde que adote regime de base popular, organizado segundo critérios soberanos;	2. O entreguista não acredita que o Brasil pode, com os recursos internos, resolver os seus problemas. Tende a considerar o desenvolvimento brasileiro essencialmente dependente da entrada de capitais estrangeiros e de ajuda externa;
3. O nacionalista coerente acredita que o destino do Brasil não está invariavelmente vinculado ao de nenhuma potência hegemônica, devendo manter relações com todos os povos;	3. O entreguista acredita que o destino do Brasil está invariavelmente vinculado ao dos Estados Unidos;
4. O nacionalista coerente não contribui pelo seu trabalho para o êxito de empreendimentos lesivos aos interesses nacionais; e	4. O entreguista contribui objetivamente, pelo seu trabalho, para o êxito de empreendimentos lesivos aos interesses nacionais; e
5. O nacionalista coerente participa, não apenas por palavras, mas também por tarefas práticas, dos esforços coletivos tendentes a promover a emancipação nacional.	5. O entreguista não participa conscientemente de nenhum dos esforços coletivos tendentes a promover a emancipação nacional.

**Quadro 1.** Teste popular do nacionalismo.

**Fonte:** Jornal Última Hora (AZEVEDO & ALBERNAZ, 1959, p. 04).

Como é de conhecimento geral, a eleição foi vencida por Jânio Quadros para presidente e por João Goulart para vice-presidente. Somente para lembrar, neste período, os votos para presidente e vice eram dados separadamente. E, tanto o ISEB em sua nova estrutura estatutária quanto o PTB apoiaram o General Lott.

Já em 1962, nas eleições gerais, Guerreiro Ramos se lança a candidato a Deputado Federal pelo Estado da Guanabara, contando com poucos recursos e o apoio de poucos amigos e alunos. Sua campanha, no entanto, se destaca pelos inúmeros ataques sofridos, oriundos tanto dos isebianos como dos pecebistas, que organizaram diversos atos de contrapropaganda e sabotagem, o que mais tarde ele mesmo viria a relatar em seu livro “Mito e Verdade da Revolução Brasileira”.

A sua campanha teve como base a defesa de uma política interna e externa independente, a obrigatoriedade de um desenvolvimento nacional programado, por maior participação popular, pela reforma agrária, pela organização do mercado de capitais, pela nacionalização das concessões estrangeiras no serviço público, ensino gratuito, contra a corrupção, entre outras, que como podemos verificar já pautavam sua vida como sociólogo.

Guerreiro Ramos não alcançou a vitória no pleito de eleitoral de 1962, ficando na condição de segundo suplente. Constatamos uma divergência sobre o período do exercício do mandato entre pesquisadores e o arquivo da Câmara Federal. No entanto, mesmo com divergências no período, a presença de Guerreiro Ramos no parlamento é curtíssima e marcada pela sua atuação como orador, sendo normalmente suas intervenções na Câmara Federal, reproduzidas na imprensa, dada a qualidade destas.

Os seus pronunciamentos como deputado não se distinguiam do sociólogo, sempre voltados aos problemas por ele abordados das condições do país, ilustrados com fatos históricos, buscando com estes um entendimento sobre a nossa realidade, de forma a transcender os interesses partidários. Voltados, também, ao combate ao oportunismo, tanto da direita, quanto da esquerda, as quais ele entendia como entreguistas (direita) e subserviente aos interesses comunistas (esquerda). Surpreendentemente, neste curto espaço de tempo não se tem registro entre estes pronunciamentos, de nenhum que versasse sobre a questão negra ou o racismo, no

entanto, é observada a ênfase dada à questão da organização do Estado, perpassando da questão administrativa à regulação da economia e a uma maior participação democrática, sendo ainda marcante na questão internacional a defesa do papel da ONU – Organização das Nações Unidas, diante da situação de bipolaridade internacional no contexto da Guerra Fria:

“Ademais, a ONU representava, para muitos que estavam envolvidos com os ideais nacionalistas, assim como para o nosso deputado, o lugar concreto em que os povos periféricos se apresentavam como vozes ativas e como os agentes principais de um processo de universalização descentrada do mundo, pois que lá se verificavam os encontros de “todos os governos independentes, sem discriminação” e, também, “uma modificação na balança do poder de tal modo que as nações subdesenvolvidas constituem o fiel da balança na discussão de qualquer assunto”, afirmando, portanto, a “igualdade jurídica dos governos”. A partir da instauração desse Parlamento de Povos, o mundo começou a adquirir consciência política da pluralidade e da unificação possível e necessária. Relativamente aos países periféricos, a ONU apresentava-se, sobretudo, como uma espécie de “armadura de defesa” de seus interesses, porque vinha sendo exatamente sob a sua tutela que tais “poderão manter e sustentar uma política interna independente e uma política externa independente” (AZEVEDO; ALBERNAZ, 2015, p. 11).

A fidelidade à defesa de uma independência frente à polaridade EUA X URSS é mantida no exercício parlamentar, sendo evidente a preocupação em elevar o Brasil juntamente com outros países “subdesenvolvidos” a uma atuação forte no exercício da independência dos estados e na possibilidade de formação de um bloco que se contrapusessem à bipolaridade estabelecida.

A trajetória parlamentar é duramente interrompida com o Ato Institucional nº 1, de 09 de abril de 1964, suspendendo seus direitos políticos por 10 (dez) anos. Com a sua cassação, Guerreiro é obrigado a estar recluso e passar necessidades:

“(...) indo viver uma vida reclusa, às escondidas e sob a proteção de amigos, até meados do ano de 1966, quando então buscava asilo político nos Estados Unidos da América, por considerar que a sua integridade física e as de seus familiares estavam profundamente ameaçadas. Durante esse intervalo de tempo que decorreu entre a interrupção de seu mandato e a sua retirada para o EUA, permaneceria trancafiado em uma pequena sala na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, onde lecionaria a jovens estudantes, muitos dos quais vieram a se tornar discípulos seus, e se dedicaria à escrita de um dos mais vastos compêndios sobre administração pública que um estudioso brasileiro ousou escrever – Administração e estratégia do desenvolvimento, que foi publicado em 1966, já em tons de despedida do Brasil (AZEVEDO; ALBERNAZ, 2015, p. 09).

## **A crítica à esquerda brasileira**

Na defesa de um projeto alternativo de sociedade sem romper com o sistema capitalista, Guerreiro Ramos se indispôs ferrenhamente tanto contra a direita entreguista como com a esquerda, buscando em cada um destes campos a prática que posteriormente é marcada por ele mesmo como redução sociológica. Neste sentido, em seu projeto de nacionalismo e de independência da polaridade produzida pela Guerra Fria, adotava posturas e conceitos que se confundiam, tanto com um lado como com o outro:

“Assim é que Guerreiro Ramos” se declarava um homem “de esquerda”, mas combatia as esquerdas e foi por elas combatido ao denunciar o desvirtuamento do que chamava de “esquerdeiros”, ou, por exemplo, ao classificar o marxismo-leninismo de chantagem filosófica. De outro lado, não pôde ser acolhido pelos defensores de posições à direita, já que criticava as atitudes retrógradas e mantenedoras do *status quo* próprias dos liberais, o que, por sua vez, não era suficiente para que fosse aceito como par dos que se identificavam com as esquerdas. Seria assim também no âmbito específico da produção intelectual; uma vez que não se permitiu identificar com qualquer movimento, corrente, escola (que ele chamava de “paróquias”), ou linha de pensamento, de forma acrítica, a obra de Guerreiro Ramos será sempre combatida, rejeitada ou ignorada por representantes das mais diferentes ideologias, de influência tanto marxista quanto liberal (PIZZA JUNIOR, 1997, p. 26).

A perspectiva peculiar de Guerreiro Ramos de pensar o Brasil, longe das ‘caixinhas ideológicas’, nos revela o seu olhar para uma brasilidade, que nos é negada pelas “elites” e intelectuais, que presos na translação conceitual e cultural, viam e vêem estes modelos societários como caminhos a serem seguidos, sem tomar em conta a nossa realidade sócio-histórica. A preocupação permanente do nosso autor é com um processo de transformação da realidade do país, uma revolução a partir da nossa própria realidade, e que se distancie da bipolaridade mundial imposta com a Guerra Fria. Guerreiro Ramos acredita em uma revolução democrática.

Para tanto, busca na redução sociológica o enfrentamento às teorias universais, retirando destas os conceitos a serem preservados, que se adequem à realidade local, uma sociedade pré-capitalista e de herança escravagista, na qual o seu desenvolvimento econômico e social se dá patrocinada pelo Estado brasileiro.

Neste campo, Guerreiro Ramos forjou sua trajetória com independência intelectual, ideológica e política, dentro do seu espírito democrático. Chegando mesmo a defender a legalização do Partido Comunista Brasileiro, compreendendo neste ato a importância do debate e do combate às propostas deste, ou seja, havia a

necessidade de constituir um amplo debate sobre a realidade brasileira, o que não era possível apenas com a translação conceitual representada por este partido.

A translação conceitual de forma acrítica foi o grande inimigo a ser combatido. Com esta compreensão acreditava que o nacionalismo desenvolvimentista que vinha sendo pensado a partir dos institutos IBESP, posterior ISEB, e o independentismo como uma terceira via à bipolaridade capitalismo X comunismo, se conformaria no processo revolucionário brasileiro, que conjuntamente com os países do “terceiro mundo” se sobreporiam à dicotomia trazida pela Guerra Fria.

Este posicionamento apresentado por Guerreiro Ramos, não se encontra isolado e reflete uma realidade mundial da época, como nos apresenta Motta, no seu artigo: “A política do Guerreiro: nacionalismo, revolução e socialismo no debate brasileiro dos anos 1960:”

“(...) a ideologia populista revolucionária além de não impedir a formação de um movimento revolucionário e de mobilização de massas no Brasil, tampouco estava “fora do lugar”, para utilizar a famosa expressão de Robert Schwartz (1981) em relação ao liberalismo do século XIX no Brasil. A ideologia populista nacionalista revolucionária no Brasil dos anos 1960 refletia essa expressiva tendência da esquerda terceiro-mundista que se fazia presente em diversas formações sociais nas suas lutas anticoloniais e antiimperialistas, tendo um papel significativo nos movimentos populares pré 1964” (MOTTA, 2010, p. 92).

A efervescência política da década de 1960 sacudia o mundo e o Brasil não se diferenciava neste quadro. A nossa formação social exigia uma transformação socioeconômica. Para tanto, se fazia também necessária uma reorganização dos partidos políticos, que se encontravam contraditoriamente distantes dos anseios sociais e da realidade de nação. Neste campo se encontram projetadas as tendências entreguistas e comunistas, as quais Guerreiro Ramos combatia incessantemente. Na condição de parlamentar, assim classificava os entreguistas, como pessoas que queriam transformar o Brasil em um país de ianques de segunda mão e os comunistas eram classificados como aqueles que desejavam através dos manuais comunistas transformarem o país em comunistas de segunda mão.

Dessa forma, na sua crítica à esquerda brasileira, Guerreiro Ramos a classificava como desprovida de consciência conceitual, a qual se limitava a chavões, patrulhamento ideológico e uma proliferação de palavras de ordem, as quais não contribuíam na organização da população. No livro: *Introdução Crítica à Sociologia*

*Brasileira*, Guerreiro Ramos identifica não apenas a sua crítica à esquerda enquanto partido político ou ação política, como também à sociologia e aos sociólogos voltados a esta ideologia:

“Atualmente este dedutivismo é perceptível em trabalhos de sociólogos brasileiros aficionados do marxismo. Principalmente quando tentam explicar os nossos problemas políticos e jurídico-sociais, muitos o fazem segundo estudos marxistas aplicados a países estrangeiros, ou segundo aplicação mecânica das categorias marxistas. Procedimento este, diga-se logo, que contraria a essência do marxismo, mas que assinala a força do impacto da situação colonial na psicologia do colonizado” (GUERREIRO RAMOS, 1995, p. 40).

Explicita-se com esta afirmação, a preocupação presente nos estudos, políticas e prática militante de Guerreiro Ramos, a translação conceitual exercida no Brasil por intelectuais brasileiros, não se diferenciando, assim, se estes eram representantes do espectro da direita ou da esquerda; e que no caso da esquerda subsidiavam também as polêmicas travadas em torno do seu pensamento.

Obviamente que tais divergências não emergem do nada e se baseiam nas posições tomadas pelo PCdoB no período, com posições vacilantes diante da conjuntura nacional e internacional, para posteriormente aderir à opção marxista-leninista aplicada pelo PC russo, que no debate da época, para alguns, era tida como stalinismo, como pontua Motta (2010):

“Por “marxismo-leninismo” entende-se a ideologia reproduzida pelo Kominform a partir de 1947. Significa que os partidos comunistas deveriam adotar as diretrizes estabelecidas pelo PC soviético. Neste sentido, a ideologia marxista-leninista é sinônimo de stalinismo, e é nessa acepção que Guerreiro trata o marxismo-leninismo, mas não se identificando com a histeria anticomunista característica das correntes políticas conservadoras que fizeram presença no Brasil daquele contexto, haja vista que a crítica de Guerreiro é de uma perspectiva de esquerda. Ademais, o “marxismo-leninismo” não se confunde com a complexa obra de Marx e Lenin, sem falar que Guerreiro recorre às análises de Lenin (1977) sobre o problema do imperialismo (a tese do “elo mais fraco da cadeia imperialista”) da obra: *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. Trata-se exclusivamente de uma ideologia, e não de uma teoria sociológica, política ou econômica (MOTTA, 2010 p. 94).

As críticas ao PCdoB tiveram como premissa a dogmatização deste partido, preso às diretrizes oriundas da III Internacional Comunista, e nesta crítica se buscou apoio: “na chamada corrente revisionista como suporte a seus argumentos, principalmente em Kaustky e Rosa de Luxemburgo” (MOTTA, 2010, p. 95).

Ressaltamos que como pode ser observado, para além da sua visão nacional desenvolvimentista, o intelectual Guerreiro Ramos teve na sua campanha à Câmara Federal, um verdadeiro desserviço prestado pela contra campanha dos pecebistas, que ao o enxergarem como inimigo de classe, terminaram por contribuir para o fortalecimento desse movimento que culminou com o golpe militar de 1964.

A necessária interpretação da realidade brasileira se faz presente em todo o momento, e para tanto, urgia naquele momento iniciativas fortes:

Motta (2010) faz uma avaliação sobre o período de alternativas que se iniciava no mundo. Esse novo período durou de 1950 a 1960. Países como Cuba, Argélia, Vietnã, formavam um “proletariado novo“. Há de se lembrar que havia dissidências em curso trazendo mudanças relacionadas à hegemonia da União Soviética no campo da esquerda mundial, a exemplo da Iugoslávia de Tito que, desde 1948, se afastara da influência soviética, seguida pela China e Albânia no início dos anos 1960.

Motta (2010) afirma que Guerreiro (1963) entendia que naquele contexto o Brasil vivia seu momento revolucionário ideal para a implementação de um “novo socialismo” de caráter nacional:

“Havia condições objetivas para tal feito; condições essas em que vinham se desenvolvendo desde 1930, a partir de Vargas; contexto em que o Estado tornara-se nação e criará mecanismos institucionais para a organização do povo. (...) e a Revolução Brasileira não poderia ser construída a partir de experiências prévias de outros países, nem tampouco de “manuais”, o que caracterizava o PCB, no seu dizer, como uma “organização alienada”. Essa inconsistente liderança do “movimento emancipador” só postergava a revolução (MOTTA, 2010, p. 97).

Obviamente que foram diversos os elementos que levaram as organizações às suas avaliações e orientações. No entanto, a prioridade de Guerreiro Ramos sempre foi fazer uma análise a partir da nossa realidade sócio histórica, na qual, tendo como mote a redução sociológica, que busca adequar os estudos universais à realidade local, dentro de uma crítica reflexiva. Sendo ainda marcante a sua conectividade com o processo internacional, que convencionou como socialismo com bases nacionalistas e através do qual buscou uma integração com os países do eixo do terceiro mundo, buscando criar uma alternativa à bipolarização Estados Unidos X União Soviética.



## **Uma sociologia para além do seu tempo**

Como podemos acompanhar até aqui, Guerreiro Ramos se propôs - dentro de uma conjuntura completamente adversa para si mesmo, enquanto ser humano negro marcado pela sua opção política na juventude e em um processo praticamente autodidata - a romper com um processo de translação e aculturação conceitual, que nos impunha uma fórmula universalista de sociedade, nos levando a não pensar a partir da nossa própria realidade.

Obviamente que tal iniciativa o expôs com os demais da sua época, que na incompreensão ou mesmo na divergência, não deixaram de acusá-lo de ausência de rigor científico, seja pela novidade apresentada por sua metodologia, seja pelo que mais tarde Quijano chamou de colonialidade do poder e que rebatizamos como colonialidade mental.

Tal ruptura, em nenhum momento, buscou minimizar ou desconhecer os conceitos universalistas, ao contrário, os mesmos foram adequados à necessidade de compreensão da nossa própria realidade, a partir da exigência por ele evidenciada de se fazer uma sociologia a partir de cada realidade local, fazer sociologia como algo local, mesmo que partindo de conceitos universais.

Inovador para sua época, Guerreiro Ramos merece não apenas um aprofundamento das suas contribuições. Reconhecido internacionalmente, de certo modo ignorado no Brasil de hoje, ainda é tratado sob as marcas imputadas a ele, as quais mancharam sua curta carreira como intelectual, militante e político.

Não é demais destacar como lembra Motta (2010), que sua influência avança:

“(...) tiveram continuidade se reconhecermos sua influência na corrente terceiro-mundista da Teoria da Dependência, representada por Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos, ambos intelectuais originários da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP), organização inspirada nas teses de Trotsky e Rosa Luxemburgo. Além da relação pessoal que tiveram com Guerreiro Ramos e da admiração a sua obra, sem dúvida essa vertente da Teoria da Dependência foi a que mais explorou a problemática do nacional-popular e da relação de conflito entre os países capitalistas desenvolvidos e os dependentes, além da ênfase dada a questão do Terceiro Mundo” (MOTTA, 2010, pp. 98-99).

Discorreremos até aqui sobre alguns elementos que fazem com que este trabalho de

pesquisa se referencie em Guerreiro Ramos. Introduzimos ainda, o elemento racismo nacional, pouco desenvolvido ou melhor, não percebido adequadamente e enfrentado por ele, apenas como uma questão social, com o objetivo de ampliar e/ou contribuir com os pontos de vista por ele levantados, como o mesmo deixou explícito, “tudo que aí fica é suscetível de retificações” (GUERREIRO RAMOS, 1995).

Para tanto, é importante entendermos a visão de Guerreiro Ramos (1995) acerca da sociologia exercida no Brasil:

“A situação colonial, posta em questão hoje por sociólogos e economistas é entendida como um complexo, uma totalidade que impõe certo tipo de evolução e de psicologia coletiva às populações colonizadas. Um dos traços desta psicologia coletiva é a dependência, certo bilinguismo, a duplicidade psicológica, condições que tornam limitadíssima a possibilidade de uma identificação da personalidade do colonizado com a sua circunstância histórico-natural imediata”. (GUERREIRO RAMOS, 1995, p.18).

Na sua crítica, encontra-se explícita a translação conceitual exercida pelos sociólogos brasileiros, que ao desmerecerem a realidade local, limitavam-se:

“Ora, os nossos sociólogos têm adotado os sistemas sociológicos europeus em suas formas terminais e acabadas e, na medida em que isto acontece não os compreendem cabalmente, para tanto lhes faltando suportes vivenciais e, muitas vezes, o conhecimento da gênese histórica destes sistemas” (GUERREIRO RAMOS, 1995, p. 43)

A crítica de Guerreiro se fundamenta nos trechos abaixo descritos no livro “Introdução Crítica à Sociologia Brasileira (1995)”:

“Mas a universalidade da ciência, como técnica de pensar, não impede que a sociologia se diferencie nacionalmente”. Esta diferenciação da sociologia é incoercível. Desde que o sociólogo só existe nacionalmente, na medida em que o seu pensamento seja autêntico, terá de refletir as peculiaridades da circunstância em que vive. A sociologia se diferencia nacionalmente quanto aos temas e aos problemas de que trata. Desde que determinada sociedade se autodetermine, o trabalho sociológico tende aí a perder a disponibilidade e a tornar-se instrumento desta autodeterminação. A sociologia, no Brasil, será autêntica na medida em que colaborar para a autoconsciência nacional, na medida em que ganhar em funcionalidade, intencionalidade e, conseqüentemente, em organicidade... “A crítica sumária que vem de ser procedida não tem outro propósito senão o de colocar o tema – o da interpretação da realidade nacional – em um nível que os leitores possam pensar cooperativamente” (GUERREIRO RAMOS, 1995 p. 45).

A constante exigência de não colonialidade, a partir da translação conceitual acrítica,

sempre se encontrou presente, bem como, a necessidade de uma sociologia militante, que rompesse com a mera identificação do problema e se colocasse como parte integrante da solução.

Neste sentido, é possível compreender, o que pode parecer aos incautos como arrogância ou rudeza, frases que expressam mais explicitamente a necessidade de romper com a colonialidade mental.

“A adoção mecânica dos métodos e processos refinados da antropologia e da sociologia europeias e norte-americanas tem levado grande parte dos profissionais brasileiros do campo dessas disciplinas a um certo descritivismo casuístico de escasso valor pragmático, isto é, pouco utilizável como contribuição para o esclarecimento dos principais problemas da sociedade brasileira”. (GUERREIRO RAMOS, 1995, p. 58).

Para além de uma sociologia prática na busca de apontar soluções ou mesmo ser o instrumento de solução, Guerreiro Ramos nos aponta outro elemento fundamental na sua interpretação sociológica: a necessidade de atualização da mesma, diante da dinâmica social. Para ele não era possível se ter um olhar estático, seja pela necessária movimentação constante da sociedade, seja pelo viés abordado pelo pesquisador, nem sempre ou ainda quase sempre preso ao foco do seu objeto de pesquisa, não sendo possível um olhar totalitário. Assim ele compreende, que:

“A sociologia política, assumindo o ponto de vista global, é uma ciência do conjunto da sociedade política, uma “ciência da totalidade do fenômeno político”. É uma síntese dinâmica e compreensiva dos diferentes pontos de vista, jamais feita de uma vez por todas, mas sempre aberta a retificações, desdobramentos e incorporações, uma tarefa verdadeiramente interminável” (GUERREIRO RAMOS, 1995, p. 61).

Com esta permissividade, que nos orienta desde sempre, buscamos a partir da releitura de suas obras identificar não apenas a sua atualidade, mas, também, a previsão da necessidade da decolonização, visto que, presos em translações conceituais acrílicas não nos é possível compreender a dinâmica do racismo no interior da sociedade brasileira, e isto, dentro de um período onde nascia nossa sociologia, em um período de modernização, ou da modernidade-colonialidade.

Neste sentido, nos é caro o entendimento e por que não a aplicabilidade dos seus ensinamentos, como por Guerreiro Ramos (1995) descrito:

“Na medida em que as gerações necessitam reorientar as atividades

intelectuais, no sentido de aliá-las aos fatores recentemente emergidos da realidade nacional, e que laboram pela autonomia do país, é preciso rever a produção cultural ocorrida até aqui, em função do significado presente. Torna-se imprescindível discernir nas obras dos autores que nos precederam os significados indiretos. Desta forma, os intelectuais poderão ver quais destas obras encerram uma experiência cujo conhecimento lhes poderá ajudar, no momento, no esforço de integração do seu pensamento aos fatos e de direção das tendências dos mesmos” (GUERREIRO RAMOS, 1995, p. 52).

Ao nos referirmos à previsão de Guerreiro Ramos sobre o que, posteriormente, vemos identificada como decolonialidade, não deixaremos de citar o contexto, onde e como ele apresenta as premissas iniciais deste debate, ainda no ano de 1953, durante o II Congresso Latino-Americano de Sociologia, na qualidade de presidente da Comissão de Estruturas Nacionais e Regionais. Sua tese já versava sobre a necessidade de um olhar crítico à sociologia importada e sobre a necessidade de um olhar a partir da realidade local, bem como, já tinha entre suas preocupações a integração das populações indígenas e afro-americanas.

Com efeito, a tese na qual constava esta preocupação não teve o resultado esperado, sendo duramente atacada sob a coordenação dos demais congressistas brasileiros e derrotada ou desaprovada em plenário por 22 (vinte e dois) votos contra 09 (nove). Ora, se a coordenação da oposição foi realizada por congressistas brasileiros, no mínimo podemos imaginar que:

1. A resistência à tese teve por objeto o seu conceito revolucionário, consistente na necessidade de um olhar sociológico a partir da realidade nacional;
2. O apego da nossa intelectualidade aos modelos prontos, ou seja, as translações conceituais, europeias e estadunidenses, sem que para estas se dediquem um olhar crítico em relação às divergências societárias;
3. A presença entre nossos intelectuais, mesmo que inconscientemente, de um olhar eugênico acerca da sociedade brasileira;
4. Houve uma receptividade da tese por parte de integrantes de outras delegações.

Diante desta realidade, é possível compreender que as sementes de um pensar decolonial tiveram suas origens no referido congresso e foram adubadas com a perspectiva de redução sociológica, também apresentada por Guerreiro Ramos. Ao mesmo tempo em que se conforma uma tendência até então hegemônica da

translação conceitual acrítica e subserviente, como é definido a partir da compreensão de que vivemos sobre uma prática de sociologia enlatada:

“Nestas condições, assume-se, entre nós, em face dos métodos e produtos do trabalho sociológico no exterior, uma atitude apologética. Tudo que de lá vem é ortodoxo, excelente, imitável. Não se acordou ainda para o fato de que os meios e resultados do trabalho sociológico são condicionados por estruturas nacionais ou regionais. Afirma-se a eficácia imanente das transplantações. Não se assume uma posição sociológica na discussão da sociologia” (GUERREIRO RAMOS, 1995, p. 108).

Na constatação da colonialidade mental de parte significativa dos sociólogos brasileiros e latino-americanos, este autor identifica este fato como uma doença infantil, “uma patologia da normalidade. Desde que, em suas posturas mentais, é generalizado aquele traço culturologicamente mórbido (a transplantação), passa o mesmo a ser normal” (GUERREIRO RAMOS, 1995).

Aqui se coloca em debate o que seria a “normalidade” para tais intelectuais, visto que estes são oriundos de uma população privilegiada, ou seja, com direito à educação, enquanto que, em geral, a população se encontrava em alto estágio de analfabetismo e tendo uma composição étnico-racial majoritariamente negra, ainda sob os auspícios da descendência do escravismo, do racismo estrutural, do mito de uma democracia racial e de um projeto presente de branquitude.

É evidenciável não apenas a translação conceitual acrítica, como também o porquê da necessária translação e em que bases esta se desenvolve, ou seja, é evidente que não apenas se faz necessária a branquitude epidérmica, como também intelectual. O projeto de branquitude neste contexto chega ao seu auge, passando a ser hegemônico em todos os sentidos e campos, impedindo de imediato um pensar a partir da realidade local, negra, mestiça, indígena, ou melhor, pluriétnica e brasileira, visto que ainda nos reivindicamos descendentes de europeus.

Tais elementos como podemos perceber escaparam à perspicácia da intelectualidade de Guerreiro Ramos, talvez porque ele estava envolto em um projeto de integração, tendo a sua própria realidade como exemplo, que visava a integração através da absorção de conhecimentos e do reconhecimento, ou ainda, porque dentro da sua própria perspectiva e da do TEN, da existência de uma elite negra, ele não tenha se dado conta da complexidade e estruturalidade do racismo, o

qual muitas vezes ele minimizou, relegando-o a fatos isolados, geralmente provenientes do sul do país.

No entanto, não é possível desmerecer o seu grande esforço de construção de uma brasilidade, para a qual se empenhou em um projeto desenvolvimentista para o país, sendo mesmo considerado como, “o sociólogo do desenvolvimento”. Destacamos a sua visão sobre a classe dominante, o que para ele justifica a necessidade de uma revolução brasileira:

“A classe dominante do Brasil atual não é, em verdade, uma classe dirigente, na medida em que ela não possui a consciência orgânica das necessidades da comunidade nacional. Para ser dirigente, falta-lhe um componente psicológico e ideológico – a compreensão da realidade do país como um todo. Esta carência ideológica se revela nas marchas e contramarchas e na indecisão que, ostensivamente, caracterizaram a maneira como os grandes problemas nacionais estão sendo tratados”. (GUERREIRO RAMOS, 1995, p. 257).

Nesta dissertação, obviamente, não conseguimos aprofundar toda a riqueza intelectual, militante e política apresentada por Guerreiro Ramos em todas as suas frentes de atuação e, propositalmente, não trouxemos a sua contribuição no que se refere à ciência da organização, desenvolvida, praticamente na sua totalidade, na Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), da Fundação Getúlio Vargas e por ele retomada durante o seu exílio nos Estados Unidos.

Compreendia o trabalho intelectual com uma lógica própria, no qual tenha uma proposta prática:

“No pensamento de Guerreiro, política e administração são os principais campos de ação e é por isso que ele se debruçou sobre elas”. Ou melhor, para Guerreiro, administração é política e, portanto, oferece múltiplos caminhos para o exercício da “sociologia em ato” (OLIVEIRA, 1997, p. 13).

Neste sentido, fica evidente no nosso entendimento, que foi defendido por Guerreiro Ramos, não apenas uma sociologia engajada; mas, que também estivesse atrelada a um propósito nacional, que elevasse a condição de subdesenvolvimento a que estávamos expostos, a partir de um projeto nacional-desenvolvimentista, de um sentimento de brasilidade, o qual era visto por ele, a partir de uma revolução brasileira, com uma ação independente do Estado brasileiro em relação ao eixo Estados Unidos X União Soviética e uma real integração de toda a sociedade brasileira.

A atualidade de Guerreiro Ramos com o seu tempo demonstra como a sua

preocupação com o nosso país, diante da conjuntura mundial, estava presente. Assim, nos seus estudos voltados ao nacional desenvolvimentismo e conseqüentemente à industrialização do país, como fato gerador da superação do subdesenvolvimento, encontramos a sua contribuição sobre a sociologia da modernidade:

“Entendo por requisito estratégico, neste particular, o fato de que a modernização representa essencialmente uma transformação social viva, em que o curso dos acontecimentos presume-se dirigido conscientemente e nunca é possível determinar abstratamente a importância de qualquer variável. Nenhuma variável é intrinsecamente positiva ou negativa. A importância de cada variável muda conforme o contexto sistêmico, isto é, a mesma variável X pode ser um trunfo em determinado sistema social e um percalço em outro. Ou, no mesmo sistema social, essa variável pode ser uma coisa ou outra, conforme a ocasião” (GUERREIRO RAMOS, 1995, p. 29).

Tal referência tem grande importância, visto que esta é mais uma das suas críticas à translação conceitual advinda da Europa Ocidental e Estados Unidos, exercida por diversos autores nacionais que limitavam o conceito de modernidade “como um processo de disseminação, pelo resto do mundo, de certos tipos de objetos e comportamentos originados naqueles lugares” (GUERREIRO RAMOS, 1995).

Assim, Guerreiro Ramos compreende a modernidade e/ou modernização do país:

“A modernidade não é uma espécie de entidade metafísica, nem um conjunto de elementos prescritivos a serem adotados pelas nações periféricas como aquela melhor maneira de proceder, se quiserem modernizar-se. Na prática, a modernização exige de cada governo a capacidade de aprender com as situações e nelas descobrir caminhos mais curtos para a modernidade” (GUERREIRO RAMOS, 1995, p. 42).

Sempre atento e sem perder de vista a conjuntura sócio histórica do Brasil, Guerreiro Ramos traduz em seu método sociológico a construção da superação do subdesenvolvimento e das desigualdades existentes em nossa sociedade. Antenado com as mudanças sociais e políticas no mundo, não passa despercebida a necessidade de contribuir nesta tarefa. Para tanto, além da apreensão das universalidades das ciências, avança e nos oferece como proposta para o entendimento e desenvolvimento social, sem que nos distanciemos da realidade social mundial, a redução sociológica, a qual consiste na interpretação social a partir da realidade conjuntural local.

É a partir do processo de transformação do Brasil, principalmente a partir dos governos de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek, nos quais se desenvolveu

mais explicitamente uma política desenvolvimentista nacional, e, conseqüentemente, uma real disputa ideológica e política, que nos é ofertada tal metodologia. Na mesma está explícita a grande transformação por que passou o Brasil, rompendo com a tradição rural e passando a um processo de industrialização, que passa a incorporar grande parcela da população, ativando consideravelmente o círculo econômico:

“Guerreiro Ramos foi levado a essa ordem de idéias, rebelando-se contra métodos e objetivos estereotipados na aplicação sociológica em nosso meio, por acreditar que o Brasil atingiu, a partir dos anos 50, uma dinâmica própria de desenvolvimento que lhe permitiria, apoiado em condições endógenas, ter um desempenho autônomo no quadro mundial”. (LEITE, 1983, p. 78).

Guerreiro Ramos percebe que já não é mais possível a assimilação e translação pura e simples dos conceitos universalistas, estando o Brasil em condições de analisar a sua própria realidade e desenvolver, assim, a sua própria sociologia ou ainda, uma práxis sociológica própria, visto que, a complexa trama social tem suas categorias próprias a partir da sua localidade, não sendo possível à translação conceitual dar conta de sociedades díspares.

O conceito de redução sociológica será mais bem trabalhado nos capítulos seguintes; portanto, buscamos apenas contextualizar brevemente como se chegou a este conceito e a sua importância social e política à época, bem como a sua atualidade.

Obviamente procuramos limitar nossos estudos ao foco central do mesmo, ou seja, o racismo brasileiro e a colonialidade mental como um dos vetores da sua permanência entre nós e o enfrentamento epistemológico, exercido de forma protagonista por Guerreiro Ramos, nos idos de 1940 a 1960. Contudo, mesmo necessitando de aprofundamento, citamos a importância e o reconhecimento do autor referência, não apenas na sociologia, como em toda a sua trajetória guerreira, estando presente hoje em diversos cursos, como cita em entrevista, Adilson de Almeida, na homenagem realizada pela FGV – Fundação Getúlio Vargas: “Esse autor está presente nas ciências sociais, tais como administração, sociologia, psicologia, economia, na geografia, antropologia, na pedagogia e nutrição” (DUZERT & MARQUES, 2014).

A referida homenagem da Fundação Getúlio Vargas contou com inúmeros



entrevistados, tanto nacionais como internacionais, de reconhecido *status* acadêmico e científico.

### **CAPÍTULO 3 – PROJETO DE BRANQUITUDE, LUTA ANTIRRACISTA E RESISTÊNCIA EPISTEMOLÓGICA**

“Num país de negro como o nosso, falar do problema do negro é uma cretinice”.  
Guerreiro Ramos

Durante este capítulo buscaremos evidenciar a conformação de um projeto de branquitude na sociedade brasileira, de forma a normatizar as relações sociais e raciais, ao mesmo tempo em que impõe a inexistência de pluriethnicidade da sociedade brasileira. O projeto de branquitude se alicerça na manutenção do

sistema de 'casta', oriundo do sistema escravagista, quando da transformação do império para o regime republicano e do ingresso do país no sistema capitalista mundial, buscando através da miscigenação, imigração europeia e posteriormente do mito da democracia racial, uma normatividade societária, a partir de uma padronização societária branca.

Com o objetivo de propiciar uma melhor compreensão, utilizaremos um método de não linearidade cronológica, de modo que, dependendo da especificidade da abordagem, faremos uma breve análise conjuntural pontual, que favoreça a apreensão do contexto. Neste capítulo estudaremos, especificamente, o projeto de branquitude e branquidade, que naturalizado no interior da sociedade, invisibiliza o elemento branco, ao mesmo tempo em que caracteriza e classifica etnicamente os demais setores, minimizando as suas lutas, mais especificamente a luta antirracista, negra. Para tanto, utiliza-se do embranquecimento forjado desta mesma sociedade, através do projeto de branquitude, favorece um processo assimilacionista por parte dos elementos não brancos e busca tornar invisíveis as diversas formas de resistência.

Ao enfatizarmos em determinado momento o projeto de branquitude, buscamos melhor contextualizar o impacto da existência deste na estruturalidade do racismo, ao mesmo tempo em que trazemos um olhar mais amplo, ou melhor, mais completo sobre a nossa realidade societária; visto que, em geral o debate sobre as relações raciais tem como muito, a questão da negritude, desviando assim o foco do debate específico da negritude como objeto de pesquisa. Ao mesmo tempo, buscamos favorecer um estudo epistemológico sobre a nossa realidade societária - encontramos inúmeros trabalhos desenvolvidos por intelectuais contra hegemônicos - ao mesmo tempo em que destacaremos o papel da luta negra em nosso processo sócio histórico.

No segundo momento, trabalharemos brevemente a luta antirracista desenvolvida pelas organizações negras que antecederam o golpe militar de 1964, com ênfase nas ações da União dos Homens de Cor e da Frente Negra Brasileira, perpassando ainda mais rapidamente pelas ações dos Clubes Sociais Negros, buscando situar não apenas como estas ações se desenvolviam, como também, o papel destas lutas no seu contexto sócio político.

E, finalizando este capítulo analisaremos as contribuições advindas das ciências sociais ou estudos sociológicos deste mesmo período, buscando compreender a construção da identidade nacional, perpassando brevemente pelos processos construtivos da mesma e suas influências transladadas, que terminaram por conformar a estruturalidade do racismo. Buscaremos compreender, também, o olhar dedicado à questão da negritude a partir das ciências sociais e concluir esta breve contextualização com um diálogo mais aprofundado com a resistência epistemológica apresentada por Guerreiro Ramos, na busca de superação do racismo e valorização do elemento negro em nossa sociedade.

### 3.1 - Projeto de Branquitude

“Não caçamos pretos, no meio da rua, a pauladas, como nos Estados Unidos. Mas fazemos o que seja pior. Nós o tratamos com cordialidade que é o disfarce pusilânime de um desprezo que fermenta em nós, dia e noite”  
Nascimento, 1978. p. 77

Temos afirmado no transcorrer deste estudo os termos branquitude e branquidade, sem preocupação com uma conceituação específica deles, por compreender que os mesmos nos são familiares. No entanto, neste capítulo onde trataremos especificamente dos efeitos destes termos na sociedade brasileira e muito possivelmente no mundo ocidentalizado, buscaremos torná-los mais explícitos dentro do que temos trabalhado, o que não significa necessariamente uma desconexão com a conceituação familiarizada, mas sim, a especificidade com que nos apropriamos dos mesmos.

A branquitude é um processo sistêmico de introdução e normatização de um padrão de sociedade, que tem como premissa a negação de qualquer outro setor étnico, logo a negação da nossa pluriétnicidade. A branquitude se conforma entre nós a partir da absorção de modelos físico/estético, societário, cultural e religioso, os quais, através de ações coordenadas politicamente, são impostos no interior da sociedade, de forma a moldá-la a um padrão societário, que atenda aos interesses de determinado grupo étnico, no caso específico, o branco. É o exercício pleno de negação da democracia, onde um conjunto de valores é categoricamente negado,

mesmo que maquiado por uma legislação que efetivamente não os protegem, ao mesmo tempo em que os valores defendidos por este grupo étnico – o branco – são constantemente ressaltados.

Importante destacar a definição de branquitude apresentada por Silva em seu artigo, “Definições sobre branquitude”:

“(…) a branquitude refere-se à identidade racial branca, a branquitude se constrói. A branquitude é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivos, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial “injusta” e racismo”. SILVA, 2011

Neste sentido, a branquitude assume aspectos hegemônicos no interior da sociedade, moldando-a como padrão, desconsiderando e discriminando as demais etnias e outras formas de cultura, e deste modo, com sua naturalização, concede uma série de privilégios à “raça” branca, que são negados às demais. Mesmo analisando que este projeto tomou forma de maneira ‘inconsciente’, a sua conformação se dá de forma consciente; os elementos privilegiados reconhecem as suas vantagens e “assumem e reafirmam a condição ideal e única de ser humano, portanto, o direito pela manutenção do privilégio perpetuado socialmente”. JESUS, p. 2

A branquitude, assim, é um projeto de poder, onde a hegemonização da etnia branca sobre as demais se impõe sistemicamente, no qual um dos princípios é a normatividade da branquitude e com esta a sua invisibilidade, ou seja, tomada como normativa, a branquitude não se coloca como uma etnia e sim como modelo a ser seguido e mesmo condutor normativo da sociedade.

“(…) existe o consenso de que a identidade racial branca é diversa. No entanto, na busca por uma definição genérica, podemos entender a branquitude da seguinte forma: a branquitude refere-se à identidade racial branca, a branquitude se constrói. A branquitude é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivos, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial “injusta” e racismo”. SILVA, 2011. p

No caso específico do Brasil, onde a branquitude e o processo de branquitude nos foram impostos enquanto sociedade, faz-se necessário desmistificar esta branquitude. Antes de qualquer coisa, não podemos deixar de lembrar que Portugal, país que nos colonizou, viveu por cerca de três séculos sob a dominação

dos Mouros, ou seja, um período que antecedeu suas aventuras oceânicas e conseqüentemente o início da exploração em terras brasileiras. Além disso, não podemos deixar de mencionar que o processo de exploração e posterior colonização brasileira não se desenvolveu diretamente com a presença de representantes “arianos” ou mesmo por membros reais ou da nobreza portuguesa, se é que após três séculos de dominação dos Mouros, poderá se buscar pureza ariana nesta população; por outro lado, encontramos entre a própria comunidade europeia a explícita discriminação entre ingleses e portugueses, os ingleses se consideravam superiores aos portugueses.

Ainda sobre a realidade brasileira, diante do próprio processo de colonização, o qual foi baseado em uma miscigenação forçada através do estupro de mulheres indígenas e negras; e posteriormente, pela própria campanha de embranquecimento físico, desenvolvida anteriormente à Abolição da Escravatura e que persistiu até a República Velha, nos mostrando de forma explícita o compromisso com uma política de embranquecimento físico desenvolvida pelo Estado brasileiro, independente do regime político.

Destacamos que na prática da hegemonização do projeto de branquitude podemos constatar “(...) o silenciamento do branco diante da história como forma de manter o *status quo*. A estratégia é aumentar a visibilidade sobre o negro enquanto o branco permanece omissa na história”. JESUS, p. 5

Importante destacar, ainda, a leitura de Florestan Fernandes sobre o comportamento das elites brasileiras, apoderadas do aparelho de Estado:

“(...) o egoísmo reaparece e decide as orientações de comportamento das elites no poder, pois não há muita diferença entre o que estamos assistindo e o que fizeram as mesmas elites no período final da desagregação do regime escravista. Então, os destituídos não foram contemplados nas diferentes “políticas” de aceleração das mudanças sociais, todas voltadas para os interesses econômicos, culturais e políticos dos estratos poderosos e privilegiados”. FERNANDES, 1971. p. 162

Mesmo considerando a época em que tal citação foi escrita, é importante destacar a consciência do caráter racista das elites brasileiras, o qual é atribuído ao egoísmo e não ao seu papel real na estruturalidade do racismo e à existência de um projeto de branquitude. Esta semelhança de pensamento será encontrada em outros autores

no decorrer deste estudo; e nos mostra o limite ao qual o enfrentamento ao racismo estava submetido. Ressaltamos que mesmo nos dias atuais, encontraremos este pensamento em muitos outros autores. Ressaltamos, também, a preocupação com uma democracia racial nos estudos desenvolvidos por Florestan e outros cientistas sociais, como explicitada a seguir:

“Desse prisma, é inteiramente falsa a avaliação negativa da contribuição dos cientistas sociais, que vem insistindo sobre os contornos especiais de nosso dilema racial e clamam por providências práticas que estejam à altura de nossas ilusões. Tais cientistas não estão “*criando o problema entre nós*”, como falsamente se assoalhou. Eles apenas tentaram equacionar problemas que são centrais para o futuro do Brasil como nação e como democracia racial. O mal não está em que eles tenham tido a coragem de afrontar preconceitos arraigados. Ele procede da indiferença com que os resultados de suas investigações foram recebidos e da confiança irracional numa crença inverossímil: de que se pode extrair democracia racial do nada. É muito mais fácil, para uma Nação moderna, ser antidemocrática que democrática. Em toda a parte, um contexto antidemocrático é quase sempre uma matéria de simples preservação ou de fortalecimento do *status quo*. O mesmo não sucede com o estabelecimento de uma sociedade democrática. Esta requer, como passo preliminar, a ruptura com o passado, e como processo decisivo, uma revolução dentro da ordem ou contra a ordem, que crie padrões efetivos de avaliação e de ação democrática. Ao que parece, os cientistas sociais brasileiros foram até os limites de sua responsabilidade propriamente científica. O que pretendiam e pretendem é que o “*nosso problema*” seja esclarecido e resolvido, segundo os critérios racionais do pensamento científico”. FERNANDES, 1971. p. 163 e 164

Obviamente, necessitamos levar em conta as diversas peripécias que são a manutenção de um sistema democrático em nosso país; e ainda que, este sistema mesmo em uma situação de ‘estabilidade’ não pode ser considerado como democrático, em virtude do nosso processo sócio histórico, do advento da aristocracia ou ainda dos antigos currais eleitorais, que persistem. Deste modo, as considerações contidas na citação acima não podem perder de vista esta realidade conjuntural.

Diante do esforço de compreensão da realidade brasileira por parte dos cientistas sociais e da constatação da necessidade de um regime democrático pleno, é óbvia a necessidade de uma ruptura como a citada. Porém, não podemos aceitar que esta ruptura esteja limitada à questão da democracia e que a estruturalidade do racismo e o reconhecimento de uma nação pluriétnica não estejam pautadas como prioritárias. Como vemos na referida citação a compreensão sobre a estruturalidade do racismo e seus impactos não se encontram devidamente apreendida.

Ainda em sua análise, Florestan praticamente declara a forma de pensamento dos nossos cientistas sociais em suas análises sociológicas sobre as relações raciais brasileiras...

“É preciso que se tenha em mente que o preconceito e a discriminação não degradam nem os seus portadores, nem as suas vítimas. Ambos são expressões da maneira pela qual a sociedade e a cultura organizam o comportamento dos seres humanos. Integram-se, estrutural e dinamicamente, no horizonte intelectual dos homens, determinando suas fontes de conceber as pessoas, seus direitos e deveres, e sua posição na sociedade em que vivem. As convicções religiosas dos “brancos” e os danos seculares dos “negros” e “mulatos”, somados a convicções da mesma espécie, criaram ambiente para avaliações emocionais e morais que colocam os dois temas em áreas de discussão proibidas. Ora, o cientista social não se preocupa com o assunto neste nível que para ele é etnocêntrico, de mascaramento das coisas, de respeito às convenções e de preservação da “paz doméstica”, como diziam os ensaístas brasileiros do século XIX. Ao proceder à análise e à caracterização das situações, ele não condena nem o “branco” por ter preconceitos, nem o “negro” por suportá-los; ele tampouco se insurge contra manifestações mais ou menos disfarçadas de discriminação, que mantêm a posição dominante de uma “raça” e a posição simetricamente subordinada de outra. Limita-se a mostrar como, em dadas condições de organização da sociedade, tais coisas podem dar-se e podem perpetuar-se. FERNANDES, 1971. p. 165

Encontramos nesta análise, antes de tudo, a individualização do “preconceito” e da “discriminação racial”. Mesmo tendo na referida análise a construção social e política das bases do racismo, Florestan justifica através dos elementos religiosos a naturalização dos preconceitos e relega a um suposto etnocentrismo a luta pela equidade racial e social da população não branca, neste caso específico do elemento negro, limitando por fim o papel do cientista social na constatação de tais situações.

Neste sentido, entendemos ser necessária a identificação do que conforma o projeto de branquitude, os seus impactos e o necessário enfrentamento em todas as frentes. Mostra-se ainda necessário identificarmos quais tipos de branquitude encontramos em nossa sociedade. Tomando como base a citação acima, é possível verificar que existem uma certa diversidade de branquitude. Silva em seu estudo identifica dois exemplos:

“É importante analisar dois tipos de branquitudes distintas e divergentes: a branquitude crítica que desaprova o racismo “publicamente”, e a branquitude acrítica que não desaprova o racismo, mesmo quando não admite seu preconceito racial e racismo, a branquitude acrítica sustenta que ser branco é uma condição especial, uma hierarquia obviamente superior a todos não-brancos”. SILVA, 2011

No entanto, ao voltarmos ao texto citado e ainda à nossa realidade, verificaremos que os exemplos acima não dão conta desta realidade, pois a compreensão da estruturalidade do racismo ainda não se faz completamente presente, sendo necessário um maior aprofundamento, o qual retomaremos futuramente.

A branquitude como projeto de sociedade, busca perpassar por todos os setores e espaços cotidianos de nossas vidas, não sendo mesmo possível nos desvincilharmos dela diretamente sem uma ação extremamente consciente, pois a sua naturalização secular em nossas vidas nos remete à sua aplicação imediata, sem que tenhamos tempo para o exercício de um raciocínio lógico sobre a sua aplicabilidade ou não.

A branquitude como projeto é o elemento da ocidentalização dos nossos países e não é mais possível ignorá-la. No entanto, se faz necessário entender o seu funcionamento e lutar para sua transformação em algo que permita a convivência pacífica entre todos os seres humanos, independente de sua etnia, sem que percam a sua identidade. Como nos explicou Guerreiro Ramos, é possível a aplicação da redução sociológica na convivência com a padronização da branquitude sem que percamos nossos referenciais étnicos.

Este exercício de redução sociológica, dentro do padrão societário de branquitude, busca refletir sobre o mesmo e explicitá-lo, de modo a encontrar formas de convivência harmoniosa, no que se refere à nossa própria contribuição para mudança do referido projeto.

O projeto de branquitude é exercitado de forma plena. Ao seu exercício ou prática, denominamos branquidade, assim a branquidade não é nada mais nada menos, do que o exercício do projeto de branquitude, que como instrumento de poder, se impõe em nossas vidas como padrão societário. Este padrão societário ocidentalizado tornou-se um exercício naturalizado, não sendo possível identificarmos mesmo a sua prática. No entanto, como dissemos, através da redução sociológica nos propomos a abrandar a sua ação, inicialmente identificando-o e depois resignificando-o dentro de uma perspectiva democrática, ou seja, procurando dentro da “universalidade” adquirida por este padrão, conformar novos significados que não se insiram em um exercício de poder branco e sim democrático e conseqüentemente pluriétnico.



Ao tomarmos a afirmação de Florestan sobre o exercício da democracia racial....

“Não existe democracia racial efetiva, onde o intercâmbio entre indivíduos pertencentes a “raças” distintas começa e termina no plano da tolerância convencionalizada. Esta pode satisfazer às exigências do “bom tom”, de um discutível “espírito cristão” e da necessidade prática de “manter cada um em seu lugar”. Contudo, ela não aproxima realmente os homens senão na base da mera coexistência no mesmo espaço social e, onde isso chega a acontecer, da convivência restritiva, regulada por um código que consagra a desigualdade, disfarçando-a e justificando-a acima dos princípios de integração da ordem social democrática”. FERNANDES, 1971. p. 166

Podemos observar qual o papel da branquidade ou do projeto de branquitude no que se refere à manutenção do mito da democracia racial, onde não apenas perpetua o seu projeto de poder, como minimiza as correntes de enfrentamento a este mito e ao próprio racismo; tornando-o de certa forma “contraditório” para a maioria da sociedade, sugerindo assim a troca de papéis, ou seja, os lutadores e lutadoras contra o racismo são acusado/acusadas de divisão social, bem como, oferece elementos para que mesmo aqueles/aquelas sensibilizados/sensibilizadas com a situação do racismo, não consigam, compreender o racismo para além da individualidade, ou seja, não compreendem a sua totalidade na estruturalidade do racismo, e assim se limitam à constatação da mera existência do racismo, como se este fosse apenas um delito de ordem pessoal e não tivesse interligado em todo um processo sistêmico.

Para além da coexistência pacífica, urge um processo radical de transformação, onde a inexistência do respeito seja prevista na legislação e como tal, seja devidamente punida. O respeito não pode ser considerado como algo advindo do “espírito cristão” e sim uma regra, uma norma social, até porque aceitar qualquer atitude como advinda de algum aspecto religioso branco é mais uma vez reafirmar os padrões de branquidade ou o seu projeto de branquitude.

A branquidade como instrumento de poder, como não poderia deixar de ser, buscou e obteve amplo sucesso na negação do outro, ou melhor, na negação de todas as demais etnias, seres e culturas não brancas, assim o único modo operante no interior da sociedade só pode ser validado a partir do aceite nas normas desta branquidade.

Identificarmos cada elemento deste projeto neste estudo seria uma atividade

extenuante e não daria conta do seu objeto central, que são os impactos desta branquidade na perpetuação do racismo; assim, sem fugir da contextualização histórica, nos limitaremos à área acadêmica na qual estamos inseridos/inseridas. O próprio modelo de estudo a que estamos submetidos já é uma branquidade, ou seja, um exercício da branquitude, o qual sem uma avaliação de mérito ou não, já pode ser identificado como instrumento basilador para o nosso modelo societário.

Assim vejamos, não apenas as metodologias e formas de apresentação identificam este modelo de branquidade; é marcante e isso não podemos negar, a exclusividade das fontes de referência a que somos submetidos/submetidas no decorrer da vida acadêmica, onde na maioria das vezes, não buscamos e mesmo desconhecemos outras formas de pensar ou de exercício do pensamento, assim negamos toda as contribuições que existem fora do eixo EUA e Europa Ocidental, como se as contribuições com olhares mais semelhantes à nossa realidade societária, América Latina e África, ou ainda, as experiências e formas de pensar de países asiáticos ou do Oriente Médio não existissem. Ora, como cidadãos e cidadãs universalizados em um mundo completamente globalizado, é inadmissível a negação ou ainda a sistemática ausência de conhecimento de tais referências.

Assim somos premidos a exercer nossa vida acadêmica, limitados/limitadas às formulações do referido eixo, sendo que muitas vezes desconsideramos por completo a nossa própria realidade societária e nosso processo sócio histórico; e, deste modo, tomando as referidas formulações como referência, buscamos nos enquadrar às mesmas, em um completo desrespeito à nossa realidade conjuntural.

Buscaremos a seguir, aprofundar um pouco este debate no que se refere à resistência epistemológica negra e ainda mais profundamente no próximo capítulo, quando trataremos da colonialidade do poder e da necessária redução sociológica.

### **A branquitude e o cotidiano social brasileiro**

A questão da branquidade se entende apenas como subtema dos nossos estudos, mesmo ela sendo um dos elementos centrais da colonialidade de poder e mental, e, conseqüentemente da estruturalidade do racismo. Sem a branquidade a colonialidade do poder e mental e a estruturalidade do racismo “poderiam” ter um

outro sentido, mesmo que não desaparecessem totalmente em uma sociedade brasileira hipoteticamente imaginada, pois estes dois elementos, neste caso específico são básicos.

Neste sentido, nos esforçaremos em limitar esta passagem do estudo em breves informações que contextualizem e propiciem um melhor entendimento dos impactos do projeto de branquitude no interior da sociedade brasileira. Assim, tomamos de imediato a citação de um trecho de Jesus, em seu artigo “Branquitude X Branquidade: uma análise conceitual do ser branco”, quando se refere à constatação de Guerreiro Ramos sobre a população branca e que o mesmo já cunhava o termo “brancura” em seu artigo sobre a Patologia social do branco brasileiro:

“(...) exemplo de pessoas que evitam o termo “branco” para identificar sua cor, mas resgatam em sua árvore genealógica europeus que justificam a ausência de suas características mais brasileiras que lhes aproximem da cultura negra, como o gosto pelo samba ou carnaval”. JESUS, p. 4

Impactam sobre a citação acima dois elementos basilares que conformaram o processo de naturalização do racismo brasileiro: a branquitude no seu projeto de branquitude e o mito da democracia racial.

Se por um lado, o projeto de branquitude impõe a normalização da branquidade, na qual se aplica a invisibilidade e silenciamento do branco, como elemento fundante da manutenção do seu *status quo*, por outro a visibilidade do outro se faz necessária, onde o outro passa a ser o visibilizado e determinante na busca do seu enquadramento social. Assim, a existência de poucos estudos sobre a branquidade se justifica na sua normalidade e os demais são pautas de estudos específicos, não normalizados na sociedade, o que fundamenta e justifica a negação de nossa pluriethnicidade, visto que esta é considerada anormal.

Isto é o que caracteriza na prática a normatização da brancura. Mesmo estando fundamentada em alguns setores nas pseudociências racialistas e eugênicas, ela se caracteriza especificamente na perda de privilégios, ou seja, para setores significativos da nossa sociedade não está explícita a diferenciação étnica, visto que, quando “necessário” para estes é permitida a integração de elementos isolados das demais etnias, obviamente mediante o seu poder social, político e principalmente econômico.

Assim podemos entender a flexibilidade da branquidade, na qual os elementos de arianidade não são fundamentais. Há uma aceitação de gradação étnica nesta branquidade, na qual os elementos fundantes são principalmente a condição sócio econômica e a “tradição” do indivíduo, levando-a à procura constante de referências de sua branquitude, muito comum na busca de sua descendência europeia.

Esta variação se desenvolve conforme o meio em que o branco está inserido, tendo como princípio básico a garantia ou manutenção de seus privilégios. Ao verificarmos no senso comum as formas de autoidentificação étnica do elemento branco constataremos tal diversidade. Sociologicamente já se buscou cadastrar esta diversidade, de modo a caracterizar as diversas relações interraciais, como apresentadas por Gilberto Freire, no seu livro *Casa Grande & Senzala*. Obviamente que tal cadastramento hoje não é mais possível, seja pela própria miscigenação brasileira, seja pela força que ganhou o mito da democracia racial entre nós, o qual impactou não apenas a comunidade negra, como geralmente é identificado, mas também e principalmente aos nos não negros, que encontraram nesta a sua ascensão ao projeto de branquitude, logo à branquidade, que lhes garante determinados privilégios.

### **A perniciosidade do projeto de branquitude sobre os elementos não brancos**

Analisar os impactos e os malefícios do projeto de branquitude sobre a população negra nos remeteria a vários estudos específicos. Para tanto, necessitaríamos de uma grande transversalidade com diversas outras áreas, visto que o alcance do referido projeto é total, ou seja, a totalidade do projeto de branquitude alcança a população negra, mesmo antes do seu nascimento e nem mesmo com a morte este impacto deixa de existir.

Procurando exemplificar a presença do projeto de branquitude, sua perniciosidade, sua naturalização e impactos para os elementos não brancos em nossa sociedade, tomemos, de forma ilustrativa e bastante generalizada: os aspectos psicológicos aos quais está submetida a população negra desde o seu nascimento, quando a negação da sua negritude e, conseqüentemente da sua herança cultural é praticada até mesmo por sua família e reforçada cotidianamente nos meios e mídias sociais; por outro lado; os aspectos jurídicos, onde a sua culpabilidade está em ter nascido

em um grupo étnico que não é o padrão social, nos quais você assiste à perseguição ou é perseguido/perseguida em seu bairro e em todos os espaços apenas por ser negro/negra, a vigilância firme em qualquer estabelecimento comercial, a suspeição sempre que ocorrer qualquer desvio de conduta, quando está em grupo ser o/a primeiro/primeira ou mesmo o/a único/única a ser enquadrado/enquadrada, por mais correto/correta e honesto/honesta que seja, ou ainda, na diferenciação das penalidades em caso específico de delitos, por uma justiça que para além de negar o direito à igualdade de tratamento atua com a firmeza da lei apenas sobre negros e negras. Mas, encontraremos na educação, talvez, o maior dos impactos da branquitude sobre a população negra, primeiro com a negação de sua herança histórica e mesmo descontextualização de suas origens africanas, depois com a negação da luta do povo negro no contexto sócio histórico brasileiro e com a negação da contribuição deste povo para o país. Obviamente, a negação da história de participação negra na sociedade brasileira é acrescida da supervalorização da contribuição branca.

É dentro do aspecto educacional que buscaremos nos deter um pouco mais, apesar deste aspecto perpassar todo este estudo, que será aprofundado quanto ao aspecto da colonialidade de poder e mental, mais à frente.

Mesmo que possa parecer desnecessário, relembremos a histórica negação de participação social na historiografia oficial do país desde época do II Império, quando se passou a dar visibilidade apenas às ações dos governantes e lideranças com estes afinadas; assim a presença e participação do elemento negro na historiografia brasileira é sistemicamente negada; e, mesmo com o avanço das lutas sociais negras são poucos os fatos históricos relacionados a esta parcela da população. Por outro lado, é também sistemático o embranquecimento de personalidades negras em nossa historiografia, as quais, quando citadas têm a sua tez embranquecida e, na maioria das vezes nem é lembrado/lembrada da sua negritude, como podemos verificar em uma breve análise historiográfica.

Nos referenciamos em Abdias Nascimento, no seu livro: O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado; no qual trata do processo educacional oferecido à comunidade negra.

“O sistema educacional é usado como aparelho de controle nesta estrutura de discriminação cultural. Em todos os níveis do ensino brasileiro – elementar, secundário, universitário – o elenco das matérias ensinadas, como se se executasse o que havia predito a frase de Silvio Romero, constitui um ritual da formalidade e da ostentação da Europa, e, mais recentemente, dos Estados Unidos. Se consciência é memória e futuro, quando e onde está a memória africana, parte inalienável da consciência brasileira? Onde e quando a história da África, o desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características do seu povo, foram ou são ensinadas nas escolas brasileiras? Quando há alguma referência ao africano ou negro, é no sentido do afastamento e da alienação da identidade negra”.

Tampouco na universidade brasileira o mundo negro-africano tem acesso. O modelo europeu ou norte-americano se repete, e as populações afro-brasileiras são tangidas para longe do chão universitário como gado leproso. Falar em identidade negra numa universidade do país é o mesmo que provocar todas as iras do inferno, e constitui um difícil desafio aos raros universitários afro-brasileiros”. NASCIMENTO, 1978. p. 95

Ainda no campo da ilustração, durante o ensino fundamental e médio nos é ou era imposta a disciplina de história geral, simplesmente limitada à Europa Ocidental, em um deliberado descaso com a realidade mundial. Portanto, se faz necessário entendermos a colonialidade do poder e mental, que recaem sobre os dirigentes em uma completa subserviência a este processo de colonialidade do poder.

Por outro lado, vimos a partir do golpe militar a introdução da tecnização do ensino médio, a qual pode ser considerada como o início dos processos que levaram os diversos governos à aplicação de reformas educacionais, levando os/as estudantes de ensino médio a uma consciência acrítica.

Importante destacar que os governos militares entre as suas truculências rotineiras nos impuseram, ainda com maior vigor, a teoria da democracia racial brasileira, ao mesmo tempo em que intimidavam e buscavam silenciar qualquer discussão pública sobre racismo ou discriminação racial, como bem nos ressalta Abdias: “O presente governo do Brasil tem tomado medidas para proibir completamente a discussão do tema racial, fato que implicitamente nega toda possível credibilidade à “democracia racial”. NASCIMENTO, 1978. p. 79

Não podemos menosprezar a grande influência que as políticas exteriores dos EUA passam a exercer junto aos governos militares e, conseqüentemente, a ampliação das translações conceituais a partir da produção acadêmica estadunidense, as quais não se limitam aos ensinos básicos; ao contrário passam a ter grande influência, também, no ensino universitário.

Ora, não podemos ignorar neste cenário a conjunção entre: capitalismo X branquitude X racismo, que se formou a partir deste quadro, perpetuando as desigualdades sociais e raciais na sociedade brasileira. Obviamente que este aspecto, mesmo que histórico, não pode ser limitado apenas a esta influência estadunidense; mas, à manutenção do projeto de branquitude, no qual o fosso social entre brancos e não brancos foi e é o principal elemento deste projeto. Em outras palavras, encontramos neste processo a luta pela preservação dos privilégios advindos do projeto de branquitude, no qual a população não branca é induzida a se conscientizar da necessidade de preservação destes privilégios, acreditando que os mesmos são direitos adquiridos, em completa desconexão com uma realidade de exercício pleno da democracia, que lhe é negada cotidianamente.

Como podemos perceber nos poucos exemplos citados acima – apresentados apenas de modo ilustrativo - são diversas as formas práticas do racismo, as quais são desenvolvidas e aplicadas com o objetivo de impedir a presença e/ou participação da população negra, de forma a garantir os privilégios exigidos por aqueles/aquelas que se beneficiam do projeto de branquitude.

Por outro lado, se torna nítida a pouca aplicação e mesmo a ineficácia da Lei nº 7.716, de 5 de Janeiro de 1989, conhecida como Lei Caó, denominação que doravante utilizaremos, a qual criminaliza a prática de racismo. Apesar do seu grande avanço na busca de coibir as práticas racistas, a individuação do crime demonstra a sua limitação, visto que o racismo é estrutural.

Como sabemos, esta não foi a única iniciativa recente de enfrentamento ao racismo. O Estatuto da Igualdade Racial busca a responsabilização do Estado no enfrentamento ao racismo e na conformação de bases que pudessem nos conduzir a uma equidade racial em nossa sociedade. Relembramos que após vários anos de debates no Congresso Nacional e com uma grande desconfiguração do projeto original o mesmo foi aprovado em 2010; e mesmo desfigurado virou letra morta, ou seja, mesmo com grandes modificações no projeto e com a retirada de um dos principais itens – a constituição de um fundo financeiro específico para a implementação da igualdade racial – o mesmo não é aplicado no interior da sociedade, e além do mais, com as recentes leis e reformas tem sido alvo de grandes ataques, que o desconfiguram ainda mais.

Os exemplos da Lei Caó e do Estatuto da Igualdade Racial, podem nos levar à reflexão sobre como a branquitude opera no interior do Estado e em suas Casas Legislativas, sendo necessário um estudo específico sobre esta realidade, o qual não é o objeto deste trabalho.

Assim como o crime de racismo não se trata exclusivamente de ação individual, é importante destacarmos, também, que o projeto de branquitude e a branquitude não se limitam a individuação<sup>35</sup> ou individualidade na sua prática.

“Assim como se faz necessário definir as diferentes formas de racismos, igualmente não se pode deixar de distinguir a pessoa ou grupo que pratica racismo. Essa é uma das razões da nomeação da branquitude de forma distinta como branquitude crítica e branquitude acrítica. Pois nesta perspectiva esses conceitos podem contribuir para maior observação, análise e pesquisa do conflito racial”. SILVA, 2011. p.

Ao tomarmos o projeto de branquitude como um dos elementos basiladores da estruturalidade do racismo, se faz necessário, também, identificarmos que a branquitude oriunda deste projeto se apresenta de diversas formas e categorias no nosso cotidiano. Assim, o projeto de branquitude reconhece a desigualdade entre os diversos integrantes étnicos da nossa sociedade, classificando-os etnicamente a partir da sua própria invisibilidade – não se identificam como raça/etnia - por considerar a si mesmo como norma, podendo reconhecer ou não a sua condição e as suas próprias vantagens estruturais, advindas da nossa realidade sócio histórica, auferidas com este projeto.

Embora se tenha conhecimento de que o elemento branco na sociedade tem sido objeto de estudos desde meados do século passado – no Brasil, Guerreiro Ramos foi precursor deste estudo – só muito recentemente em nível mundial, a questão da branquitude ganha maiores espaços no interior da academia ou na literatura científica, sendo classificada em dois formatos: branquitude crítica e acrítica:

“O termo branquitude crítica e acrítica surge inspirado pelos critical whiteness studies. Essas linhas de pesquisas dos Estados Unidos e do Reino Unido procuraram descobrir e distinguir os diferentes tipos de racismos desde os praticados sutilmente pela polícia até os assassinatos perpetrados por grupos

---

<sup>35</sup> Usamos o termo individuação a partir do conceito junguiano, onde o indivíduo passa a ter consciência de si mesmo, se diferenciando e se tornando autônomo. Ao ter conhecimento de si mesmo, logo, ao ter consciência do seu próprio caráter e dos conceitos que absorveu - no caso específico do racismo, sua prática é uma ação consciente - não será a existência de leis coibindo o racismo que o levará a não praticá-lo.



como a Ku Klux Klan. Porém, a literatura científica sobre a identidade racial branca de língua inglesa, assim como a de língua portuguesa, de maneira geral concentra-se em pesquisar os tipos de racismos praticados por brancos que discordam da tese da superioridade racial branca. Isto significa que existe uma produção crescente sobre a branquitude crítica que pratica racismos que não chegam ao homicídio, enquanto praticamente inexistem trabalhos que pesquisam sobre a branquitude acrítica que possui característica homicida. Branquitude acrítica que age feito quem diz: você que é “diferente”. (Santos, 2006c, pp 259-293), leia-se não branco, portanto é justificável que seja assassinado”. SILVA, 2011 p.

Esta classificação procura distinguir a população branca diante do racismo ou da sua prática. No entanto, entendemos que esta classificação se encontra limitada, visto que outros fatores estão e/ou poderão influenciar a prática ou não do racismo. Assim, tomando como referência a prática da militância antirracista no Brasil, sugerimos a ampliação desta classificação:

1. Branquitude crítica, que desaprova publicamente o racismo, como definido nos estudos supracitados;
2. Branquitude crítica sobre a influência da colonialidade do poder, a qual mesmo desaprovando a prática do racismo não desenvolve nenhuma ação para a sua superação, inclusive contribui indiretamente na sua manutenção, através da translação conceitual, distanciando-se da realidade brasileira;
3. Branquitude crítica atuante, desaprova publicamente a prática do racismo e se insere nas lutas antirracistas, apoiando as lutas do Movimento Negro, além de uma atuação no interior de seu convívio social;
4. Branquitude crítica atuante em apropriação cultural, desaprova publicamente a prática do racismo, se insere nas lutas antirracistas, se insere no Movimento Negro, porém utilizando-se dos privilégios advindos da sua branquitude, passa a intervir no interior do Movimento buscando dirigir estes espaços políticos;
5. Branquitude acrítica, que defende a supremacia racial branca e tem características homicidas, as quais, de imediato, não se aplicam diretamente no Brasil;
6. Branquitude acrítica sobre a influência da colonialidade do poder, que além de defender a supremacia racial branca, desenvolve uma guerra contra a perda dos seus privilégios, tendo-os como direitos adquiridos.

Com a classificação acima, destacamos ainda que, a transversalidade ou integração no caso específico brasileiro entre projeto de branquitude, sistema capitalista e o mito da democracia racial, nos remete a um problema único: além da branquitude extremada – digamos racista - encontramos o branco solidário às lutas negras e o branco que na prática busca assumir a própria luta negra.

Faz-se necessário identificarmos o efeito do projeto de branquitude em parcela da população negra que absorve este projeto e passa a negar a sua negritude e a assumir papéis desenvolvidos pela comunidade branca acrítica, dentro do que pode ser caracterizado como um embranquecimento classista.

Entendemos como embranquecimento classista, quando “negros e negras” dentro de uma determinada gradação étnica, ou seja, possuidores/possuidoras de menos melanina, buscam sua integração dentro do padrão de normatividade branca da sociedade. No entanto, o embranquecimento classista também pode ser encontrado quando o/a negro/negra, independente da sua gradação étnica, alcança determinado nível social e econômico e passa a ser “aceito/aceita”, na condição de “branco/branca”. Esta é uma categoria que para além do processo de branquitude se integram dois outros elementos básicos que imperam em nossa sociedade, o “mito” da democracia racial, que mesmo desmascarado, ainda impera em grandes setores da sociedade, especialmente na comunidade negra e o sistema classista, imposto pelo sistema capitalista e sociedade burguesa individualizada, onde os valores econômicos pesam na sua condição social.

Não podemos perder de vista que a estruturalidade do racismo presente em nossa sociedade tem o poder de transformação e mutação, adaptando-se ao contexto conjuntural e, assim sendo, não é possível não tratarmos, mesmo que rapidamente, sobre a solidariedade racista, a qual é buscada principalmente após a prática de atos de racismo.

A solidariedade racista, muito presente entre nós brasileiros e brasileiras, comprova que não basta o frágil processo judicial. Muitas vezes as denúncias de racismo não se transformam em processos judiciais e quando se consegue chegar a um processo judicial, por inúmeros motivos, que não vem ao caso aqui nos debruçarmos, não andam. Há cumplicidade com o crime de racismo. É muito comum

quem comete o crime este tipo de crime alegar a sua amizade ou até mesmo parentesco com elementos da comunidade negra, como se tais fatos eliminassem a prática de racismo.

Esta solidariedade racista, incrivelmente, é praticada por toda a sociedade. Assim, tantos os elementos brancos como os negros, ao terem pessoas das suas relações sociais envolvidas com o crime de racismo procuram minimizar tal crime, buscando justificar geralmente com destempero ou nervosismo, sem perceber a cumplicidade com o crime. Obviamente, que este posicionamento se encontra intimamente ligado com o fenômeno da democracia racial, em virtude do qual, diante de evidências de um crime, se procura minimizar e justificar tais comportamentos criminosos, com um único objetivo, atenuar o crime.

Assim a branquidade também serve como elemento de cumplicidade social e, conscientemente ou não, dela nos utilizamos; em muitos casos, inclusive, preferimos conscientemente apoiar um “amigo” ao reconhecer o seu racismo, uma individualização burguesa que favorece, assim, a prática racista, conformando para além da branquidade a cumplicidade com as práticas racistas e de negação do racismo. É a reafirmação do mesmo racismo, diferenciado apenas em virtude de quem o pratica: se é meu amigo, logo não é racista, mesmo que tenha praticado o racismo explícito.

Para além da negação pura e simples do racismo, vemos o fortalecimento do mito da democracia racial e a completa alienação à qual fomos submetidos/submetidas dentro do projeto de branquitude, onde não apenas negamos a nossa pluriétnica, com base nos padrões de branquitude, como também assumimos a negação da própria prática do racismo. Esta cumplicidade individualizada com praticantes do racismo, diante de pessoas fora do seu convívio, significa dizer que, no máximo esta pessoa tolera a sua presença nos mesmos espaços de convivência por motivos nunca explicados; no entanto, a aceitação da comunidade negra neste mesmo espaço não é permitida, apenas casos excepcionais como já pontuamos nas linhas anteriores.

Abdias Nascimento nos oferece uma compreensão da democracia racial:

“Devemos compreender “democracia racial” como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão obvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país”. NASCIMENTO, 1978. p. 93

Podemos perceber que a estruturalidade do racismo no interior da nossa sociedade e ainda a presença de um projeto de branquitude estão nas análises de diversos de nossos autores, que talvez, não tenham apreendido a profundidade das suas próprias análises. Assim, é importante retomarmos Darcy Ribeiro, em *O povo brasileiro*. No capítulo classe, cor e preconceito, ele destaca:

“A característica distintiva do racismo brasileiro é que ele não incide sobre a origem racial das pessoas, mas sobre a cor de sua pele. Nessa escala, negro é o negro retinto, o mulato já é o pardo e como tal meio branco, e se a pele é um pouco mais clara, já passa a incorporar a comunidade branca. Acresce que aqui se registra, também, uma branquização puramente social ou cultural. É o caso dos negros que, ascendendo socialmente, com êxito notório, passam a integrar grupos de convivência dos brancos, a casar-se entre eles e, afinal, a serem tidos como brancos, a definição brasileira de negro não pode corresponder a um artista ou a um profissional exitoso”. RIBEIRO, 1995. p. 225

Tomando o nosso processo histórico e observando a construção do projeto de branquitude, de forma consciente ou não, evidenciaremos o quanto o referido projeto se desenvolveu de forma sistemática, favorecendo a afirmação social da branquitude e a negação de nossa pluriétnicidade. Ao imporem a toda à sociedade a normatização deste padrão societário branco, impõem também, aos não brancos um processo de assimilação deste padrão dentro da ordem burguesa. É o reconhecimento da branquitude, portadora de privilégios dos quais não se predispõe a abrir mão, e assim, se nega o combate ao racismo e se negligencia a sua estruturalidade em nossa sociedade.

Ao negligenciar a estruturalidade do racismo, o legitimamos e o reproduzimos; visto que, até mesmo na flexibilização das identidades raciais constante nas nossas práticas sociais - diante da possibilidade de êxito social e financeiro de elementos não pertencentes ao que poderíamos chamar de mundo dos “brancos” – encontramos a conjunção mantenedora desta estruturalidade: o sistema capitalista, o projeto de branquitude e o mito da democracia racial brasileiro.

Necessário retomarmos Abdias do Nascimento, com a caracterização de como a

conjunção dos elementos citados acima impactam na comunidade negra:

“A palavra – senha desse imperialismo da brancura, e do capitalismo que lhe é inerente, responde a apelidos bastardos como assimilação, aculturação, miscigenação; mas sabemos que embaixo da superfície teórica permanece intocada a crença na inferioridade do africano e seus descendentes”.  
NASCIMENTO, 1978. p. 93

Este processo, também, é conceituado por Darcy Ribeiro, ao referir-se ao assimilacionismo que foi imputado à população negra, através da crença e imposição de uma democracia racial.

“Nas conjunturas assimilacionistas, ao contrário, se dilui a negritude numa vasta escala de gradações, que quebra a solidariedade, reduz a combatividade, insinuando a ideia de que a ordem social é uma ordem natural, senão sagrada.

O aspecto mais perverso do racismo assimilacionista é que ele dá de si uma imagem de maior sociabilidade, quando, de fato, desarma o negro para lutar contra a pobreza que lhe é imposta, e dissimula as condições de terrível violência a que é submetido. É de assinalar, porém, que a ideologia assimilacionista da chamada democracia racial afeta principalmente os intelectuais negros. Conduzindo-os a campanhas de conscientização do negro para a conciliação social e para o combate ao ódio e ao ressentimento do negro. Seu objetivo ilusório é criar condições de convivência em que o negro possa aproveitar as linhas de capilaridade social para ascender, através da adoção explícita das formas de conduta e de etiqueta dos brancos bem-sucedidos”. RIBEIRO, 1995. p. 226

A partir das referidas constatações, não podemos nos furtar à análise do processo de transição entre a sociedade escravagista e a formação da sociedade de classes, onde o novo modelo societário se apoderou das “estruturas pré-existentes das relações raciais, fazendo com que a ordem social competitiva não alcance plena vigência na motivação, na coordenação e no controle de tais relações”.  
FERNANDES, 1971. P. 260

Apenas a constatação acima já define a manutenção de um sistema segregacionista, onde o Estado e parcela da sociedade, deliberadamente, exclui parcela significativa da população e as medidas tomadas após a mudança de sistema político e econômico, não apenas reafirmaram esta situação excludente, como conformaram o que chamamos de estruturalidade do racismo.

Segundo Florestan, para o Brasil atingir um estágio pleno de democracia – o que só é possível com a supressão da estruturalidade do racismo – nós...

“(...) precisamos estar atentos a duas exigências intelectuais distintas, igualmente impositivas e cruciais na cena histórica brasileira. Primeiro, devemos conhecer melhor o que, em nossa herança sócio-cultural, é incompatível com a concepção democrática da vida e com a implantação da democracia no Brasil. Muitos simplificam demais essa questão, pensando que o problema está nos hábitos de mando e nas perversões do uso do poder pelos representantes do patrimonialismo no velho estilo luso-brasileiro. No entanto, a questão é bem mais complexa. Aos hábitos e expectativas de mando das antigas camadas dominantes correspondem hábitos de subordinação e obediência, tanto quanto representações que legitimam a dominação patrimonialista em termos de tradição. Além disso, com a mudança rápida da situação, amplos setores da população – *em todas as camadas da pirâmide social* – não chegaram a adquirir hábitos novos, fundados em concepções racionais das relações entre meios e fins e nos valores que legitimam a dominação burocrática. Portanto, o conhecimento da realidade presente precisa ser bastante amplo para proporcionar-nos ideias justas sobre os pontos em que a herança social tradicional se opõe, como obstáculo cultural, às tendências favoráveis à democratização e para revelar-nos as condições em que ela orienta negativamente a formação de hábitos novos, polarizando-os em termo de concepções patrimonialistas das relações de dominação-subordinação. Segundo, devemos conhecer, igualmente, o que deve ser preservado, a todo custo, em nossa herança sócio-cultural. Um povo que estimule programas rápidos de mudança cultural, sem orientá-los segundo critérios inteligentes e construtivos, paga preços exorbitantes pelo progresso social. Muitas vezes, este se faz ao longo de sacrifícios materiais e morais demasiado penosos, produzindo desorganização social permanente e seleção negativa de valores sociais, que poderiam preencher funções criadoras na própria reconstrução do sistema civilizatório. Vários “países desenvolvidos” estão trilhando esse caminho. Seria importante que o Brasil não os imitasse. A civilização ocidental é suficientemente rica e plástica para permitir amplas diferenças entre os sistemas culturais nacionais, que se organizam através de seus valores ideias básicos. Faltam-nos certas experiências históricas, suscetíveis de intensificar e dar solidez ao desenvolvimento da democracia social no Brasil. Entre eles, contam a ausência de um senso fundamental de respeito à pessoa humana e a incapacidade de explorar com eficácia os modelos institucionais de organização grupal das atividades humanas”. FERNANDES, 1971. p. 167 e 168

Depreende-se mais uma vez a necessidade de uma revolução social, através da educação, onde a transformação das estruturas do país sejam à base de uma nova nação, que os sacrifícios que vierem a existir tenham como objeto o bem comum e o respeito ao ser humano. Enfim, Florestan nos convidou e refazemos este convite a uma reflexão, de modo que as contribuições das diversas áreas científicas/acadêmicas levem em conta o pensar o país, política e economicamente. Relembramos o papel desenvolvido pelo ISEB no auge de sua atuação, quando colaborou muito com o pensar o Brasil em meados do século passado e que, infelizmente, foi sucumbido com o golpe militar.

Para tanto, se faz necessário o reconhecimento de que a chamada ‘revolução burguesa’ brasileira, esteve voltada apenas a uma parte da população, a parcela

branca, a qual passou a tratar o elemento negro em nossa sociedade, a partir da tolerância “entretendo o velho cerimonial de polidez nas relações entre “pessoas de raças diferentes” e excluindo dessa tolerância qualquer sentido ou conteúdo propriamente igualitário”. FERNANDES, 1971. p. 174

Constata ainda Florestan, acerca das mudanças de sistema ocorridas no Brasil:

“Primeiro, ela nos revela, com toda a dureza e com toda a clareza, que a *revolução burguesa* foi uma convulsão que apenas tocou nas bases econômicas, sociais e culturais do mundo dos brancos. O negro e o mulato ficaram à margem dos acontecimentos históricos e dos processos sociais que a engendraram. Segundo, a cidade também mostra que o negro e o mulato somente entraram no cálculo político dos brancos enquanto a escravidão contava como obstáculo histórico à revolução burguesa. Desagregado o regime servil e pulverizada a organização do trabalho escravo, ambos deixaram de ser relevantes como fonte de mão-de-obra, pois o imigrante passou a contar como elemento central da reestruturação do sistema de relações de produção. Forjou-se assim um paradoxo. A sociedade de classes herdou os padrões de relações raciais elaborados sob a escravidão, e manteve as principais iniquidades que pesavam sobre os “libertos” na ordem social escravocrata e senhorial. Não obstante, os negros e mulatos pouco ou quase nada conseguiram fazer para alterar o terrível curso da história, já que não possuíam condições econômicas, sociais e educacionais para enfrentar vantajosamente o período de transição, nem dispunham de meios culturais e políticos para se protegerem da catástrofe, que abateu sobre o meio negro”. FERNANDES, 1971. p. 173 e 174

A conjunção dos diversos elementos evidenciados: projeto de branquitude, negação da pluriethnicidade, mito da democracia racial e a translação conceitual acrítica, terminam não apenas conformando, mas garantindo a manutenção da estruturalidade do racismo, seja com a exclusão massiva da população negra do acesso a uma sociedade justa, seja na permissividade da branquitude, ao pinçar entre esta mesma comunidade elementos que venham a consolidar direta ou indiretamente com o seu *status quo*.

Assim, o projeto de branquitude causa no interior da comunidade negra impactos que se constituem diretamente na negação do racismo, no seu embranquecimento ideológico e social, ou ainda na defesa de igualdade de oportunidades para todos e, conseqüentemente, na meritocracia. Ou ainda, indiretamente, em parte minoritária desta mesma comunidade, que não entender o seu privilégio entre muitos de ter o dito acesso a bens de consumo, educação e não compreender a necessidade de voltar-se ainda mais à sua comunidade, desmistificando mitos e contribuindo na construção de uma sociedade justa e igualitária.

Vale destacar a classificação adotada por Schucman, na sua releitura de Fanon, quanto ao embranquecimento ou branqueamento da população negra ...

“No caso dos negros, a consequência seria uma não aceitação, da sua autoimagem, da sua cor, o que resultaria em um “pacto” com a ideologia do branqueamento, e, portanto, a construção do que o autor chama de máscaras brancas começa na rejeição do negro de si próprio e uma tentativa de fuga das características estereotipadas associadas negativamente aos não brancos na sociedade ocidental”. SCHUCMAN, 2012 P. 20

Neste sentido, a branquitude apresentada como um projeto da sociedade brasileira, que deliberadamente, conscientemente ou não, se conformou como procuramos evidenciar, imediatamente no período pós “Abolição da Escravatura”, ou seja, na “República Velha”, com a ascensão da política do café com leite, que imperou até os anos 1930, dominada pelos antigos escravocratas. E se perpetuou nos governos seguintes, a partir das teorias de mestiçagem, mito da democracia racial e com a gradação étnica negra, favorecendo uma política assimilacionista desta mesma comunidade, que buscava e busca a sua integração societária, sem que efetivamente o Estado, com sua omissão e conveniência, tenha buscado a construção de uma sociedade verdadeiramente igualitária ou mesmo o exercício pleno de democracia.

Assim, o projeto de branquitude “é justificado pela realidade social e política brasileira, apontado para a operacionalidade do mesmo como categoria social de dominação e exclusão” LABORNE, 2014 p.10.

Bem, considerando as conclusões de Schucman, em diálogo com Maria Aparecida Bento...

“(...) os brancos em nossa sociedade agem por um mecanismo que ela denomina de pactos narcísicos, alianças inconscientes, intergrupais, caracterizadas pela ambiguidade e, no tocante ao racismo pela negação do problema racial, pelo silenciamento, pela interdição de negros em espaço de poder, pelo permanente esforço de exclusão moral, afetiva, econômica e política do negro, no universo social”. SCHUCMAN, 2012 p. 28

É importante destacar ainda que, neste processo de implementação do projeto de branquitude destaca-se a necessária translação conceitual e societária, a qual serve como sustentáculo da “suposta” hierarquia internacional desta mesma branquitude de relações raciais. Em suma, “a branquitude dos brasileiros, como quer que se configure, é subsumida pelos brancos “verdadeiros” do Norte, que os suplantam por



sua proximidade do centro dos valores europeus”. LABORNE, 2014 p. 38. Este elemento nos traz à tona mais uma evidência da nossa baixa autoestima, que perpassa no seio de toda a nossa sociedade, independente de classe social, ou mesmo étnica, com exceção honrosa dos povos originários, os quais não se enquadram nesta aculturação.

Portanto, urge a construção de um grande campo, que envolva os mais diversos setores críticos a este sistema, na construção de uma nova sociedade. Explícitamente dizemos é preciso que “negros/negras”, mestiços/mestiças em geral e “brancos/brancas” críticos/críticas a este sistema racista, que se sustenta tendo como base a exploração capitalista, compreendam que não é possível a desconstrução deste estado secular mantendo nossas especificidades como prioritárias, ou seja, é preciso a compreensão de que a mudança social só poderá ser alcançada com uma revolução social, onde as premissas de uma sociedade humanitária estejam presentes, leia-se, superação do racismo, machismo, xenofobia e lgbtfobia, não mais permaneçam como divisor social, político e econômico.

### 3.2 - A Luta Antirracista

“Não dá pra fugir dessa coisa de pele  
Sentida por nós, desatando os nós  
Sabemos agora, nem tudo que é bom vem de fora”  
Coisa de Pele. Jorge Aragão

Não é possível falar da comunidade negra brasileira, sem que primeiro desmistifiquemos que o próprio conceito de comunidade negra já é um crime antropológico, visto que somos oriundos de diversas etnias provenientes do Continente Africano, onde não erámos identificados etnicamente até as invasões europeias; o que se deteriorou muito mais, posteriormente, com a partilha deste continente no início do século XIX. Em *terras brasílis* fomos reduzidos/reduzidas à situação de “negros/negras escravizados/escravizadas” e distribuídos/distribuídas pelas capitânicas hereditárias, destruíram, assim, nossas famílias e com a diferenciação étnica, dificultaram de início a própria comunicação entre os/as escravizados/escravizadas.

Importante ainda destacar a miscigenação forçada a que foram submetidos estes

seres humanos negros, diretamente pelos “senhores de engenho”, por seus capatazes e mesmo por elementos escravizados. Buscavam garantir, por um lado a sua libido e por outro a reprodução desta mão de obra, geralmente através do estupro. Crimes que nunca foram reconhecidos pelo Estado brasileiro e que, com a devida omissão histórica, se passou a não cobrar a punição dos mesmos.

Faz-se necessário identificarmos minimamente as diversas etnias e nações que conformaram a população “negra” brasileira. No artigo, Etnias e povos africanos na formação histórico-social do Brasil, da Dra. Marilda Soares, encontramos um quadro do estudo desta população: ashantis, fantis, iorubás, ewes, fons, bantos, mandingas, uolofés e fulanis, entre outros. Importante destacar ainda, que estas etnias não foram trazidas para o Brasil simultaneamente, foram diversificadas ao longo dos quase 300 (trezentos) anos de mercado escravocrata. Por exemplo, tivemos uma hegemonia dos povos malês (islamizados), principalmente na Bahia, por um grande período e posteriormente esta hegemonia foi substituída pelos povos iorubas, que nos remetem à grande herança das religiões de matriz africana.

Destaca-se ainda, que os estudos hoje nos apontam “que as designações recebidas indicavam, muitas vezes não as etnias de pertencimento, mas aos portos de embarque, mercados ou feiras onde eram comercializadas aquelas vidas humanas”. (SOARES, 2013. p. 02.). Assim, nos encontramos em um dilema ainda maior, visto que as insuficiências de dados não contribuem para uma definição explícita das referidas identidades culturais e/ou etnias negras que por aqui aportaram forçosamente.

A ONU aprovou um desfecho final para esta situação, que foi ratificado pela maioria dos países e diversos setores do Movimento Negro e antirracista mundial, na 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada entre 31 de agosto e 8 de setembro de 2001, na cidade de Durban, na África do Sul.

Entre as resoluções da referida Conferência, em relação ao processo escravocrata, que foi uma das principais fontes econômicas por cerca de três séculos ou mais, a conferência convocou todos os países que negociaram com estas vidas humanas a se arrependem e criarem medidas compensatórias para os países africanos e

asiáticos, com ajuda financeira. As populações negras em diáspora, oriundas deste processo escravagista não foram diretamente atendidas, ou seja, não existe nesta resolução uma compensação para os negros e seus descendentes em diáspora. Por outro lado, passamos a aceitar a terminologia de afrodescendentes para as populações oriundas do continente africano na condição de escravizadas e os/as seus/suas descendentes ou podemos dizer sobreviventes, vivendo em diáspora passam a ser, também, reconhecidos/reconhecidas como afrodescendentes.

A condição de afrodescendentes sepultou e sepulta de vez a busca da herança ancestral dos descendentes de africanos escravizados, que no caso específico do Brasil, tiveram parte significativa dos documentos que se referiam ao período escravocrata destruídos pelo fogo – queimados – por ordem do governo, na tentativa de evitar o “ressarcimento” aos escravocratas com a perda econômica advinda da Abolição da Escravatura. Por fim, o termo negro e afrodescendente em si, carregam a aceitação ou legitimam o crime de etnocídio, ao qual foi submetido todo e qualquer membro desta comunidade, impedido de reconhecimento da sua herança ancestral.

Retomando a contextualização das lutas negras diante do projeto de branquitude, a luta da população negra pós “Abolição da Escravatura” encontra de imediato diversos empecilhos, podendo ser destacada inicialmente a própria fuga negra das antigas fazendas onde foram escravizados/escravizadas e a preferência dos fazendeiros pela mão de obra imigrante. Assim desamparada e sem trabalho esta comunidade passa a ocupar as periferias das cidades e busca em trabalhos avulsos o seu sustento. Diversas formas de marginalização sobrecam sobre a comunidade negra que, em 1922 desencadeia a Revolta das Chibatas, talvez a primeira grande revolta negra contra os maus tratos a que estavam sendo submetidos os marinheiros negros. Bastante conhecida por todos nós esta revolta teve como resultados o fim dos açoites nos navios brasileiros e a prisão de todos os revoltosos, sendo que a maioria acabou perdendo a vida, devido às próprias condições do aprisionamento.

Posteriormente à Revolta das Chibatas ocorre a fundação da Frente Negra Brasileira - FNB, a primeira organização negra pós-abolição. Importante destacar que antecede o surgimento da FNB os primeiros movimentos pró-mestiçagem e de construção de um perfil de nação mestiça. Em busca de seu embranquecimento, encontraremos em Lacerda, único delegado brasileiro ao Congresso das Raças em

Paris em 1911, a defesa da mestiçagem e a previsão do embranquecimento brasileiro. Artur Ramos também aponta no mesmo sentido. Estes antecederam ou contribuíram com elementos para que mais tarde viéssemos a ter o que ficou conhecido como o mito da democracia racial, através de Gilberto Freire.

Para tanto, como nos brinda Darcy Ribeiro, a população negra em busca de sua integração passa a adotar o assimilacionismo cultural branco. Este pode ser evidenciado mais diretamente quando nos deparamos com alguns autores de descendência negra, mas que devido à sua gradação étnica passam a ser aceitos como brancos, casos como o de Oliveira Viana e Machado de Assis, entre outros, sendo estes relevantes devido ao papel que desenvolveram na nossa historiografia.

No entanto, apesar do papel desenvolvido pela FNB, evidências apontam também para o assimilacionismo cultural branco adotado por esta organização, a qual posteriormente sofre um racha, entre suas lideranças. Não identificamos o peso que teve esta opção para a divisão, seja pelo objetivo do presente estudo, seja pela não priorização do estudo desta organização neste trabalho, mas ressaltamos que o racha levou um setor da FNB a construir uma aliança indireta com o AIB – Ação Integralista Brasileira e, posteriormente ao apoio a Getúlio Vargas e um segundo agrupamento a se aproximar da ideologia de esquerda, tentando, inclusive, a fundação de um partido político.

Vale destacar que mesmo com a precariedade das lutas travadas pelo Movimento Negro, onde seus elementos centrais se encontravam na busca pela integração social do elemento negro, com ofertas de cursos de profissionalização, cursos de alfabetização e atividades sociais, surge neste período um fator novo que é o debate sobre “Negridade”.

“(…) a palavra aparece pela primeira vez no “Manifesto à Gente Negra Brasileira”, lido por Arlindo Veiga dos Santos, fundador e presidente da Frente Negra Brasileira (FNB), em 2 de dezembro de 1931, dois meses após sua criação em São Paulo, diante de uma considerável platéia de sócios e simpatizantes da associação(…)”. FERREIRA, 2006. p. 166

Assim conceituada pelo próprio Veiga dos Santos...

“Quatro anos antes do Manifesto de 1931, Veiga dos Santos fazia questão de definir, numa mensagem aos pais, o sentido abrangente que empresta ao termo: “São negras todas as pessoas de cor, os pretos, os mulatos, os

morenos, etc. todos os descendentes do Africano e do Índio”. Apesar do amplo espectro presente na definição do líder fretenegrino, a palavra “negro”, então freqüentemente usada como um insulto, continuava sendo o anátema racista lançado exclusivamente aos descendentes de africanos, inseridos numa vasta gama de cores”. FERREIRA, 2006. p. 168

Já em sua definição de negridade, a FNB apresenta um posicionamento contrário ao termo “preto” também dedicado à população negra e assume um papel revolucionário no combate à gradação étnica, imposta por nossos antropólogos e pela elite na busca da divisão desta população com a mestiçagem, este passo tem grande importância para sua época e marca a busca de unidade desta comunidade.

No entanto, esta afirmação também perpassa a questão epistemológica e ganha contornos políticos, que virão moldar o comportamento de determinados setores do Movimento Negro, a partir de uma guinada política assimilacionista, ou seja, mesmo dentro de um processo de autoafirmação da sua negridade em um movimento político de busca pela integração social, política e econômica do elemento negro, este é exortado a se apropriar do modelo societário e cultural branco, como forma de aceitação no interior da sociedade brasileira.

O assimilacionismo negro, neste sentido, para além de uma busca de integração social, política e econômica que como sabemos não nos foi permitida, facultou ainda uma maior fragilização da preservação cultural com maior relevância no aspecto religioso, com o advento do sincretismo religioso. No entanto, não apenas neste campo, como também pode ser visto no distanciamento individual de elementos negros, que por motivos diversos alcançaram um nível maior de acesso escolar e tiveram uma maior absorção sociocultural da branquidade e conseqüentemente se distanciaram ou mesmo assumiram valores e padrões da cultura opressora ou melhor do projeto de branquitude.

Ressaltamos que não se limita a um processo simples de criação de uma palavra-conceito, mas compreende uma nova forma de luta da comunidade negra, agora representada por uma organização, cuja existência exalta um projeto de integração da comunidade negra na sociedade brasileira.

E este projeto torna-se explícito dentro da conjuntura da época, como nos cita Fernandes, em seu artigo “Negritude”, “Negridade”, “Negrícia”: história e sentidos de três conceitos viajantes”...

“A presença maciça de imigrantes, sobretudo italianos, na capital paulista reforçava, decerto, o tom nacionalista do discurso do líder frentenegrino, nacionalismo, aliás, que àquela altura permeia o pensamento político e a própria cultura, no Brasil e em outras partes do mundo. Nos anos 1920-1930, as relações entre os italianos e os trabalhadores nacionais, entre os quais se encontram inúmeros negros e mulatos, são marcadas por conflitos e ressentimentos gerados pela competição no mercado de trabalho e por mecanismos desiguais de ascensão social, à medida que a industrialização e a ordem capitalista fincam-se na cidade. Se, de início, a proteção dispensada ao imigrante europeu por seus representantes causara inveja, ela serviria de modelo à FNB, que pretende cumprir papel semelhante junto aos seus associados: “[...] nós também, os negros, já temos um consulado para defender nossos interesses” (BASTIDE e FERNANDES, 1971: 240)”. FERREIRA, 2006. p. 167

Embora a citação se refira explicitamente ao estado paulista, não deixa de ser realidade ao tratamento diferenciado a que se dedicaram as elites brasileiras em todo o território nacional, no tratamento à população imigrante e à população negra ex-escravizada. Obviamente, que temos que levar em conta que o processo migratório, por motivos diversos, teve maior concentração nas regiões sudeste e sul.

A exaltação à negridade defendida pela FNB, ganha ainda outro fator decisivo e importante...

“Na década em que alguns estudos seminais celebrariam a mestiçagem e colocariam em destaque a contribuição do negro para a formação da cultura e da identidade nacional, reabilitar a “negridade” não era, portanto, tarefa exclusiva dos negros, pois o Brasil inteiro deveria, segundo Veiga dos Santos em seu Manifesto, “cessar de ter vergonha de sua Raça aqui dentro e [no plano] internacional”. Ou seja, quebrando os tabus da raça e da cor. Assim, se o significante “negridade” carrega tais marcas em seu conteúdo semântico, sua formação foi possível graças à superação de um outro tabu – o uso da palavra “negro”, palavra da qual deriva e que possuía valor depreciativo, evitado até por aqueles a quem se aplicava. As associações reuniam, portanto, “pretos” ou “homens de cor””. FERREIRA, 2006. p. 168

Assim podemos perceber não apenas a luta pela integração do elemento negro na sociedade brasileira, mas, ainda a contribuição ideológica que carregou tal palavra-conceito na época de um contexto político, social e cultural de conformação de um projeto de nação, onde mais tarde viríamos a ter a teoria da democracia racial.

Neste sentido é de extrema importância percebermos a importância da reabilitação do termo **negro** neste período, que permaneceu por muito tempo e ainda se encontra presente nos dias de hoje dentro de uma falsa polemica, entre preto, homem de cor e negro

“(…) Vicente Ferreira, contribuiria de forma decisiva para a reabilitação da

palavra “negro” e para a sua inversão semântica, empregando-a no lugar de “homem de cor”. Para ele, negros e mulatos deveriam compreender que não havia nada de pejorativo em ser chamado de “negro”, mas que seria degradante encorajar o uso de “preto”, “homem de cor” ou “moreno””. FERREIRA, 2006. p. 169

Esta falsa polêmica compreende...

“(...) os deslocamentos de sentido motivados por um ambiente, uma época, ou ainda pelos efeitos de uma tradução quando se fazem empréstimos de modelos culturais exógenos. As palavras carregadas de um sentido ideológico podem também variar, num mesmo contexto nacional, em função da época ou de variáveis culturais, sociais e políticas, além de muitas vezes existirem ou circularem por tempo limitado, dependendo do processo que as validou”. FERREIRA, 2006. p. 165 e 166

A partir da compreensão da conformação e utilização de tais termos, palavras e conceitos é que poderemos entender parte do processo de desenvolvimento das lutas negras brasileiras. Assim encontramos em nossas pesquisas ainda a palavra *negrícia*, outra variação para a afirmação do elemento negro em nossa sociedade. Embora esta última palavra tenha tido curtíssima utilização entre nós, foi substituída pela terminologia *negritude*, se constata as afinidades semânticas e conceituais, mesmo que tomemos como referência do termo *negritude* a sua translação do movimento francófono.

“A *negritude* francófona foi um movimento artístico, estético e político dos anos 1940 e 1950, baseado no ativismo de poetas negros de expressão francesa, como Léon-Damas, A. Césaire, S. Senghor, É. Lero, A. Diop e outros. Segundo Césaire, tratava-se de uma “tomada de consciência” da especificidade do ser negro”. BARBOSA, 2013. p. 172

Retornando à questão conjuntural brasileira e à luta negra, posteriormente à aceitação do termo negro, a partir do conceito de *negritude* trazido pela FNB, entraremos em outro momento de severa restrição e assimilação do elemento negro ao projeto de branquitude, com a cassação dos direitos políticos desta organização com o Golpe de 1937 e a implementação do Estado Novo, quando se dá início ao projeto nacional desenvolvimentista, produzindo assim a perspectiva de integração do elemento negro na sociedade brasileira.

O assimilacionismo negro entre outros aspectos nos leva à incorporação do mito da democracia racial; e assim, passamos a nos auto-identificar como “homens de cor” terminologia, como vimos, descartada pela Frente Negra Brasileira em 1931, porém ressignificada nas décadas de 1940 e 1950, principalmente pela União dos Homens

de Cor e pelo Teatro Experimental do Negro, este último, posteriormente, assume a terminologia da negritude em um processo inicial de translação e depois de ressignificação do próprio conceito de negritude, a partir da redução sociológica.

“A apropriação da ideologia da Negritude aqui no Brasil mostra-se tal qual na França: uma reação de uma elite de intelectuais negra em oposição à supremacia branca, explicitada assim pelo historiador Petrônio Domingues:

Tal como na versão francesa, a negritude foi um ideário que floresceu no Brasil como expressão de protesto da pequena-burguesia intelectual negra (artistas, poetas, escritores, acadêmicos, profissionais liberais) à supremacia branca. Tratou-se de uma resposta dos negros brasileiros em ascensão social ao processo de assimilação da ideologia do branqueamento. (DOMINGUES, 2005, p.39)”. SALES 2017. p. 100

A negritude foi definida por Aimé Césaire, “como uma personalidade cultural africana, cujos aspectos primordiais seriam a identidade, a fidelidade e a solidariedade para com os povos negros de todo o mundo”. BARBOSA, 2013 p. 172; o que posteriormente veio a ganhar uma dimensão que se aproximou ou mesmo influenciou o pan-africanismo.

As ideias transladadas da negritude francófona, têm no TEN grande recepção, tendo como principais divulgadores da mesma, Ironildes Rodrigues e Guerreiro Ramos, como nos cita Muryatan Barbosa:

“A recepção dos ideais da negritude francófona no teatro negro se adensou em fins de 1949, por ocasião da visita do filósofo e escritor Albert Camus ao Rio de Janeiro. O próprio Quilombo atesta tal fato num artigo de janeiro de 1950, intitulado: “Roteiro negro de Albert Camus no Rio” (p.69). Destaca-se aqui o interesse do escritor franco-argelino, apoiador da negritude francófona e conselheiro da *Présence Africaine*, em conhecer a vida dos negros cariocas. Camus teria frequentado diversos terreiros na cidade, assim como boates e clubes em que frequentadores eram majoritariamente negros. Camus visitou ainda as instalações do TEN, onde assistiu a uma encenação resumida da sua peça *Calígula*”. BARBOSA, 2013. p. 174

No entanto, diante do projeto político do TEN, o mesmo buscou e defendeu de imediato uma adequação do conceito de negritude francófono à realidade brasileira. Como pontuamos em linhas anteriores a linha política do TEN era divergente, inclusive, da UHC – União dos Homens de Cor, principal organização negra que lhe fazia “concorrência” na época.

“Conforme o sociólogo Antonio Sérgio A. Guimarães (2002), tratava-se do pacto da democracia racial, visto que a teoria da negritude chegou ao Brasil quando o teatro negro estava consolidando sua política de alianças, com o objetivo primordial de consolidar um projeto integracionista do negro pós-



Estado Novo. Nesse contexto, não era atraente, aos líderes do TEN, uma visão diferencialista da negritude, como o “racismo antirracista” proposto por Sartre em “Orpheu Negro”. Afinal essa interpretação poderia “legitimar” os ataques de “racismo às avessas” e/ou o “espírito de imitação do estrangeiro”, que a direita mais radical gostava de impingir. Do mesmo modo, uma interpretação da negritude como “africanidade” ou “volta à mãe África” seria exemplo de antipatriotismo, imagem que os líderes do TEN não queriam reforçar”. BARBOSA, 2013. p. 175

Observa-se não apenas a opção política do TEN diante da conjuntura no enfrentamento aos seus opositoristas mais radicais, mas, também a busca da constituição de uma grande aliança nacional, em seu projeto de integração do negro na sociedade brasileira. Neste sentido, o TEN constrói uma política de reafirmação da negritude e abandono do estereotipado termo de homens de cor, sem que viesse a confrontar diretamente o projeto de branquitude. De “certa forma” buscava entre tais projetos, negritude integracionista e branquitude, a construção de uma conciliação no desenvolvimento político cultural do país, como podemos comprovar através das próprias atividades desenvolvidas por esta organização, sendo a mais marcante, como já citamos em linhas anteriores, o I Congresso do Negro Brasileiro, em 1950.

Importante destacar que incorporação da terminologia negritude brasileira ganha um amplo aspecto, sem que venha abandonar literalmente a construção francófona ou construída na França por militantes negros das ex-colônias, como nos explica Sales, em seu artigo “A negritude e a cena no Brasil”:

“Para o historiador Petrônio Domingues (2005), o termo Negritude, atualmente, ganhou em nosso país uma dinamicidade em seu contexto:

Tem um caráter ideológico, político e cultural. No terreno político, negritude serve de subsídio para a ação do movimento negro organizado. No campo ideológico, negritude pode ser entendida com processo de aquisição de uma consciência racial. Já na esfera cultural, negritude é a tendência de valorização de toda manifestação cultural de matriz africana. (DOMINGUES, 2005, p. 194)

Considerando essa afirmação, percebemos que o autor sintetiza em três aspectos as possibilidades mais presentes do termo Negritude em nossos fazeres: a) revela tendências cristalizadas na atualidade, como os movimentos negros, b) a busca pela conscientização da etnia negra e c) a afirmação das expressões da cultura negra. Mostra-se, então, um termo multifacetado que deve ser entendido à luz do contexto no qual se insere”. SALES, 2017. P. 98

São perceptíveis as diversas movimentações a que se expunha o Movimento Negro na consecução de seus objetivos expressos, principalmente na sua auto valoração,

na sua integração social e política, contrastando com o movimento de mera absorção do projeto de branquitude esboçada por setores da FNB na década anterior. Estas movimentações procuram buscar mesmo dentro dos seus limites uma construção de paridade no tratado das relações étnicas brasileiras, ou seja, pautam a questão do negro como questão nacional, trazendo na sua construção um debate sociológico que o fundamente, como poderá ser observado no já citado Congresso do Negro Brasileiro ou ainda como também citado na ação do TEN, diante das pesquisas da ONU sobre o racismo no Brasil.

Assim podemos observar que as lutas de resistência e de integração do negro na sociedade brasileira nos oferecem cenários diversos de enfrentamento, que não podem ser desprezados em nosso trabalho, mesmo que não nos seja possível o aprofundamento necessário.

Ao observarmos na primeira metade do século passado o desenvolvimento das ações das nossas “principais” organizações, assim identificadas historicamente, FNB e TEN, identificamos não apenas o movimento de integração social, como também dois movimentos desconexos ou dicotômicos: a ação da FNB de assimilação do projeto de branquitude, o qual é posteriormente confrontado pelo TEN, em seu projeto de auto valoração da cultura negra e de enfrentamento dos modelos culturais europeus, passando a valorizar a cultura de matriz africana.

Porém, não podemos desmerecer as influências da conjuntura internacional sobre a luta negra brasileira. Não apenas o fim da Segunda Guerra e a consequente pesquisa da ONU têm um papel importante na conjuntura negra brasileira, mas, como já vimos rapidamente, tivemos a influência francesa, os conflitos raciais nos EUA e obviamente as iniciativas de luta das colônias africanas por independência.

Estes elementos da conjuntura internacional tiveram forte influência na luta negra brasileira e que não podemos deixar de citá-los, mesmo não sendo possível maiores considerações e aprofundamentos.

Obviamente que tais influências tiveram as devidas interpretações a partir da realidade de cada organização. Não será possível e não é nosso propósito identificar as diversas organizações da época com suas caracterizações; e, sim, resgatar

elementos constitutivos, considerados relevantes para o nosso trabalho, das suas ações dentro da conjuntura à qual cada uma esteve submetida. Neste sentido, se faz necessário não perdermos de vista que o elemento conjuntural também é ressignificado através dos tempos, como podemos observar mesmo na aplicação do conceito de negritude.

“Embora o termo Negritude desperte divergências ao longo de sua existência, observa-se que é uma palavra, em nossa realidade brasileira, que nos serve para reavivar e compartilhar a africanidade que chegou a nosso país. É importante dizer que o movimento, em sua gênese, não conseguiu romper com problemas sociopolíticos que tanto impulsionaram seus genitores, porém deixou um legado de pontos positivos, tais como a revalorização da cultura africana, a autoafirmação da figura do negro como algo positivo e a abertura para se ouvir as vozes silenciadas da história negra. SALES, 2017. P. 100

Estes elementos constitutivos da luta de resistência do negro brasileiro são de extrema relevância dentro de uma conjuntura de completa marginalização social e política, onde a afirmação da branquitude brasileira se constitui a partir da negação de brasilidade, onde a auto-identificação branca é remetida à descendência europeia e a sua busca de superioridade étnica se confunde na translação conceitual societária europeia e estadunidense, conforme os seus interesses, e tendo a sua regionalidade apenas como concessões territoriais, ou seja, onde a sua pertença é apenas territorial, contraditando-se assim diametralmente com a luta negra, que não apenas busca sua integração social, como também assume o pertencimento territorial, embora deste não tenha o reconhecimento.

Importante destacar que mesmo dentro do período intenso do nacional desenvolvimentismo e da escalada para a modernidade, onde era preconizado pelo Estado uma paz racial, se destacam as barreiras raciais impostas aos negros e negras, os/as quais, através das diversas organizações por eles/elas constituídas, para além da denúncia do racismo e discriminação racial, construíram “uma retórica de não discriminação racial e de ausência do racismo”. SILVA, 2003, p. 223. Sendo comum a presença de elementos brancos em diversas organizações, bem como, a busca na construção de parcerias, principalmente com intelectuais.

No entanto, entre a população branca, encontraremos em parte dela a busca por uma integração não brasileira, ou seja, o seu distanciamento com nossa realidade étnico-racial, buscando resgatar sua descendência europeia, enquanto outra parte, buscou e busca se identificar com os elementos transladados da cultura

estadunidense. Por sua vez a comunidade negra em diáspora, já desvinculada do continente africano e com a destruição parcial dos arquivos referentes ao processo de escravidão, se identifica com o país que o submeteu a tal processo e adota-o, mesmo não encontrando neste, após todo o processo sócio histórico, a sua integração. É uma constante até os nossos dias esta luta pela integração e respeito à sua humanidade.

Em síntese, encontramos na conformação da população brasileira, dois sentimentos dicotômicos representados pelos campos étnicos. Por um lado encontramos na comunidade “branca” um sentimento de não pertencimento e de apropriação territorial e política do Estado brasileiro, onde a sua autoidentificação se encontra na sua descendência europeia. Por outro lado, encontramos nos povos originários (indígenas) e população negra – aqui sendo entendida como todos aqueles e aquelas descendentes dos povos africanos trazidos no período escravagista colonial, sem que nos limitemos à gradação étnica, ou seja, à herança étnica independente da sua mestiçagem – o sentimento de brasilidade. Sentimento este que, sistematicamente, lhes tem sido negado pelo próprio Estado brasileiro, que os/as relega à marginalização social e mesmo criminal, através de inúmeras barreiras raciais.

São estas barreiras raciais, que fizeram com que diversas organizações negras, em várias épocas, centrassem suas ações na educação e no aspecto econômico. Se pode encontrar esta estratégia explícita nas ações da UHC – União dos Homens de Cor, que “no entender dos seus dirigentes: educando e instruindo o negro para que ele, uma vez capacitado a desempenhar melhores encargos, possa fazer vida social em comum com os brancos”. SILVA, 2003, p. 227. Buscando com isso uma real integração no campo social brasileiro, sem que tomassem em conta a estruturalidade explícita do racismo, ou seja, a ascensão educacional e mesmo uma integração econômica de parte da comunidade negra não são elementos garantidores do respeito aos negros e negras como cidadãos e cidadãs, haja vista, a segregação encontrada diretamente no campo do trabalho, onde a persistência do racismo, diferencia dentro da mesma função e qualificação profissional a remuneração oferecida aos seus funcionários e funcionárias mediante sua “etnia”.

**A integração como assimilação, mesmo que indireta, ao projeto de**

## **branquitude e negação revolucionária**

Como podemos observar até aqui, a luta do Movimento Negro segue um processo histórico de busca por uma integração social, a qual antecede o surgimento mesmo da FNB e é perseguida até o momento atual. Perpassando as fases históricas, encontraremos a persistência na afirmação de brasilidade, ou melhor dizendo, de pertencimento ao país que o acolheu como escravizado/escravizada e que depois lhe relega a uma situação de subcidadania. E não se busca retaliações! O que se quer é ocupar o espaço a que se tem direito, como cidadão/cidadã, através do respeito e equidade.

Como vimos e reafirmamos através da explicação de Florestan Fernandes:

“A sociedade de classes herdou os padrões de relações raciais, elaborados sob a escravidão, e manteve as principais iniquidades que pesavam sobre os “libertos” na ordem social escravocrata e senhorial. Não obstante, os negros e mulatos pouco ou quase nada conseguiram fazer para alterar o terrível curso da história, já que não possuíam condições econômicas, sociais e educacionais para enfrentar vantajosamente o período de transição, nem dispunham de meios culturais e políticos para se protegerem da catástrofe, que se abateu sobre o meio negro”. FERNADES, 1971. p. 174

As mudanças políticas brasileiras sempre ocorreram e até então ocorrem sem a participação popular, ou seja, sem a maioria da população; são frutos de uma ação das elites e parcela da camada dirigente, que sem nenhum compromisso social, voltados para seus próprios interesses, impuseram e impõem pequenas mudanças estruturais no modo operacional, de forma que lhe garanta a manutenção do seu *status quo* e/ou mesmo amplie suas regalias.

Assim vemos historicamente as rupturas políticas e mesmo as de regime serem implementadas, não com o objetivo de transformação social, mas com o único objetivo de garantia da manutenção dos seus privilégios. Neste sentido, a mudança de regime do Império brasileiro à República significou para a população negra o seu processo de subcidadania e de esgarçamento do racismo, onde os setores pró-manutenção do escravismo ocuparam diretamente o aparelho de Estado e deram fundamentação à estruturalidade do racismo, abandonando e marginalizando social e criminalmente a população negra, ao mesmo tempo em que favorecia à população não negra e imigrantes com o acesso ao mercado de trabalho.

O período subsequente, seguido de dois golpes, 1930 e 1937, ofereceu pouco espaço de mudança, embora este tenha sido em termos gerais, mais proveitoso para a população negra com o surgimento da sua primeira organização, mas, que como já vimos, na sua busca por integração, pouco se atentou para a estruturalidade do racismo, visto que o entendimento da época nos remetia à situação em que com o mínimo de educação e acesso ao trabalho, teríamos condições de ser aceitos no seio da sociedade como cidadãos.

Contraditoriamente ao preconizado pelo sistema econômico vigente no mundo, capitalismo, o Brasil entra na sociedade de classes sem romper com o sistema que o antecedeu e criando a divisão racial do trabalho, condenando assim a população negra e mestiça a trabalhos não desejados pela população branca e à sua marginalização social. Com esta árdua luta contra a estruturalidade do racismo, já tendo entre nós um sistema classista e o culto à democracia racial, onde reinava a paz entre as “raças”, somos conduzidos à conciliação, na busca de uma integração social.

Assim a permissão branca da inserção negra no mercado de trabalho se dará nos espaços de prevaência negra, os quais foram meticulosamente delineados no campo do trabalho e mesmo no campo educacional, onde os negros e negras viam suas oportunidades de ascensão reduzidas. Ao mesmo tempo o Estado se apresenta como integrador social e a parcela não negra de nossa sociedade, ou seja, branca, se conforma com a presença negra em espaços inferiores de trabalho, caracterizando assim o espaço negro da sociedade, o que ficou comumente descrito no adágio popular ou senso comum, como o negro tem que saber qual o seu lugar.

Este movimento de integração submissa ou subcidadania, imposto pelo Estado brasileiro, a partir da divisão racial do trabalho e da difusão de uma democracia racial, nos remete a um processo de tolerância da presença negra por parte da população “branca”, muito bem descrito por Florestan...

“Apega-se e mantém, assim, o preconceito de não ter preconceito, limitando-se a tratar o “negro” com tolerância, entretendo o velho cerimonial de polidez nas relações entre “pessoas de raças diferentes” e excluindo dessa tolerância qualquer sentido ou conteúdo propriamente igualitário”. FERNADES, 1971. p. 174

Como podemos ver na citação acima, a luta negra com base na busca da

conciliação para uma integração social, não apenas teve o seu efeito minimizado com a tolerância branca, em determinados extratos da sociedade, com a divisão racial do trabalho, como também indiretamente, termina por reforçar o mito da democracia racial, que se conforma a partir desta mesma tolerância. Mais uma vez, Florestan explicita tal situação...

“Não existe democracia racial efetiva, onde o intercâmbio entre indivíduos pertencentes a “raças” distintas começa e termina no plano da tolerância convencionalizada. Esta pode satisfazer às exigências do “bom tom”, de um discutível “espírito cristão” e da necessidade prática de “manter cada um em seu lugar”. Contudo, ela não aproxima realmente os homens senão na base da mera coexistência no mesmo espaço social e, onde isso chega a acontecer, da convivência restritiva, regulada por um código que consagra a desigualdade, disfarçando-a e justificando-a acima dos princípios de integração da ordem social democrática. FERNANDES, 1971 p. 166

Neste sentido é importante destacarmos que a parcela branca de nossa população, nem ao menos se propõe a ser uma organização étnico política, visto que está em seu caráter “hegemônico”, se impõe principalmente através da ocupação do aparelho estatal e se mantém dentro de um sistema de silenciamento, permissível a partir da sua constituição como normalidade. A partir desta mesma normalidade visualiza e condena toda e qualquer outra manifestação de caráter étnico, tido como anormal dentro de um estado onde existe a prevalência de uma democracia racial.

“Ou seja, enquanto indivíduos brancos que reconhecem que a supremacia branca não tem razão de existir permanecem omissos no processo, o privilégio destes e daqueles brancos que acreditam na branquitude como condição ideal de ser humano é mantido, o que faz com que negros sem qualquer reconhecimento sobre seus valores culturais e sociais encontrem no processo de branqueamento a única forma de integração social, assim são impedidos de formar uma identidade negra positiva, baseada no resgate de valores individuais e coletivos em nome de uma nova percepção de si e do mundo social, perpetuando valores depreciativos e estereotipados que se arrastam ao longo dos anos.

Assim, não há como falar de branquitude sem levar em consideração todo o processo histórico em que ela esteve inserida, ajudou a fomentar e consolidar. Tão pouco, falar de branquitude sem pesar as implicações das suas ações ao longo da história, principalmente no que diz respeito aos indivíduos negros”. JESUS, 2012. p. 11

É neste campo de completa segregação que se desenvolve a luta negra por uma integração social e denúncia do racismo, racismo este que como temos pontuado no interior deste estudo, não se limita à ação individualizada, é estruturada no interior do aparelho do Estado e normatizada no interior da sociedade, disfarçado ou maquiado em uma democracia racial, que para além da falácia da própria

democracia, se sustenta na negação dos valores culturais do negro, ao mesmo tempo em que exalta os valores culturais remanescentes das culturas brancas.

A luta negra como bem definida por Florestan...

“O *protesto negro*, que exprimiu o clímax de sua capacidade de preocupar-se e de lutar pela *Segunda Abolição*, afirmou-se como um protesto dentro da ordem, como se uma minoria impotente pudesse conduzir uma revolução através de mudanças das leis e dos costumes. Ele possui um enorme valor, como marco histórico e como evidência do poder assimilacionista da sociedade inclusiva. Mas, deixa patente que, mantidas as atuais condições econômicas, sociais e políticas, o altruísmo, a nobreza e a elevação dos movimentos sociais do meio negro não põem em questão as “injustiças dos brancos ou da ordem social existente, porque o protesto acabou se transformando num valor em si mesmo, como se o negro tomasse a si a tarefa histórica de exibir uma integridade que os brancos não possuem na auto-identificação com os valores fundamentais da civilização vigente”. FERNANDES, 1971. p. 175

O não rompimento com o valor simbólico em que se transformou a luta negra, devido à sua busca limitada de integração social, é um dos marcos que dão sustentação à estruturalidade do racismo. Sem que tenhamos um projeto real de transformação ou melhor, de revolução social, este sistema segregacionista se perpetuará, como podemos observar ainda em Florestan...

“(...) o “negro” não se insurge contra a ordem existente nem se volta contra os brancos, ao contrário propõe-se defender para si, e para outros, os valores ideais dessa ordem social, embora eles não tivessem vigência senão para os brancos das classes dominantes ou em ascensão sócio-econômica”. FERNANDES, 1971. p. 175

Assim, apenas com o entendimento do que venha a ser a “negritude” enquanto projeto de integração social - e não apenas como inserção individual no mercado de trabalho ou no campo estudantil, ou mesmo de aceitação ou assimilação social - como definido pelo dicionário Aurélio e descrito por Ferreira no seu artigo, “Negritude”, “Negridade”, “Negricia”: história e sentidos de três conceitos viajantes.

“1. Estado ou condição das pessoas da raça negra; 2. Ideologia característica da fase de conscientização, pelos povos negros africanos, da opressão colonialista, a qual busca reencontrar a subjetividade negra, observada objetivamente (sic) na fase pré-colonial e perdida pela dominação da cultura branca ocidental”. FERREIRA, 2007, p. 173

Poderemos, enfim, idealizar que a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática no Brasil perpassa diretamente pela intervenção na luta negra, visto que esta não se limita apenas à sua inserção na sociedade de classes, nos impõe a



necessária transformação, só possível através de uma verdadeira revolução social, pois como vimos, a estruturalidade do racismo impacta diretamente em todos os extratos sociais, social, política, econômica e culturalmente.

Como bem explicitou Florestan...

“Ao se pôr em causa e ao exigir dos brancos o seu quinhão de liberdade e de igualdade efetivas na ordem estabelecida, o “negro” tomou a si o papel de paladino da democracia, num país em que as *elites* tradicionais e as novas classes em ascensão preocupavam-se e lutavam pelo poder político ou pelo poder econômico, sem se importarem com as deformações do regime republicano e com atenção de um verdadeiro estilo democrático de vida”.  
FLORESTAN, 1971 p. 176

### 3.3 - Resistência Epistemológica

“O sistema tenta desconstruir  
Lhe afastar de suas origens  
Pra que você não possa interagir, construir  
Já passou da hora de acordar  
Assumir sua negritude é vital para prosperar

Ser negro não é questão de pigmentação  
É resistência para ultrapassar a opressão, sem  
Pressão  
Lutar sempre igualdade e humildade  
Vou subir de Ilê Aiyê  
E mudar toda cidade”  
Alienação – Bloco Afro Ylê Aiyê

É evidente a construção de um sistema segregacionista brasileiro, que foi conformado em diversas frentes, de forma a inculcar na população negra um sentimento de negação de si mesma e de superioridade da população não negra, especificamente do que se conformou socialmente como elementos brancos, aos quais, como vimos anteriormente não são necessariamente típicos arianos. Essa condição lhe é atribuída ou auto atribuída, a partir da sua condição econômica, social e mesmo pela tradição; sendo recorrente a busca pela branquidade, o valer-se de suas heranças hereditárias ou descendência europeia, muitas vezes ou quase na maioria das vezes, negando a sua própria miscigenação, ocorrida no Brasil, sendo inclusive marcante na gradação de branquidade, constante nas autoidentificações em nosso cotidiano.

Este sistema segregacionista, o qual buscaremos revisitar a partir da “cientificidade” dada em determinados momentos sócio históricos, como já vimos, tem como um dos elementos marcantes o movimento da eugenia, que teve ampla aceitação em nossas terras e marcou decisivamente a produção legislativa no início do século passado. A eugenia aqui encontrou terreno fértil e teve sua representação entre os maiores nomes da nossa elite intelectual, com destaque no campo da medicina e na literatura, além da existência legal de várias organizações.

Importante ressaltar que este projeto de branquitude ou movimento segregacionista, mesmo sendo hegemônico no interior da nossa sociedade, já em seu processo de constituição encontra resistências entre nossa intelectualidade, as quais obviamente foram derrotadas ou sucumbidas com a grande difusão midiática e acordos entre as correntes hegemônicas.

Seria um crime imperdoável não citar, mesmo que brevemente, as contribuições de Alberto Torres e Manoel Bomfim sobre a realidade da sociedade brasileira no início do século passado.

No caso específico de Manoel Bomfim, este foi alvo de grande truculência e desrespeito, através dos meios de comunicação, por parte de Sílvio Romero, um dos grandes representantes, juntamente com Euclides da Cunha e Raymundo Nina Rodrigues, do projeto de segregação, mesmo tendo entre esses, divergências pontuais, pautadas entre a mestiçagem e o branqueamento da sociedade brasileira. A ação de Sílvio Romero, contrário ao que propunha Manoel Bomfim, ganha notoriedade principalmente pelo caminho usado por Romero, a desqualificação de Bomfim, através da desconstrução crítica de sua obra “América Latina, males de origem”. Romero fez ácida crítica, capítulo por capítulo, nas páginas dos jornais da época, a qual mais tarde foi publicada em livro com o mesmo nome, o que mostra não apenas a divergência de ideias, como também a massificação de sua teoria no seio da sociedade.

A corrente hegemônica da elite nacional tinha como princípio elevar o Brasil à condição de um país moderno e civilizado, “sob as influências do evolucionismo, positivismo, darwinismo social, spencerismo” (BUENO, 2013. p. 3) e se agarrou e ainda se agarra à compreensão de que a presença negra, de indígenas e mestiços,

não poderia fazer com que o Brasil avançasse no seu desenvolvimento e que, portanto, a tarefa de produzir o progresso estava destinada à “elite dos homens”, a partir de teorias que consagravam um olhar único de sociedade. Com este pensamento, baseado no “racismo científico” se conforma a estruturalidade do racismo brasileiro, onde encontramos o uso de um discurso pseudocientífico na subjugação de parcela significativa de nossa população.

Observemos uma constatação no artigo de Bueno, “A formação nacional e a questão racial brasileira: o nacionalismo antirracista de Alberto Torres e Manoel Bomfim”, sobre as posições contra hegemônicas nos posicionamentos destes autores...

“Para Torres e Bomfim, esse era o problema do Brasil: a colonização depredatória e a escravidão teriam tolhido as possibilidades evolutivas, e por que não, civilizatórias do nosso povo, daí o nosso atraso econômico, social e político. Teria sido a nossa condição como colônia de exploração de Portugal, e não a mistura extremada das três raças (o índio, o negro e o branco), que não teria permitido o desenvolvimento integral da nossa cultura e o florescimento natural da nossa civilização. Na perspectiva de Torres e Bomfim, herdeiros da noção de perfectibilidade humana de Rousseau, todas as raças, inclusive aquelas consideradas pelas teorias raciais como inferiores, seriam capazes de atingir alto grau de cultura, de civilizar-se, desde que lhe fossem dadas oportunidades de instrução”. BUENO, 2013 p. 15

As vozes contra hegemônicas em nosso processo histórico são elementos de resistência que necessariamente precisam ser exaltados e divulgados, rompendo com o silêncio normatizador da manutenção do *status quo*, o qual nos leva a desconhecer este movimento contra hegemônico, e nos empurra ao consumismo de ideologias estrangeiras, em uma translação fidedigna de uma outra realidade, que não é nossa, e assim nos manter distantes de uma sociologia militante, como exaltava Guerreiro Ramos.

## **Identidade Nacional Brasileira e Negritude**

Madame diz que a raça não melhora  
Que a vida piora por causa do samba  
Madame diz o que samba tem pecado  
Que o samba, coitado, devia acabar  
Madame diz que o samba tem cachaça  
Mistura de raça, mistura de cor  
Madame diz que o samba democrata  
É música barata sem nenhum valor  
Pra que discutir com madame  
João Gilberto

A sociedade brasileira, via de regra, em nenhum momento buscou compreender o elemento negro como parte integrante dela mesma; a sua aceitação é limitada a uma tolerância, desde que saibamos enquanto negros e negras, onde é o nosso lugar. Portanto, se faz necessário que busquemos compreender não apenas a luta de resistência negra, como também como éramos e somos vistos por esta sociedade; e, nada melhor para que tenhamos uma visão mais explícita desta sociedade do que o olhar academicista, ou seja, o olhar produzido nos meios acadêmicos e/ou pela intelectualidade ao longo do tempo.

Diante do processo de construção da identidade nacional, se faz necessário nos debruçarmos minimamente no quadro conjuntural da época, ao trazermos para o debate o olhar dedicado à população negra pela intelectualidade a partir da academia, mesmo que, como já afirmamos, não se tenha condições de aprofundar o estudo de cada autor citado, dentro das suas respectivas linhas de pesquisa. Buscaremos retratar de forma ilustrativa a contribuição ao entendimento da conformação da estruturalidade do racismo, da omissão a partir da universalidade humana e da luta de resistência. Assim tornamos explícito o caminho que estamos percorrendo neste estudo.

Observemos o que nos apontou Florestan...

“Muitas vezes, as omissões na observância dos valores são frequentes e clamorosas; o que não impede que os agentes humanos ignorem ou dissimulem esse fato. Analisando-se as condições em que isso se dá, constata-se que os agentes atuam convictos da própria integridade, movidos por motivações que obliteram o reconhecimento objetivo da verdade. Nem por isso as incongruências deixam de refletir-se no grau de integração da ordem social estabelecida. Considerada através de formulações ideais, objetivadas culturalmente, a ordem social é uma; encarada através dos comportamentos manifesto dos indivíduos, mais ou menos incongruentes com aquelas formulações ideais, a ordem social é outra”. FERNANDES, 1971. p. 166

Com base na citação acima, destacamos que no desenvolvimento do presente estudo e dentro da análise de determinadas obras e seus autores, por mais que pareça óbvio, não buscamos caracterizar os mesmos, como heróis ou vilões (anti-heróis) na perspectiva do tema estudado, e sim, apreender com suas contribuições, as concepções apresentadas em seu contexto conjuntural, bem como, os impactos destas para a sociedade e em especial para a comunidade negra. Assim é que buscamos promover um diálogo entre os autores reconhecidos e suas obras

referenciais, com alguns estudos mais recentes, nos quais podemos analisar os impactos de tais concepções na atualidade, atendendo assim ao objetivo do referido estudo.

Antes mesmo de nos debruçarmos sobre os estudos acerca da negritude nas ciências sociais, é importante trazer a contribuição de Raymundo Nina Rodrigues<sup>36</sup>, não apenas pelo seu papel diante dos estudos eugênicos, mas, principalmente pelo que o seu legado trouxe para a antropologia brasileira, no que se refere à cultura negra. Não é possível separar os seus estudos diante da contribuição que tiveram na estruturalidade do racismo.

Nina Rodrigues atuou no período onde as teorias evolucionistas, eugênicas e racialistas estavam em voga e a partir destas desenvolveu seus estudos. Apresentamos uma divisão do seu trabalho, a qual necessita de maior aprofundamento. Contudo, não sendo possível neste estudo, abordaremos apenas ilustrativamente, devido à sua importância diante da questão do negro brasileiro.

Ressaltamos que os estudos sobre a sociedade brasileira, a partir do fim do Império, via de regra eram desenvolvidos por brasileiros (em geral filhos da burguesia latifundiária) formados na Europa e Estados Unidos e por diversos estrangeiros. É esta intelectualidade formada no exterior, a grande maioria em medicina, direito e engenharia, que passa a pensar e descrever a sociedade brasileira.

Nos estudos sobre esta sociedade é nestes campos que encontraremos a grande influência das teorias advindas do eixo euro-estadunidense. No que se refere à presença negra brasileira, as teorias racialistas que predominavam no fim do século XIX e início do século XX. É dentro deste contexto que temos a presença de Raymundo Nina Rodrigues, com suas influências franco-italianas, tendo como referência Paul Broca, da Sociedade Antropológica de Paris e Cesare Lombroso, italiano considerado o fundador da antropologia criminal.

É com esta perspectiva trasladada da Europa, na condição de médico-legista, que Nina Rodrigues enxergava no elemento negro um ser biologicamente inferior e, considerando que esta inferioridade seria repassada hereditariamente, era contrário

---

<sup>36</sup> Raymundo Nina Rodrigues (1862 – 1902), nascido em Vargem Alta – Maranhão, médico legista, psiquiatra, antropólogo e escritor. Considerado fundador da antropologia criminal brasileira.

a miscigenação. Para ele a miscigenação provocaria uma degeneração racial, contaminando “biológica e culturalmente a raça superior (branca), tornando-a também degenerada”. BARBOSA, p. 02.

Com este conceito de inferioridade racial do elemento negro, Nina Rodrigues, entendia que os negros e negras eram incapazes de compreender as leis e, portanto, afirmava ser necessário um código penal diferenciado que fosse específico para esta população “segundo suas tendências biologicamente determinadas”. RODRIGUES, 2009. p. 83.

“A sobrevivência criminal é, ao contrário, um caso especial de criminalidade, aquele que se poderia chamar de criminalidade étnica, resultante da coexistência, numa mesma sociedade, de povos ou raças em fases diversas de evolução moral e jurídica, de sorte que aquilo que ainda não é imoral nem ante-jurídico para uns réus já deve sê-lo para outros. Desde 1894 que insisto no contingente que prestam à criminalidade brasileira muitos atos ante-jurídicos dos representantes das raças inferiores, negra e vermelha, os quais, contrários à ordem social estabelecida no país pelos brancos, são todavia, perfeitamente lícitos, morais e jurídicos, considerados do ponto de vista a que pertencem os que os praticam”. NINA RODRIGUES, 2010. p. 300 e 301

Destaca-se não apenas a inferiorização a que se refere o autor em relação aos povos negros e indígenas, mas a sua consciência étnica do sistema imposto. Esta consciência étnica é justificada a partir da padronização social branca, não sendo obviamente, observada em nenhum momento a realidade sócio histórica dos povos marginalizados. Ao contrário é reforçada pelo mesmo em outras publicações suas, como podemos observar no livro: “As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil”.

“Em tal país, o gérmen da criminalidade – fecundado pela tendência degenerativa do mestiçamento, pela impulsividade dominante das raças inferiores, ainda marcadas do estigma infamante da escravidão recentemente extinta, pela consciência geral, prestes a formar-se da inconsistência das doutrinas penes fundadas no livre arbítrio -, semeando em solo tão fértil e cuidadosamente amanhado, há de por força vir a produzir o crime em vegetação luxuriante, tropical verdadeiramente”. NINA RODRIGUES, 2011. p. 76

A importância deste debate estar no fato de o Brasil estar vivendo neste período a busca de construção da sua identidade nacional. Deste modo, o referido debate fortalece a política de imigração e posteriormente a “política cultural” da miscigenação, a qual será defendida inclusive por alguns dos seus seguidores, mesmo contradizendo o próprio Nina Rodrigues.

É importante destacar que apesar da veemência com que Nina Rodrigues, franco defensor da inferioridade racial do elemento negro e contrário à miscigenação, ele é um exemplo, já citado anteriormente, de branquidade a partir da tradição e posição social, pois ele é um mestiço que se autodeclarou branco a partir das condições de acesso que obteve, e que lhe permitiram ampla formação. “Destaca-se ainda que Nina Rodrigues, foi um intelectual de reconhecimento nacional e internacional, tendo os seus estudos reproduzidos por diversos colaboradores e discípulos” (BARBOSA, p. 03). Tais influências são marcantes nas Faculdades de Medicina no Rio de Janeiro e São Paulo e nas Faculdades de Direito.

Após um período de certo declínio das teorias defendidas por Nina Rodrigues e o conseqüente fortalecimento das teorias de miscigenação, que circularam em nossa sociedade nas décadas de 1920 e 1930, se observa um novo entendimento sobre as contribuições deste intelectual, a partir do olhar antropológico. Assim, na década de 1930 os seus estudos sobre a religiosidade de matriz africana, os quais levantaram importantes contribuições para a antropologia, foram resgatados, mesmo sendo estes voltados a buscar a comprovação “científica” do “grau de primitivismo e degeneração em que se encontraria essa parcela da população brasileira no período pós-abolição”. BARBOSA, p. 02.

### **Racismo Científico, Mestiçagem, Universalização do Projeto de Branquitude e as Ciências Sociais na Primeira Metade do Século XX**

A “desqualificação dos conceitos de inferioridade” do elemento negro na sociedade brasileira passa por uma queda dos conceitos do racismo científico, que dão lugar no Brasil ao mito da democracia do Brasil - uma especificidade brasileira, única no mundo – enquanto as concepções de racismo se perpetuam com o avanço do sistema capitalista. O próprio processo de subdesenvolvimento e as transformações econômicas pelas quais passa o Brasil na primeira metade do século passado, levam a um processo de estruturalidade do racismo, tendo como pano de fundo dois elementos que se fundem na conformação do projeto de branquitude: a mestiçagem e a divisão racial do trabalho, que aliadas à inserção do Brasil no sistema capitalista e às bases racialistas constituídas em décadas anteriores, criam um sistema *sui generis* de segregação racial.

Este cenário de alteração conjuntural, com a saída do sistema exclusivamente rural para o início da industrialização do país é acompanhado, também, no que se refere ao modo de pensar a nossa própria identidade nacional, da cultura do mestiçamento. É importante destacarmos a base de análise da nossa sociedade, que antecede a introdução das ciências sociais no Brasil, bem como, quem são os setores precursoros desta análise e como chegamos à estruturalidade do racismo, como podemos ver em Antonio Candido, no seu artigo “A sociologia no Brasil”:

“Coube aos juristas papel social dominante no Brasil oitocentista, dadas as tarefas fundamentais de definir um Estado moderno e interpretar as relações entre a vida econômica e a estrutura política. Foi a fase de elaboração das nossas leis, aquisição das técnicas parlamentares, definição das condutas administrativas. O jurista foi o intérprete por excelência da sociedade, que o requeria a cada passo e sobre a qual estendeu o seu prestígio e maneira de ver as coisas. Mas como as teorias dominantes na segunda metade do século se achavam marcadas pelo surto científico de então, notadamente a Biologia, que saiu dos laboratórios para se divulgar de maneira triunfante, os juristas mergulharam na fraseologia científica e se aproximaram, neste terreno, dos seus pares menos aquinhoados, médicos e engenheiros, que com eles formavam a tríade dominante da inteligência brasileira. CANDIDO, 2006. p 272

Esta interpretação social do Brasil, trazida com a contribuição do que Candido chama de tríade dominante da inteligência brasileira, nos remete a um processo de estruturação da segregação racial e social, com a consequente marginalização de parte significativa da população, a qual vem a ser substituída gradativamente a partir da teoria do mestiçamento ou mestiçagem.

Tal abordagem que se destaca com o posicionamento do representante brasileiro no Congresso Mundial das Raças e ganha espaço entre nossa intelectualidade, principalmente a partir da ruptura entre os discípulos de Nina Rodrigues, principalmente com Artur Ramos e Silvio Romero, tendo como exemplo Gilberto Freire, os quais se tornam referências deste novo olhar sobre a negritude brasileira e consequentemente, sobre a identidade nacional.

Esta transformação que se passa com o olhar do intelectual brasileiro para com a nossa sociedade se desenvolve principalmente com o avanço dos estudos das ciências sociais, ainda limitado aos estudos no exterior, mas que leva os representantes deste campo a pensarem cientificamente a nossa sociedade, nos seus aspectos social e político-administrativo. Como apontado no artigo de LOPES & SOUZA FILHO, “A institucionalização das Ciências Sociais no Brasil: percalços e



conquistas”.

“No final desse primeiro período (1870/80-1930) surgem os trabalhos com forte preocupação em elaborar uma “teoria geral do Brasil”, com destaque para os aspectos políticos. Buscavam, no limite, apontar remédios de ordem político-administrativa para o País, como demonstram os trabalhos de Manoel Bonfim (*A América Latina*, 1993 [1ª ed. 1905]), Alberto Tôres (*A organização nacional*, 1982 1ª ed. 1914) e Oliveira Viana (*Instituições políticas brasileiras*, 1999 [1ª ed. 1949]). SILVA e SOUZA FILHO. 2012. p. 100

Nessa fase inicial da análise científica da sociedade brasileira, também tiveram destaque alguns autores atuantes em um período denominado *intermezzo*, ou seja, entre os autores da geração de 1870 e a eclosão do movimento modernista de 1922. Esse grupo, que se utiliza de conceitos propriamente sociológicos, é constituído, segundo Sérgio Miceli (2001), por Humberto de Campos Vêras, Afonso Henriques de Lima Barreto, Jônatas Archanjo da Silveira Serrano, Hermes Floro Bartolomeu Martins e Araújo Fontes, Vivaldo Coaracy, Manuel Carneiro de Souza Bandeira, Paulo Setúbal, Gilberto de Lima Azevedo Souza Ferreira Amado de Faria e José Maria Bello. De acordo com as análises de Miceli (2001), os autores acima mencionados contribuíram para o desenvolvimento de uma espécie de esboço de um campo cultural que, posteriormente, reforçará a atuação do sociólogo e sua explicação singular da realidade social. Miceli ressalta ainda que esses escritores são portadores de uma história de vida favorável à profissionalização do trabalho intelectual. Um elemento que contribui para esse entendimento é o fato de eles serem originários de famílias oligárquicas com capital financeiro em declínio e de seu único vínculo com as frações dirigentes ser de parentesco ou compadrio. O sociólogo afirma ainda que na biografia desses autores podem ser identificadas duas séries de determinações, uma positiva e outra negativa. SILVA e SOUZA FILHO. 2012. p. 100 e 101

Assim é que a partir da década de 1930, com o golpe militar que empossa Getúlio Vargas e a chamada “revolução constitucionalista”, onde o país entra realmente em profundas transformações nos campos político, econômico e social, não podemos deixar de destacar que a queda da política do café com leite traz mudanças radicais internamente, ao mesmo tempo em que em nível internacional a crise econômica advinda com a queda da bolsa de Nova York tem grande impacto na economia brasileira, dando ênfase ao processo de industrialização do país e consequente aumento populacional nos setores urbanos. Estes fatores impulsionam a modernização do país, levando-o ao enfrentamento das consequências decorrentes destes processos, industrialização e modernização.

É dentro deste contexto, que vemos avançar os estudos e primeiros ensinamentos das ciências sócias no país, como nos explica Silva & Souza Filho...

“Na década de 1930 também houve um fator importante a se considerar na institucionalização da Sociologia, que foi sua emergência no ensino básico e superior. As reformas capitaneadas por Fernando de Azevedo no Distrito

Federal e em São Paulo (1927;1933), incluindo a Sociologia no currículo das escolas normais e cursos de aperfeiçoamento e a reforma federal de Francisco Campos (1931), nos cursos complementares, contribuíram para a consolidação da explicação sociológica no imaginário brasileiro. Nessa década também foram fundados os primeiros cursos superiores de Ciências Sociais na Escola Livre de Sociologia e Política (1933), na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (1934) – ambas em São Paulo –, e na Faculdade de Filosofia da Universidade do Distrito Federal (1935)”. SILVA e SOUZA FILHO. 2012. p. 101

Para tanto, o país investe na atração de estudiosos estrangeiros para o ensino das Ciências Sociais no Brasil, especificamente a sociologia e antropologia. Neste processo encontraremos inúmeros estudiosos estadunidenses, franceses e alemães, que contribuíram diretamente neste estágio. Este grupo foi denominado “missão estrangeira”.

Importante destacar que com o fracasso da “revolução constitucionalista” e conseqüentemente a queda da política café com leite, as oligarquias paulistas buscam outras formas de garantir sua intervenção na política nacional.

“Derrotado duas vezes, o governo bandeirante encontrava-se de braços atados. Dessa forma, algumas famílias paulistas traçam uma estratégia para retomar o controle político do Brasil por meio da capacidade técnica e domínio científico. Para isso, grupos econômicos não vinculados necessariamente ao governo criam as primeiras faculdades. Chama atenção o fato de, desde o início, a produção de conhecimento na cidade de São Paulo ter a particularidade de não se manter na dependência de recursos do Estado. Miceli (1987) explica que tanto a Escola Livre de Sociologia e Política (1933) como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934) eram subsidiadas por recursos financeiros do setor privado. “Tanto a Escola Livre de Sociologia e Política como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo se destinavam em princípio à formação de pessoal técnico altamente qualificado, ambas amparadas por recursos mobilizados pelo setor privado” (MICELI, 1987, p. 12). SILVA e SOUZA FILHO. 2012. p. 103

É neste contexto conjuntural que vemos crescer no Brasil uma leitura a partir das influências do movimento modernista de 1922, o qual influencia, também, as leituras sobre a nossa sociedade, a partir de um olhar culturalista, que absorve o conceito de miscigenação, que vinha ganhando espaço em nosso país, principalmente nos meios intelectuais.

No que tange à presença negra, o olhar identitário de nossa sociedade, passa por uma mudança estética, sem que perca o seu caráter segregador, que conforma a estruturalidade do racismo.

É marcante nesta fase pós-período evolucionista a leitura/interpretação da sociedade brasileira, marcada principalmente pela absorção das teorias racialistas. Interpretação desenvolvida principalmente por intelectuais da área do direito e medicina, os quais têm papel significativo no estabelecimento das bases estruturais do racismo brasileiro, com a marginalização social e criminal do elemento negro. Entramos em uma segunda fase, que absorve como base a teoria culturalista, terminando por romantizar as relações raciais brasileiras, ao mesmo tempo em que impõe um movimento bifurcado de abrandamento; por um lado as ações explícitas de racismo desenvolvidas por parte dos elementos brancos de uma forma geral (branco comum) e as elites e por outro lado, freando as movimentações de busca de integração do elemento negro no interior da sociedade, criando a ilusão da tolerância racial e negando a própria identidade racial negra, com vistas a uma aceitação social, a partir do embranquecimento negro, o qual passa pelo branqueamento epidérmico e pela negação das suas heranças direta e indireta.

O embranquecimento ao qual é submetida à população negra, passa diretamente pela própria negação do processo de escravização, ao qual a mesma foi submetida. É conseqüentemente negação do seu relevante papel sócio histórico na construção e transformações sócio políticas do país, bem como, da sua herança cultural africana, exigindo-se da referida população a absorção da cultura dominante, branca. É assim que podemos observar, por exemplo, a negação da religiosidade de matriz africana por parte desta população, com a conseqüente adoção das religiões de origem judaico cristãs, sendo estas explicitamente defendidas por alguns setores da população negra, e ainda, a construção do sincretismo religioso, com o qual estas mesmas religiões de matriz africana puderam resistir.

Importante destacar que a aplicação do culturalismo ou teoria culturalista difere de outras partes do mundo, como pontua Ortiz:

“Enquanto na Europa e nos Estados Unidos, a Sociologia se ocupa de assuntos como divisão de trabalho, urbanização, industrialização, metrópole, racionalização, na América Latina nos encontramos diante de questões como mestiçagem, oligarquias, religiosidade popular, mundo rural. Se para os europeus e norte-americanos o fundamental foi explicar a modernidade, no caso latino-americano era a sua ausência, ou melhor, as dificuldades para construí-la, que chamava a atenção. Para o debate que nos interessa, dois aspectos são importantes: cultura popular e questão nacional. Como bem o demonstra Peter Burke, o conceito de cultura popular nasce na virada do século XVIII com o romantismo alemão (cf. Burke, 1990). Os intelectuais

românticos querem recuperar um saber perdido no tempo, o tesouro de um patrimônio ancestral nos marcos de uma cultura nacional. Durante o XIX, com a expansão do romantismo e a emergência de uma consciência folclórica, o estudo sobre a cultura popular dissemina-se em vários países”. ORTIZ, 2002. p.21

“Na América Latina, o interesse pela cultura popular é semelhante ao que ocorre nos países periféricos europeus. A ausência da modernidade, ou seja, sua realização “incompleta”, implica o corolário oposto, a riqueza das tradições populares (o que é visto como um entrave à modernização pelas elites dominantes). Mas, é preciso acrescentar, a existência das culturas indígenas e a herança africana tornam o quadro anterior ainda mais complexo”. ORTIZ, 2002. p. 22

Esta diferenciação de inserção da teoria culturalista no Brasil se desenvolve, entre outros motivos, pelo próprio momento em que passa o país, no que tange à conformação da sua própria identidade nacional. Essa busca identitária, no entanto, ainda sem se desfazer das vertentes racialistas que dominaram as décadas anteriores, encontra no mestiçamento a solução étnica desta identidade, deixando porém, os resquícios das teorias racialistas culpando a presença negra e mestiça pela condição de subdesenvolvimento do país, chegando a dimensionar uma perspectiva de fim dos elementos negros.

“Nesse sentido pode-se dizer que o dilema da identidade nacional levou a intelectualidade a compreender um conjunto de temas (subdesenvolvimento, modernização), e entre eles a cultura (nacional, imperialista e colonialista), como algo intrinsecamente vinculado a questões políticas”. ORTIZ, 2002. p. 26 e 27

Assim as ciências sociais tomam para si o papel de promoção do debate sobre a realidade nacional, visto que como nos define Ortiz, “a busca da identidade é uma preocupação acadêmica e política pois, encontra-se em causa o destino da nação. (ORTIZ, 2002. p.23). E encontram na teoria culturalista o caminho de conformação de uma concepção que viesse a hegemonizar a forma de pensar a realidade nacional ao mesmo tempo em que apresentam a sua definição de identidade étnica de nação. Para tanto, encontram entre as diversas frentes de conformação de nossa identidade (superação do subdesenvolvimento, industrialização, administração do aparelho estatal etc.) a manutenção de um processo sistêmico de segregação, o qual passa a ser conformado a partir da consolidação do projeto de branquitude.

A intelectualidade brasileira se utiliza da teoria culturalista, a partir do seu determinismo cultural, obviamente, usando apenas os fatores culturais hegemônicos (organização das condutas e dos fenômenos coletivos) e omitindo ou deturpando os

demais fatores culturais dos setores marginalizados, e, assim enfatizando a cultura hegemônica da branquitude em detrimento da realidade sócio histórica e econômica de toda a sociedade.

Destacamos que o fazer sociológico neste período ou mesmo a produção desenvolvida pelos cientistas sociais, ainda na sua implementação em nossa sociedade, ou melhor, na primeira metade do século XX, não tinha o rigor sociológico hoje exigido, como nos explicita Ortiz...

“O caso brasileiro é sintomático. Até pelo menos a década de 40, a produção do pensamento sociológico se fazia dentro de um contexto em que literatura, filosofia, discurso político e beletrismo se misturavam. Tinha-se na verdade uma disciplina marcada pelo ecletismo e pelo ensaísmo, fundamentada em afirmações genéricas que prescindiam de um trabalho sistemático de pesquisa. A rigor, não existia um espaço específico no interior do qual o saber sociológico pudesse se autonomizar, ele se espalhava pelas escolas de Medicina, de Direito e pelos Institutos Históricos Geográficos”. ORTIZ, 2002. p. 25 e 26

É neste campo de transição de influência das teorias evolucionistas, que marcaram o final do século XIX e início do século XX, para a teoria culturalista ou culturalismo, que se solidifica a teoria da mestiçagem e se vê surgir no que tange à questão étnica, a teoria da democracia racial.

Neste processo de transição das linhas de pesquisa, encontramos uma das principais obras literárias, que marcam não apenas a defesa da mestiçagem da nação brasileira, como também, cria a ilusão da teoria da democracia racial, a qual tem grande impacto na comunidade externa ou internacional, ao tempo que internamente nos impõe uma falsa tolerância nas relações raciais brasileira.

Ao nos debruçarmos sobre a obra Casa Grande & Senzala, uma das mais importantes deste período, que marca o olhar culturalista sobre a identidade nacional e apresenta um novo olhar sobre a presença negra, observamos que a mesma tem como base algo que chamaríamos de etnografia de relatos do exterior, ou seja, uma etnografia do que pensavam e relatavam visitantes e estudiosos estrangeiros sobre a nossa realidade brasileira da época. O autor externa explicitamente no prefácio da 1ª edição, a preferência em basear suas pesquisas a partir de relatos e cartas externas, além de se utilizar, para constituição do seu ensaio, de técnicas exclusivamente transladadas: “Para o conhecimento da história social do Brasil não

há fonte mais segura que os livros de viagem de estrangeiro (...). FREIRE, 2003 p. 47. Além disso, ao se debruçar sobre a realidade nacional, procura construir uma versão romantizada do processo sócio histórico, inclusive culpando a população negra pelo infortúnio a que foi exposta, criando uma harmonização nas relações entre escravizadores e escravizados, para destas extrair os caminhos de uma integração social que não favoreça uma transformação social, preocupando-se em reforçar uma visão que, tanto internamente quanto no exterior, posteriormente se configurou como uma democracia racial, a qual foi estabelecida a partir da romantização das relações raciais e da negação e omissão dos processos de resistência do povo negro no Brasil.

“Aprendi a considerar fundamental a diferença entre raça e cultura; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio. Neste critério de diferenciação fundamental entre raça e cultura assenta todo o plano deste ensaio”. FREIRE, 2003 p. 32

Importante observar que já no prefácio da primeira edição, o autor nos oferece explicitamente o que podemos esperar do seu ensaio. Para além de ser um estudo da realidade social brasileira, este ensaio busca atender à expectativa do olhar estrangeiro sobre nós.

“Vencedores no sentido militar e técnico sobre as populações indígenas; dominadores absolutos dos negros importados da África para o duro trabalho da bagaceira, os europeus e seus descendentes tiveram entretanto de interagir com índios e africanos quanto às relações genéticas e sociais. A escassez de mulheres brancas criou **zonas de confraternização** entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixarem de ser relações – as dos brancos com as mulheres de cor – de “superiores” com “inferiores” e, no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas **passivas**, adoçaram-se, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de constituírem famílias dentro dessas circunstâncias e sobre essa base. **A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social** que de outro modo se teria conservado enorme entre casa-grande e senzala. O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambujem de gente livre sanduichada entre os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação. A índia e a negra-mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadrarona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos, **agiram poderosamente no sentido de democratização social no Brasil**. Entre filhos mestiços, legítimos e mesmo ilegítimos, havidos delas pelos senhores brancos, subdividiu-se parte considerável das grandes propriedades, quebrando-se assim a força das sesmarias feudais e dos latifúndios do tamanho do reino. ”. FREIRE, 2003 p. 33

Observemos em nossos grifos como Gilberto Freire caracteriza o papel e onde os estupros se desenvolvem; em suas palavras em “zonas de confraternização”, onde “escravas passivas”, como se fosse possível lutar contra tais abusos, contribuíram na miscigenação, reduzindo a distância social e agindo na “democratização social”.

Importante também destacar, mesmo não podendo avançar exaustivamente nesta abordagem, o olhar dedicado ao estupro, expresso no capítulo dedicado à vida sexual...

“Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem. Do moleque que foi o nosso primeiro companheiro de brinquedo”. FREIRE, 2003 p. 367

“É absurdo responsabilizar-se o negro pelo que não foi obra sua nem do índio mas do sistema social e econômico em que funcionaram passiva e mecanicamente. Não há escravidão sem depravação sexual. É da essência mesma do regime. Em primeiro lugar, o próprio interesse econômico favorece a depravação criando nos proprietários de homens imoderado desejo de possuir o maior número possível de crias. Joaquim Nabuco colheu em um manifesto escravocrata de fazendeiros as seguintes palavras, tão ricas de significação: “a parte mais produtiva da propriedade escrava é o ventre gerador””. FREIRE, 2003 p. 399

Como se vê, temos alguns elementos do olhar, através do culturalismo, apresentado por Freire, o qual é representado em todo o seu ensaio, perpassando de maneira enfática pelo modelo patriarcalista de sociedade, pelos elementos de culinária e pela objetificação intensa dos/das não brancos/brancas. Encontramos ainda, como ilustração, a classificação dos elementos não brancos, conforme a gradação de tons de pele e de origem do mestiçamento, sendo atribuída esta “democracia social”, nas palavras do autor, ao tipo de cristianismo exercido no Brasil.

“Verificou-se entre nós uma profunda confraternização de valores e de sentimentos. Predominantemente coletivistas, os vindos das senzalas, puxando para o individualismo e para o privatismo, os das casas-grandes. Confraternização que dificilmente se teria realizado se outro tipo de cristianismo tivesse dominado a formação social do Brasil; um tipo mais clerical, mais ascético, mais ortodoxo, calvinista ou rigorosamente católico; diverso da religião doce, doméstica, de relações quase de família entre os santos e os homens, que das capelas patriarcais das casas-grandes, das igrejas sempre em festas – batizados, casamentos, “festas de bandeiras”, de santos, crismas, novenas – presidiu o desenvolvimento social brasileiro. Foi este cristianismo doméstico, lírico e festivo, de santos compadres, de santas comadres dos homens, de Nossas Senhoras madrinhas dos meninos, que criou nos negros as primeiras ligações espirituais, morais e estéticas com a família e com a cultura brasileira. “Os escravos tornados cristãos fazem mais progresso na civilização”, observou Koster. “Não se tem lançado mão de constrangimento para os fazer adotar os costumes dos senhores, mas

insensivelmente lhes dirigem as ideias para este lado; os senhores ao mesmo tempo contraem alguns hábitos dos seus escravos e desta sorte o superior e o inferior se aproximam. Eu duvido que o sistema de batizar negros importados tenha antes a sua origem na devoção dos portugueses do que em vistas políticas, mas tem produzido os melhores resultados”. FREIRE, 2003 p. 438

Os elementos trazidos de forma ilustrativa são merecedores de aprofundamento em pesquisas específicas. Não sendo possível aprofundá-los neste trabalho, os apresentamos apenas para demonstrar o desenvolvimento de um “projeto” que estrutura o crime de racismo, marginalizando criminal e socialmente parcela da população e que busca tão somente o entendimento do referido estudo.

### **Resistência epistemológica e uma Sociologia Militante**

“(…) das trevas da brancura só nos libertaremos à luz da  
negrura.  
Revelar a negrura em sua validade intrínseca, dissipar com o  
seu foco de luz a escuridão de que resultou a nossa total  
possessão pela brancura é uma das tarefas heroicas da nossa  
época”.  
Guerreiro Ramos, 1995. p. 243

Como observamos ao longo deste estudo, o processo sistêmico da estruturalidade do racismo passa pela elaboração de um projeto de branquitude, o qual compreende a necessidade de afirmação de superioridade do elemento branco e de sua cultura, tendo em contrapartida a inferiorização dos elementos não brancos. Mas, tendo a cultura branca como padrão ou norma, aceita a incorporação de parcela de elementos não brancos, conforme determinadas condições. A naturalização desta aceitação ganha contornos de democracia racial e, assim, apesar dos limites estabelecidos, essa legitimação social passa a ser o sonho a ser atingido.

Deste modo, tais elementos constitutivos de nossa sociedade foram aceitos como regras ou normas nos mais diversos espaços. E na academia ou nos autores do que chamamos teorias do pensamento social brasileiro, encontraram ampla aceitação. Seyferth no texto “As ciências sócias no Brasil e a questão racial”, nos mostra que...

“(…) a questão da miscigenação permeia a obra da maioria dos estudiosos do “problema racial” e tem sido usada por muitos como argumento explicativo da realidade brasileira. Assim o mestiço – mulato, mameluco ou cafuzo – ora aparece como problema, ora como solução, colocado no paraíso ou criado pelo diabo. De toda forma, ser ambíguo, de raça indefinida, que vem assombrando as elites brasileiras desde que, no século XX, começou a ser colocada em dúvida a legitimidade econômica, social e jurídica da



escravidão”. SEYFERTH, p. 11

A miscigenação como sabemos, compõe a segunda fase do processo de construção de uma identidade nacional, dividiu profundamente a intelectualidade brasileira no início do século XX, mas se firmou entre nós, após ser constituída com a necessidade do branqueamento.

“A especulação em torno da possibilidade ou impossibilidade do branqueamento da raça, portanto, inaugura a ciência social no Brasil. Sua vinculação com as teorias do determinismo racial e, num ponto menor, com o determinismo ambiental, é óbvio, e sua aceitação implicava no apoio a uma política imigratória que visava introduzir no país apenas imigrante da Europa”. SEYFERTH, p. 19

Assim o branqueamento físico, que se iniciou antes mesmo da abolição, ganha um novo papel através do mestiçamento em busca do embranquecimento estético do elemento negro brasileiro, permitindo o surgimento de novos “conceitos científicos”, que foram incorporados no interior da nossa sociedade a partir das “relações sociais”, pois toda a construção sociológica nos empurra a uma inexistência de problemas raciais.

“(…) o caráter doutrinário do branqueamento permitiu a estes autores brasileiros conciliar a realidade brasileira com um conjunto de teorias acerca da desigualdade das raças humanas, especulando sobre os seus efeitos num processo civilizatório onde não há lugar para negros, índios e mestiços “escuros””. SEYFERTH, p. 19

As construções político-científicas que se seguiram com a imigração branca maciça entre 1865 e 1930, não apenas deram forma à política de mestiçamento, como criaram o mito da convivência pacífica, através da “democracia racial” passando a justificar as desigualdades como herança do passado escravagista e desresponsabilizando o Estado e seus governos na construção de um processo de integração social.

“As desigualdades sociais do presente são justificadas pelo passado escravo: as discriminações são de caráter social e os conflitos raciais são sempre minimizados ou negados, ou atribuídos a problemas de saúde, educação, eugenia. As raças que compõem o mosaico étnico brasileiro se entenderam porque se misturaram: este é o dogma da democracia racial”. SEYFERTH, p 23

“Uma democracia racial que vai ser, mais uma vez, legitimizada na comparação com a situação racial dos Estados Unidos”. SEYFERTH, p 23

Não obstante, para justificar a desigualdade social e racial brasileira, passamos a

usar um processo comparativo com a situação vivida pelos negros e negras estadunidenses. Importante lembrarmos que a população negra estadunidense não passava de ¼, enquanto no Brasil sempre esteve acima de 50% da população. Seyferth explicita o quanto a teoria do pensamento social brasileiro impactou no reconhecimento do racismo...

“(...) o que torna o reconhecimento de uma questão racial tão problemático é a experiência de uma ideologia de igualdade racial com base na miscigenação que não encontra respaldo na vida social. SEYFERTH, p. 30

Assim compreendemos o papel que desenvolveram e desenvolvem as teorias do pensamento social brasileiro quanto às relações raciais, bem como o papel fundamental das ciências sociais, que não fizeram o enfrentamento ao projeto de branquitude, preso ao racismo que naquele momento se estruturava envolto na construção de uma identidade nacional. Assim surgiu um projeto de branquitude, o qual normatizava a brancura como identidade nacional.

“O certo é que, nesse movimento de nacionalização, uma série de símbolos vão virando mestiços, assim como uma alentada convivência cultural miscigenada torna-se modelo de igualdade racial. Partindo, dessa maneira de uma tese culturalista, que desqualifica o argumento biológico mas também pouco falava das determinantes econômicas, Freyre encontrou no Brasil um resumo da personalidade portuguesa, que na colônia frutificava ao lado de outras culturas; sem, no entanto, deixar de hierarquizar os grupos e suas diferentes contribuições”. SCHWARCZ, p. 277 e 278

“Foi essa constatação que mobilizou uma série de pesquisas, nos anos 50 e 60. Segundo seus autores, a alentada democracia racial “disfarçava” uma evidente discriminação, uma divisão que não era racial ou cultural, mas sobretudo econômica. Tal anúncio se fez ao mesmo tempo em que se tornavam cada vez mais visíveis e temerários os processos e os perigos da “descolonização” na África, e que revelavam, no limite, a incompreensão frente as diferenças culturais”. SCHWARCZ, p. 278

A mestiçagem como subprojeto do projeto de branquitude que ganhou o país não foi um processo inócuo, ela encontra suas bases em diversas passagens históricas que a substanciavam; assim, o golpe e o autogolpe impetrados por Getúlio Vargas e o conseqüente projeto de unidade nacional e o nacional desenvolvimentismo, desenvolvem um processo vagaroso quanto às reivindicações negras, impulsionadas pela Frente Negra, que se acomoda ao ver surgir mais espaços de inserção da comunidade negra, ao mesmo tempo em que tais espaços são limitados a parcela desta população.

As disputas raciais pautadas pela Frente Negra e pela Associação Integralista

Brasileira são minimizadas com o nacional desenvolvimentismo econômico ao mesmo tempo em que construímos e reforçamos a imagem de uma democracia racial, representada principalmente – mas, não apenas - pelo sucesso do livro “Casa Grande & Senzala”, o qual pinta o nosso modelo de convivência pacífica para o mundo. É esta imagem que nos remete à atenção da ONU no pós guerra e nos leva ao centro, no que se refere à democracia racial.

“Da parte da UNESCO havia, portanto, uma imagem positiva do país, em termos étnicos, o que alimentava a ideia de que o Brasil se apresentasse como um bom “laboratório socioantropológico” e de que os estudos enfatizassem a possibilidade do convívio harmonioso entre grupos nas sociedades modernas”. SCHWARCZ, p. 281

Como expusemos anteriormente, este conceito e imagem de democracia racial, com que o Brasil era visto no exterior, não tem conexão com a realidade local. E tanto é assim que, 07 anos após a cassação da Frente Negra Brasileira durante o autogolpe de Getúlio Vargas, surge o Teatro Experimental do Negro – TEN e, não só este, como os Clubes Sociais Negros, que existiam em vários estados brasileiros, denunciavam e construíam espaços de socialização da cultura negra.

O TEN apresentou grande resistência ao projeto da UNESCO, sendo um dos pontos fortes desta resistência, o Congresso do Negro Brasileiro em 1951, onde além de contar com a participação de diversos setores organizados negros, teve a participação de vários intelectuais que trabalhavam a questão racial no Brasil.

Pontuamos, também, a importância de Alberto Guerreiro Ramos, sua resistência epistemológica ao tratamento dado à questão da negritude, sendo marcante, a sua militância negra e sociológica, ou melhor, o exercício prático da sociologia.

Entre as diversas possibilidades suscitadas com a investigação promovida pela pesquisa da UNESCO, destacamos a identificação apresentada por Schwarcz:

“A amplitude da investigação, além de ter fortalecido um debate já constituído de estudos raciais no país, levou, também, a mudanças significativas na reflexão. Em primeiro lugar, implicou a superação da discussão mais naturalista e determinista, que vinculava características físicas e somáticas a perfis morais e psicológicos, ainda em voga nos anos 30. A segunda consequência foi uma maior institucionalização das ciências sociais no Brasil, também influenciadas pelo tamanho da empreitada. Além disso, percebe-se uma mudança de enfoque nas pesquisas etnográficas que até então dedicavam-se sobretudo à análise da influência africana sobre as populações negras locais. Nesse contexto, as investigações sociológicas, que privilegiam

mudanças nas relações entre negros e brancos, a partir do final do regime escravocrata, ganham novo estatuto. SCHWARCZ, p. 283

Neste sentido, destacamos o papel desenvolvido pelo TEN e principalmente por Guerreiro Ramos, na resistência e identificação epistemológica dos estudos até então desenvolvidos sobre o elemento negro em nossa sociedade, pontuando os aspectos acadêmicos, políticos, econômicos e sociais, que impactam a presença do racismo, que irá marcar a luta contra o racismo neste período.

Schwarcz, nos oferece um olhar conjuntural da realidade vivida pelos elementos negros e o quanto a identificação e resistência epistemológica vieram a favorecer um novo olhar na luta por superação.

“Sobrevivia, como legado histórico, um sistema enraizado de hierarquização social, que introduzia gradações de prestígio a partir de critérios como classe social, educação formal, origem familiar e de todo um *carrefour* de cores. Quase que como uma referência nativa, o “preconceito de cor” fazia as vezes das raças, tornando ainda mais escorregadios os mecanismos de compreensão da discriminação. Chamado por Fernandes de “metamorfose do escravo” (1965), o processo brasileiro de exclusão social teria se desenvolvido de modo a empregar termos como “preto” ou “negro”, em lugar da noção de classe subalterna, nesse movimento que constantemente apaga o conflito”. SCHWARCZ, p. 285

“No entanto, em sua desconstrução de certa maneira circunscreveram o tema da raça a uma questão de classe e abandonaram a cultura, aqui entendida como um modelo “de” e “para”, que permite entender universos de sociabilidade e de representações; costumes assentados na longa duração. Ou seja, em meio a um contexto marcado pela radicalização política, o tema racial aparecia como uma questão maior. Era por meio da modernização e da democratização que a questão racial, entre outras, se solucionaria no Brasil e não a partir do enfrentamento de suas especificidades”. SCHWARCZ, p. 285

Este relato nos mostra como o racismo se incorpora na sociedade brasileira tendo um papel básico na mesma.

“(…) a análise de base demográfica e demonstraram como o preconceito de cor não estava exclusivamente atrelado a uma questão econômica e social; ao contrário, persistia como um dado divisor social”. SCHWARCZ, p. 287

É neste quadro conjuntural identificado por Guerreiro Ramos, que ele passa a desenvolver sua luta antirracista e sua sociologia militante, conformando de uma forma ainda melhor a sua teoria sobre a necessidade de compreensão da realidade local no exercício sociológico e enfrentamento das desigualdades sociais e raciais brasileiras.

“Para a compreensão do nosso problema do negro, é necessário que o estudioso se dê conta de que, de modo geral, os estudos de sociologia e

antropologia no Brasil refletem o estado em que neste se encontra o trabalho científico. Até a presente data, não temos, senão pequeníssima escala, uma ciência brasileira. Nestas condições o trabalho científico, entre nós, carece, em larga margem, de funcionalidade e de autenticidade. De um lado, porque não contribui para a autodeterminação da sociedade; de outro lado, porque o cientista indígena é, via de regra, um *répétiteur*, hábil muitas vezes, um utilizador de conceitos pré-fabricados, pobre de experiências cognitivas genuinamente vividas e, portanto, vítima dos “prestígios” dos centros europeus e norte-americanos de investigação”. GUERREIRO RAMOS, 1995 p. 164

Para tanto, exalta a necessidade de ruptura com a translação conceitual acrítica, sem deixar de reconhecer a importância de determinados conceitos “universais”.

“Embora os princípios gerais de conhecimento positivo sejam universais, existe, em vários sentidos, uma ciência nacional em todo país de cultura autêntica. Em primeiro lugar, o trabalho científico está sempre, direta ou indiretamente, articulado com um projeto nacional de desenvolvimento – o que transparece nos objetos que incide. Os problemas científicos radicam-se em situações historicamente concretas, embora possam ser intrinsecamente abstratos”. GUERREIRO RAMOS, 1995 p. 164

Percebemos que, mesmo identificando parcialmente o problema das relações raciais, fica evidente a não compreensão da cumplicidade entre Estado e cientistas na perpetuação do mesmo. Crédulo na boa fé da ciência aqui produzida, não se dá conta da interligação desta produção com o projeto maior de branquitude, explicito na construção da nossa identidade nacional, mesmo que veja na aculturação um elemento normatizador.

“Mas, apesar da perspectiva do negro a aculturação se revela um ponto de vista que merece muitas reservas. Como um caso particular da europeização do mundo, a aculturação é, talvez, inevitável pois que as populações de origem não europeia jamais poderiam participar, com vantagem e dignidade, da civilização universal, em sua forma contemporânea, sem a posse e o domínio de grande acervo de elementos culturais do ocidente”. GUERREIRO RAMOS, 1995 p. 188

Os questionamentos pontuados por Guerreiro Ramos terminam não sendo respondidos devidamente por ele mesmo ou pelo TEN, em que pese as contribuições de ambos no enfrentamento ao racismo. Parte desta ausência de respostas se encontra na não observação plena da nossa própria conjuntura, que terminou a nos levar à supressão dos direitos civis com o golpe militar de 1964.

“Neste ponto, é oportuno perguntar: Que é que, no domínio de nossas ciências sociais, faz do negro um problema, ou um assunto? A partir de que norma, de que padrão, de que valor, se define como problemático ou se considera tema o negro no Brasil? Na medida que se supõe devesse ser a sociedade nacional em que dito problema estivesse erradicado?

Na minha opinião, responder a essas perguntas corresponde a conjurar uma das maiores ilusões da sociologia brasileira.

Determinada condição humana é erigida à categoria de problema quando, entre outras coisas, não se coaduna com um ideal, um valor ou uma norma. Que a rotula como problema, estimula-a ou avalia anormal. Ora, o negro no Brasil é objeto de estudo como problema na medida que discrepa de que norma ou valor”? GUERREIRO RAMOS, 1995 p. 190

Mesmo compreendendo a dimensão da branquitude na nossa ciência social, auto-justificada através das translações conceituais acrílicas, a percepção da estruturalidade do racismo não nos pareceu presente, sendo relegada a uma questão cultural.

“Nestas condições, o que parece justificar a insistência com que se considera como problemática a situação do negro no Brasil é o fato de que ele é portador da pele escura. A cor da pele do negro parece constituir o obstáculo, a normalidade a sanar. Dir-se-ia que na cultura brasileira o branco é o ideal, a norma, o valor, por excelência”. GUERREIRO RAMOS, 1995 p. 192

“O ingrediente biológico, a partir do qual a cultura elabora alguns dos seus elementos, faz-se bastante nítido nos valores estéticos. Com efeito, o valor estético primário para todo o povo autêntico é o vivido imediatamente. Os padrões estéticos de uma cultura autêntica são estilizações elaboradas a partir da vida comunitária. Uma comunidade de indivíduos brancos terá de erigir à categoria de ideal de beleza humana o homem branco”. GUERREIRO RAMOS, 1995 p. 192

Ao não compreender a questão da estruturalidade do racismo e, conseqüentemente, a interligação desta ao desenvolvimento das ciências sociais brasileiras, Guerreiro Ramos, dentro da sua sociologia militante buscou combater epistemologicamente a prática do racismo, buscando promover o bom debate, cercando-se inclusive das vias tradicionais da translação, visto que nunca negou a importância de conceitos externos, trazendo estes a partir da devida adequação à realidade local.

“As categorias da estética social nas culturas autênticas são sempre locais e, em última análise, são estilizações de aspectos particulares de circunstâncias histórica determinada. Tais categorias são assimiladas pelo indivíduo na vida comunitária. Aprende-se a definir o belo e o feio por meio da convivência cotidiana, do processo social. Cada sociedade, na medida que se conserva dotada de autenticidade ou de integridade, inclusa, em cada um de seus membros, pela aprendizagem padrões de avaliação estética, os quais reforçam as suas particularidades. Cada sociedade alcança, assim, a sua própria sobrevivência, enquanto, pelos seus mecanismos institucionais, consegue fazer cada indivíduo identificado com a sua moldura histórica natural. É assim que me louvaria em Karl Vossler para dizer que toda a vida orgânica e os produtos mentais e materiais do homem estão impregnados da natureza circundante”. Guerreiro Ramos, 1995 p. 194

Percebemos, ainda, na sua análise a existência de uma patologia social...

**“Todavia o processo de europeização do mundo tem abalado os alicerces das culturas que alcança. A superioridade prática e material da cultura ocidental face às culturas não europeias promove, nestas últimas, manifestações patológicas. Existe uma patologia cultural que consiste, precisamente, sobretudo no campo da estética social, na adoção pelos indivíduos de determinada sociedade, de padrão estético exógeno, não induzido diretamente na circunstância natural e historicamente vivida. É por exemplo, este fenômeno patológico o responsável pela ambivalência de certos nativos na avaliação estética. O desejo de ser branco afeta, fortemente, os nativos governados por europeus. Entre negros, R.R. Moton registrou o emprego do termo “branco” como designativo de excelência e o hábito de dizer-se de um homem bom que tem um coração “branco”. Este “desvio existencial” tem sido observado tecnicamente nos Estados Unidos, no Brasil e em toda a parte em que populações negras estão sendo europeizadas. O negro europeizado, via de regra, detesta mesmo referências à sua condição racial. Ele tende a negar-se como negro, e um psicanalista descobriu nos sonhos de negros brasileiros forte tendência para mudar de pele. O que escreve estas linhas teve ocasião de verificar, quando realizava uma pesquisa, o vexame com que certas pessoas de cor respondiam a um questionário sobre preconceitos raciais”.** Guerreiro Ramos, 1995 p. 194 e 195

“Ora, o Brasil, como sociedade europeizada, não escapa, quanto à estética social, à patologia coletiva acima descrita. O brasileiro, em geral, e, especialmente, o letrado, adere psicologicamente a um padrão estético europeu e vê os acidentes étnicos do país e a si próprio, do ponto de vista deste. Isto é verdade, tanto com referência ao brasileiro de cor como ao claro. Este fato de nossa psicologia coletiva é, do ponto de vista da ciência social, de caráter patológico, exatamente porque traduz a adoção de critério artificial, estranho à vida, para a avaliação da beleza humana. Trata-se, aqui de um caso de alienação que consiste em renunciar à indução de critérios locais ou regionais de julgamento do belo, por subserviência inconsciente a um prestígio exterior”. Guerreiro Ramos, 1995 p. 195

Esta identificação do nosso processo histórico de embranquecimento populacional é descrito não apenas na sua forma física, mas, principalmente na sua forma psicológica, imposta através do projeto de branquitude e mestiçagem a que foi submetida a população negra, ao mesmo tempo em que superdimensiona a branquitude ou brancura como elemento superior ou algo a ser atingido. Neste sentido, Guerreiro concebe o processo de alienação a que está submetida toda a população; o qual, no interior da academia, Pereira identifica da seguinte forma:

“E que naquelas instituições se cultuava uma “aura” de cientificidade que respaldava o proselitismo racialista e racista do pensamento social: das suas características, de suas pretensões de reproduzir ‘nos trópicos’ a essência da civilização branca europeia, de suas filiações teóricas, de suas ligações institucionais com universidades europeias, e de sua condição de referência para as políticas públicas de interesses políticos, econômicos, culturais e sociais naquele período”. PEREIRA, 2013, p. 161

Com o que havia concordância em Guerreiro Ramos, mesmo que este ainda resistisse ou não compreendesse tais fatos como um projeto de branquitude dentro

de uma estruturalidade do racismo brasileiro.

“O que explica, portanto, esse “problema” de nossa ciência social é uma alienação, uma forma mórbida de psicologia coletiva, a patologia social do brasileiro e do baiano, principalmente”. Guerreiro Ramos, 1995 p. 196

Destaca-se ainda outra evidência que se desenvolve simultaneamente com o projeto de branquitude e estruturalidade do racismo e que se resume no não sentimento de pertencimento ou brasilidade, o qual irá se projetar na ausência de uma identidade nacional, antes perseguida, mas que, perde cada vez mais sentido e consistência, a partir do nosso contínuo distanciamento com a nossa realidade local.

“Ora, a alienação estética anteriormente assinalada é a mesma espécie de alienação linguística. Ambas resultam de uma falta de suficiência da comunidade, do autodesprezo, de um sentimento coletivo de inferioridade, da renúncia a critérios naturais de vida, em benefício de critérios artificiais, dogmáticos ou abstratos”. Guerreiro Ramos, 1995 p. 196

“O que nos interessa aqui é focalizar a questão do ângulo psicológico, enquanto socialmente condicionado, é atingir a sociologia funcional e científica do negro, inteiramente por fazer até agora, desde que os estudos da questão que se rotulam de sociológicos ou antropológicos não são mais do que documentos ilustrativos da ideologia da brancura ou da claridade”. Guerreiro Ramos, 1995 p. 196 e 197

Os elementos alienantes da nossa contínua translação conceitual e cultural não apenas conformaram a estruturalidade do racismo, como também nos impuseram uma ausência de sentimento de pertencimento e uma abnegação ao que é do exterior, sendo marcante a absorção de qualquer “pseudo” valor social, cultural ou não, externo à nossa realidade negra e mestiça.

Guerreiro Ramos nos aponta...

“O problema é, em nossos dias, colocado em termos de cultura. Estima-se como positivo o processo de aculturação. Mas, repito, a aculturação, no caso, a uma análise profunda, supõe ainda uma espécie de defesa da brancura de nossa herança cultural, supõe o conceito da superioridade intrínseca do padrão da estética social de origem europeia. (...) O “problema do negro” tal como colocado na sociologia brasileira, é, à luz de uma psicanálise sociológica, um ato de má-fé ou um equívoco, e este equívoco só poderá ser desfeito por meio da tomada de consciência pelo nosso branco ou pelo nosso negro, culturalmente embranquecido, de sua alienação, de sua enfermidade psicológica. Para tanto, os documentos de nossa socioantropologia do negro devem ser considerados como materiais clínicos. Guerreiro Ramos, 1995 p. 197

Encontramos na identificação dos elementos constitutivos da estruturalidade do racismo, através do processo sócio histórico, mesmo que ainda não tendo a referida



compreensão desta estruturalidade, a resistência epistemológica e que irá pautar a necessidade de outro olhar para a realidade brasileira, não apenas no que se refere especificamente à questão das relações raciais, como também, como condição de superação do atraso social e econômico.

“No entanto, a compreensão efetiva da situação do negro no Brasil exigirá esforço de criação metodológica e conceitual de que ninguém foi capaz ainda. Ela tem peculiaridades históricas e sociais insusceptíveis de ser captadas por procedimentos meramente simétricos, tão e somente pela parafernália da ciência social importada. Adotando literalmente esta parafernália, o socioantropólogo brasileiro contribuiu para confundir aquela situação e, atualmente, o sociólogo que tenta vê-la de modo genuíno terá de arrostar fortes interesses investidos e maciços estereótipos justificados em nome da ciência oficial, de resto, de duvidosa validade funcional e objetiva”. Guerreiro Ramos, 1995 p. 198

“A tarefa que se impõe como necessária para conjurar esta mistificação do assunto – o negro no Brasil – é a de promover a purgação daqueles clichês conceituais, é a de tentar examiná-lo pondo entre parênteses as conotações de nossa ciência oficial, é a de tentar o entendimento do tema, a partir de uma situação vital, estando o investigador, nesta situação, aberto à realidade fática e também, aberto interiormente para a originalidade”. Guerreiro Ramos, 1995 p. 198

Guerreiro Ramos nos mostra a deficiência ou má-fé com que se buscou tratar a questão das relações raciais e não do elemento negro, sendo mesmo a caracterização de um problema do negro, uma forma já preconceituosa de enfrentamento do problema das relações sociais no Brasil.

O convite às raízes do problema, ou como ele chamou, uma descida aos infernos, procurou modificar a cumplicidade dos cientistas brasileiros inebriados com as translações conceituais acríticas, diante da conjuntura de branquitude e estruturalidade do racismo.

“Precisam os sociólogos empreender esta descida aos infernos que consiste em arguir, em por em dúvidas aquilo que parecia consagrado. Quem não estiver disposto a esse compromisso, arrisca-se a petrificar-se em vida, ou falar sozinho, ou a permanecer na condição de matéria bruta do acontecer, em vez de tornar-se, como deveria, consciência militante desse acontecer, pela apropriação do seu significado profundo”. Guerreiro Ramos, 1995 p. 200 e 201

No entanto, talvez por boa fé ou inocência, Guerreiro Ramos não concebe a cumplicidade existente, também, entre parte dos cientistas com as elites nacionais e o próprio Estado brasileiro, e ainda mais, a quem servia tal cumplicidade, mesmo percebendo a violência perpetrada pelas elites e pelo Estado.

“A sociologia do negro tal como tem sido feita até agora, à luz da perspectiva em que me coloco, é uma forma sutil de agressão aos brasileiros de cor, e como tal, constitui-se num obstáculo para a formação de uma consciência da realidade étnica do país. Guerreiro Ramos, 1995 p. 201

Contudo, esta violência é identificada como patológica, não caracterizando assim, a existência de um projeto de branquitude, mesmo tendo identificado diversos elementos constitutivos deste projeto na ‘brancura’ e na ‘degradação’ negra, a qual Guerreiro Ramos atribuiu apenas a uma questão estética.

“Para garantir a espoliação, a minoria dominante de origem europeia recorria não somente à força, mas a um sistema de pseudojustificações, de estereótipos, ou a processos de domesticação psicológica. A afirmação dogmática da excelência da brancura ou a degradação estética da cor negra era um dos suportes psicológicos da espoliação. Este mesmo fato, porém, passou a ser patológico em situações diversas, como as de hoje, em que o processo de miscigenação e de capilaridade social absorveu, na massa das pessoas pigmentadas, larga margem dos que podiam proclamar-se brancos outrora, e em que não há mais, entre nós, coincidência de raça e classe”. Guerreiro Ramos, 1995 p. 220

Do mesmo modo é marcante, ainda, a busca do embranquecimento e distanciamento da negritude exercida entre nós, onde a gradação étnica ou mestiçamento, passa a ter grande importância; sendo que, menos pigmentação étnica, mais poder econômico, projeção social e/ou relação social se transformam em elementos que poderiam e podem constituir-se como elemento branqueador, ao mesmo tempo em que, se faz necessário tematizar a negritude com um maior distanciamento da sua própria realidade e da realidade nacional.

“Um desses processos de disfarce étnico, que aquela minoria tem utilizado, é a tematização do negro. Ao tornar o negro como tema, elementos da camada “branca” minoritária se tornam mais brancos, aproximando-se de seu arquétipo estético – que é o europeu. Guerreiro Ramos, 1995 p. 226

Guerreiro Ramos assim classificou tais fenômenos...

“É interessante observar que as oscilações de auto-estimação nos indivíduos que protestam, com frequência, exprimem a “coexistência de dois polos opostos – *inferioridade* sentida com excessiva intensidade e *superioridade*, desejada, mas fictícia”. Guerreiro Ramos, 1995 p. 227

Entendemos, assim, porque a nossa sociedade é classificada por Guerreiro Ramos como uma sociedade em estado patológico, não assumindo a sua pluriétnica, impondo uma naturalização cultural da branquitude, ao mesmo tempo em que protagoniza um mito de uma democracia racial.

“Os fatos da realidade étnica no Brasil, eles mesmos, estão iluminando a consciência do mestiço brasileiro e o levam a perceber a artificialidade, em nosso meio da ideologia da brancura. O ideal de brancura, tal como o ilustramos anteriormente, nas condições atuais, é uma sobrevivência que embaraça o processo de maturidade psicológica do brasileiro, e, além disso, contribui para enfraquecer a integração social dos elementos constitutivos da sociedade nacional. Guerreiro Ramos, 1995 p. 231

A partir das evidências elencadas, em conformidade com o que foi pontuado por Guerreiro Ramos, é possível apontar que no projeto de branquitude, inerente ou não à sua concepção, há a busca constante da hereditariedade europeia e das translações conceituais e culturais, que deram forma à estruturalidade do racismo brasileiro, cuja superação só será possível através de um processo revolucionário, que esteja interligado aos mais diversos setores sociais.

Assim, como nos descreve Guerreiro Ramos ...

“É óbvio que o desaparecimento dos aspectos aqui descritos da patologia social do “branco” brasileiro não ocorrerá como consequência de mero trabalho de reeducação e esclarecimento. Este trabalho, de certo, é necessário e, além disso, de efeitos positivos, nisto que é suscetível de libertar muitas pessoas do que se chamou protesto racial. Mas são os fatos mesmos que, em última análise, propiciarão o desaparecimento daquela anormalidade de nossa psicologia coletiva. Guerreiro Ramos, 1995 p. 234 e 235

“Este problema envolve uma questão de articulação de gerações. É natural que os caracteres daquela patologia se mostrem mais vivos nas gerações mais velhas, que receberam, de gerações outras que alcançaram a plena vigência do regime escravo, uma definição pejorativa social do negro e do mulato. As gerações mais moças, entretanto, se mostram mais acessíveis a admitir os novos critérios de avaliação que os fatos estão impondo”. Guerreiro Ramos, 1995 p. 235

Como podemos ver neste estudo, o golpe militar suprimiu os debates sobre identidade nacional, relações raciais e por fim sobre os direitos civis, eliminando as condições objetivas de avanço, que nos levassem às transformações das relações raciais no interior da nossa sociedade.

E mais uma vez, destacamos a importância da sociologia ou das ciências sociais, na conformação de uma compreensão real da nossa sociedade.

“À luz de uma sociologia indutiva, isto é, de uma sociologia cujos critérios sejam induzidos da realidade brasileira, e não imitados da prática de sociólogos de outros países, à luz de uma sociologia científica, o que se tem chamado no Brasil de “problema do negro” é reflexo da patologia social do “branco” brasileiro, de sua dependência psicológica. Guerreiro Ramos, 1995 p. 236

Neste sentido, entender a realidade social brasileira, passa inicialmente pela compreensão da nossa pluriétnicidade, pelo abandono de uma hereditariedade inexistente, ou mesmo múltipla, com suas diversidades étnicas presentes nas três “raças”, que deram origem ao que chamamos hoje de Brasil; e, a compreensão da nossa unicidade enquanto povo. Isso significa dizer pensar a partir da nossa própria realidade, rica em diversidade étnica e cultural, absorvendo e resignificando as riquezas de nossa diversidade na construção do que talvez representasse o país quando das pesquisas da UNESCO, um país único em sua pluriétnicidade.

A busca da nossa autenticidade nos é explicada por Guerreiro Ramos ...

“É preciso dizer, finalmente, que esta posição de autenticidade étnica não se inclina para a legitimação de nenhum romantismo culturalógico, de nenhum retorno às formas primitivas de convivência e de cultura. A autenticidade étnica do brasileiro não implica um processo de desestruturação, no caso, de desocidentalização da sociedade nacional. Ela é possível perfeitamente dentro das pautas nas quais tem transcorrido a evolução do país”. Guerreiro Ramos, 1995 p. 236

Obviamente, este processo revolucionário, o qual extinguirá a estruturalidade do racismo, para além de outro conceito de sociedade, nos permitirá a construção de uma identidade nacional, cujo aporte principal se encontrará no sentimento de pertencimento e de brasilidade.

Para tanto,

“A rebelião estética de que se trata nestas páginas será um passo preliminar da rebelião total dos povos de cor para se tornarem sujeitos de seu próprio destino. Não se trata de novo racismo, às avessas daqueles de que foram arautos Gobineau, Lapouge, Rosenberg et caterva. Trata-se de que, até hoje, o negro tem sido mero objeto de versões de cuja elaboração não participa. Em todas estas versões se reflete a perspectiva de que se exclui o negro como sujeito autêntico. Autenticidade é a palavra que, por fim, deve ser escrita. Autenticidade para o negro significa idoneidade consigo próprio, adesão e lealdade ao repertório de suas contingências existenciais, imediatas e específicas. E na medida em que ele se exprime de modo autêntico, as versões oficiais a seu respeito se desmascaram e se revelam nos seus intuitos mistificadores, deliberados ou equivocados. O negro, na versão de seus “amigos profissionais” e dos que, mesmo de boa-fé, o vêem de fora, é uma coisa, outra é – o negro desde dentro”. Guerreiro Ramos, 1995 p. 248

A supressão de uma sociedade hierarquizada etnicamente é o único caminho para uma sociedade realmente democrática. Para tanto, somos compelidos à desconstrução deste processo secular, marcado pelo projeto de branquitude e estruturalidade do racismo, como forma última de uma verdadeira democracia. Não

obstante, cabe às ciências sociais o seu papel revolucionário ou militante, da interpretação real de nossa sociedade, em busca da superação desta, sem perder o seu cientificismo e sem se conduzir por pautas estranhas à nossa realidade.

## **CAPÍTULO 4 – COLONIALIDADE MENTAL , REDUÇÃO SOCIOLOGICA E NÃO BRASILIDADE**

Como podemos observar, principalmente ao tomarmos como base os recortes sócio-históricos, o sonho de tornar o Brasil uma extensão territorial da Europa Ocidental não ficou apenas com D. Pedro II. Mesmo após a perda do trono e a consequente mudança de regime político, o país manteve este anseio, seja através dos governos que vieram a se instalar, seja através da elite nacional, com ênfase para a nossa intelectualidade, a partir da absorção acrítica dos conceitos oriundos do ocidente europeu. Os diversos modelos de gestão que se seguiram (República das Oligarquias, República presidencialista, República parlamentarista, Golpes, Ditadura Militar, República) em nenhum momento buscaram promover alterações na ‘ordem política e pública’, a qual sempre esteve em benefício das elites, e em momentos passíveis de alguns avanços, promoveram intervenções de modo a restabelecer o *establishment ou status quo* das elites brasileiras, disfarçadas de restabelecimento da “ordem”.

A que ordem nos referimos? À ordem burguesa, estabelecida pela ‘elite’, constituída em grande parte de descendentes de escravocratas e opressores, que se locupletaram diante do sistema escravocrata e da marginalização étnico-racial sistêmica da população negra no pós-abolição e das populações indígenas, por aqueles/aquelas que foram e são beneficiários/beneficiárias diretos/diretas do projeto de branquitude imposto no país.

Assim, o princípio da translação conceitual e de modelos societários e culturais entre nós está presente desde sempre. Em nenhum momento se buscou a construção de uma nação independente ou se levou a uma ruptura com a ordem estabelecida, ao contrário, as mudanças ocorridas quase sempre tiveram como objetivo a manutenção/estabilização ou reestabilização da ordem vigente. Entendemos como ordem vigente a sociedade segregada a partir da herança escravagista, a qual não buscou uma integração social e estabeleceu um processo de marginalização social aos/às descendentes de escravizados/escravizadas.

Assim, para além da marginalização socioeconômica, política e cultural, constituíram um sistema de alijamento étnico-racial explícito e nos presentearam com um modelo

societário, educacional, legislativo e jurídico, que naturaliza a marginalização e nos leva a um processo de aculturação e negação de nós mesmos/mesmas. Isso tudo prejudica tanto as pessoas marginalizadas como, direta ou indiretamente, quem marginaliza.

Registramos que este anseio eurocentrista se confunde, quando não é superado, com um sentimento de superioridade étnica, no qual a defesa do arianismo se mistura com um modelo de padrão societário. Este sentimento sempre presente entre nós, oscilava e oscila entre as potências hegemônicas da época ou ainda na atualidade. É marcante durante o processo de ruptura com o sistema imperial, quando incorporarmos diversos conceitos, tanto de origem europeia como estadunidense, inclusive buscando adotar na Carta Magna os conceitos federados, oriundos da república estadunidense, quando passamos a nos auto identificar como “Estados Unidos do Brasil”, denominação só retificada em 1967, através da nova Constituição, redigida em pleno governo ditatorial, que como é de conhecimento histórico, era subserviente aos ditames imperialistas estadunidenses.

Esta oscilação no processo brasileiro de colonialidade do poder, perpassa a formação da nossa república e se estende até os nossos dias. É marcante neste processo, as influências eurocêtricas no que se refere aos conceitos racialistas, os quais pautarão por muito tempo as ações dos governos, tanto internamente com a adoção de políticas eugenistas, como externamente com uma política de distanciamento das repúblicas circunvizinhas. Este comportamento foi criticado por Manoel Bomfim no início do século XX, e sua crítica foi solenemente desprezada.

Este comportamento diante das relações internacionais do Brasil com os países da América Latina, mesmo sem um aprofundamento, podemos afirmar que sinaliza o viés etnocêntrico adotado por nossa república velha. Como já assinalamos, após o primeiro governo liderado por militares, nosso país passa a ser dirigido por antigos senhores de escravos do eixo São Paulo – Minas Gerais, com a conivência dos demais estados, sob a condição de não intervenção do governo federal nas gestões locais, ou seja, a manutenção de governos à base do coronelato, onde famílias poderosas se apossaram dos poderes locais e constituíram verdadeiras oligarquias.

Vemos durante este processo a manutenção de uma sociedade atrasada

economicamente e que apenas buscou a manutenção do *status quo* de suas elites, sem uma preocupação real com o futuro do país, e onde as translações conceituais e de modelos societários tiveram como objetivo central desenvolver um processo de segregação, onde se estabeleceu as bases do projeto de branquitude e de estruturalidade do racismo.

O retrato mais próximo da “burguesia” nacional, presa a um sistema econômico exclusivamente rural e de descendência escravocrata, se encontra na sua busca de autoafirmação como elite de um país que procura o seu desenvolvimento. Para tanto, mostrou-se necessária a absorção dos conceitos racialistas, de modo a que viessem a se diferenciar da população em geral. Contudo, busca se beneficiar das suas heranças escravocratas com a usurpação dos aparelhos de estado e um completo enriquecimento às custas do mesmo e, conseqüentemente das riquezas do país em detrimento das demais parcelas populacionais, jogadas à marginalização.

Relembramos que é neste período que se dá início à transformação do posicionamento do Estado brasileiro quanto às relações raciais. As teorias de inferioridade racial do elemento negro e sua exclusão social passam a ser substituídas pelas ideias de mestiçamento ou mestiçagem, como forma de embranquecimento do mesmo, visto que a superioridade ariana impactaria na mestiçagem fazendo prevalecer os caracteres da raça forte, branca.

Ou seja, a construção do projeto de branquitude ganha novos contornos, a partir da concessão do direito de vida ao elemento negro, tendo como condicionante o seu embranquecimento, que era tido até então como natural. Porém, se conformou um aparato de naturalização deste fenômeno, perpassando pela criminalização de determinados elementos culturais e apropriação de outros, negação de sua história e omissão de seu passado sócio histórico, além da exaltação ao colorismo e da introdução da meritocracia cromática, bem como da negação do racialismo e racismo no interior da sociedade brasileira.

Estes fenômenos se sustentaram devido à grande rede instalada pela estruturalidade do racismo, a qual se conformou dentro da prática de concessão vigiada e rigidez legislativa, de modo que a divisão constante entre os elementos



segregados se perpetuasse. Ao mesmo tempo o rigor das leis é implacável diante da não aceitação e de qualquer movimento de luta e de resistência.

Observamos que durante os anos em que persistiu entre nós a república velha é evidente a preocupação com um nacionalismo ou alteridade nacional, que se confunde com a imagem com a qual se busca apresentar o país para o exterior. Não há uma preocupação de integração social dos diversos setores e como a presença negra era majoritária em nossa população, era tida como responsável pelo nosso atraso econômico, social e cultural, surgindo neste período às bases da teoria do mestiçamento.

Vale destacar a efervescência dos debates da época, onde a visibilidade externa termina por superar um projeto de nação, ao mesmo tempo em que fortalece o processo de marginalização social. Mas, o processo de construção de uma identidade nacional para o exterior nos propiciou momentos estratégicos, como: o Congresso das Raças em 1911 e a realização da Semana de Arte Moderna em 1922, estes movimentos em si, evidenciam as tentativas tanto do Estado brasileiro, quanto da nossa intelectualidade de aceitação por parte da comunidade internacional – leia-se europeia e estadunidense -, em uma aproximação com os movimentos modernistas da época no mundo.

Evidentemente que estes elementos constitutivos se confundem e se complementam na conformação de um projeto de identidade brasileira, voltada exclusivamente para o exterior, visto que, internamente, mantínhamos uma política segregacionista. Tais elementos são ainda conformadores do anseio de elevar o país à modernidade e a um processo de desenvolvimento.

Estes anseios não estão descolados da realidade mundial e da pretensa superioridade ariana. O Estado brasileiro e as elites nacionais se veem impelidos a transladar conceitos e modelos societários e culturais na manutenção do seu *status quo*, construído através de séculos de escravização negra e, posteriormente, com a sua segregação e marginalização política, social e econômica.

Com o adesionismo à eurocentralidade ou o ocidentalismo, as elites nacionais não apenas buscam uma autoidentificação, como também, fugir da nossa própria

realidade, marcada por um escravagismo que se perpetuou para além de qualquer outra colônia latino americana e que não encontrou ao seu final um processo de integração, devido ao próprio desequilíbrio populacional entre nós. Os dados estatísticos populacionais apontam a disparidade étnica reinante na população brasileira, sendo necessário um processo vigoroso de ampliação de elementos brancos, sob o medo e risco de uma 'haitinização' à brasileira.

Este elemento sempre presente em nosso processo sócio histórico, não apenas justificou a grande imigração, a qual o país buscou desde 1865, antes da Lei Aurea, como também fundamentou a constante necessidade das translações conceituais, em busca de empurrar o país a uma modernidade já existente no ocidente europeu, sem que passássemos pelas fases de desenvolvimento, pelas quais estes países passaram em determinado momento.

Esta busca em torno de sua ocidentalização e aceitação, nos levou ao que Enrique Dussel, categorizou como o "encobrimento do outro", o que no caso brasileiro, podemos dizer "outros": indígenas ou povos originários, negras e negros de descendência africana, abasileirados ou crioulos, como estigmatizados durante parte do tempo e os mestiços e mestiças (oriundos/oriundas das mais diversas relações interétnicas, muitas vezes forçadas (estupros)).

Tal encobrimento, como se encontra evidenciado atualmente, só foi possível a partir da negação do outro e da supervalorização da cultura ariana/nobre, a qual negou as próprias diferenças existentes entre as diversas populações brancas advindas da Europa, em uma unidade na qual se buscou apagar as demais etnias e culturas, na busca da nossa integração mundial ao modelo societário e à manutenção do *status quo* ariano.

Destacaremos a perspectiva evidenciada da translação conceitual advinda da *intelligentsia* brasileira na conformação do pensamento social brasileiro, ao mesmo tempo em que analisaremos a proposição de redução sociológica em um confronto necessário com a sociologia exercida no Brasil, que nos impõe um sentimento de não pertencimento ou mesmo de não brasilidade. E evidenciaremos alguns dos elementos constitutivos do Grupo Modernidade/Colonialidade, percebidos anteriormente por Guerreiro Ramos, demonstrando não apenas a sua atualidade

enquanto sociólogo, como o seu protagonismo na identificação da necessidade do que ele classificou como redução sociológica, e que se encontra referenciada em vários conceitos posteriormente defendidos por este grupo.

#### 4.1 Modernidade, Ocidentalismo e Colonialidade

É preciso identificar brevemente o que é considerado o período moderno, o qual o Brasil buscou alcançar.

Para Dussel o período da modernidade se inicia em 1492 com o “descobrimento” das Américas, embora, segundo o próprio, tenha passado por um período de incubação, só desabrochando no século XVII, a partir do que ele define como “constituição histórica” da Modernidade, com o Discurso do método de Descartes.

“O ano de 1492, segundo nossa tese central, é a data do “nascimento” da Modernidade, embora sua gestação – como o feto – leve um tempo de crescimento intrauterino. A modernidade originou-se nas cidades europeias medievais, livres, centro de enorme criatividade. Mas “nasceu” quando a Europa pôde se confrontar com o seu “Outro” e controla-lo, vencê-lo, violenta-lo; quando pôde se definir como um “ego” descobridor, conquistador, colonizador da Alteridade constitutiva da própria Modernidade. De qualquer maneira, esse Outro não foi “descoberto” como Outro, mas foi “en-coberto” como o “si-mesmo” que a Europa já era desde sempre. De maneira que 1492 será o momento do “nascimento” da Modernidade como conceito, o momento concreto da “origem” de um “mito” de violência sacrificial muito particular, e, ao mesmo tempo, um processo de “en-cobrimento” do não europeu. DUSSEL, 1993, p. 08

Este encobrimento do outro, também é marcado pelo pacto entre ciência e religiosidade eurocêntrica; a partir da proibição de livros através do *Index Librorum Prohibitorum* - normativa imposta pela Igreja Católica, que se estendeu de 1515 (quando foi criada no Concílio de Latrão, sendo oficializada pelo Papa Paulo IV em 1559) até 1966 - a qual determinava o que poderia ser publicado e os livros considerados como anticlericais ou divergentes da linha Católica eram proibidos e considerados como elementos fundamentais na Inquisição.

São inúmeros os autores da época que tiveram suas obras proibidas ou foram obrigados a reescrevê-las, para não se enquadrarem como anticlericais. Caso específico de Descartes que, quando da publicação do seu Discurso do Método,

tinha várias obras inscritas no *Index Librorum Prohibitorum*<sup>37</sup>.

Por outro lado, não podemos mistificar ou mesmo reduzir o papel da Igreja Católica em todo o processo que levou aos “descobrimientos” do novo mundo e, conseqüentemente, à sua “colonização” ou exploração; principalmente no que se refere à expansão da religião católica e os meios utilizados para tal. A partir da sua própria crença, a Igreja Católica determinou que os povos pertencentes ao “novo mundo” não tinham “alma”.

Assim, a ciência e a religião caracterizam a Europa como o centro do mundo. Dussel, com base na conceituação de Hegel, nos explica a conformação desta centralidade por parte dos europeus, onde o Mar Mediterrâneo é o elemento de união. A América Latina era caracterizada como em formação, a África, dentro deste contexto, era percebida com o homem em estado bruto e a Ásia era considerada em estado de infância no seu desenvolvimento. Importante, não perdemos de vista que esta caracterização hegeliana servirá, também, para a caracterização e classificação étnica no mundo.

Esta classificação como podemos observar se encontra irremediavelmente em acordo com os interesses e linhas de pensamento da Igreja Católica, que neste período instalou na Europa Ocidental uma série de governos teocráticos, levando este período a ser considerado posteriormente como a “Idade das Trevas”, onde as imposições religiosas eram mantidas com o processo da Inquisição<sup>38</sup>.

Obviamente que o Brasil na condição de colônia portuguesa também esteve sob o olhar da Inquisição. Neste período tínhamos a religião Católica como oficial e a mesma, com a classificação supracitada, justificava a manutenção da escravização humana e a segregação dos não brancos.

“A colonização da vida cotidiana do índio, do escravo africano pouco depois,

---

<sup>37</sup> Lista de livros proibidos pela Igreja Católica, criada no Concílio de Latrão em 1515 e oficializado em 1559 pelo Papa Paulo IV. Faziam parte desta lista todas as publicações consideradas pela Santa Sé como hereges ou que apenas apresentassem pensamentos divergentes aos da Igreja.

<sup>38</sup> A Inquisição foi um conjunto de instituições e legislações, imposto pela Igreja Católica, a partir de um sistema jurídico próprio, onde buscava combater a heresia, bruxaria e atitudes desviantes; um verdadeiro manual ideológico/religioso com objetivos econômicos e sociais, que persistiu até o início do século XIX. Importante destacar que na aplicação das normativas deste processo três aspectos nos chamam a atenção, as guerras patrocinadas por estes através das cruzadas, a tortura como prática de interrogatório e a criação da listagem de livros e publicações proibidas.

foi o primeiro processo “europeu” de “modernização”, de civilização, de “subsumir” (ou alienar) o Outro como “si-mesmo”, mas agora não mais como objeto de uma práxis guerreira, de violência pura – como no caso de Cortês contra os exércitos astecas, ou de Pizarro contra os incas -, e sim, de uma práxis erótica, pedagógica, cultural, política, econômica, quer dizer, do domínio dos corpos pelo machismo sexual, da cultura, de tipos de trabalhos, de instituições criadas por uma nova burocracia política, etc. dominação do Outro. É o começo da domesticação, estruturação, colonização do “modo” como aquelas pessoas viviam e reproduziam sua vida humana. Sob o efeito daquela “colonização” do mundo da vida se construirá a América Latina posterior: uma raça mestiça, uma cultura sincrética, híbrida, um Estado colonial, uma economia capitalista (primeiro mercantilista e depois industrial) dependente e periférica desde seu início, desde a origem da Modernidade (sua “outra face”: te-ix-tli). DUSSEL, 1993, p. 51

A colonização do território/continente americano se desenvolve, assim, com a implantação do modernismo nesta região. Modernismo que se estabelece exclusivamente a partir da violência física caracterizada no seu processo inicial, e que no seu desenvolvimento, ou melhor, no avançar dos processos de colonização leva ao agravamento da violência, que se diversifica e ganha novos contornos com o rapto dos negros e negras no continente africano e todas as perversões que se instalaram no processo escravocrata.

Este processo foi descaradamente mascarado em um conluio científico e religioso, que buscou fundamentar tais processos.

“É um processo de racionalização próprio da Modernidade: elabora um mito de sua bondade (“mito civilizador”) com o qual justifica a violência e se declara inocente pelo assassinato do Outro”. DUSSEL, 1993, p. 58 e 59

Com a colonização encontramos um processo sistêmico de colonialidade que se impõe através da justificação da cultura opressora sobre a comunidade local, agora baseada não apenas na violência física, mas também na violência psicológica e na alienação religiosa.

“Agora Deus era o fundamento (Grund) do planejado. Assim como Hegel afirmava que a “religião é o fundamento do Estado”, quer dizer, Deus é a última justificação de uma ação pretensamente secular ou secularizada da Modernidade. Depois de “descoberto” o espaço (como geografia), e “conquistados” os corpos, diria Foucauld (como geopolítica), era necessário agora controlar o imaginário a partir de uma nova compreensão religiosa do mundo da vida, deste modo o círculo podia se fechar e o índio ficar completamente incorporado ao novo sistema estabelecido: a Modernidade mercantil-capitalista nascente – sendo todavia sua “outra face”, a face explorada, dominada, encoberta”. DUSSEL, 1993 p. 59 e 60

Para tanto, toda a cultura dos povos originários, bem como, todo o referencial cultural dos povos negros, arrancados e trazidos do continente africano, são

relegadas/relegados a uma situação de descrédito, ou seja, são desautorizadas, através da demonização das mesmas e da imposição da cultura opressora, branca.

“Todo o “mundo” imaginário do indígena era “demoníaco” e como tal devia ser destruído. Esse mundo do Outro era interpretado como o negativo, pagão, satânico e intrinsecamente perverso. O método da tabula rasa era o resultado coerente, a conclusão de um argumento: como a religião indígena é demoníaca, e a europeia divina, a primeira deve ser totalmente negada e, simplesmente, começar-se de novo e radicalmente a partir da segunda o ensino religioso”. DUSSEL, 1993, p. 60

Como podemos evidenciar

“(…) era uma relação assimétrica, onde o “mundo do Outro” é excluído de toda a racionalidade e validade religiosa possível. De fato, esta exclusão se justifica por uma argumentação encobertamente teológica: trata-se da superioridade – reconhecida ou inconsciente – da “Cristandade” sobre as religiões indígenas”. DUSSEL, 1993. p. 64 e 65

Este processo de exclusão do “outro” foi repetido, ou melhor, ganhou novo significado com o processo que se seguiu de escravização do ser negro, que em nosso continente foi inserido após ser sequestrado em terras africanas e que no Brasil permaneceu por mais de três séculos na condição de escravizado.

A ocidentalização forçada durante o processo de colonização, passou a ser uma alternativa ao projeto de nação brasileira, a partir da ruptura com Portugal e consequente instalação do Regime Imperial, que irá ganhar novos contornos com a instalação da República.

As evidências sócio-históricas nos mostram que com a conformação de uma sociedade nos marcos do republicanismo e na busca de incorporação do conceito moderno para as sociedades da época, o Brasil deixa de enfrentar um dos seus principais problemas, a integração social de sua população.

E em uma espécie de salto temporal, eliminando processos necessários ao seu pleno desenvolvimento, o país forja uma sociedade mantida com as bases do escravagismo, que precedeu e foi determinante na instalação do regime republicano entre nós. Assim, a mudança de regime teve pouca diferença em relação ao regime imperial e manteve a exclusão e marginalização da maioria da população, com especial destaque para a marginalização social, política, econômica das populações negras e indígenas.

Conformou-se então um modelo de sociedade para a população brasileira com extrema conjunção de elementos que arianizam, ou seja, subordinam ao “ariano”, “nobre”, “superior” em suma, branco. E assim, a ocidentalização, cujas raízes são oriundas do Império e o almejado desejo republicano de integração da nação no cenário mundial nos empurram para a busca da modernização. No entanto, esta encontra no racismo elementos que impedem a integração da maioria da população brasileira e servem como justificativa para a exploração econômica e apropriação territorial, ao mesmo tempo em que a religiosidade buscou naturalizar o domínio ariano, seja na negação das culturas não arianas, seja na conversão obrigatória da população e conseqüente aceitação do infortúnio de não ser branco.

Estas são evidências de que ciência e religião se complementam na concepção de um mundo racializado, onde os não arianos são propensos à exploração econômica, escravização e desapropriação territorial, a partir do não reconhecimento por parte da religião cristã dos povos de outras etnias e culturas, que são considerados seres não portadores da “alma cristã”.

A conformação “científica” do “arianismo latino” – no caso específico, dos brancos brasileiros - passa pela recepção calorosa durante o período imperial aos estudos de Charles Darwin e posteriormente à absorção dos conceitos darwinianos por nossa intelectualidade em busca do “encobrimento do outro”.

Tais elementos são constitutivos do que viria, ou melhor, do que veio a ser, o que chamamos de projeto de branquitude, o qual se instalou em nossa sociedade a partir da marginalização social e criminal dos/das descendentes das negras e negros escravizados e povos indígenas, que como vimos se inicia mesmo no regime Imperial, com a Lei da Terra e a Lei de Imigração.

Assim sendo, mais uma vez nos colocamos uma série de questionamentos que se impõem dentro dos conceitos apresentados na justificativa da imposição colonial e que nos limitaram a uma conceituação filosófica: o que é “alma”? Ou, o que seria “alma cristã” diante das evidências históricas da violência extrema e diversa desenvolvida nos processos de colonização?

Poderíamos então buscar respostas no interior da sociologia, mesmo esta tendo se

constituído muito tempo após tais fatos históricos: o que explica tais atos de violência? Justificam-se apenas dentro dos parâmetros conjunturais da época? Mas, como justificar tal situação, quando observamos que estes atos de violência não ficaram presos aos parâmetros conjunturais da época, ou seja, em um passado histórico longínquo e os reflexos deste passado se encontram tão presentes na atualidade de nossa sociedade e no mundo? Podemos compreender tais fenômenos apenas a partir do que Dussel cunhou como “mito violento da modernidade”.

“A modernidade percorria seu caminho civilizador, modernizador, humanizador, cristianizador!” DUSSEL, 1993 p. 163

A branquitude latina é considerada por Dussel como mestiça e explica a sua complacência com a modernidade como ele concebeu, o que vem a dialogar com a colonialidade mental, termo cunhado por Aníbal Quijano anos posteriores.

“O mestiço viverá em seu corpo e sangue a contraditória figura da Modernidade – como emancipação e como mito sacrificial. Pretenderá ser “moderno”, como seu “pai” Cortês – como a ilustração borbônica colonial do século XVIII, como o liberalismo positivista do século XIX, como o desenvolvimentismo de dependência modernizada depois da crise dos populismos e do socialismo do século XX – mas fracassará sempre ao não recuperar a herança de sua “mãe” Malinche. Sua condição de “mestiço” exige a afirmação da dupla origem – ameríndia, periférica e colonial: a vítima, a “outra face” da modernidade; e moderno pelo “ego” que se “assenhoreia” na terra de seu pai Cortês. Sendo a raça majoritária, será também o momento do “bloco social” dos oprimidos em torno do qual girará a possibilidade da realização da América Latina, mas a cultura mestiça não será o nome próprio da cultura latino-americana. De qualquer modo, o projeto de libertação levará em conta a cultura e a figura histórica do mestiço. Trata-se do “terceiro-rosto” da “outra face” da Modernidade não sofreu como o índio ou o escravo africano, mas é igualmente um oprimido dentro do mundo colonial, dentro da situação estrutural de dependência cultural, política e econômica – tanto na ordem internacional como nacional”. DUSSEL, 1993, p. 166

Ao tomarmos a citação acima, mesmo ela estando mais próxima da realidade indígena nos países circunvizinhos e não coincida completamente com a realidade brasileira, onde o massacre às populações indígenas foi mais eficaz e, assim, a população negra é mais evidente, buscamos nos referenciar na completa negação de brasilidade presente em nossa população e na inexistência de pertencimento, sempre presente na busca constante de referenciar-se no outro, ora Europa Ocidental, ora Estados Unidos.

A não compreensão ou mesmo a negação do que Dussel chama de “terceiro-rosto” compara-se à negação explícita secularmente com a pluriétnicidade brasileira,



denunciada por Guerreiro Ramos como patologia social do branco brasileiro e que denunciamos como um projeto de branquitude expresso e naturalizado através do racismo estrutural.

Projeto que evidencia a cultura brasileira de translações conceituais e de modelos societários, que nos impôs um processo de dependência total, que em sua busca de alcançar a modernidade limitou-se e limita-se a cópias de padrões societários, indiferentes ao seu próprio processo local, visto que a sua colonialidade mental não permite que se aproprie da própria realidade. E assim, condena setores populacionais a uma marginalização sistêmica.

“Por fim, o avanço “modernizador” (o do livre mercado sem planejamento algum possível desde que o “mito” da “mão de Deus” providente de Adam Smith organiza sabiamente tudo) lança os camponeses privados da possibilidade de reproduzir sua vida no campo para as cidades. Ali o “destino” do Sexto Sol (o capital) o transformará num dos outros “rostos” da outra face” da Modernidade”. DUSSEL, 1993 p. 170

“Em primeiro lugar, o “sexto rosto”, os operários. A revolução industrial – posterior ao capitalismo mercantil em sua etapa dinerária inaugurada por Portugal e Espanha desde o final do século XV, como vimos -, efetuada primeiro na Inglaterra em meados do século XVIII, chegará a se implementar na América Latina no final do século XIX. Será uma revolução industrial originalmente “dependente”. Para isso as burguesias nacionais latino-americanas (que pretendem um “projeto unitário”, ou subsuntivos dos projetos conservadores e liberais, mas nunca popular, e sim “populista”) gerirão um capital “débil”, já que transfere estruturalmente valor ao capital “central” das metrópoles (Inglaterra, principalmente e a partir de 1945 os Estados Unidos, primeiro, e depois as novas potências do capitalismo transnacional: Japão e Alemanha com o Mercado Comum Europeu). DUSSEL, 1993 p. 170

Fica evidente, a partir da citação acima, qual o papel que tem o momento pós-colonial e a colonialidade do poder na conformação histórica da nossa sociedade. Evidencia, também, o papel singular que representa o projeto de branquitude na marginalização social, política e econômica de parcela significativa da sociedade.

Importante lembrarmos o processo sistêmico de marginalização social imposto à população negra após o ato abolicionista: expulsa das antigas fazendas, nas quais vivia na condição de escravizada e jogada à sua própria sorte se viu cada vez mais marginalizada, com legislações que a imputava cada vez mais privações e distanciamento de um processo de integração social.

Este processo sistêmico, que imputou a este setor a marginalização social, econômica e política necessita e busca a sua real integração ou como nos aponta

Dussel, precisa construir a sua alteridade.

Ainda a partir da referida citação é possível entender que a opção não revolucionária, ou melhor, de soluções por cima, entre as elites dominantes, governos e círculos intelectuais fortaleceu o processo de exclusão de parcela significativa da população brasileira - mesmo não nos sendo possível identificar especificamente o seu objetivo direto na manutenção de um sistema de segregação - ao não promover um processo de integração social, - não romper com o *modus operandi* secular e com o desenvolvimento do seu projeto de branquitude, não apenas física como também social e cultural.

Esta exclusão recai quase que exclusivamente sobre as populações negras, mestiças e indígenas, as quais foram expostas por séculos ao processo de escravização e servidão.

A ausência de um projeto de nação e conseqüentemente seu desenvolvimento com a adesão ao sistema capitalista subserviente – apenas como fornecedor de matéria prima - impôs à nossa população já segregada e marginalizada a condição de "lumpem" eterno, na qual parcela significativa jamais poderá sonhar com uma superação social e criou um sistema meritocrático de qualificação aos que poderiam conquistar pequenos avanços sociais e econômicos.

“Desde 1492 até 1992, transcorre uma longa história, no tempo do “Sexto Sol, no qual esse povo latino-americano, o *“bloco social”* dos oprimidos, irá criando sua própria cultura. Causará impacto a pretensão de modernização que ignora sua própria história, já que é a outra face invisível da Modernidade. Dificilmente esse “povo” pode realizar a Modernidade da qual sempre foi a parte explorada, oprimida, a “outra face” que pagou com sua morte a acumulação do capital original, o desenvolvimento dos países centrais. Trata-se de, em nome do núcleo racional e emancipador da Modernidade (como “saída” da imaturidade, mas não culpada), negar o “mito sacrificial”, eurocêntrico e desenvolvimentista da própria Modernidade. Por isso, o “projeto libertador” (não meramente “assuntivo” porque este só pode subsumir os projetos emancipador dos crioulos, conservador dos latifúndios ou liberal dos que negam o passado indígena, afro-latino-americano e colonial) é ao mesmo tempo uma tentativa de superação da Modernidade, um projeto de racionalidade ampliada, onde a razão do Outro tem lugar numa “comunidade de comunicação na qual todos os humanos (como propunha Bartolomeu de las Casas no debate de Valladolid em 1550) possam participar como iguais, mas ao mesmo tempo no respeito a sua Alteridade, ao seu ser-Outro, “outredade” que sabe que está garantida até no plano da “situação ideal de fala” (para falar como Habermas) ou na “comunidade de comunicação ideal” ou “transcendental” (de Apel). DUSSEL, 1993 p. 172 e 173

Identificamos que, apenas a partir de um processo revolucionário que venha a romper com o *modus operandi* secular instalado no país e que passe a olhar para si, em um diálogo aberto com os mais diversos setores, entendendo-se a partir da nossa alteridade/mudança, com o devido respeito às nossas diferenças, poderemos superar este estágio de segregação.

### **A ocidentalização como hegemonia**

Procurando evidenciar o papel da ocidentalização ou da colonialidade do poder, que sempre impactou as elites e governos, é importante destacarmos a contribuição trazida por Mignolo, citando Weber, na introdução do seu livro “Histórias Locais/Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar”, que já evidencia a necessidade de se revisitar o nosso passado para se entender o nosso presente.

“Sendo produto da moderna civilização europeia, o estudioso de qualquer problema da história universal não pode deixar de indagar a que conjunto de circunstâncias deve atribuir-se o fato de que na civilização ocidental, e nela apenas, surgiram fenômenos culturais que (como nos apraz pensar) traçam uma linha de desenvolvimento dotada de valor e significação universal”.  
MIGNOLO, 2020, p. 24

A partir desta citação se faz mais do que necessário compreender a constituição do processo que Quijano chamou de colonialidade do poder e suas consequências no desenvolvimento da sociedade brasileira, no que se refere às populações indígenas, negras e mestiças.

“A colonialidade do poder implica e se constitui, segundo Quijano (1977), por meio do seguinte:

1. A classificação e reclassificação da população do planeta – o conceito de “cultura” torna-se crucial para esta tarefa de classificar e reclassificar.
2. Uma estrutura funcional institucional para articular e administrar tais classificações (aparato de Estado, universidades, igreja etc.)
3. A definição de espaços adequados para esses objetos.
4. Uma perspectiva epistemológica para articular o sentido e o perfil da nova matriz de poder e a partir da qual canalizar a nova produção do conhecimento”. MIGNOLO, 2020, p. 41

A partir da classificação acima, podemos compreender o que, como e o porquê de um sistêmico processo de segregação, que se instalou nas antigas colônias espanholas e portuguesas, bem como, o agravamento do sistema segregacionista da sociedade brasileira, o qual não se limitou apenas a uma segregação interna,

mas, também, na sua relação com as comunidades ou países circunvizinhos.

“O eurocentrismo torna-se, portanto, uma metáfora para descrever a colonialidade do poder, na perspectiva da subalternidade. Da perspectiva epistemológica, o saber e as histórias locais europeias foram vistos como projetos globais, desde o sonho de um *Orbis universalis christianus* até a crença de Hegel em uma história universal, narrada de uma perspectiva que situa a Europa como ponto de referencia e de chegada. A história universal contada por Hegel é uma história universal na qual a maioria dos atores não teve a oportunidade de ser também narradores”. MIGNOLO, 2020, p. 41

A busca da herança europeia e a eurocentricidade do governo brasileiro e das elites nacionais fizeram com que a translação conceitual acrítica e translações de modelos societários se impusessem no interior da nossa sociedade. Ademais, o abandono, omissão criminosa e mesmo a necessidade de se sentir diferenciada da própria população local levaram as elites brasileiras, na não construção de sua própria identidade, a um sentimento de não pertencimento e não brasilidade. Estes elementos constituem-se como básicos na negação de si mesmas e, obviamente, na consecução de seu projeto de branquitude e consequente marginalização e criminalização do outro, ou ainda, dos não-brancos.

A absorção de uma universalidade, a partir do eurocentrismo, através de seus sistemas políticos, econômicos, sociais nos remeteu a uma não construção identitária – no que se refere a uma identidade própria enquanto nação, chamada por Manoel Bomfim de brasilidade - e consequentemente, à negação de nós mesmos e da nossa própria história no mundo.

Este fenômeno é constatado no período que antecedeu o golpe militar brasileiro de 1964, por diversos estudiosos. Tem significativa importância a constatação de Guerreiro Ramos, que pontua entre estes elementos de negação a questão do racismo e/ou a não integração negra.

“A atual impossibilidade ou falta de credibilidade de histórias universais ou mundiais não é postulada por uma teoria pós-moderna, mas pelas forças econômicas e sociais a que geralmente nos referimos como globalização e pela emergência de formas de conhecimento que foram subalternizadas nos últimos quinhentos anos, dentro dos projetos globais mencionados – isto é, durante o projeto de expansão planetária que aqui chamo de colonialismos modernos e de modernidades coloniais. Entendo aqui “colonialidade” tão-somente o lado reverso e inevitável da “modernidade” – seu lado sombrio, como parte da lua que não enxergamos quando a observamos da terra. A colonialidade traz para o primeiro plano a coexistência e interseção tanto dos colonialismos modernos quanto das modernidades coloniais (e, obviamente, a multiplicação das histórias locais que substituem a história mundial ou

universal) na perspectiva dos povos e histórias locais que têm de confrontar o colonialismo moderno”. MIGNOLO, 2020, p. 46 e 47

O texto acima nos mostra o quão de protagonismo encontramos nas constatações de Guerreiro Ramos, como também a firmeza e objetividade constantes em suas observações, em uma época onde não tínhamos avanços como os movimentos de modernidade e pós-modernidade.

“O conceito necessário, que ultrapassa os anteriores, de colonialidade/modernidade implica na necessidade, de construir macronarrativas na perspectiva da colonialidade. Essas narrativas não são a contrapartida da história mundial ou universal (seja ela sagrada como a história cristã ou secular como a de Hegel), mas uma ruptura radical com tais projetos globais. Não são (ou, pelo menos não apenas) nem narrativas revisionistas nem narrativas que pretendam contar uma verdade diferente, mas, sim, narrativas acionadas pela busca de uma lógica diferente”. MIGNOLO, 2020, p. 47

“A expansão ocidental posterior ao século 16 não foi apenas econômica e religiosa, mas também a expansão de formas hegemônicas de conhecimento que moldaram a própria concepção de economia e de religião. Em outras palavras, foi a expansão de um conceito “representacional” de conhecimento e cognição (Rorty, 1982), que se impôs como hegemonia epistêmica, política e ética”. MIGNOLO, 2020, p. 47

Tal entendimento, favorece a compreensão do quanto a translação conceitual e societária impactaram com a colonialidade do poder – conceitos introduzidos posteriormente às conclusões apontadas por Guerreiro Ramos – e fortaleceram o processo sistêmico de segregação ou projeto de branquitude imposto à sociedade brasileira.

“Quijano introduziu o conceito de colonialidade, enquanto Enrique Dussel, concebeu a ideia diferente mas complementar de transmodernidade. O que esses dois conceitos têm em comum, no entanto, é o sentimento de que o sistema mundial moderno ou modernidade está sendo pensado do “outro extremo”, ou seja, a partir da ideia de “modernidades coloniais””. MIGNOLO, 2020, p. 81

Como podemos observar, pensadores/autores como Manoel Bomfim e Guerreiro Ramos<sup>39</sup>, entre outros, que tiveram e têm seus pensamentos dissonantes da corrente hegemônica intelectual, são criminalmente omitidos ou mesmo esquecidos em virtude da “tradição” brasileira de translação conceitual, demonstrando assim,

<sup>39</sup> A citação explícita de Manoel Bomfim e Guerreiro Ramos se justifica pelas defesas apresentadas por ambos, cada um em seu tempo, nas análises conjunturais; nas quais, brasilidade e relações de integração com a comunidade circunvizinha, por parte de Bomfim; e, o pensar a integração socioeconômica dos diversos setores sociais, especialmente da comunidade negra, por parte de Guerreiro Ramos, são os elementos na contramão das correntes hegemônicas, que se consideravam ou se considera herdeiras do eurocentrismo, em seu projeto de branquitude.

que apenas os conteúdos advindos dos centros ocidentais são portadores de valor.

Importante destacar que estes autores não apenas escreveram tendo como centro a realidade brasileira, mas que nas suas contribuições teóricas existiu o diálogo com teorias e conceitos produzidos externamente. Obviamente tais diálogos se desenvolviam de maneira crítica à absorção transladada acriticamente como forma de impor modelos que não coadunavam/coadunam com a realidade local do povo brasileiro.

“A colonialidade do poder sublinha a organização geoeconômica do planeta, a qual articula o sistema mundial colonial/moderno e gerencia a diferença colonial. Essa distinção permite a Quijano ligar o capitalismo, através da colonialidade, ao trabalho e à raça (e não apenas à classe), bem como ao conhecimento:

A colonialidade do poder e a dependência histórico estrutural implicam ambas a hegemonia do eurocentrismo como perspectiva epistemológica ... No contexto da colonialidade do poder, a população dominada, nas novas identidades que lhes haviam sido atribuídas, foram também submetidas à hegemonia eurocêntrica como maneira de conhecer [Quijano explica como “Índio” e “Negro” foram identidades homogeneizantes estabelecidas pela colonialidade do poder, apagando a diversidade das identidades “índia” e “negra”]. (Quijano, 1997: 117) MIGNOLO, 2020, p. 83

As citações acima nos mostram não apenas o protagonismo de autores como, Manoel Bomfim e Guerreiro Ramos em suas épocas, como também, a complementariedade e cumplicidade inerente nos processos de translações conceituais e societárias, onde estas são complementárias em um processo de marginalização social e de segregação.

Não podemos perder de vista que este processo secular se impõe sem que tenhamos a perspectiva de sociedades realmente independentes ou mesmo o reconhecimento da pluralidade social existente no mundo, estando estas presas em um sistema mundo de dependência político financeira e quando não religiosa, o qual se complementa em um processo de imposição sistêmica de modelos societários.

“A outra razão é que, por um lado, a teoria da dependência “precedeu” em alguns anos a metáfora de Wallerstein do sistema mundial moderno como um relato feito do ponto de vista da modernidade. Por outro lado, foi “seguida” – na América Latina – por uma série de reflexões (na filosofia e nas ciências sociais) na perspectiva da colonialidade. Quijano e Dussel têm ambos uma dívida com o impacto da teoria da dependência em sua crítica ao “desenvolvimento” como o novo formato assumido pelos projetos globais, uma vez que, com o crescente processo de descolonização, a “missão

civilizadora” estava chegando ao fim. Embora a teoria da dependência tenha sido atacada de diversas frentes (Cardoso, 1977), é importante não perder de vista o fato de que, na perspectiva da América Latina, a teoria colocou na agenda, clara e incisivamente, problemas implicados na ideia de “desenvolver” países do Terceiro Mundo. O impacto da teoria da dependência sobre a filosofia latino-americana foi também apreciável”. MIGNOLO, 2020, p. 84

Observamos que o avanço do que é chamado de período moderno ou Idade Moderna na sociedade mundial, buscará se adequar ao próprio processo evolutivo das nações europeias fortalecido por suas colônias e ex-colônias, ou seja, sairemos gradativamente do processo civilizador e cristianizador para um processo sistêmico de subserviência econômica dos referidos países, tendo nestes governos, a subserviência ao modelo societário econômico, logo, um novo colonialismo, ou como tituló Quijano, uma colonialidade do poder.

“A emergência da “missão civilizadora”, que desloca a “missão cristã” do colonialismo inicial resume essa mudança no sistema mundial moderno e estabelece a primeira articulação de fronteiras internas: as fronteiras entre dois impérios em decadência (Espanha e Portugal) a ascensão do Império Britânico e do colonialismo francês e a consolidação da Alemanha como uma terceira nação poderosa na Europa Ocidental. Os padrões de conhecimento e sua exportação foram estabelecidos principalmente nesses países e nessas três línguas”. MIGNOLO, 2020, p. 86

A conformação da centralidade da Europa Ocidental, assim, é imposta através do estabelecimento dos padrões societários, de conhecimento, mas não apenas este, como temos tratado no decorrer deste estudo. Encontra-se ainda na centralidade eurocentrica a imposição do elemento branco, do padrão cultural e o mais violento de todos, que conjugado com os demais elementos terminam por subsidiar a fundamentação do racismo, que é a subserviência econômica. Resumindo, os países fora do eixo imperialista são fornecedores de matérias primas e mão-de-obra barata. E, tendo como referência a realidade das ex-colônias na América Latina, em geral são geridos por uma elite que se conformou através dos processos sócio-históricos e se apossou dos governos locais; e encontram nesta subserviência econômica e nas translações conceituais e de modelos societários formas de sua manutenção no poder local e exclusão dos demais setores da sociedade, secularmente marginalizados.

“O ocidentalismo foi uma construção transatlântica precisamente no sentido em que as Américas foram concebidas como a expansão da Europa, a terra ocupada pelos descendentes de Jafé, cujo nome traz inscrito ser próprio destino “fôlego”, “crescimento” e, como tal, eles reinarão sobre Sem (localizado na Ásia) e Cam (“forte não saberia mas em determinação”,

localizado na África) (Hay, 1957: 12)". MIGNOLO, 2020, p. 89

"O ocidentalismo em outras palavras, é o imaginário geopolítico dominante do sistema mundial colonial/moderno, ao qual o orientalismo foi anexado em sua primeira transformação radical quando o centro do sistema se deslocou da Península Ibérica para o Mar do Norte, entre a Holanda e a Grã-Bretanha". MIGNOLO, 2020, p. 89

A absorção do ocidentalismo por parte das ex-colônias, através das suas elites, impôs às referidas sociedades ou comunidades já segregadas durante o processo de colonização, um processo sistêmico de translações conceituais, o qual não apenas nos impôs um sistema segregacionista mas, compreende a conformação de um padrão societário branco e cristianizado de sociedade em completa marginalização e criminalização de outras formas de cultura e pensamento.

No caso específico brasileiro, isso compreende a conformação do projeto de branquitude esboçado a partir do processo imigratório que antecedeu a "abolição da escravatura" e que direta ou indiretamente se estende até aos nossos dias.

Este processo, portanto, não pode ser desvinculado da concepção de humanidade construída pelo próprio ocidentalismo, com seus processos "científicos" de racialização mundial, representado pelas teorias eugênicas, amplamente incorporadas pelas elites locais dos países "colonizados".

A translação conceitual se tornou hegemônica diante da cumplicidade dos mais diversos setores sociais, que ao negar um olhar para a sua própria realidade societária e cultural, buscou fortalecer um projeto de sociedade segregadora, tendo como finalidade a sua perpetuação como elite, em detrimento da integração social, política e econômica de parcela significativa desta mesma sociedade, historicamente criminalizada.

"Essa é uma exterioridade que deverá ser descentralizada de suas determinações dominantes, de tal modo que possibilite refletir para além da ontologização de uma área a ser estudada e caminhar para uma reflexão sobre a historicidade das diferenças. Nesse sentido, uma dupla crítica é a crítica dos discursos imperiais (a exterioridade a partir da qual se construiu o Maghreb enquanto área), bem como dos discursos que afirmam a identidade e as diferenças articuladas nos e pelos discursos imperiais (Khatibi, 1983; 39)

Neste ponto, a dupla crítica é uma estratégia crucial para a construção de macronarrativas na perspectiva da colonialidade. (...) Na perspectiva da colonialidade, as macronarrativas são precisamente os lugares nos quais "um outro pensamento" poderia ser implementado, não para dizer a verdade em oposição às mentiras, mas para pensar de outra maneira, caminhar para



“uma outra lógica” – em suma, para mudar os termos, e não apenas o contexto da conversação”. MIGNOLO, 2020, p. 103

Esta busca de diálogo na construção de outra lógica, onde a pluriétnicidade e diversidade cultural possam ser respeitadas, é que vem sendo procurada ao longo desta pesquisa e que não poderá deixar de ser perseguida enquanto não tivermos uma sociedade verdadeiramente democrática, onde o silenciamento do outro não mais exista.

“Sociedades silenciadas são, é claro, sociedades em que há fala e escrita, mas que não são ouvidas na produção planetária de conhecimento, orientadas pelas histórias locais e as línguas locais das “sociedades silenciadoras” (isto é, desenvolvidas)”. MIGNOLO, 2020, p. 105

O silenciamento não poderá mais ser rompido de tempos em tempos, por uma parcela de autores contra hegemônicos, que se irrompem contra a naturalização da segregação; necessita ser um processo permanente de construção do conhecimento desde o ensino fundamental, nos proporcionando a construção de uma revolução cultural que nos projete a uma sociedade equitativa.

A ausência de uma ruptura revolucionária na sociedade brasileira e o seu sistêmico alinhamento ao sistema mundo capitaneado pelo modelo eurocêntrico, não apenas nos empurrou a um complexo processo de subserviência político-econômica, como também, não favoreceu a construção de um pensamento sociológico a partir da nossa própria realidade. Sendo que estes, sistema econômico e eurocentrismo baseado nas translações conceituais e societárias, terminam por se auto alimentarem na manutenção deste sistema segregador, tão naturalizado entre nós, que muitas vezes terminam por passar despercebidos, mesmo no interior de centros de excelência como as universidades.

“As “Índias Ocidentales”, depois América e finalmente América Latina, foram duplamente constitutivas da modernidade através de sua particular diferença colonial. Em primeiro lugar, no século 16, a “descoberta” da América contribuiu para a formação do mundo colonial/moderno. Em segundo lugar, no início do século 19, as Américas contribuíram para constituir o segundo estágio da modernidade/colonialidade. Embora a “história” tenha enfatizado a Revolução Francesa, o Iluminismo, e a formação dos modernos estados-nações, a descolonização nas Américas caminha de mãos dadas com a história mais curta da modernidade (do século 18 até hoje). MIGNOLO, 2020, p. 177 e 178

Não nos enxergando como parte fundante ou integrada na ‘nova’ realidade do que se denominou como período da modernidade, apenas coexistimos subalternamente,

reafirmando “conceitos” ultrapassados para a nossa realidade local, os quais são incorporados até mesmo sem uma análise acerca da cientificidade dos mesmos, visando apenas a busca da manutenção de determinados *status quo*, de uma parcela muito pequena da nossa sociedade.

“O resultado final é que a imagem atual da América (Latina) foi mapeada sobre os legados coloniais da primeira modernidade (isto é, o período do moderno inicial dos historiadores dos “Anais”) que é sobretudo o do século 16, quando se estabeleceu o circuito comercial Atlântico. Essa é a fundação econômica do sistema mundial moderno, que se tornou um componente esquecido e silenciado depois que a história da segunda modernidade (aproximadamente do século 17 até a Primeira Guerra Mundial) entrelaçou-se com a historiografia nacional dominada pela Inglaterra, França e Alemanha. MIGNOLO, 2020, p. 182

A não compreensão do nosso lugar no mundo, da nossa contribuição para o momento em que a sociedade mundial se coloca, não apenas nos anula em um processo sistêmico de subserviência política, cultural e econômica, como também condena a própria humanidade a não despertar para outras formas de se ver em sociedade. A negação de nós mesmos termina, como nos coloca Dussel, no desconhecimento do outro, mesmo com a convivência com a diversidade.

“Foram também produto de uma nova configuração de um campo imperial de forças: Espanha e Portugal em decadência; França e Inglaterra em seu período imperial hegemônico; e os Estados Unidos, com uma clara perspectiva de seu “destino manifesto” e projeto de futuro do poder imperial. A identidade “latino-americana”, como qualquer outra identidade geopolítica e étnica, resultou de um duplo discurso: o discurso de alocação do estado imperial de identidade filtrado até a sociedade civil, e o discurso de recolocação produzido a partir dos setores da sociedade civil (isto é, intelectuais, movimentos sociais) que discordavam do primeiro. Dentro das forças, dominantes do sistema mundial moderno do século 19, a identidade “latino-americana” era pós-colonial. No contexto histórico que descrevi na seção anterior os Estados Unidos também partilhava de uma mentalidade “pós-independência””. MIGNOLO, 2020, p. 185

Entendemos que, mesmo presos em uma realidade de colonialidade do poder, na qual as elites brasileiras e governos ainda se encontram - ainda que por defesa do seu *status quo* e medo das diferenças advindas do reconhecimento e respeito ao outro - somos frutos de um processo constitutivo de uma nova realidade mundial, forjados nas diferenças culturais e étnicas que predominam em nossos territórios, enquanto América Latina, e ainda mais em solo brasileiro.

A pós-colonialidade intrínseca nos povos da América Latina no pós-independência, mesmo não sendo esta implícita nas elites nacionais, governantes e intelectuais que

veem na colonialidade do poder e na translação conceitual acrítica uma forma de resistência à sua branquitude ou ao projeto de branquitude; e, o consequente sistema segregacionista, são as heranças que nos conduzem e que são exaltadas nas lutas contra hegemônicas por diversos autores no decorrer da nossa história, nem sempre lembradas.

Buscamos neste resgate, contribuir na compreensão da atualidade de Guerreiro Ramos, tanto no que se refere à sua concepção de brasilidade, como na sua luta de combate ao racismo, através da integração social do elemento negro a partir de um projeto nacional de desenvolvimento econômico e social.

#### **4.2 Brasilidade e a Redução Sociológica**

Como é possível identificar, a negação de brasilidade se encontra intrínseca à colonialidade do poder, a qual é constituída tanto por nossa subserviência econômica dentro do sistema capitalista, como pela translação conceitual acrítica, que se desenvolveu desde remotos tempos. E ambas terminam por dar conformação ao projeto de branquitude, que por sua vez determina o processo sistêmico de segregação e marginalização das populações negras, mestiças e indígenas.

Este processo de autonegação da sociedade brasileira, ao longo do tempo histórico, perpassando por suas diversas fases (império e república), encontra-se interligado à ausência de um projeto nacional e à busca constante de europeização. As elites brasileiras buscam a autoafirmação ariana nas relações com a Europa Ocidental e Estados Unidos, em conformidade com o período histórico.

Guerreiro Ramos apresenta a nossa base referencial, no prefácio à segunda edição do seu livro, *A Redução sociológica...*

“A sociologia não é especialização, ofício profissional, senão na fase da evolução histórica em que nos encontramos, em que ainda perduram as barreiras sociais que vedam o acesso da maioria dos indivíduos ao saber. A vocação da sociologia é resgatar o homem ao homem, permitir-lhe ingresso num plano de existência autoconsciente. É, no mais autêntico sentido da palavra, tornar-se um saber de salvação”. GUERREIRO RAMOS, 1965, p. 15

No nosso entendimento, como pode ser analisado, fez-se necessário pontuarmos

mesmo que brevemente os processos conjunturais pelos quais passamos em nosso tempo histórico, tanto em nível mundial como local, para que tenhamos um quadro o mais próximo possível da realidade na qual estamos defendendo as nossas posições.

É dentro deste turbilhão conjuntural de avanço do capitalismo e, conseqüentemente, avanço do imperialismo estadunidense no pós-segunda guerra mundial, que vemos surgir no interior do desenvolvimentismo brasileiro, proposições de construções alternativas ao alinhamento acrítico à dualidade existente entre os blocos capitalista e comunista, com a construção de um terceiro bloco que viesse a unificar os países “periféricos”, esta alternativa esboçada como já vimos pelo ISEB.

A conformação desta proposta surge a partir da lógica, do pensar a partir da sua própria realidade, ou melhor, por si, sem que despreze os conceitos “universalizados”. A proposição se baseia em interpretações críticas dos referidos conceitos universalizados, as quais diante da realidade local têm como objetivo contribuir com a construção de um processo real de integração social, o que passou a ser duramente combatido pelas correntes hegemônicas dos intelectuais brasileiros.

Relembramos mais uma vez que, Guerreiro Ramos apresentou durante o II Congresso Latino-americano de Sociologia em 1953, realizado no Rio de Janeiro e em São Paulo, os primeiros ensaios do que veio a ser o conceito de “redução sociológica”, o qual sofreu duro combate, principalmente por parte da delegação brasileira, liderada pelos uspianos, que em seus posicionamentos contrários não fundamentavam as suas posições, apenas alegavam, em sua maioria, a perda de financiamentos.

Faz-se necessário, ainda, destacar que no início do século XX, o cenário internacional é atingindo de forma impactante com a Revolução Russa, que passa a ameaçar a eurocentricidade até aqui intacta. Esta revolução, entre outras coisas, traz alguns questionamentos, como o valor da humanidade e a indissociabilidade do valor individual do coletivo, incentivando assim, diversas lutas nos principais centros europeus. A Alemanha foi um dos principais centros de resistência aos ventos socializantes produzidos pela Rússia, o que levou ao surgimento do nacionalismo exacerbado e posteriormente à aparição ou crescimento do fascismo e do nazismo.

O cenário conjuntural produzido com a segunda guerra mundial, as intervenções estadunidenses na tentativa de boicote à instalação da indústria petrolífera brasileira, as alianças comerciais com alemães e japoneses e o anseio de aceleração da industrialização nacional e conseqüentemente o desenvolvimento do país, deu lugar a uma política de não alinhamento automático aos blocos em guerra, favorecendo o surgimento de uma política externa de busca de vantagens, que trouxessem o sonhado desenvolvimento brasileiro. Esta política sofreu alteração significativa com a concessão de financiamentos dos projetos nacionais e com o ataque sofrido pela Marinha brasileira, levando o Brasil a apoiar os aliados durante a segunda guerra.

Importante destacar a leitura de Guerreiro Ramos quanto a este período...

“Na década de 1930-1940, começa a delinear-se como força política o proletariado brasileiro que, em nossos dias, constitui a base eleitoral de um dos maiores partidos do Brasil: o Partido Trabalhista Brasileiro.

As lutas eleitorais posteriores à deposição de Getúlio, amadurecimento do proletariado brasileiro, sobretudo no meio urbano. É esse contingente que garante a eleição de Vargas como senador em 1945, a sua reeleição à Presidência da República em 1950 e, bem assim que, através das eleições de 1955, dá a vitória ao candidato à Presidência da República cujo programa parece mais coadunar-se com seus interesses.” GUERREIRO RAMOS, 1995, p. 74

Importante destacar que a conjuntura internacional tem impactos importantes nas relações sociais brasileiras, seja na sua oscilação diante do seu projeto de branquitude e integração nacional, como nos passos que constituíram a branquitude enquanto projeto nacional, mesmo este sendo combatido pelas organizações negras da época.

Assim, a luta pelo desenvolvimento nacional brasileiro e a construção de um processo de integração social da sua população são cruciais no período imediatamente após a segunda guerra mundial até o golpe militar de 1964.

Obviamente que o processo de industrialização pelo qual passa o país, principalmente a partir da década de 1930, nos conduz a uma grande transformação interna, a qual nos leva a um processo de urbanização e amplia significativamente o comércio interno, levando a uma conscientização política desta população.

“A população brasileira descobriu a partir de sua integração no âmbito de interações surgido no país graças à formação do mercado interno”.

GUERREIRO RAMOS, 1965, p. 73

“A ambiência urbana, à diferença da rural, insere o indivíduo numa trama de relações nas quais se registra considerável carga de cálculo. São relações que estimulam o individualismo, a competição, a capacidade de iniciativa, o interesse pelos padrões superiores de existência. A tensão constitutiva da vida urbana traduz-se naturalmente em politização acentuada, tornando decisiva a participação popular nas várias formas de atividades diretivas da sociedade. GUERREIRO RAMOS, 1965, p. 74

Como sabemos é neste período e em plena segunda guerra mundial que temos o surgimento do Teatro Experimental do Negro. Mesmo não sendo possível analisarmos neste trabalho de pesquisa, nos questionamos: quanto a tergiversação nas políticas externas do governo brasileiro poderá ter contribuído para a força que adquiriu esta organização e demais organizações negras no impulsionamento de uma maior integração social do elemento na nossa sociedade?

No entanto, não podemos deixar de ressaltar que parte significativa da “pequena burguesia” buscou aliar-se à direita tradicional tendo como canal de ligação o movimento Integralista, que mesmo após sua extinção oficial desenvolveu grande influência nos círculos políticos da época. E que era assim classificada por Guerreiro Ramos “a classe média no Brasil é, de grosso modo, uma força reacionária domesticada por uma ideologia reformista e moralista.” GUERREIRO RAMOS, 1995, p. 75

Estas transformações econômicas e sociais por que passamos durante este período, nos trouxeram grande tensão em todos os níveis. Politicamente vemos decrescer significativamente a influência dos setores rurais e surgir novas classes políticas como os industriais, os comerciantes e a população organizada em diversos campos sociais.

“A evolução política do Brasil é uma ilustração destas referências conceituais. É fácil verificar que a classe latifundiária, hoje em processo de perda crescente de representatividade política, cujo poder é atualmente maior do que sua importância econômica, isto graças a uma certa usurpação histórica, teve no Brasil a sua fase de ascensão, domínio e decadência. Como classe ascendente fez a independência do país, em 1822, e organizou o Estado nacional. Foi assim esquerda tão logo se diferenciou como uma classe para si do capitalismo português, e contra esse lutou. Foi classe dominante, e assim ocupou o centro da sociedade política nacional, de 1822 a 1930, data em que se torna perceptível o seu declínio, imposto pela ascensão de nossa burguesia industrial. E nestes dias já se descortina como possível uma aliança (que parece esboçada na última eleição presidencial de 1955) do proletariado com a burguesia industrial numa luta contra os seus inimigos comuns. GUERREIRO RAMOS, 1995, p. 67

Entre esses inimigos comuns, é necessário esclarecer, só se coloca a classe latifundiária enquanto, perseguindo vantagens de seu interesse imediato e exclusivo, permanece aliada de certas forças econômicas externas, ou resista à ampliação da área de comercialização de nossos produtos". GUERREIRO RAMOS, 1995, p. 68

Estas mudanças também se refletem no âmbito das ciências sociais, que se limitava até então a uma mera translação conceitual, como pontua Guerreiro Ramos...

"Até agora, considerável parcela de estudiosos se conduziu sem se dar conta dos pressupostos históricos e ideológicos do seu trabalho. Sua conduta era reflexa e se submetia passiva e mecanicamente a critérios oriundos de países plenamente desenvolvidos. GUERREIRO RAMOS, 1965, p.80

É neste contexto conjuntural de transformações socioeconômicas marcantes no interior da sociedade brasileira e de avanço das ciências sociais que surge com Guerreiro Ramos, a partir de uma ação inédita, e se torna protagonista um olhar sociológico a partir da realidade local.

Ao pautar a redução sociológica, Guerreiro Ramos, destaca que "a consciência crítica emerge de condições sociais gerais e estruturais, a industrialização e seus principais efeitos, a urbanização e a melhoria dos hábitos populares de consumo". GUERREIRO RAMOS, 1965, p. 18

Concluimos, com base nas evidências de situações vivenciadas por Guerreiro Ramos, que ele chega a esta conclusão a partir da sua própria realidade, visto que, após a conclusão do curso em Ciências Sociais ele passa a compor o quadro do DASP, onde desenvolve um maior aprofundamento sobre a realidade conjuntural brasileira, principalmente no que se refere à nossa população.

Posteriormente veremos a sua integração ao Grupo de Itatiaia e em seguida ao ISEB, onde passa a desenvolver junto com outros tantos intelectuais uma série de estudos sobre a realidade brasileira e a busca de superação do estágio em que nos encontrávamos, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento nacional.

Por outro lado e talvez mais importante, para o nosso trabalho, a sua consciência étnico-racial ao se integrar ao TEN e neste passar a desenvolver juntamente com demais membros do TEN uma série de atividades, que não levassem apenas à conscientização e desenvolvimento do elemento negro, mas também, buscasse conformar uma nova consciência sobre as relações raciais brasileiras, como já vimos

em uma série de atividades que envolveram os maiores intelectuais deste período envolvidos com as relações étnico-raciais.

Entendemos que estes elementos são fundamentais na conformação da sua tese de Redução Sociológica, tendo em vista a observação e o combate às translações conceituais acríticas e societárias desenvolvidas pelo Brasil até então e a real necessidade de construção de uma nação, no extremo rigor da palavra.

“(A Redução sociológica), forma-se em dadas circunstâncias, uma “consciência crítica”, que já não mais se satisfaz com a “importação” de objetos culturais acabados, mas cuida de produzir outros objetos nas formas e com as funções adequadas às novas “exigências históricas”, produção que não é apenas de “coisas”, mas também de ideias. GUERREIRO RAMOS, 1965, p. 19 e 20

Verificamos que a conjuntura internacional e o próprio momento em que vive o país são as bases fundamentais da necessidade de consolidação da nação, a qual, fugindo da lógica colonial, busca a construção de um país desenvolvido econômica e socialmente, politicamente enraizado na democracia e independente das amarras tanto imperialistas representadas pelos EUA, quanto do bloco soviético, ou seja, um país que mesmo dentro dos marcos do capitalismo não estivesse atrelado a setores imperialistas dominantes.

“A colônia é, por definição, instrumento da metrópole. Quando porém, um povo passa a ter projeto, adquire uma individualidade subjetiva, isto é, vê-se a si mesmo como centro de referências”. GUERREIRO RAMOS, 1965, p. 71

Como podemos observar na citação acima, a preocupação de independência e desenvolvimento nacional é uma constante na produção de Guerreiro Ramos, na qual está implícita a sua defesa maior, do exercício prático intelectual, ou melhor dizendo, uma sociologia militante, a qual não se limitasse a especulações societárias. Para ele, o sociólogo tinha ou tem o dever de contribuir na solução dos problemas de seu país.

“No domínio restrito da sociologia, a redução é uma atitude metódica que tem por fim descobrir os pressupostos referenciais, de natureza histórica, dos objetos e fatos da realidade social. A redução sociológica, porém, é ditada não somente pelo imperativo de conhecer, mas também pela necessidade social de uma comunidade que, na realização de seu projeto de existência histórica, tem de servir-se da experiência de outras comunidades”. GUERREIRO RAMOS, 1965, p. 81 e 82

Esta sociologia militante só poderá ser aplicada a partir do reconhecimento sócio-



histórico, da identificação dos males, de modo que possa nos conduzir a um processo de superação e conformação de outra realidade. Para tanto, ele elenca elementos que definem o que é a redução sociológica:

1. É uma atitude metódica;
2. Não admite a existência na realidade social de objetos sem pressupostos;
3. Postula a noção de mundo;
4. É perspectivista;
5. Seus suportes são coletivos e não individuais;
6. É um procedimento crítico-assimilativo da experiência estrangeira;
7. Embora seus suportes coletivos sejam vivências, a redução sociológica é atitude altamente elaborada. GUERREIRO RAMOS, 1965, p. 82, 83 e 84

“A redução sociológica se opõe à transplantação literal. A prática das transplantações literais, largamente realizadas nos países de formação colonial como o Brasil, implica a concepção ingênua de que os produtos culturais produzem os mesmos efeitos em qualquer contexto”. GUERREIRO RAMOS, 1965, p. 100

Ao observarmos os elementos constantes na definição do que é a redução sociológica detectamos o seu papel revolucionário e comprometido com o desenvolvimento do país e, conseqüentemente, com a busca de superação do estágio de segregação no qual se encontrava e continua a se encontrar parcela significativa de nossa sociedade. Não se limita à crítica social e está imbuída de uma contribuição para um novo conceito de sociedade, em específico a sociedade brasileira.

“São de capital importância no presente estudo, os esclarecimentos que nos oferece o conceito contemporâneo do mundo. A atual teoria filosófica do mundo é tributária das indagações de pensadores alemães a respeito do que são as visões de mundo. (...) A visão do mundo, apesar disso, é um sistema porque é configuradora de atos e ideias, tem organicidade. (...) Vivemos necessariamente a visão de mundo de nossa época e de nossa nação. (...) É a partir de um engajamento vital que as coisas adquirem sentido para nós. E o alcance de nossa relação vital quotidiana não é algo cuja eliminação fosse desejar. Nada para o homem teria sentido se não pudesse ser referido a um engajamento vital. Este é, portanto, condição para que as coisas tenham sentido”. GUERREIRO RAMOS, 1965, p. 115

A necessidade do pensar a partir de si mesmo é uma constante e as translações conceituais e societárias são vistas como não colaboradoras para a conformação da sociedade brasileira.

Obviamente encontramos nesta luta contra-hegemônica o enfrentamento às diversas concepções de sociedade amplamente defendidas entre nós. Se de um lado, a aliança ao sistema imperialista estadunidense se mostra promissora para a elite

nacional e governo, do outro lado, a perspectiva de implantação dos conceitos socialistas também se vê como promissora, principalmente após o sucesso com a Revolução Cubana. Assim, como podemos verificar, os elementos conjunturais internacionais permanecem tendo fortes influências sobre a conjuntura local.

“Tenha ou não consciência disso, o homem não é um termo isolado da realidade histórico-social. Esta é uma totalidade em que está implicado. Todo fazer humano implica uma “interpretação” das coisas que manipula, como todo teorizar é extensão do fazer ao nível da representação. (...) Supor que o homem teoriza primeiro e age depois é incorrer em erro. O homem não se esgota no pensar, é também sentir e querer. O pensar é apenas um aspecto particular da vida, que consiste em converter em objeto determinado conteúdo do agir humano. A nova teoria, resultante do esforço de pensar, era, no agir humano, uma virtualidade. É precisamente a reflexão que torna explícita e exprime, de modo elaborado, a virtualidade implícita no agir humano” GUERREIRO RAMOS, 1965, p. 116

Ao negarem a redução sociológica, está implícito o medo de uma ruptura com o projeto de branquitude. Os elementos internacionais que sempre foram definidores das translações conceituais se encontram em conflito; se por um lado vemos o movimento cada vez mais forte de independência dos países africanos, que se encontravam sob o jugo europeu, por outro lado, também, vemos irromper na América Latina movimentos de alteridade e a busca de soluções internas para a colonialidade do poder, enquanto os Estados Unidos passam pelo momento de lutas internas de reconhecimento dos direitos civis da população negra. Tais elementos são basiladores de um não pensar a partir de nós mesmos, pois não permitem um pensar fora do quadro estabelecido, no qual o sistema de segregação pudesse vir a ser superado.

“Nos países periféricos, é a adoção sistemática de um ponto de vista universal orientado para o futuro que possibilita a redução sociológica. É o imperativo de acelerar, de modo historicamente positivo, a transformação de contextos subdesenvolvidos que impõem ao cientista de países periféricos a exigência de assimilar não mecanicamente o patrimônio científico estrangeiro. Esta exigência se torna particularmente aguda quando, naqueles países, se deflagram impulsos concretos de ordenação própria ou de articulação interna. (...) Nesses países periféricos, a sociedade não está fundada segundo critérios próprios, é algo a fundar, e, por isso, a assunção, o engajamento abre, para o intelectual, um horizonte de infinitas possibilidades”. GUERREIRO RAMOS, 1965, p. 119

Observamos na nossa realidade sócio-histórica as transformações de regimes e dos processos de colonialidades, aos quais fomos submetidos; os quais recriaram e recriam a periferia de várias maneiras. Guerreiro Ramos sente estar presente o momento de sublevação e constituição de novos marcos para o país a partir da ação

direta da nossa intelectualidade.

A necessidade imperativa de uma ruptura revolucionária se impõe através da redução sociológica, a qual contrasta com o processo hegemônico, que se locupleta com o sistema escravagista em uma sociedade segregada, voltada à manutenção do *status quo* de uma elite carcomida e sem perspectiva de nação. Por outro lado, as perspectivas “revolucionárias” apresentadas pelo PCB, também se limitam a translações conceituais distantes da realidade brasileira, não apenas em relação aos conceitos, como também, ao *modus operandi* de processos revolucionários de outros países.

“Desde que, mediante a redução sociológica, descobramos no contexto onde surgem, o sentido dos produtos sociológicos, (por exemplo, os diferentes *nóemas* do Estado) podemos utiliza-los como subsídios, em uma *nóesis* não meramente imitativa, mas dotada, para nós, de autêntica intencionalidade. Um produto sociológico qualquer (sistema, teoria, conceito, técnica de pesquisa, método) a menos que seja fruto de uma atividade lúdica ou ociosa, é sempre elaborada para atender a uma imposição. (...) Ao utilizarmos um objeto ou produto, sem reduzi-lo, somos envolvidos pela intencionalidade de que é portador. A observância desta lei levará o sociólogo a utilizar a produção estrangeira como matéria-prima de elaboração teórica, condicionada por fatores particulares da sociedade em que vive. A redução só se torna possível, portanto, quando, na sociedade em que vive o sociólogo, aqueles fatores operam efetivamente, prevalecendo de modo objetivo, sobre o condicionamento exógeno. Somente naquelas sociedades em que se gera uma prática coletiva (*práxis*) é que se pode liquidar a ociosidade do trabalho intelectual e, portanto, do trabalho sociológico. (...) É a prática da redução que converte o sociólogo de consumidor (coleccionador) de ideias em produtor de ideias. A produção sociológica estrangeira, para o sociólogo que fundamenta sua especulação na prática social, não vale como paradigma ou modelo, mas apenas como subsídio”. GUERREIRO RAMOS, 1965, p. 122 e 123

A mudança de prática no exercício sociológico preso às translações acríticas é a exigência presente na redução sociológica, observando que as realidades conjunturais e populacionais de cada país, lhes dotam de realidades outras, que não coadunam com as realidades dos países de origem de cada teoria universalizada.

“A atitude dos sociólogos que, diante da produção sociológica importada, se comportam como os elegantes e os *snoobs* em face dos figurinos das capitais da moda, também pode ser explicada pela psicologia da “coqueteria”. Uns e outros, em diferentes graus, é certo, se movimentam no âmbito da consciência ingênua. Ora, o sociólogo genuíno é, exatamente, aquele que, por profissão, é portador do máximo de consciência crítica diante dos fenômenos da convivência humana. Por conseguinte, em um país periférico, o avanço do trabalho sociológico não se deve avaliar pela sua produção de caráter reflexo, mas pela proporção em que se fundamenta na consciência dos fatores infraestruturais que o influenciam. A capacidade de utilizar sociologicamente o conhecimento sociológico é o que caracteriza o especialista de real categoria. (...) Nos países periféricos, a sociologia deixa

de ser atrasada na medida em que se liberta do “efeito-de-prestígio” e se orienta no sentido de induzir as suas regras do contexto histórico-social em que se integra. Esse tipo de sociologia exige do sociólogo um esforço muito maior que o de mera aquisição de ideias e de informações especializadas: exige a iniciação numa destreza intelectual, numa instância intelectual que pode ser definida com a palavra *habitus*, na acepção em que os antigos a empregavam. Com efeito, é preciso distinguir a sociologia em habito da sociologia em ato, nas acepções filosóficas dos termos. GUERREIRO RAMOS, 1965, p. 128 e 129

A concepção da prática sociológica defendida a partir da redução sociológica se encontra no exercício do pensar por si, per si, ou seja, em um processo de construção que leve o sociólogo e a socióloga a contribuírem na superação do atual estágio em que se encontra o seu país.

Ao contrário do que se possa tomar como referência na defesa da militância sociológica voltada aos problemas sociais do país, não busca Guerreiro Ramos, um nacionalismo cego ou unilateral, baseado no isolamento do país diante a realidade mundial. Ao contrário, busca dentro de um olhar para a realidade local constituir um processo de integração ao sistema mundo a partir da instituição de condições propícias com sua realidade, assim, via no nacional desenvolvimentismo um processo de integração social, que em paralelo com um deslocamento das nações de fora do eixo EUA x URSS, conformassem uma base de relação respeitosa por cada bloco e não um alinhamento automático a um dos blocos hegemônicos, como vimos posteriormente, com o movimento entreguista que se apossou do país com o golpe militar de 1964.

Neste sentido, importante pontuar, por que o medo em relação a este movimento contra hegemônico? Como temos evidenciado, o caráter racista, o qual mesmo que indiretamente se encontra implícito. A mudança para um olhar a partir da nossa própria realidade se confronta com o atual estágio de convivência com o projeto de branquitude imposto à nossa sociedade.

Como podemos observar, a redução sociológica é apresentada em um momento de grande efervescência política tanto em nível nacional, onde passamos por um processo de afirmação de um projeto desenvolvimentista do país, como em nível internacional, onde os diversos anseios internacionais de superação das práticas de racismo se complementam, visto que o fim da segunda guerra mundial, explicitou mais do que nunca, os problemas evidenciados com tais práticas.

“O que caracteriza como nacional uma sociologia não é o fato de que os princípios gerais do raciocínio científico variem de nação para nação, mas tão somente a funcionalidade das cogitações dos sociólogos. GUERREIRO RAMOS, 1965 p. 133

Assim, a redução sociológica tem como objeto apenas a compreensão da realidade de cada sociedade e sua contribuição na conformação de sociedades mais equitativas e menos segregadoras.

“O que diferencia em nacionais as sociologias é o caráter necessariamente particular de que se revestem os pontos de vista dos sociólogos, tanto quanto seja significativa e funcionalmente adequados aos problemas da nação em que vivem. GUERREIRO RAMOS, 1965, p 134

Ao observarmos o caráter particular definido na citação acima, podemos questionar: porquê a resistência à prática da redução sociológica ou o porquê da persistência de translações conceituais e societárias de formas completamente acrílicas, diante da realidade de desigualdades e segregação vivida em nosso país, ou ainda diante de todo o processo de significativas mudanças que estavam e estão ocorrendo no mundo?

A resistência a uma análise científica que tenha como base a realidade local demonstra, ao nosso ver, não apenas o compromisso com um fazer científico distante da nossa realidade, como também, o papel que as translações conceituais desempenham em relação ao projeto de branquitude. A mera translação conceitual, sem levar em conta o processo sócio-histórico local, termina por fortalecer o processo sistêmico de segregação instaurado em nossa sociedade.

Ao tomarmos o nosso processo sócio histórico fica evidente que tal resistência só se justifica diante de um compromisso intrínseco com um projeto de branquitude, visto que a busca de funcionalidade prática da sociologia, através do método da redução sociológica, nos remete diretamente a um processo de ruptura com a ordem estabelecida.

“A exigência de funcionalidade não exclui das cogitações do sociólogo as tarefas teóricas. Ao contrário, a teoria sociológica como a teoria científica em qualquer domínio, só se desenvolve efetivamente quando se funda na prática. E justamente o que o sociólogo mentalmente descolonizado adquire é uma prática social em que fundamenta a sua elaboração teórica. Diversamente do que acontecia na situação colonial, abre-se diante dele a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento científico, não apenas como fornecedor de material informativo, mas como criador no plano de conceitos”. GUERREIRO RAMOS, 1965, p. 135

Observamos assim que a ordem estabelecida dentro do projeto de branquitude, não apenas favorece à negação de superação do sistema segregador secular, como também, distancia o sociólogo do seu exercício científico em prol de sua própria realidade, fazendo com que este busque dialogar com realidades outras, ou melhor, alienem-se em relação à sua própria realidade, com tanto que esteja em diálogo com a realidade externa a si mesmo.

Não apenas se nega à descolonização, busca manter-se em completa alienação colonial, onde as translações conceituais advindas da colonialidade do poder, o torna mais próximo do seu ideal societário, ariano, ora representado pela eurocentricidade, ora pelo imperialismo estadunidense.

O enfrentamento da própria realidade sócio-histórica é elemento fundamental para a redução sociológica, que necessita da compreensão do processo histórico no diagnóstico das condições de vida atual da nossa sociedade, negar-se a compreender este processo histórico, não apenas escamoteia a própria realidade vivida, como também, contribui na manutenção da ordem estabelecida e do *status quo* adquirido, o que significa cumplicidade com o mesmo, sendo esta intencional ou não.

“A lei das fases pressupõe um estilo de pensar os fenômenos sociais fundamentado no que se pode chamar de razão sociológica. Cada problema ou cada aspecto de determinada sociedade é parte de uma totalidade, em função da qual é compreendido”. GUERREIRO RAMOS, 1965, p. 138

A translação conceitual acrítica neste sentido, mesmo que direta ou indiretamente está ligada a um sistema pré-estabelecido, o que em nosso caso específico, significa um sistema segregador que compõe um projeto de branquitude no interior de nossa sociedade.

“Os períodos são distintos em seus aspectos material, ideológico, jurídico, político, social, institucional. Ora, é a esses períodos da transformação do “agregado vital” que se chamam fases. A delimitação das fases é obtida de modo comparativo. Uma sociedade cuja estrutura se fundamenta no latifúndio está comparativamente em fase inferior aquela cuja estrutura se baseia na economia de mercado. A fase não é, portanto, uma categoria lógica, formulada *a priori*. É caracterizada *a posteriori*, pela observação empírica de fatos selecionados em diferentes sociedades, e tomando-se uma ou um conjunto delas como termo de comparação”. GUERREIRO RAMOS, 1965, p. 145

Assim a não observação histórica no exercício da sociologia, presa à colonialidade

do poder, a qual se baseia nas translações conceituais, apenas corrobora com a prática da segregação sistêmica à qual estamos submetidos/submetidas.

“A fase é uma categoria que vem atender à exigência de um princípio de coerência na análise dos acontecimentos históricos. Resulta da descoberta de que esses acontecimentos não são fortuitos ou arbitrários, mas ocorrem como se leis estruturais os governassem. E, portanto, induz a perceber que a interferência nos acontecimentos deve fundar-se no conhecimento das linhas diretrizes que lhes dão caráter sistemático. Porque os fatos tendem a compor relações de sistemas ou de coerência uns com os outros, só é viável operar em determinada situação as transformações possibilitadas pelo seu âmbito de virtualidades. A lei das fases, contribuindo para formar consciência de que as diferentes seções do acontecer histórico têm limites, define um modo sociológico de pensar. É, sobretudo, expediente de formação metodológica”. GUERREIRO RAMOS, 1965, p. 146

A negação do processo sócio-histórico, como se vivêssemos apenas o presente, para além da negação do nosso processo histórico – já abordado exaustivamente no presente estudo – está em contradição com a própria absorção das translações conceituais, as quais, por coerência também perpassam por um processo histórico, onde a realidade de cada conceito compreende uma fase da história do pensamento originário. Assim a aplicação descontextualizada historicamente em nossa sociedade não se sustenta e muito menos teve ou terá condições reais de sucesso na sua aplicação, visto que cada país é composto de processos societários e componentes populacionais distintos.

Tais elementos são constantes na produção teórica de Guerreiro Ramos e são fundamentais na crítica às translações acríticas, que terminam por nos oferecer um olhar do “outro” enquanto exercemos o “encobrimento” da realidade sócio-histórica local.

Especificamente no caso brasileiro, constatamos as principais diferenças na forma de tratar das relações raciais entre os períodos que antecede e posterior à Segunda Guerra Mundial, no qual passamos por uma descaracterização dos estudos sobre relações raciais no Brasil, a partir do viés cultural e da ascensão de políticas de minoração das práticas de racismo com a instituição da Lei Afonso Arinos e a busca de um projeto nacional de integração social.

A conjuntura mundial, pós Segunda Guerra Mundial, nos traz uma série de eventos que propiciará ainda mais um conjunto de transformações no pensamento mundial em relação à “cultura” do racismo, e terá como um dos palcos principais a Europa

Ocidental com o movimento pela independência dos países africanos e, posteriormente os estudos desenvolvidos por Franz Fanon, Aimé Césaire e Albert Memmi<sup>40</sup>, considerados os precursores do movimento pós colonialismo.

É importante destacar que mesmo não tendo uma inter-relação direta, os estudos desenvolvidos por Guerreiro Ramos apontam para o mesmo caminho, e que talvez, uma dúvida pertinente, não estejam inclusos como protagonistas deste movimento, devido à exacerbada colonialidade do poder e exaltação aos estudos advindos do exterior.

Uma incógnita se coloca no não reconhecimento de Guerreiro Ramos como um dos precursores do Movimento Modernidade/Colonialidade, visto que a sua produção teórica está em acordo, ou melhor dizendo, em consonância, com as produções de autores da sua época, no caso específico de Franz Fanon, entre outros lutadores do movimento de negritude e independência dos países africanos. Ademais, na condição de exilado político, ele encontrava-se nos Estados Unidos, quando dos primeiros passos ao que viria a se tornar o referido movimento. Importante destacar a existência de pontos semelhantes na conformação do pensamento destes autores e a relevância destes estudos para o que veio posteriormente ser conformado como o Grupo Modernidade/Colonialidade.

Mais uma vez relembremos as contribuições de Guerreiro Ramos para a Sociologia Latino Americana, a partir das suas contribuições no II Congresso Latino Americano de Sociologia, em 1953, onde exerceu a presidência da Comissão de Estruturas Nacionais e Regionais. Suas teorias, que precederam a formulação categórica da “redução sociológica”, foram apresentadas e obtiveram a oposição quase que exclusiva da delegação brasileira, liderada por Florestan Fernandes ou pelo campo uspiano (paulista), aspectos já abordados anteriormente.

As resistências impostas inicialmente às teorias de Guerreiro Ramos podem ser a razão do não reconhecimento da sua contribuição, mas não se justificam diante da análise de ao menos duas de suas obras “Introdução Crítica à Sociologia Brasileira”

---

<sup>40</sup> Franz Fanon (1925-1961), psicanalista, negro, nascido na Martinica e revolucionário do processo de libertação nacional da Argélia; Aimé Césaire (1913-2008), poeta, negro, também nascido na Martinica; e Albert Memmi (1920), escritor e professor, nascido na Tunísia, de origem judaica. BALLESTRIN, 2013, p. 92



e "A Redução Sociológica", onde não apenas caracteriza a necessidade de suas teorias, como demonstra explicitamente que...

"Esta não se destina tão só a habilitar a transposição de conhecimentos de um contexto social para outro, de modo crítico, mas também caracteriza modalidade superior da existência humana, a existência culta e transcendente". GUERREIRO RAMOS, 1965, p. 15

### 4.3 Pós-colonialismo, Colonialidade do Poder e Racismo

O processo de luta pelas independências dos países africanos e asiáticos é considerado precursor do Movimento Modernidade/Colonialidade, onde a busca pela independência política de cada país está interligada com a constituição de um movimento identitário ou de conformação de uma nação. Este processo, como sabemos, não se desenvolveu de forma tão independente assim e foi palco também das disputas dos blocos político-econômicos hegemônicos, os quais terminaram não contribuindo para uma real independência em termos amplos.

"Temporalmente, tal ideia refere-se, portanto, à independência, libertação e emancipação das sociedades exploradas pelo imperialismo e neocolonialismo – especialmente nos continentes asiático e africano. A outra utilização do termo se refere a um conjunto de contribuições teóricas oriundas principalmente dos estudos literários e culturais, que a partir dos 1980 ganharam evidência em algumas universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra". BALLESTRIN, 2013, p. 90

Ao observarmos o processo analisado, que dá origem ao movimento segundo Ballestrin, verificamos a negligência com os debates ocorridos no Brasil, pautados pelo ISEB e mais diretamente os debates promovidos pelos sociólogos durante o II Encontro Latino-Americano de Sociologia.

"(...) o pós-colonialismo compartilha, em meio suas diferentes perspectivas, do "caráter discursivo social", do "descentramento das narrativas e dos sujeitos contemporâneos", do "método da desconstrução dos essencialismo" e da "proposta de uma epistemologia crítica às concepções dominantes de modernidade" (Costa, 2006, p.83-84). Na continuidade do argumento, sugere ainda que o "colonial" do termo "alude a situações de opressão diversas, definidas a partir de fronteiras de gênero, étnicas ou raciais". BALLESTRIN, 2013, p. 90

Evidente que a não integração das ideias que transitavam no Brasil por estes autores, no período que antecede o golpe militar, deve tratar-se de um equívoco, visto que os debates aqui produzidos pelo ISEB apontavam necessariamente para a

descentralização e a desconstrução da polarização causada com a Guerra Fria.

“Mesmo que não linear, disciplinado e articulado, o argumento pós-colonial em toda sua amplitude histórica, temporal, geográfica e disciplinar percebeu a diferença colonial e intercedeu pelo colonizado. Em essência, foi e é um argumento comprometido com a superação das relações de colonização, colonialismo e colonialidade. Dessa forma, ele não é prerrogativa de autores diaspóricos ou colonizados das universidades periféricas”. BALLESTRIN, 2013, p. 91

Entende-se assim que os estudos no campo da modernidade/colonialidade, buscaram uma leitura a partir da realidade dos povos colonizados. Como já pontuamos, tais estudos embora tenham a caracterização própria na década de 1990 são oriundos de outras iniciativas e mesmo de ações individuais de diversos autores/intelectuais. Dentre estes, não encontramos explicações para a ausência de autores/intelectuais brasileiros, especialmente a ausência de Guerreiro Ramos.

Importante destacarmos, mesmo que brevemente, o trabalho desenvolvido no sul asiático:

“De forma paralela, é indispensável apresentar outro movimento que acabou por reforçar o pós-colonialismo como movimento epistêmico, intelectual e político. Na década de 1970, formava-se no sul asiático o Grupo de Estudos Subalternos – com liderança de Ranajit Guha, um dissidente do marxismo indiano -, cujo principal projeto era “analisar criticamente não só a historiografia colonial da Índia feita por ocidentais europeus, mas também a historiografia eurocêntrica nacionalista indiana (Grosfoguel, 2008, p. 116), bem como a historiografia marxista ortodoxa (Castro-Gómez e Mendieta, 1998). BALLESTRIN, 2013, p. 92

Podemos observar que os estudos desenvolvidos pelo Grupo de Estudos Subalternos, mesmo que não tenha ocorrido inter-relação com autores brasileiros, têm pontos de semelhança com os estudos desenvolvidos no Brasil, visto que o sentimento mundial por maiores liberdades e um maior olhar para si, para o próprio país, por diversos setores, no pós Segunda Guerra se tornou efervescente. Outrossim, destaca-se ainda, a observação de diálogo com os conceitos hegemônicos universalizados, sem que viessem a perder o que chamamos hoje de local de fala.

“O termo “subalterno” fora tomado emprestado de Antonio Gramsci e entendido como classe ou grupo desagregado e episódico que tem uma tendência histórica a uma unificação sempre provisória pela obliteração das classes dominantes”. BALLESTRIN, 2013, p. 92 e 93

Importante destacar ainda que, mesmo tendo como crítica a hegemonia ontológica

eurocêntrica, o grupo de Estudos Subalternos, apesar de uma composição majoritária de intelectuais latino-americanos, nasce nos corredores das universidades estadunidenses e contou inicialmente com pesquisadores voltados a tais estudos.

“Apesar da vinculação ética e epistêmica à América Latina, tomada como um espaço não-ontológico, há o enraizamento em um contexto inequívoco: o universo acadêmico dos EUA parece ter fornecido o *ground zero*, a base geral, para a articulação do grupo. Foi o ambiente onde ocorreram os primeiros encontros pessoais e seminários que deram origem a publicações que apontavam as tendências e temáticas que facilitariam uma unidade a um conjunto heterogêneo de pesquisadores (Ballestrin, 2013). Além, é claro, de os debates correntes e iniciativas surgidas nos departamentos das universidades norte-americanas, como o pensamento pós-estruturalista, o Grupo de Estudos Subalternos Sul-Asiáticos etc., terem contribuído na conformação teórica do grupo e no surgimento de sua configuração inicial como “Estudos subalternos Latino Americanos” (Castro-Gómez; Mendieta, 1998). Soa paradoxal a tentativa de falar a partir da América Latina, mas com os pés firmes em um espaço gringo de uma chamada potência imperial e muitas vezes lançando a voz no idioma de Whitman”. FREITAS, 2018, p. 152

No entanto, não apenas o espaço geográfico de origem do grupo apresenta-se como contradição, como nos apresenta Ballestrin no seu artigo América Latina o giro decolonial, onde destaca a crítica de Mignolo.

“Na ocasião Mignolo denuncia o “imperialismo” dos estudos culturais, pós-coloniais e subalternos que não realizaram uma ruptura adequada com autores eurocêntricos (Mignolo). Para ele, o grupo dos latinos subalternos não deveria se espelhar na resposta indiana ao colonialismo, já que a trajetória da América Latina de dominação e resistência estava ela própria oculta no debate. A história do continente para o desenvolvimento do capitalismo mundial fora diferenciada, sendo a primeira a sofrer a violência do esquema colonial/imperial moderno. Além disso, os latino-americanos migrantes possuem outras relações de colonialidade por parte do novo império estadunidense – ele mesmo tendo sido uma colônia nas Américas”. BALLESTRIN, 2013, p. 95 e 96

“Devido às divergências teóricas, o grupo latino foi desagregado em 1998, ano em que ocorreram os primeiros encontros entre membros que posteriormente formariam o Grupo Modernidade/Colonialidade. Grosfoguel (2008), ao narrar seu descontentamento com o projeto do grupo, atribuiu duas razões para a sua dissolução. Ambas referem-se à incapacidade do grupo de romper com a episteme – ao seu ver, ainda centrada no Norte – dos estudos regionais estadunidenses e dos estudos subalternos indianos”. BALLESTRIN, 2013, p. 96

Dentro deste contexto de efervescência política, cultural e de busca da mudança, que vimos surgir os primeiros passos do que viria a ser o Grupo Modernidade/Colonialidade.

“Por sua vez, as origens do grupo M/C podem ser remontadas à década de

1990, nos Estados Unidos. Em 1992 – ano de reimpressão do texto hoje clássico de Aníbal Quijano “Colonialidade Y modernidade-racionalidad – um grupo de intelectuais latino-americano e americanistas que lá viviam fundou o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos”. BALLESTRIN, 2013, p. 94

Assim a constituição do Grupo Modernidade/Colonialidade nasce, como dissemos em linhas anteriores, de um acúmulo de variados autores, influenciados com o “espírito de alteridade” ventilados do pós guerra, oriundos de diversas partes do mundo, mais especificamente da Europa Ocidental e sul asiático, tendo em vista a estranha ausência imposta aos autores brasileiros.

“O projeto Modernidade/Colonialidade é um movimento acadêmico criado por intelectuais que estudam sobre e a partir da América Latina. “Sobre” porque a história e os povos dessa “região” são analisados, em sua complexidade, em livros e artigos bastante criativos que exploram a cultura, a língua e o pensamento surgidos por essas bandas a partir da instauração do dilema colonial. FREITAS, 2018, p. 147

Como nos apresenta Freitas em seu artigo, Notas sobre o contexto de trabalho modernidade/colonialidade – universidade, horizontes utópicos e desafios teóricos, este grupo de autores investidos no “espírito de alteridade”...

“Apoiados na inflexão pós-colonial, ou seja, na crítica ao caráter autorreferido e violento da perspectiva Europeia, e na defesa da possibilidade de se imaginar para além das categorias e autoimagem eurocêntrica, afirmam a tangibilidade desse espaço não-ontológico, discursivo e de resistência (Costa, 2006).(...) Esse resgate e potencialização do que foi violentado ao longo dos séculos, tem como finalidade a liberação “epistêmica” e a construção de futuros distintos”. FREITAS, 2018, p. 148

Para tanto, o grupo apresenta como objetivo...

“O objetivo de conhecer é sobre determinado pela ideia de que existe uma realidade social que precisa ser transformada e cuja modificação a intervenção teórica do grupo é fundamental. Se é no nível semântico, cultural, que a dominação se cristaliza, o *combate e um heroísmo* também se realizam nesse nível. Embora se negue fato de que o pensamento decolonial possa ser tomado como uma perspectiva privilegiada de “acesso ao real”, ao afirmar sua relação orgânica com subalternos e ao processar tais relações em posições políticas estáveis na teoria, pelo menos Mignolo, parece haver a assunção de uma autoridade (Franzé, 2013). Essa teoria busca desvelar a gênese de nossos dilemas e, no mesmo movimento, retirar os grilhões que impedem o florescimento de alternativos padrões de relação com a natureza, de outros imaginários espaciais, de um padrão de convivialidade mais democrático, de uma “ecologia de saberes” (Santos, 2010) que abarque formas ocidentais e não ocidentais etc”. FREITAS, 2018, p. 150

Através do pensar a sociedade a partir da própria realidade local e desvincular-se da translação conceitual acrítica, estes autores invocam para si a construção epistêmica

a partir da realidade sócio-histórica.

“O grupo procura se afastar de uma compreensão evolucionista, unilateral e dual de história, característica de um modo europeu de pensar um *telos* modernizante, surgido endogenamente no “velho continente” e que se espalhou mundo afora. O grupo investe em uma interpretação distinta, focando em como fenômenos que possuem laços causais complexos devem ser pensados dentro de uma dinâmica sistema-mundista, em que “impérios” disputam entre si o controle de colônias”. FREITAS, 2018, p. 150

Como nos traz Freitas, talvez o mais significativo aspecto do Grupo Modernidade/Colonialidade esteja na busca da socialização do referido método ou seja, que as suas contribuições deixem de ser exclusivamente acadêmicas e ganhem no interior da sociedade organizada um *modus operandi*.

“O que sustenta o projeto é o desejo de que as teorizações inovadoras ultrapassem os muros acadêmicos e atinjam aqueles que desde a primeira modernidade são vítimas de processos de subalternização: primeiro, os povos autóctones; depois, os grupos originários da África e as populações mestiças que foram se conformando nas ex-colônias espanholas e portuguesas que, apesar dos formalismos liberais, não conseguiram se expressar ou ser contemplados em seu devido valor pelos novos regimes”. FREITAS, 2018, p. 151

Freitas nos apresenta como característica do Grupo Modernidade/Colonialidade, alguns aspectos...

“Embora seus membros partilharem certa base conceitual e objetivos políticos, o grupo pode ser enquadrado mais como uma “escola de atividade” do que uma “escola de pensamento” (Gilmore, 1988). Não há um “mestre” cuja obra e exemplo são seguidos por um cortejo de pupilos, mas sim um grupo de pesquisadores que, lidando com temáticas diversas, em obras mais individuais ou coletivas, atualizam o ideal de um “pensamento outro”. Isso permite a coexistência de diferentes estratégias de pesquisa, com a abertura para inovações epistemológicas e a projeção de “objetos” de estudo, localizados tradicionalmente fora das formas disciplinares (Mignolo, 1993). FREITAS, 2018, p. 153

“Outra característica marcante dessa intelligentsia é seu caráter “indisciplinado” (Walsh et al, 2002). Seus membros possuem diversas ancoragens acadêmicas, destacando-se a literatura, a semiótica, a filosofia, a sociologia, a antropologia e a história. Mas é justamente o afastamento de uma organização disciplinar um dos móveis centrais de sua atuação. FREITAS, 2018, p. 153 e 154

“A criação de conceitos como “colonialidade”, seu complemento “decolonialidade” junto com uma particular ética de libertação, projetou um corpus que busca estabelecer critérios novos para julgar a si mesmo e outras formações discursivas. O movimento revisionista e crítico do pensamento decolonial em uma disciplina como a sociologia, por exemplo, é de tamanha “ameaça” teórica e institucional, que a reação veio quase na mesma moeda. Entre os contra-ataques, para além da reserva moral de sujeitos não informados, destacam-se a tentativa de tornar inócuo o pensamento

decolonial, identificando como alvo de sua crítica pelo Grupo Modernidade/Colonialidade, aponta os paradoxos e estreiteza de sua teorização. Por estar nesse limbo, por seu caráter desestabilizador, o pensamento decolonial atualiza-se ora como território ignorado ora como espaço atacado por todos que procuram etiquetar, segundo cânones e gêneros específicos, essas propostas teóricas e políticas inovadoras”. FREITAS, 2018, p. 155 e 156

Evidencia-se a existência de um *modus operandi* desenvolvido pelo Grupo Modernidade/Colonialidade - GMC, semelhante ao defendido por Guerreiro Ramos com “a redução sociológica”, onde apresenta uma proposta de resistência às translações conceituais acríticas e às translações de modelos societários, a partir da conformação de novos conceitos e da detecção dos problemas sócio-históricos promovidos pela colonização, que mesmo após os processos de independência praticamente se mantiveram estáveis, os quais em conformidade com o regime capitalista/imperialista terminam por impor uma sociedade segregada.

Embora se encontre entre as duas proposições a diferença não apenas temporal, como também de fundo econômico, entre os sistemas capitalista, do qual Guerreiro Ramos não se dissocia e o sistema socialista, objeto perseguido como transformador pelo GMC, observando obviamente os elementos constitutivos de cada sociedade, principalmente em referência à questão da racialização destas sociedades.

Observa-se como ponto comum, a utilização da estrutura sócio-histórica a qual é abordada em ambas as proposições na conformação da exploração, a partir da inserção dos países no sistema capitalista, os quais absorvendo tal estrutura estabelecem este sistema de segregação como fundamentação à dominação da raça sobre os elementos não oriundos da elite branca, com a exploração do trabalho, constituindo-se assim em um sistema macro em atendimento ao grande capital internacional.

Importante analisarmos, mesmo que brevemente, a contribuição deste Grupo.

“O Grupo Modernidade/Colonialidade foi sendo paulatinamente estruturado por vários seminários, diálogos paralelos e publicações. Ainda no ano de 1998, um importante encontro apoiado pela CLACSO e realizado na Universidade Central de Venezuela, reuniu pela primeira vez Edgard Lander, Arturo Escobar, Walter Dignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano e Fernando Coronil”. BALLESTRIN, 2013, p. 97

Destaca-se que diversas das contribuições advindas do Grupo são constituídas ou melhor esboçadas em trabalhos anteriores à constituição do mesmo.

“Muitos desses integrantes já haviam desenvolvido, desde os anos 1970, linhas de pensamento próprias, como é o caso de Dussel e a Filosofia da Libertação, Quijano e a Teoria da Dependência, e Wallerstein e a Teoria do Sistema-Mundo. A identidade grupal do M/C acabou herdando essas e outras influências do pensamento crítico latino-americano do século XX. BALLESTRIN, 2013, p. 98 e 99

Por outro lado, como nos destaca Freitas as contribuições passam a representar um novo paradigma para a nossa intelectualidade, ou melhor, para o exercício intelectual, principalmente para nós latino-americanos, com o destaque da sua interseccionalidade originária.

“Representa, de fato, uma proposta concreta de resistência a uma colonização intelectual e oferece uma visão política inovadora em ligação orgânica com movimentos sociais e culturais que confrontam os modos mais contemporâneos através dos quais a colonialidade persiste. É inegável a ampliação de horizontes utópicos, críticos e teóricos, com consequências na vida cotidiana de amplas populações submetidas a uma hierarquia racial, que o Grupo Modernidade/Colonialidade promove. FREITAS, 2018, p. 165

Este fato é ainda mais marcante, pois a sua expansão se desenvolve em um período curto de tempo, talvez por termos ainda entre nós, apesar dos impropérios ditatoriais impostos em *Nuestra América*, o que chamamos de “espírito de alteridade”.

“Com pouco mais de dez anos de existência, o grupo compartilha noções, raciocínios e conceitos que lhe conferem uma identidade e um vocabulário próprio, contribuindo para a renovação analítica e utópica das ciências sociais latino-americanas do século XXI”. BALLESTRIN, 2013, p. 99

Buscando favorecer um maior entendimento do papel do Grupo Modernidade/Colonialidade nos últimos anos, trazemos alguns conceitos formulados por seus membros, que hoje fazem parte do nosso cotidiano. Contudo, não aprofundaremos esta temática, que será abordada de forma ilustrativa, de modo a demonstrar a atualidade de Guerreiro Ramos.

“A colonialidade do poder é um conceito desenvolvido originalmente por Aníbal Quijano, em 1989, e amplamente utilizado pelo grupo. Ele exprime uma constatação simples, isto é, de que as relações de colonialidade nas esferas econômicas e política não findaram com a destruição do colonialismo. O conceito possui uma dupla pretensão. Por um lado, denuncia “a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial” (Grosfoguel, 2008, p. 126). Por outro, possui uma capacidade explicativa que atualiza e contemporiza processos que supostamente teriam sido apagados,

assimilados ou superados pela modernidade”. BALLESTRIN, 2013, p. 99 e 100

Talvez o mais abrangente dos conceitos tratados neste trabalho de pesquisa, a colonialidade do poder defendida por Quijano, explica-se diante de diversas situações conjunturais, sendo marcante ao nos referirmos às questões de gênero, raça e trabalho, como elementos constitutivos deste poder.

“É possível situar o contexto de emergência da colonialidade e colonialidade do poder: guerra, genocídio e conquista das Américas (Maldonado-Torres, 2008, p. 136). E eis que aqui surgiu um tipo de classificação social próspera para a empresa colonial: a ideia de raça”. BALLESTRIN, 2013, p. 101

“Para o autor, raça, gênero e trabalho foram as três linhas principais de classificação que constituíram a formação do capitalismo mundial colonial/moderno no século XVI (Quijano, 2000, p. 342). É nessas três instâncias que as relações de exploração/dominação/conflito estão ordenadas. A identificação dos povos de acordo com suas faltas ou excessos é uma marca fundamental da diferença colonial, produzida e reproduzida pela colonialidade do poder – em particular, o poder colonial (Mignolo, 2003, p.39)-, do saber e do ser (Maldonado- Torres, 2008, p.147). O que o conceito de colonialidade do poder traz de novo é a leitura de raça e do racismo como “o princípio organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo” (Grosfoguel, 2008, p. 123). Se a raça é uma categoria mental da modernidade, tem-se que seu sentido moderno não tem história conhecida antes da América (Quijano, 20005, p.1). Nessa mesma linha, Dussel argumenta que a modernidade, assentada e iniciada nesses pilares, justifica uma “práxis irracional da violência” (Dussel, 2000, p.49). BALLESTRIN, 2013, p. 101

Encontra-se explícita a necessidade de enfrentamento/resistência ou uma segunda independência para os povos latino-americanos, visto que a modernidade fez surgir o colonialismo, que por sua vez, estabelece o sistema de acumulação de capital e que possibilita a colonialidade do poder através do eurocentrismo ou centralidade eurocêntrica.

“Para Dussel, a América não somente foi a primeira periferia do sistema-mundo como também a primeira oportunidade de acumulação primitiva do capital (Castro-Gómez, 2005<sup>a</sup>). BALLESTRIN, 2013, p. 103

Para tanto, se coloca a necessidade de enfrentarmos os mais diversos aspectos que impedem uma compreensão do que se constitui a colonialidade do poder. Neste campo encontramos especificamente a questão da produção do conhecimento ou a colonialidade do saber, aspecto já denunciado por Guerreiro Ramos, a partir da redução sociológica.

“O problema da colonialidade do saber é um dos mais recorrentes dentro das discussões do M/C e está diretamente associado aquilo que Mignolo (2002)



chamou de “diferença colonial e geopolítica do conhecimento”. Sendo paralela à própria geopolítica da economia, a noção de violência epistêmica elaborada por Foucault tornou-se insuficiente para captar o silêncio oriundo do racismo epistêmico (Maldonado-Torres, 2008) ou a negação da alteridade epistêmica (Castro-Gómez, 2005b). BALLESTRIN, 2013, p. 103

Dentro da constatação na qual se destaca a apreensão do conhecimento, em conluio com o sistema econômico e a perpetuação das desigualdades de gênero e raciais, se exprime a necessidade do giro decolonial.

““Giro decolonial” é um termo cunhado originalmente por Nelson Maldonado-Torres em 2005 e que basicamente significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade. A decolonialidade aparece, portanto, como o terceiro elemento da modernidade/colonialidade. Para Mignolo, “a conceitualização mesma da colonialidade como constitutiva da modernidade é já o pensamento de-colonial em marcha” (Mignolo, 2008, p.249). Mas, para ele, a origem do pensamento decolonial é mais remota, emergindo como contrapartida desde a fundação da modernidade/colonialidade”. BALLESTRIN, 2013, p. 105

Assim o giro decolonial pode ser comparado às proposições do ISEB, durante a polarização EUA X URSS, ou seja, capitalismo imperialista representado pelos EUA e o comunismo representado pela URSS. As proposições do ISEB apontavam para a constituição de um terceiro bloco de países que enfrentassem tal bipolaridade; as consideramos como significativas às conclusões advindas do Grupo Modernidade/Colonialidade, através do giro decolonial.

No entanto, não é possível destacar as dificuldades encontradas em ambos os momentos, os vividos pelo ISEB e os vividos pelo Grupo Modernidade/Colonialidade, quanto a um sistema econômico; ou melhor, é constante em ambos pensamentos a crítica às translações conceituais ou colonialismo eurocêntrico no que se refere aos sistemas econômicos e a dura crítica às teorias marxistas ou marxianas de enfrentamento ao sistema econômico hegemônico.

Não tendo o Grupo Modernidade/Colonialidade como central em nosso trabalho, mas reconhecendo a importância do mesmo, se faz necessário destacar que outros termos e/ou conceitos são atribuídos a este grupo, os quais demonstram não só a atualidade de Guerreiro Ramos, como também, a necessidade de intensificação das lutas por superação do racismo, como vemos a seguir.

“O Grupo Modernidade/Colonialidade possui méritos importantes de serem destacados. Trata-se de um trabalho reflexivo coletivo, transdisciplinar e

engajado, que ao mesmo tempo em que oferece novas leituras analíticas, é capaz de pensar em termos propositivos e programáticos. Com isso, projeta sua importância para o mundo e para a América Latina, renovando utopia e crítica nas ciências sociais latino-americanas. Sua proposta é ao mesmo tempo provocativa e desconfortável, dado o tom de indeferimento radical às conquistas do passado via liberalismo e marxismo e às influências de escolas que o permitiram, afinal, existir. Essa sensação deve-se ao fato de que seus autores dialogam de uma maneira seletiva com os nomes clássicos – modernos e contemporâneos – das ciências sociais e da filosofia, geralmente, apontando suas deficiências na cobrança de um elemento (colonial) sobre o qual o próprio contexto demandava iluminação. Entretanto, uma de suas estratégias consiste mesmo na revisão do que é considerado clássico”. BALLESTRIN, 2013, p. 110

A releitura de clássicos e conseqüentemente a pontuação de seus equívocos para a realidade latino americana, se enquadra exatamente no que Guerreiro Ramos pautou como redução sociológica. Portanto, a ausência de autores brasileiros e principalmente a não inclusão da redução sociológica como uma das fontes do Grupo Modernidade/Colonialidade, nos parece estranho.

Não são explícitas as causas deste estranhamento. Contudo, é possível se especular, visto que a política externa brasileira sempre buscou um entrelaçamento maior com os países europeus e EUA. Mas, não se justifica uma vez que parcela da nossa intelectualidade, principalmente dos setores mais à esquerda sempre encontraram nos países latino-americanos acolhida tanto intelectual como física.

Esta ausência é refletida por Ballestrin,

“Entretanto, uma questão importante que não povoa o imaginário pós-colonial e decolonial do Grupo Modernidade/Colonialidade é a discussão sobre e com o Brasil. Esse é um ponto problemático, já que a colonização portuguesa – a mais duradoura empreitada colonial europeia – trouxe especificidades ao caso brasileiro em relação ao resto da América. O Brasil aparece quase como uma realidade apartada da realidade latino-americana. É significativo o fato de não haver um(a) pesquisador(a) brasileiro(a) associado ao grupo, assim como nenhum cientista político – brasileiro ou não. Também, o grupo foi atingido pelo “complexo de Colombo” (Melman, 2000). Assim, ele privilegia a análise da América hispânica em detrimento da portuguesa e chama pouca atenção aos processos de colonialidade e subimperialismo dentro do continente, à exceção dos Estados Unidos”. BALLESTRIN, 2013, p. 111

A aproximação teórica entre as linhas de pensamento expressas na redução sociológica e o Movimento Modernidade/Colonialidade nos parece muitíssimo evidente, a despeito da ausência de referência ou mesmo citação deste movimento ao trabalho desenvolvido por Guerreiro Ramos. Não encontramos evidências acerca desta ausência, que talvez se justifique na busca de privilégio dos autores da

modernidade/colonialidade em relação a outro fenômeno estranho: o hispanismo americano.

De qualquer forma, os pontos de convergência entre as linhas são muito fortes e diferentemente do processo brasileiro, seja mesmo devido ao período conjuntural destas iniciativas, o Movimento Modernidade/Colonialidade se caracterizou por ações de um grupo de intelectuais, enquanto no Brasil, como sabemos, a redução sociológica é a iniciativa isolada de Guerreiro Ramos.

É importante destacar ainda neste contexto, que o Movimento Modernidade/Colonialidade é marcado por uma ausência de direção, embora se constate a grande liderança e influência exercida por intelectuais, como Enrique Dussel, Walter Dignolo e Anibal Quijano.

Trouxemos para este diálogo/debate extratos do pensamento de Dussel e Mignolo e, embora nos mesmos esteja intrínseca a relação com o pensamento de Quijano, buscaremos nas próximas linhas dialogar mais diretamente com Quijano e a relação explícita que ele demonstra entre a colonialidade do poder e a questão étnico-racial.

Para tanto, é importante destacar como o período moderno, estabelecido por Dussel como o período a partir da exploração do continente americano interfere na sociedade mundial.

“Contudo, a estrutura colonial de poder produziu as discriminações sociais que posteriormente foram codificadas como “raciais”, “étnicas”, “antropológicas” ou “nacionais” segundo os momentos, os agentes e as populações implicadas. Estas construções intersubjetivas, produto da dominação colonial por parte dos europeus, foram inclusive assumidas como categorias (de pretensão “científica” e “objetiva”) de significação a-histórica isto é, como fenômenos naturais e não da história de poder. Tal estrutura do poder foi e ainda é o marco a partir do qual operam as outras relações sociais, de tipo classista ou estamental. QUIJANO, 1992, p.1 e 2

O processo de colonização não apenas se limita à exploração extrativista/comercial, nos impõe um padrão de vida a partir de um processo de discriminações sociais, as quais não são sucumbidas com os processos de independência e em alguns casos, como especificamente o brasileiro, são incorporados no cotidiano dos novos regimes políticos.

“Do mesmo modo, mesmo que o colonialismo político tenha sido eliminado, a

relação entre a cultura europeia, chamada também de “ocidental”, e as outras segue sendo uma relação de dominação colonial. Não se trata somente de subordinação das outras culturas a respeito da cultura europeia em uma relação exterior. Trata-se de uma colonização das outras culturas, mesmo que sem dúvida, em diferente intensidade e profundidade segundo os casos. Consiste, inicialmente, em uma colonização do imaginário dos dominados. Isto é, atua na interioridade desse imaginário. Em alguma medida, é parte de si.

Isso foi produto, no começo, de uma sistemática repressão não só de específicas crenças, ideias, imagens, símbolos ou conhecimentos que não serviram para a dominação colonial global. A repressão recaiu sobre os modos de conhecer, de produzir conhecimento, de produzir perspectivas, imagens, sistemas de imagens, símbolos modos de significação; sobre recursos, padrões e instrumentos de expressão formalizada e objetivada, intelectual ou visual. Foi seguida pela imposição do uso dos próprios padrões de expressão dos dominantes, assim como de suas crenças e imagens referidas ao sobrenatural, as quais serviram não somente para impedir a produção cultural dos dominantes, mas também como meios muito eficazes de controle social e cultural, quando a repressão imediata deixou de ser constante e sistemática.

Os colonizadores impuseram também uma imagem mistificada de seus próprios padrões de produção de conhecimentos e significações. Os colocaram primeiro longe do acesso dos dominados. Mais tarde, os ensinaram de modo parcial e seletivo, para cooptar alguns dominados em algumas instâncias do poder dos dominadores. Então a cultura europeia se converteu, além do mais, em uma sedução; dava acesso ao poder. QUIJANO, 1992, p. 2

Na especificidade brasileira onde o rompimento com Portugal, antigo colonizador, se desenvolve através de um rompimento familiar e a independência transforma o Brasil em um império subserviente aos interesses econômicos da antiga colônia com o assumimento das dívidas desta com a Inglaterra, potência econômica predominante na época, nos liberta do jugo político português e nos entrega ao jugo econômico inglês.

Como já transcrito em linhas anteriores, a independência política, no entanto, não nos livrou do colonialismo, pois o regime político substituto mantém-se preso às tradições europeias, buscando manter as raízes europeias, permitindo assim a dominação cultural.

“Durante o mesmo período em que se consolidava a dominação cultural europeia foi sendo constituído o complexo cultural conhecido como racionalidade/modernidade europeia, o qual foi estabelecido como um paradigma universal de conhecimento e de relação entre a humanidade e o resto do mundo. Tal concomitância entre a colonialidade e a elaboração da racionalidade/modernidade não foi, de modo algum, acidental, como o revela o modo mesmo em que se elaborou o paradigma europeu do conhecimento racional. Na realidade, teve implicações decisivas na constituição do paradigma, associada ao processo de emergência das relações sociais

urbanas e capitalistas as quais, por (441) sua vez, não poderiam ser plenamente explicadas à margem do colonialismo, sobre a América Latina em particular. QUIJANO, 1992, p. 4

Como podemos ver este período é marcado pela efervescência da racionalidade/modernidade que ocorria na Europa e nós fomos impelidos à incorporação das mais diversas teorias e modos societários. Assim o continente americano passa a se constituir como o laboratório para as práticas e conceitos desenvolvidos na Europa.

É neste grande laboratório chamado América Latina que são testadas as ideias, teorias e modos societários que posteriormente se espalhariam aos continentes asiático e africano.

“A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: *índios, negros e mestiços*, e redefiniu outras. Assim, termos como espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população. QUIJANO, 2005, p. 228

As relações sociais a partir da absorção dos conceitos e modelos societários produzidos na Europa ganham o *status* de relações raciais e passam a definir o modelo societário destes países. E no Brasil, terminam por se perpetuar no seu processo histórico independente do regime político em vigor.

“Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. (...) Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis e papéis de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial. QUIJANO, 2005, p. 228 e 229

É fundamental a caracterização do modelo de divisão social trazido por Quijano, pois é comum entre nós, nos limitarmos à questão econômica, pautada principalmente por Karl Marx. A citação nos mostra a necessidade do olhar crítico às translações,

visto que Marx ao pautar a questão econômica como central no seu projeto, tem como cenário o continente europeu com sua unicidade étnica, ou seja, as suas contribuições eram voltadas exclusivamente ao continente europeu e mesmo que em alguns países houvesse populações oriundas de outras etnias, estas não eram economicamente relevantes.

“Por outro lado, no processo de constituição histórica da América, todas as formas de controle e de exploração do trabalho e de controle da produção-apropriação-distribuição de produtos foram articuladas em torno da relação capital-salário (de agora em diante capital) e do mercado mundial. Incluíram-se a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o salário. (...) Em primeiro lugar, porque foram deliberadamente estabelecidas e organizadas para produzir mercadorias para o mercado mundial. Em segundo lugar, porque não existiam apenas de maneira simultânea no mesmo espaço/tempo, mas todas e cada uma articuladas com o capital e com seu mercado, e por esse meio entre si. Configuraram assim um novo padrão de poder, do qual eram conjunta e individualmente dependentes histórico-estruturalmente. QUIJANO, 2005, p. 229

A interligação raça e classe nos parece mais explícita a partir da citação acima e de como foi possível operar a unicidade de um sistema que vem se perpetuando e aperfeiçoando-se na conformação de sociedades cada vez mais excludentes e segregadoras.

“As novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim ambos os elementos raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se. QUIJANO, 2005, p. 230

Como podemos ver o processo de segregação por mais que tenha seus aspectos particulares em cada estado/país, é uma constituição da época moderna e compõe essencialmente o processo de desenvolvimento do sistema capitalista vigente, visto que “A distribuição racista do trabalho no interior do capitalismo colonial/moderno manteve-se ao longo de todo o período colonial”. QUIJANO, 2005, p. 230

Ora a imbricabilidade raça e classe, terminou por conformar uma sociedade mundial racista, onde a hegemonia do elemento branco se impõe, como bem analisado por Quijano.

“Essa distribuição racista de novas identidades sociais foi combinada, tal como havia sido tão exitosamente logrado na América, como uma distribuição racista do trabalho e das formas de exploração do capitalismo colonial. Isso se expressou, sobretudo numa quase exclusiva associação da branquitude

social com o salário e logicamente com os postos de mando da administração colonial.

Assim, cada forma de controle do trabalho esteve articulada com uma raça particular. Consequentemente, o controle de uma forma específica de trabalho podia ser ao mesmo tempo um controle de um grupo específico de gente dominada. Uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido. QUIJANO, 2005, p. 231

Como podemos avaliar a branquitude não é um projeto específico de cada país inicialmente, e sim, um projeto mundial a partir da europeização/ocidentalização, mas que a partir da absorção conceitual e dos modelos societários terminaram por perpetuar-se em cada país, não apenas favorecendo a elite local, branca, como ao poder mundial da branquitude/branquitude expressa no seu projeto de mundialização.

“A classificação *racial* da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos. A específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento do salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. Não é muito difícil encontrar, ainda hoje, essa mesma atitude entre os terratenentes brancos de qualquer lugar do mundo, e o menor salário das *raças inferiores* pelo mesmo trabalho dos *brancos*, nos atuais centros capitalistas do mundo. Em outras palavras, separadamente da colonialidade do poder capitalista mundial. QUIJANO, 2005, p. 233

Como podemos perceber, buscou-se através da definição de um conceito de raça e da conseqüente subjugação de outros países, através da colonização/exploração, a constituição sistêmica de conceitos sociais, a serem incorporados ao sistema econômico, garantindo, assim, a hegemonia da branquitude, a qual se desenvolveu através do controle do trabalho.

“O controle do trabalho no novo padrão de poder mundial constitui-se, assim, articulando todas as formas históricas de controle do trabalho em torno da relação capital-trabalho assalariado, e desse modo sob o domínio desta. Mas tal articulação foi constitutivamente colonial, pois se baseou, primeiro, na adscrição de todas as formas de trabalho não remunerado às *raças* colonizadas, originalmente índios, negros e de modo mais complexo, os mestiços, na América e mais tarde às demais raças colonizadas no resto do mundo, *oliváceos e amarelos*. E, segundo, na adscrição do trabalho pago, assalariado, à raça colonizadora, os brancos.

“Essa colonialidade do controle do trabalho determinou a distribuição geográfica de cada uma das formas integradas no capitalismo mundial. Em outras palavras, determinou a geografia social do capitalismo: o capital, na relação social de controle do trabalho assalariado, era o eixo em torno do qual

se articulavam todas as demais formas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. Isso o tornava dominante sobre todas elas e dava caráter capitalista ao conjunto de tal estrutura de controle do trabalho. QUIJANO, 2005, p. 233

Percebemos assim, o não interesse de superação dos sistemas hegemônicos em cada país, com o devido recorte brasileiro logo após a sua independência, ou mesmo posterior a esta, quando da instauração do sistema republicano, visto que, a colonialidade do poder, expressa particularmente pelo controle da distribuição do trabalho e da classificação racial desta distribuição, conformou uma situação de privilégios para o que veio a ser a classe dominante.

“A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa, significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial. Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento. QUIJANO, 2005, p. 234

Este fato por si só justifica a não ruptura com a ordem vigente e a negação de um pensar a partir de si mesmo em nossa sociedade, onde o eurocentrismo e posteriormente a adesão ao imperialismo estadunidense, não apenas garantem a manutenção do *status quo* das elites nacionais e da classe dominante, como também e principalmente garante um processo sistêmico de desigualdades seculares, que nos impõe um *apartheid* social, refletido diretamente nas relações raciais.

Assim o eurocentrismo não se limita apenas à conformação de um projeto de branquitude, mas sim de um projeto de poder branco mundial, que associado ao sistema econômico conforma a naturalização de um sistema de exploração e segregação étnica. Os países submissos ou submetidos a esta hegemonia encontrarão em suas classes dominantes e elite em geral, o seu braço de sustentação, negando-se a refletir a sua própria realidade em troca da manutenção do seu *status quo*.

“El eurocentrismo, por lo tanto, no es la perspectiva cognitiva de los europeos exclusivamente, o sólo de los dominantes del capitalismo mundial, sino del conjunto de los educados bajo su hegemonía. Y aunque implica un



componente etnocêntrico, éste no lo explica, ni es su fuente principal de sentido. Se trata de la perspectiva cognitiva producida en el largo tiempo del conjunto del mundo eurocentrado del capitalismo colonial/moderno y que naturaliza la experiencia de las gentes en este patrón de poder. Esto es, las hace percibir como naturales, en consecuencia como dados, no susceptibles de ser cuestionados.

Desde el siglo XVIII, sobre todo con el Iluminismo, en el eurocentrismo se fue afirmando la mitológica idea de que Europa<sup>5</sup> era pre-existente a ese patrón de poder, que ya era antes un centro mundial del capitalismo que colonizó al resto del mundo y elaboró por su cuenta y desde dentro la modernidad y la racionalidade”. QUIJANO, 2000. p. 343

A conformação histórica do poder eurocentrista como é possível verificar se desenvolve e tornar-se possível a partir da colonização/exploração do continente americano, o qual mostrou-se um grande laboratório para aplicação mundial de uma fórmula que veio a se tornar mundial.

“La revuelta intelectual contra esa perspectiva y contra ese modo eurocentrista de producir conocimiento nunca estuvo exactamente ausente, en particular en América Latina.<sup>6</sup> Pero no levanta vuelo realmente sino después de la Segunda Guerra Mundial, comenzando por supuesto en las áreas dominadas y dependientes del mundo capitalista”. QUIJANO, 2000. p. 344

Com efeito no pós segunda guerra mundial - quando a exposição do etnicismo europeu se fez mais explícito - com as ações em prol da independência dos países africanos, movimentos de desenvolvimento nacionalistas e as ameaças socializantes impostas com a presença da União Soviética como potência mundial, criaram-se as condições de uma sublevação dos projetos nacionais e étnicos.

“Em esse nuevo contexto están hoy activos otros componentes del debate latino-americano que apuntan hacia una nueva idea de totalidad histórico-social, núcleo de una racionalidade no-eurocêntrica. Principalmente las propuestas sobre la colonialidad del poder y sobre la heterogeneidade histórico-estructural de todos los mundos de existência social”. QUIJANO, 2000. p. 344 e 345

Neste novo cenário mundial vimos surgir à perspectiva esboçada pelo ISEB e que buscou conformar uma terceira via entre o dualismo EUA X URSS, mas que em comum com a perspectiva desenvolvida pelo Grupo Modernidade/Colonialidade, tergiversa sobre a questão econômica, sem que avaliem a interligação desta com a questão étnica.

Assim Quijano, em sua análise macro social avalia que tanto o modelo liberal, liberalismo e suas variantes, bem como, o marxismo, entendido como o comunismo

e socialismo de Estado, têm em comum o problema da centralidade eurocêntrica, assim descrita por ele...

“Para el materialismo histórico, la más eurocéntrica de las versiones de la heterogénea herencia de Marx, las estructuras sociales se constituyen sobre la base de las relaciones que se establecen para el control del trabajo y de sus productos. Tales relaciones se denominan relaciones de producción. Pero la diferencia de las variantes del liberalismo, no sólo afirma la primacía de uno de los ámbitos – el trabajo y relaciones de producción – sobre los demás, sino también y con idéntica insistencia, que el orden configurado corresponde a una cadena de determinaciones que proviene del ámbito primado y atraviesa al conjunto. Desde ese punto de vista, el control del trabajo es la base sobre la cual se articulan las relaciones de poder y, a la vez, el determinante del conjunto y de cada una de ellas”. QUIJANO, 2000. p. 346

Como podemos perceber é determinante na crítica de Quijano o fator do a-historicismo. As teorias liberais e marxistas são teorias que partem de um padrão societário homogêneo e desconsideram todo o processo histórico de cada sociedade, e, que na especificidade da América Latina, a sua aplicabilidade acrítica nos leva à negação de todo o processo histórico de escravização, servidão e constitutivo das camadas dirigentes.

“En primer término, todas presuponen una estructura configurada por elementos históricamente homogéneos, no obstante la diversidad de formas y caracteres, que guardan entre sí relaciones continuas y consistentes—sea por sus “funciones,” sea por sus cadenas de determinaciones—lineales y unidireccionales, en el tiempo y en el espacio.

Toda estructura social es, en esa perspectiva, orgánica o sistémica, mecánica. Y esa es, exactamente, la opción preferencial del eurocentrismo en la producción del conocimiento histórico.

En segundo lugar, en todas esas vertientes subyace la idea de que de algún modo las relaciones entre los componentes de una estructura social son dadas, ahistóricas, eso es, son el producto de la actuación de algún agente anterior a la historia de las relaciones entre las gentes. QUIJANO, 2000. p. 346

Entende-se assim que a translação conceitual e de modelos societários de forma acrítica, antes de tudo, não coadunam com a realidade local, pois, de imediato desconsideram a sua historicidade, e conseqüentemente a própria constituição social.

“En cada uno de los principales ámbitos de la existencia social cuyo control disputan las gentes, y de cuyas victorias y derrotas se forman las relaciones de explotación/dominación/conflicto que constituyen el poder, los elementos componentes son siempre históricamente heterogéneos. Así, en el capitalismo mundial el trabajo existe actualmente, como hace 500 años, en todas y cada una de sus formas históricamente conocidas (salario, esclavitud,

servidumbre, pequeña producción mercantil, reciprocidad), pero todas ellas al servicio del capital y articulándose en torno de su forma salarial. Pero del mismo modo, en cualquiera de los otros ámbitos, la autoridad, el sexo, la subjetividad, están presentes todas las formas históricamente conocidas, bajo la primacía general de sus formas llamadas modernas: el “estado-nación”, “la familia burguesa,” la “racionalidad moderna.”” QUIJANO, 2000. p. 347 e 348

É evidente a necessidade de enfrentamento à nossa realidade sócio histórica, diante da própria transformação societária, ou seja, mesmo diante de uma conjuntura em movimento, não é possível a constituição de uma verdadeira democracia sem o enfrentamento da realidade histórica. Isso significa que as translações conceituais e de modelos societários necessitam passar pelo crivo do que Guerreiro Ramos chamou de “redução sociológica”.

Obviamente, que esta não se desenvolverá sem resistência, seja esta consciente ou não, visto que o modelo emergencial imposto no nosso cotidiano termina por nos limitar à realidade presente, omitindo, ignorando e mesmo escamoteando o nosso passado sócio-histórico na perspectiva de manutenção do *status quo*.

“Las posibilidades de acción de las gentes no son infinitas, o siquiera muy numerosas y diversas. Los recursos que disputan no son abundantes. Más significativo aún es el hecho de que las acciones u omisiones humanas no pueden desprenderse de lo que está ya previamente hecho y existe como condicionante de las acciones, externamente o no de la subjetividad, del conocimiento y/o de los deseos y de las intenciones. Por ello, las opciones, queridas o no, conscientes o no, para todos o para algunos, no pueden ser decididas, ni actuadas en un vacuum histórico”. QUIJANO, 2000. p. 348

O a-historicismo imposto nas translações conceituais procura desconhecer toda a subjetividade constitutiva da ordem social imposta, buscando formar conceitos e padrões societários a partir da realidade conjuntural, negando e criando uma espécie de vácuo histórico.

A perpetuação do *modus vivendi* se encontra na ordem do dia, visto que não admitem a responsabilidade pelo atual estágio de segregação a que estamos submetidos, diante de uma necessidade de revisão do modelo totalitário de sociedade imposto. Portanto, tornam factíveis pequenas aberturas que simbolizem micro relações sociais, contanto que não altere substancialmente a ordem estabelecida.

“Para poder negar la realidad del poder societal, el empirismo y el postmodernismo requieren negar la idea de totalidad histórico-social y la existencia de un ámbito primado en la configuración societal, actuando como

eje de articulación de los demás. El poder en el viejo empirismo sólo existe como autoridad, en un sólo ámbito de relaciones sociales, por definición, dispersas. En el postmodernismo, desde sus orígenes post-estructuralistas, el poder sólo existe a la escala de las micro-relaciones sociales y como fenómeno disperso y fluido. No tiene sentido, en consecuencia, para ninguna de tales vertientes del debate, pensar en el cambio de algo llamable sociedad en su conjunto y ubicar para eso sus ejes de articulación o los factores de determinación que deben ser cambiados”. QUIJANO, 2000. p. 353

Ao nos debatermos com nossa herança eurocêntrica, aprisionados/aprisionadas nas translações conceituais e societárias que determinaram o processo de branquitude e poder que esta coloniadade nos impõe, fica explícito o fator de resistência encontrado em quase todos os setores societários, os quais nos impedem mesmo de pautar o seu enfrentamento, visto que o seu funcionamento é praticamente perfeito dentro de uma homogeneidade que naturalizada.

“En esa confrontación entre las ideas orgánicas y sistémicas de totalidad, de un lado, y la negación de toda idea de totalidad, del otro, pareciera pues tratarse de opciones muy contrapuestas, incluso referidas a perspectivas epistémicas no conciliables. Ambas tienen, sin embargo, un común linaje eurocéntrico: para ambas posiciones el paradigma eurocéntrico de totalidad es el único pensable. Dicho de otro modo, en ambas subyace el supuesto nunca explicitado y discutido, ya que nunca fue una cuestión, de que toda idea de totalidad implica que el todo y las partes corresponden a una misma lógica de existencia. Es decir, tienen una homogeneidad básica que sustenta la consistencia y la continuidad de sus relaciones, como en un organismo, o en una máquina, o en una entidad sistémica”. QUIJANO, 2000. p. 354

Fica evidente que a manutenção deste sistema com sua homogeneidade naturalizada, não vê impedimento para que princípios supostamente defendidos dentro do sistema mundo de sociedade, como a democracia, seja sucumbida ou escamoteada em seu exercício real.

“Puesto que la ciudadanía y el moderno Estado-nación, los elementos centrales de la democracia actual, implican la igualdad jurídico-política de los individuos y éstos son, al mismo tiempo, desiguales en todos los demás ámbitos de las relaciones de poder, lo que en el patrón de poder vigente se llama democracia es la igualdad jurídico-política de individuos desiguales en la sociedad”. QUIJANO, p. 02

Faz-se necessário questionarmos: como e por que a negação do sistema mundo, ao qual nos condicionamos enquanto sociedade, quando nos referimos a um sistema democrático? Se torna evidente que a integração do nosso país ao sistema mundo e sistema econômico se encontra em confronto ou em contradição com o que se espera de uma democracia, visto que as benesses advindas do processo histórico marcado com a escravização dos povos indígenas e negros/negras são

fundamentais na implementação e avanço do sistema capitalista entre nós e, obviamente não favorecem a uma prática real de democracia.

Portanto os conceitos e modelos societários universalizados são utilizados de forma seletiva, de modo que não venham a confrontar o projeto de branquitude e sistema segregacionista vigentes.

“Ese nuevo patrón de poder se constituyó tramando, de una parte, un nuevo sistema de dominación configurado en torno del invento ideológico de "raza" como desigualdad de naturaleza entre los colonizadores ibéricos y los colonizados aborígenes de lo que será América. Y, de otra parte, un nuevo sistema de explotación consistente en la articulación de todas las formas hasta entonces existentes de explotación (esclavitud, servidumbre, reciprocidad, pequeña producción mercantil independiente) en torno de la hegemonía del capital y del mercado mundial”. QUIJANO, p. 02

Como podemos verificar, mesmo a citação acima estando diretamente ligada à questão dos povos indígenas hispânicos, não deixa de ser aplicada à realidade brasileira, no que se refere às populações indígenas, negras e mestiças, as quais são submetidas ao mesmo padrão de colonialidade do poder, o qual conforma assim um padrão societário de exploração e segregação destas populações.

“Ese nuevo patrón de poder se desarrolló eurocentrándose y se impuso mundialmente en el curso de expansión del colonialismo eurocéntrico[3]. Es sin duda, el producto históricamente más importante de ese específico colonialismo y por eso le es inherente un inextricable carácter de colonialidad eurocéntrica, que se expresa en una contradicción tan insanable como inevitable o necesaria: produce la racionalidad moderna y la idea de igualdad, autonomía y libertad de los individuos y, al mismo tiempo, la negación radical de esas calidades en los individuos pertenecientes a las "razas inferiores". Estos son naturalmente desiguales, en tanto que naturalmente inferiores, a los individuos de la "raza superior". En rigor, fue la duradera experiencia de la colonización y de la colonialidad lo que naturaliza en la mentalidad de los colonizadores, que se identificarán como "europeos" o "blancos" desde el siglo xviii, la idea de que ellos son iguales entre sí respecto de los colonizados, no obstante sus propias desigualdades sociales. QUIJANO, p 03

Ao incorporar a colonialidade do poder, através das translações conceituais e modelos societários encontramos a identificação das elites dominantes com o seu opressor, as quais buscam com esta identificação igualar-se ao mesmo, enquanto conformam padrões societários segregadores, de forma que se mantenham próximas ao padrão branco eurocêntrico, ao qual se sentem integradas ou vislumbram uma integração, e, assim, abandonam qualquer princípio de democracia plena.

Este processo sistêmico, conformado a partir da classificação racial imposta pela modernidade eurocêntrica, como forma de justificar e ampliar o seu avanço na exploração de riquezas e destruição de outras culturas, com base em um sistema econômico de exploração máxima de cada indivíduo - o qual se apropriou dos escombros sócio-históricos de um processo secular de escravização - impôs um processo de segregação sob a égide de um projeto de branquitude aos povos indígenas, negros e mestiços.

As rupturas de sistemas políticos, especialmente no Brasil, em nenhum momento buscaram um processo sócio-histórico de superação da realidade vivida por indígenas e negros, ao contrário, estas buscaram, via de regra, a manutenção e mesmo ampliação das benesses advindas do projeto de branquitude, este conscientemente concebido ou não, mas que moldou e molda o nosso modelo societário.

“Para la nueva burguesía especuladora y sus agentes en el gobierno, es cómo asegurar la continuada succión de beneficios en un país tan empobrecido”. QUIJANO p 06

### **O olhar precursor de Guerreiro Ramos sobre o impacto da questão racial no desenvolvimento do Brasil antecedendo o conceito de colonialidade do poder e o Movimento Modernidade/Colonialidade**

Como podemos observar no decorrer deste trabalho, as contribuições de Guerreiro Ramos ainda no período de 1950 se mantêm atuais em nossa conjuntura, visto que a busca por superação do racismo ou mesmo uma integração social do elemento negro em nossa sociedade ainda encontra fortes resistências.

Importante destacarmos que, mesmo a luta por integração social do negro na nossa sociedade desenvolvida por Guerreiro Ramos encontra momentos específicos, nos quais se enquadra a sua própria postura quanto ao problema do racismo e o assumimento de sua negritude.

“Guerreiro Ramos via a necessidade de instalar na sociedade brasileira “mecanismos integrativos de capilaridade social capazes de dar função e posição adequada aos elementos da massa de cor que se adestram nos estilos de nossas classes dominantes”. SOARES, 2006, p 129

Mais importante ainda é a extensa luta desenvolvida por Guerreiro em várias frentes, como já demonstramos, sendo marcante o seu papel, tanto na organização negra (TEN), como no trabalho desenvolvido junto à Secretaria de Governo da Presidência da República.

“O TEN era visto por Guerreiro Ramos como única instituição que encarnava o espírito de conciliação integrando raças, partidos, profissões. Tinha como missão instalar na sociedade brasileira mecanismos de integração social dos homens de cor, transformando a luta de classes em um processo de cooperação e desenvolvendo, nos homens de cor, estilo de vida das classes superiores”. SOARES, 2006, p 130

Esta dupla dimensão da sua militância, sociológica e negra, o leva a entender a estruturalidade das questões raciais no interior da nossa sociedade e avalia que apenas através do desenvolvimento econômico e consequente integração dos setores marginalizados alcançaríamos a solução destes problemas.

“(...) Guerreiro entende que os problemas do índio e do negro são “aspectos particulares do problema nacional de caráter eminentemente econômico e político”, que devem apoiar-se numa teoria geral da sociedade brasileira e articulando-se com o processo de desenvolvimento econômico. “... num país como o Brasil, o trabalho antropológico terá sempre um sentido dispersivo se não articula com o processo econômico. Na fase em que se encontra o mero aspecto antropológico dos seus problemas é acentuadamente subsidiário. Nossos problemas culturais, no sentido antropológico, são particulares e dependentes da fase de desenvolvimento econômico do Brasil. A mudança faseológica de nossa estrutura econômica automaticamente solucionará tais problemas”. SOARES, 2006, p 132

Não obstante, encontramos a identificação do que posteriormente o Grupo Modernidade/Colonialidade, através de Quijano, classificou como colonialidade do poder. As translações conceituais e societárias, normatizavam e normatizam as relações sociais na sociedade brasileira.

“Na opinião de Guerreiro a sociologia do negro é uma ideologia da branquidade. O negro é tido como problema porque a sociedade brasileira, europeizada, tem conotação clara. “... o que parece justificar a insistência com que se considera problemática a situação do negro no Brasil é o fato de que ele é portador de uma pele escura. A cor da pele do negro parece constituir o obstáculo, a anormalidade a sanar. Dir-se-ia que na cultura brasileira o branco é o ideal, a norma, o valor, por excelência” (Op. cit.: 149). Trata-se de um fenômeno patológico face à adoção, pela sociedade brasileira, de um padrão estético europeu, em virtude da superioridade prática e material da cultura ocidental. “O brasileiro, em geral, e especificamente o letrado, adere psicologicamente a um padrão estético europeu e vê os acidentados étnicos do país, e a si próprio do ponto-de-vista daquele. Isto é verdade, tanto como referência ao brasileiro de cor como o claro. Este fato da nossa psicologia coletiva é, do ponto-de-vista da ciência social, de caráter patológico, exatamente porque traduz a adoção de um critério artificial, estranho à vida, para a avaliação da beleza humana. Trata-se aqui, de um caso de alienação

que consiste em renunciar à indução de critérios locais ou regionais de julgamento do belo, por subserviência inconsciente a um prestígio exterior (Op. Cit.: 153)(9). SOARES, 2006, p 134

Verifica-se nesta análise dois fatores, os quais classificamos como projeto de branquitude e estruturalidade do racismo, talvez não identificados pelo autor diante da própria conjuntura da época ou da não compreensão da força do próprio racismo e, ainda, diante da busca incessante de construções sociológicas e políticas dentro do desenvolvimentismo nacional, sem o devido enfrentamento ao racismo.

“Essa maneira de ver revela que o “problema efetivo do negro no Brasil é essencialmente psicológico e secundariamente econômico”. Disse que se se defina o negro como um integrante NORMAL da população do país, como povo brasileiro, carece de significação falar de “problemas do negro” de forma puramente econômica, destacado do problema geral das classes desfavorecidas ou de pauperismo. O negro é povo, no Brasil. Não é um componente estranho de nossa demografia. Ao contrário, é a sua mais importante matriz demográfica. E este fato tem que ser erigido à categoria de valor, como exige a nossa dignidade e o nosso orgulho de povo independente”. (Op. Cit.: 157). SOARES, 2006, p 136 e 137

Como podemos observar, encontramos na análise do autor, ainda, certa ingenuidade diante do racismo e da própria realidade do elemento negro em nossa sociedade, pois diante da marginalização a que o mesmo estava submetido, ele buscava uma justificação dentro do quadro social, acreditando com isso em uma compreensão social da nossa realidade étnica e demonstrando um completo desconhecimento do projeto de branquitude. Ele acreditava que “A valorização de nossos tipos étnicos é um imperativo de caráter nacional que se vem firmando no processo de desenvolvimento”. SOARES, 2006, p 137

Como descrevemos amplamente, a preocupação com a constituição de um processo integrativo do elemento negro passa inicialmente pela própria capacitação do mesmo. E aqui encontramos semelhança com o trabalho desenvolvido pela Frente Negra Brasileira, que também, não identificava a existência de um racismo estruturado, nem mesmo um projeto de branquitude, prevendo que apenas com uma assimilação social de valores e qualificação profissional seria possível um processo de integração social.

“Em um primeiro momento, seu posicionamento quanto à questão do negro é de promoção social. Empenha-se na preparação do negro para a vida social dentro dos padrões de comportamento da classe dominante, e em negar o ódio. A negritude é vista sob ângulo romântico, revelado a origem literária do Autor e mostra um “nacionalismo ingênuo””. SOARES, 2006, p 138



No entanto, é com a concepção de totalidade que Guerreiro passa a compreender o processo ao qual está submetido o elemento negro e identifica a patologia do branco brasileiro, passando a denunciar o racismo.

“Em um segundo momento as relações raciais passam a fazer parte da formulação da sociologia brasileira, encontrando-se em sua reflexão as categorias que inspiram (totalidade, autenticidade, fase), além da crítica da sociologia e da antropologia. A *práxis* se revela em sua militância. O existencialismo fenomenológico está presente na axiologia da estética social, no “negro desde dentro”, na circunstância, no *niger sum* e na “suspensão” da brancura. Este segundo momento já se esboçara em texto em 1949, onde se entremostrava a noção de totalidade: “A simples reeducação desta massa desacompanhada de correlata transformação da realidade sócio-cultural representa a criação de situações marginais dentro da sociedade” (RRB, 1950: 37). Da psico-sociologia de eliminação do ressentimento, o Autor passa à denúncia do caráter patológico das atitudes do branco e da alienação estética do próprio negro a questão é fundamentalmente psicológica e secundariamente econômica. A referência elogiosa à democracia racial dá lugar à estratégia da denúncia. O desmascaramento de nossos equívocos estéticos, é um expediente a ser abandonado tão logo se constitua uma teoria objetiva da sociedade brasileira. Guerreiro tinha a esperança de que a mudança de orientação não redundasse em conflito insolúvel, mas sim na liquidação dos equívocos de parte a parte”. SOARES, 2006, p 138

É extremamente importante analisarmos em um trabalho futuro, mas não podemos deixar de mencionar que, tanto na perspectiva de Guerreiro Ramos como na do Grupo Modernidade/Colonialidade existe uma forte resistência aos modelos eurocêntricos de sociedade, principalmente no que tange à questão econômica. Mas no entanto, não há formulação explícita de como desenvolver um enfrentamento às questões raciais, visto que estas foram amplificadas com a adesão sistemática dos países ao modelo econômico capitalista e em ambos há um rechaço ao modelo comunista, embora os dois modelos sejam de origem europeia.

Importante destacarmos ainda, que toda e qualquer busca por soluções democráticas dos problemas demográficos e étnicos nos referidos países sempre encontrou e encontra fortes resistências e até mesmo o enfrentamento com a interrupção de processos democráticos através de golpes geralmente financiados pelos interesses do capitalismo mundial, do imperialismo estadunidense, especialmente na América Latina.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo o presente estudo como não conclusivo, entendemos que o mesmo deverá se estender a partir do desenvolvimento e ampliação das nossas considerações, as quais serão disponibilizadas, especialmente por meio de artigos para organizações e revistas especializadas, desenvolvimento de grupos de estudo, participação em seminários e congressos.

Neste sentido, é importante a ênfase a pontos significativos para a sociologia brasileira e mesmo universal, a partir da constatação da necessidade do entendimento local da realidade a ser estudada, que apresentamos neste trabalho através do conceito de redução sociológica.

Constatamos os elementos sociológicos específicos da realidade brasileira, no que concerne à nossa pluriétnica e diversidade cultural, expressos na necessidade do estudo do ser humano negro, a partir da conceituação de negro-vida e não do conceito objetificado, como vinha sendo estudado por nossa intelectualidade até o início do século passado e no necessário estudo do ser humano branco ou brancura, como bem definido por Guerreiro Ramos.

Constatamos também que, infelizmente, Guerreiro Ramos mesmo com o reconhecimento de tais elementos conceituais, não percebeu a identificação dos mesmos com o que chamamos de projeto de branquitude, estruturalidade do racismo e negação da pluriétnica, em um processo de harmonia étnico racial que sustentou e sustenta a existência de um racismo estrutural, enraizado no cerne da sociedade e por este mesmo alimentado até os nossos dias.

Ressaltamos que, no decorrer deste trabalho sugerimos para estudo, aprofundamento vários outros pontos, como: os impactos do golpe militar e a luta antirracista, as reformas educacionais do regime militar e o estudo étnico no Brasil, sistema econômico e racismo, dentre outros. E que uma série de outros temas e possibilidades podem e devem ser sugeridas e abordadas.

Em nosso entendimento conseguimos apresentar, até mesmo de forma extensa, devido à peculiaridade da época estudada, mesmo sem querer mapear todo o processo vivido, momentos e acontecimentos importantes na nossa historiografia,

bem como, acontecimentos históricos promovidos pelas organizações sociais, que acabaram contribuindo com o destino da luta negra no Brasil.

Por fim, esperamos ter conseguido expressar de forma nítida a importância da luta negra no Brasil, especialmente a contribuição epistemológica desenvolvida por Guerreiro Ramos no desmascaramento das visões antropológicas e sociológicas da época no tratamento da questão da negritude; bem como a sua importância como precursor de um olhar a partir da nossa própria realidade, através do método da redução sociológica, o qual, mesmo que indiretamente, tem inúmeros pontos em comum com o Grupo Modernidade/Colonialidade.

As interseções que trouxemos buscam favorecer uma melhor compreensão da sociedade brasileira, a partir da sua constituição moderna até aos nossos dias, mesmo com o limite temporal da pesquisa. Elas retrocedem no tempo e nos mostram que não superaremos o racismo estrutural sem o enfrentamento com o nosso passado escravagista, o qual conformou e consolidou um projeto de branquitude naturalizado na sociedade, o qual nos violenta cotidianamente.

## BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, Aparecida Maria. **Guerreiro Ramos, um sociólogo em “mangas de camisa”**: o processo formativo de uma teoria social para nações em processo de descolonização. ARGUMENTOS, Revista do Departamento de Ciências Sociais da UNIMONYTES, p. 123- 156

ABRANCHES, Aparecida Maria. **Nacionalismo e democracia no pensamento de Guerreiro Ramos**. Rio de Janeiro, 2006. Tese, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro

AZEVÊDO, Ariston; ALBERNAZ, Renata Ovenhausen. **Alberto Guerreiro Ramos: deputado guanabareense**. In: GURGEL, C.; MARTINS, P. E. M. **Estado, organização e pensamento social brasileiro**. Niterói, rj: ed. Uff, 2013. 253-275 p.

AZEVEDO, Ariston; ALBERNAZ Renata Ovenhausen. **A Razão d’A Nova Ciência das Organizações**. Cad. EBAPE. BR, v. 13, Edição Especial, Artigo 4, Rio de Janeiro, Set. 2015.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 11. Brasília, maio – agosto de 2013, pp 89-117

BARBOSA, Francisco de Assis. **Apresentação ao livro Rui Barbosa e a queima dos arquivos**. Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br>. Acesso em: 10 mai. de 2020.

BARBOSA, Francisco de Assis. **Obras Completas de Rui Barbosa**. Vol. XIII, 1886. Tomo II, p. 288. Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br>. Acesso em: 10 mai. de 2020.

BARBOSA, Muryatan Santana. **Guerreiro Ramos: o personalismo negro**. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 18, n 2, 2006. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12522>.

\_\_\_\_\_. **O TEN e a negritude francófona no Brasil, recepção e inovações**. RBCS, v. 28, n. 81. Fevereiro/2013.

BARIANI, Edison. **A perspectiva da revolução: Guerreiro Ramos e o nacionalismo**. Crítica e sociedade. Revista de Cultura Política. Vol. 1 n. 1, jan/jun 2011.

BARIANI, Edison. **Guerreiro Ramos: uma sociologia em mangas de camisa**. CAOS – Revista eletrônica de Ciências Sociais. N. 11 outubro/2006. Pág.. 84-92.

\_\_\_\_\_. **Perspectiva da Revolução: Guerreiro Ramos e o Nacionalismo**. Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política. Uberlândia. V.1, n.1, jan./jun. 2011.

BARIANI, Edison. **Uma intelligentsia Nacional: Grupo de Itatiaia, IBESP e os Cadernos de Nosso Tempo**. Revista quadrimestral de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. N.18, Vol.44. 2005. Disponível em:

<https://aratupe.ufba.br/index.php/crh/article/view/18525>. Acesso em: 10 mai. de 2020.

\_\_\_\_\_. **ISEB: fábrica de controvérsias**. Unimontes: Espaço Acadêmico, n. 45, fev. 2005.

\_\_\_\_\_. **Guerreiro Ramos e a redenção sociológica: capitalismo e sociologia no Brasil**. 2008. 329 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/106293>>. Acesso em: 10 mai. de 2020.

COSTA PINTO, L. de A. **O Negro no Rio de Janeiro: Relações de Raças numa sociedade em mudança**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.

\_\_\_\_\_. **Depoimento**. Rio de Janeiro, Cpdoc/FGV, 1989.

CRUZ, Leonardo Borges da. **O pioneirismo de Guerreiro Ramos nos estudos sobre hierarquias raciais: a gênese de uma formação discursiva pós-colonial**. São Carlos. 2014 UFSCAR

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Revista Tempo. PP 100-122. 2007.

DUARTE, Evandro Piza. SCOTTI, Guilherme. NETTO, Menelick de Carvalho. **Ruy Barbosa e a queima dos arquivos: as lutas pela memória da escravidão e os discursos dos juristas**. Universitas JUS, v. 26, p. 23-39. 2015.

DUSSEL, Enrique. **1492: O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Conferências de Frankfurt / Enrique Dussel. Tradução Jaime A. Classen. Petrópolis, RJ 1993

DUZERT, Yann, Cavalcanti, Bianor & MARQUES, Eduardo. (org.). **Guerreiro Ramos, Coletânea de Depoimentos - Collection of Testimonials**. Editora FGV. 1ª edição – 2014.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal**. São Paulo: Editora Global Distribuidora S.A. 1933.

FILGUEIRAS, Fernando de Barros. **Guerreiro Ramos, a redução sociológica e o imaginário pós-colonial**. Cadernos CRH, Salvador, v. 25 n. 65 p. 347 – 363. Maio 2012

FREITAS, Altieri Dias de. **Notas sobre o contexto de trabalho do Grupo Modernidade/Colonialidade - Universidade, horizontes utópicos e desafios teóricos**. REALIS, v. 8, n. 02, jul-dez. 2018 – ISSN 2179-7501

GARCIA, R.M. **A via de um guerreiro... com sabedoria e senso de humor: uma sinopse da obra de Guerreiro Ramos**. Rev. Adm. Publ. Rio de Janeiro 17(1) p. 107-126. jan/mar 1983.

GOMES, Fabrício Augusto Souza. **Conspirações em Botafogo sob a sombra das Palmeiras: o ISEB, os militares e a imprensa**. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) Centro de Ciências Humanas e Sociais. 2011.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A crise do poder no Brasil (Problemas da Revolução Nacional Brasileira)**. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1961.

\_\_\_\_\_. **A Modernização em Nova Perspectiva: em busca do modelo da possibilidade**. 1967, R.A.P. p, 7-43

\_\_\_\_\_. **A redução sociológica (Introdução ao estudo da razão sociológica)**. 2ª Edição. Coleção Tempo Novo 2. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda. 1965

\_\_\_\_\_. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro. Editora UFRJ. 1995[1957].

\_\_\_\_\_. **A dinâmica da sociedade política no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, v. 1, 1956, pp. 23-38.

\_\_\_\_\_. **Mito e verdade da Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1963.

\_\_\_\_\_. **O problema do negro na sociologia brasileira**. Transcrito de Cadernos de Nosso Tempo, 2(2), jan/jun 1954. Republicado em Simon Schwartzman, editor, O pensamento nacionalista e os "Cadernos de nosso tempo". Brasília, Câmara dos Deputados e Biblioteca do Pensamento Brasileiro.

\_\_\_\_\_. **A redução sociológica: introdução ao estudo da razão sociológica**. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

\_\_\_\_\_. **Um herói da negritude**. Diário de Notícias, 06/04/1952, Suplemento Literário, p. 1. Notas sobre planificação social. Revista do Serviço Público, Rio de Janeiro, ano IX, v. 4, n. 3, p. 163-166, dez., 1946.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **A recepção de Fanon no Brasil e a identidade negra**. Novos Estudos CEBRAB 81 julho 2008. p 99 - 144

HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (orgs.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.

JUNIOR, Wilson Pizza. **Trajatória parlamentar de Alberto Guerreiro Ramos**. RAP Rio de Janeiro, 31(5) p. 24-28, set/out, 1997.

KAYSEL, André. **Caminhos cruzados: marxismo e nacionalismo no Brasil e no**

**Peru (1928-1964).** Lua Nova, São Paulo, 106: 247-275, 2019. Orcid: 0000-0003-2467-5363. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-247275/106>. Acesso em: 20 mai. de 2020.

LACERDA, João Baptista de. The metis, or helf-breeds, of Brazil. In: SPILLER, Gustav (Org.). **Papers on inter-racial problems communicated to the First Universal Races Congress.** Londres: P. S. King & Son; Boston: The World's Peace Foundation, 1911. p. 377-383.

LACERDA, João Baptista de. **Sur le métis au Brésil.** In: Premier Congrès Universel des Races: 26-, juillet. Paris: Devouge, 1911.

LACOMBE, Américo Jacobino; SILVA, Eduardo; BARBOSA, Francisco Assis de. **Rui Barbosa e a Queima de Arquivos.** Brasília: Ministério da Justiça. Rio de Janeiro: Fundação Rui Barbosa, 1988. Disponível em: <http://www.casaruibabosa.gov.br>. Acesso em: 10 mai. de 2020.

LEITE, Júlio Cesar do Prado. **Guerreiro Ramos e a importância do conceito de redução sociológica no desenvolvimento brasileiro.** Rev. Adm. Publ. Rio de Janeiro, 17(1) p. 77-83 jan/mar 1983.

LIMA, João Vicente Ribeiro Barroso da Costa. **A sociologia do conhecimento de Guerreiro Ramos.**

LIEDKE, Élide Rubini. **Breves indicações para o ensino de teoria sociológica hoje.** Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº 17, jan./jun. 2007, p. 266-278

ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Viana.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade, poder, globalização e democracia.** Novos rumos, n. 37, p. 4-28, 2002.

MAIA, João Marcelo E. **Reputações à brasileira: o caso de Guerreiro Ramos.** Sociologia & Antropologia, v. 02. p. 265-291, 2012.

MAIA, João Marcelo Ehlert. **A sociologia periférica de Guerreiro Ramos.** Caderno CRH, Salvador, v. 28, n. 73, p. 47-58, jan/abr 2015.

MAIO, Marcos Chor; LOPES, Thiago da Costa. **Da Escola de Chicago ao nacional-desenvolvimentismo: Saúde e Nação no pensamento de Alberto Guerreiro Ramos (1940-1950).** Sociologias, Porto Alegre, ano 14 n. 30, mai/ago, 2012, p. 290-329.

\_\_\_\_\_. **Cor, intelectuais e nação na sociologia de Guerreiro Ramos.** Cad. EBAPE, v. 13, Edição Especial, artigo 5, Rio de Janeiro, set. 2015

MAIO, Marcos Chor. **Guerreiro Ramos interpela a UNESCO: ciências sociais, militância e antirracismo.** Caderno CRH, Salvador, v. 28 n. 73 p. 77-89, jan/abr

2015.

\_\_\_\_\_. **O projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50.** RBCS, vol. 14. N. 41 outubro/1999. pp. 141 -158.

\_\_\_\_\_. **Uma polêmica esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o tema das relações raciais.** Dados, vol. 40 n. 1 Rio de Janeiro, 1997.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). **Raça, ciência e sociedade.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; CCBB. 1996.

MAIO, Marcos Chor & LOPES, Thiago da Costa. **“For the establishment of the social disciplines as sciences”:** Donald Pierson e as ciências sociais no Rio de Janeiro (1942-1949). Sociologia & Antropologia. Rio de Janeiro. V. 05.02: 343-380. Agosto, 2015

MAIO, Marcos Chor & LOPES, Thiago da Costa. **Entre Chicago e Salvador: Donald Pierson e o estudo das relações raciais.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol. 30 n 60 p. 115-140. Janeiro – abril 2017

MALDONADO-TORRES, N. **“Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto”.** In: Castro-Gómez, S. e Grosfoguel, R. (eds.), *El giro de colonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global.* pp. 127-167, Ed. Siglo del Hombre Editores, Bogotá. 2007.

MALTA, Marcio & KRONEMBERGER, Thais Soares. **Nem melhor nem pior, apenas divergentes: uma contribuição acerca da sociologia brasileira e da polêmica entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos.** P. 21-44. [achegas.net/numero42.marcio\\_thais\\_42.pdf](http://achegas.net/numero42.marcio_thais_42.pdf)

MATTA, João Eurico. **Alberto Guerreiro Ramos: Reflexão preliminar sobre sua trajetória intelectual, em homenagem póstuma.** Rev. Adm. Publ. Rio de Janeiro, 17(1) p. 85-106, jan/mar 1983.

MIGNOLO, W.D. **La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial.** Barcelona. Gedisa Editorial. 2005.

MIGNOLO, D. Walter. **Histórias Locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.** 1. Ed. rev. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020

MOTTA, Luiz Eduardo P. **O ISEB no banco dos réus.** Comum - Rio de Janeiro - V.5 - nº 15 - p. 119 a 145 - ago/dez 2000

\_\_\_\_\_. **A política do Guerreiro: nacionalismo, revolução e socialismo no debate brasileiro dos anos 60.** O&S. Salvador, v. 17, n. 52, p. 85-101, janeiro/março-2010.

MOTTA, Roberto. Gilberto Freyre, René Ribeiro e o Projeto da UNESCO.



NASCIMENTO, Abdias. **Teatro Experimental do Negro: trajetórias e reflexões**. Estudos Avançados. Vol.18, nº. 50. São Paulo. Jan./Apr. 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142004000100019>. Acesso em: 10 mai. de 2020.

\_\_\_\_\_. **"O Teatro Experimental do Negro e seu Instituto de Pesquisa Sociológica"**, In: A. Guerreiro Ramos (org.), **Relações de Raça no Brasil**. Rio de Janeiro, Edições Quilombo. 1950.

\_\_\_\_\_. "Espírito e Fisionomia do Teatro Experimental do Negro". In: Teatro Experimental do Negro: **Testemunhos**. Rio de Janeiro: Ed. GDR. 1966.

\_\_\_\_\_. **O Negro Revoltado**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira. 1982.

ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: Ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. Editora UNESP.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Guerreiro ontem, Guerreiro hoje**. RAP Rio de Janeiro. 31(5) p. 9-14 set/out 1997.

\_\_\_\_\_. **A Sociologia do Guerreiro**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

\_\_\_\_\_. Donald Pierson e a Sociologia no Brasil. BIB, Rio de Janeiro, n 23, pp: 35-48 1 semestre de 1987

PAIM, Antônio. "Por uma Universidade no Rio de Janeiro". In: S. Schwartzman (org.), **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. Brasília, CNPq. 1982.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Editora Ática, 1990, 335p.

PEREIRA, Claudio Luiz e SANSONE, Livio. **Projeto UNESCO no Brasil: textos críticos**. organização: Claudio Pereira e Livio Sansone. Salvador: UFBA, 2007.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade e Modernidade-Racionalidade**. In: BONILLO, Heraclio (comp) Los conquistados. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Bogota: Tecer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992. pp 437-449.

QUIJANO. Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). **Coleccion Sur. CLACSO**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2002.

QUIJANO, Aníbal. "**Colonialidad del poder y clasificación social**". Journal of World-System Research. (2): 342-386. 2000.

Quijano, Aníbal. **NOTAS SOBRE "RAZA" Y DEMOCRACIA EN LOS PAÍSES ANDINOS**. En publicacion: Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales vol.9, n.1. : 1315-6411. Acceso al texto completo: <http://bibliotecavirtual/ar/libros/venezuela/rvecs/1.2003/quijano.doc>

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o Sentido do Brasil**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora S.A. 1995.

RIDLEY, Mark. **Evolução**. 3ª edição. Tradução Henrique Ferreira/Luciane Passaglia/Rivo Fischer. 2007.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 5. ed. rev. Prefácio Homero Pires. Notas bibliográficas de Fernando Sales. São Paulo : Nacional, 1977 [1933] .

\_\_\_\_\_. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 2011 [1957] .

SANTOS, Edson Bomfim. **A construção da negação de brasilidade**. 1º Congresso Nacional de Ciências Sociais – CONACSO – Desafios da inserção em contextos contemporâneos, em 23 a 25 de setembro de 2015, Vitória: UFES – Universidade Federal do Espírito Santo.

SCHWARTZMAN, Simon. **O Pensamento Nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"**. Brasília: Câmara dos Deputados e Biblioteca do Pensamento Político Brasileiro, vol. 6. 1981.

SCHWARTZMAN, Simon *et alii*. **Tempos de Capanema**. 1ª edição: Editora da Universidade de São Paulo e Editora Paz e Terra, 1984 - 2ª edição, Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 2000.

SCHAWARTZMAN, Simon. **A Sociologia de Guerreiro Ramos**. Painel sobre a "Contribuição de Guerreiro Ramos para a sociologia brasileira", in Revista de Administração Pública (Rio de Janeiro) 17, 2, abril-junho, 30-34, 1983

SILVA Josefina da. **A união dos homens de cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50**. Estud. Afro-Asiát. [online]. 2003, vol.25, n.2, pp.215-235.

SILVA, Alberto da Costa e. **As Relações entre o Brasil e a África Negra, de 1822 à 1ª Guerra Mundial**. In: SILVA, A. C. **O Vício da África**. Lisboa: Sá da Costa, 1989.

SIQUEIRA, Gabriel Dread. **Alberto Guerreiro Ramos, vida e obra do maior sociólogo do Brasil**. 2008.Ciência e Comunicação

SIERRA, Vania Morales. **Guerreiro Ramos e a descolonização do pensamento negro**. UERJ – Brasil. XXX congresso ALAS Costa Rica – 29 de novembro a 04 de dezembro de 2015. Pueblos em movimient: un nuevo diálogo en las ciencias sociales. GT 16: Pensamiento Latinoamericano: Hacia a descolonizacon de las Ciencias Sociales. p. 1 - 10

SOARES, Alves L. A. **Guerreiro Ramos: a trajetória de um pensamento**. RAP Rio de Janeiro 29 (2) p. 33-50, abr/jun. 1995.

SOARES, Luiz Antonio Alves. **A sociologia crítica de Guerreiro Ramos: um estudo sobre um sociólogo polêmico**. 2ª Ed. Rio de Janeiro, 2006

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de História da Cultura Brasileira**. São Paulo: DIFEL. 14ª Edição. 1978.

SOUZA, Gustavo Costa de. **Alberto Guerreiro Ramos e a autonomia dos estudos organizacionais críticos brasileiros: esforços de uma trajetória intelectual**. Cadernos EBAPE, V. 13, Artigo 2, Rio de Janeiro, jul/set 2015.

STEPAN, Nancy Leys. **Eugenia no Brasil, 1917-1940**. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. História e Saúde collection. Pp 329 -391

STEPAN, Nancy Leys. **A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

VELASCO E CRUZ. André Kaysel. **Caminhos opostos: marxistas e nacionalistas no Brasil e Peru (1928-1964)**. Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA)

VIEIRA, Raymundo Manno. **Raízes Históricas da Medicina Ocidental**. São Paulo: Editora FAP- UNIFESP. 2012.

WANDERLEY, Sergio. **Iseb, uma escola de governo: desenvolvimentismo e a formação de técnicos e dirigentes**. Rev. Adm. Pública, Vol.50, nº. 6. Rio de Janeiro Nov./Dec. 2016. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612150061>. Acesso em: 20 mai. de 2020.

WEISS, Raquel. **“A teoria sociológica como área de pesquisa: justificativa e formas de atuação”**. IN: ROBERTT, Pedro; RECH, Carla; LISDERO, Pedro; FELLINI, Rochele. *Metodologia em Ciências Sociais Hoje: perspectivas epistemológicas, reflexões teóricas e estratégias metodológicas* (Volume 1). Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 51-74.

## ANEXO 1

### A DECLARAÇÃO DAS RAÇAS DA UNESCO (18 DE JULHO DE 1950)

1 – Os cientistas estão de acordo, de um modo geral, em reconhecer que a humanidade é uma e que todos os homens pertencem à mesma espécie, *Homo sapiens*. Além disso, admite-se comumente que todos os homens se originaram, segundo todas as probabilidades, do mesmo tronco: as diferenças existentes entre os diversos grupos humanos são devidas ao jogo de fatores evolutivos de diferenciação, tais como a modificação na situação respectiva das partículas que determinam a hereditariedade (gens), a mudança da estrutura dessas mesmas partículas, a hibridação e a seleção natural. Foi assim que se constituíram grupos mais ou menos estáveis e mais ou menos diferenciados, que têm sido classificados de diversas maneiras, com intenções diferentes.

2 – Do ponto de vista biológico, a espécie *Homo sapiens* compõe-se de um certo número de grupos que diferem uns dos outros pela frequência de um ou de vários gens particulares. Mas esses mesmos gens aos quais devem imputar-se as diferenças hereditárias existentes entre os homens são sempre em pequeno número considerando o conjunto da constituição genética do homem e a grande quantidade de gens comuns a todos os seres humanos, qualquer que seja o grupo a que pertencem. Resumindo, as semelhanças entre os homens são muito maiores do que as diferenças.

3 – Uma raça, biologicamente falando, pode, pois, definir-se como um grupo entre os que constituem a espécie *Homo sapiens*. Esses grupos são suscetíveis de cruzamentos. Porém, devido às barreiras que os mantiveram mais ou menos isolados no passado, apresentam eles certas diferenças físicas, fruto de particularidades de sua história biológica, representam variações sobre o mesmo tema.

4 – Em resumo, a palavra “raça” designa um grupo ou uma população caracterizada por certas concentrações, relativas quanto à frequência e à distribuição, de gens ou de caracteres físicos que, no decorrer dos tempos, aparecem, variam e muitas vezes até desaparecem sob a influência de fatores de isolamento geográficos ou culturais. Cada grupo reflete de modo diferente as

manifestações variáveis desses caracteres em populações diferentes. Sendo as nossas observações largamente afetadas pelos nossos preconceitos, somos levados a interpretar arbitrariamente e inexatamente toda variabilidade que se produz num grupo dado como uma diferença fundamental que o separa dos outros de modo decisivo.

5 – São esses os fatos científicos. Infelizmente, na maioria dos casos, o termo “raça” não se emprega no sentido aqui definido. Muita gente chama “raça” todo grupo humano arbitrariamente designado como tal. É assim que muitas coletividades nacionais, religiosas, geográficas ou culturais, devido à aceção muito elástica dada à palavra, foram qualificadas como “raças”, quando é evidente que os norte-americanos não constituem uma raça, como também não a constituem os ingleses, os franceses ou qualquer outra nação da mesma maneira, nem os católicos, nem os protestantes, nem os muçulmanos, nem os judeus representam raças; não se podem definir como grupos “raciais” os povos que falam inglês ou qualquer outra língua; os habitantes da Islândia, da Inglaterra ou da Índia não formam uma raça; e não se poderia admitir como membro de uma raça particular os indivíduos que participam da cultura turca, chinesa ou qualquer outra.

6 – Os grupos nacionais, religiosos, geográficos, lingüísticos ou culturais não coincidem necessariamente com os grupos raciais, e os aspectos culturais desses grupos não têm nenhuma relação genética demonstrável com os caracteres próprios à raça. Os graves erros ocasionados pelo emprego da palavra “raça” na linguagem corrente tornam desejável que se renuncie completamente a esse termo quando se tratar da espécie humana e que se adote a expressão de “grupo étnico”.

7 – Qual é a opinião dos sábios a respeito dos grandes grupos da espécie humana que se reconhecem na atualidade? As raças humanas foram classificadas – e ainda o são – diferentemente conforme os antropólogos, mas, no momento, a maioria dentre eles está de acordo em dividir a maior parte da espécie humana em três grandes grupos, a saber:

O grupo mongolóide;

O grupo negróide;

O grupo caucasóide.

Ora, os fenômenos biológicos que foram de certo modo cristalizados nessa classificação têm um caráter dinâmico e não estático. Esses grupos nem sempre foram o que hoje são e é de supor que serão diferentes no futuro.

8 – Têm-se feito esforços para introduzir subgrupos nessa classificação. O acordo está longe de reinar quanto ao número das subdivisões e, de qualquer maneira, a maioria dentre elas ainda não foi estudada nem descrita.

9 – Qualquer que seja a classificação proposta por um antropólogo, os caracteres mentais nunca são mencionados. Hoje em dia admite-se geralmente que os testes psicológicos não permitem, por si mesmos separar de um lado as aptidões inatas e do outro as influências do meio e da educação. Sempre que foi possível eliminar as diferenças devidas às condições do ambiente físico e social, os testes demonstraram a semelhança fundamental dos caracteres intelectuais entre os diferentes grupos humanos. Em outros termos, se o meio cultural oferece aos membros dos diferentes grupos étnicos oportunidades iguais de fazer valer suas aptidões atingem eles, em média, resultados comparáveis. As pesquisas científicas dos últimos anos confirmam, pois as palavras de Confúcio (551-478 antes de Cristo): “A natureza dos homens é idêntica: são os costumes que os separam”.

10 – Os dados científicos de que dispomos no momento presente não corroboram a teoria segundo a qual as diferenças genéticas hereditárias constituiriam um fator de importância primordial entre as causas das diferenças entre as culturas e as obras da civilização dos diversos povos ou grupos étnicos. Ao contrário, ensinam eles que tais diferenças se explicam antes de tudo pela história cultural de cada grupo. Os fatores que desempenharam um papel preponderante na evolução intelectual do homem são a sua faculdade de aprender e a sua plasticidade. Essa dupla aptidão é o apanágio de todos os seres humanos. Constitui, de fato, um dos caracteres específicos do *Homo sapiens*.

11 – Jamais foi possível demonstrar de modo decisivo a existência de diferenças inatas de temperamento entre grupos humanos. Por outro lado, é certo que, seja qual for a natureza das diferenças inatas que possa haver entre os grupos, elas são em grande parte apagadas pelas diferenças individuais e pelas que derivam do meio.

12 – Nem a personalidade nem o caráter dependem a raça. Em todos os grupos humanos encontram-se tipos muito variados de personalidade e de caráter, e não há razão para crer que certos grupos sejam mais favorecidos que outros nesse setor.

13 – Todos os fatos que se puderam até hoje colher sobre os cruzamentos de raças atestam que nunca deixaram de se processar desde os tempos mais remotos. Na verdade, um dos principais mecanismos da formação, da extinção ou da fusão das raças é precisamente a hibridação entre “raças” ou grupos étnicos. Mais ainda, nunca foi possível estabelecer que os cruzamentos de raças tenham efeitos biológicos nefastos. A teoria segundo a qual caracteres físicos e mentais desfavoráveis (desarmonia física e degenerescência mental) se manifestariam nos mestiços nunca foi provada pelos fatos. Não existe, portanto, justificação biológica para proibir o casamento entre indivíduos pertencentes a grupos raciais diferentes.

14 – Convém distinguir entre a “raça”, fato biológico, e o “mito da raça”. Na realidade, a “raça” é menos um fenômeno biológico do que um mito social. Esse mito tem feito um mal enorme no plano social e moral; ainda há pouco, custou inúmeras vidas e causou sofrimentos incalculáveis. Tem impedido o desenvolvimento normal de milhões de seres humanos e privado a civilização da colaboração efetiva de espíritos criadores. Ninguém deveria prevalecer-se de diferenças biológicas entre grupos étnicos para praticar o ostracismo ou tomar medidas coletivas. O essencial é a unidade da humanidade, tanto do ponto de vista biológico como do ponto de vista social. Reconhecer esse fato e pautar a sua conduta por ele, tal é o dever primeiro do homem moderno. Aliás, não se trata senão de admitir o que um célebre biologista escrevia em 1875: “Na medida em que a civilização humana se desenvolver e que as pequenas tribos se reunirem em coletividades mais vastas, o simples bom senso fará compreender a cada indivíduo que os seus instintos sociais e a sua boa vontade devem estender-se a todos os membros da nação, mesmo que estes lhe sejam pessoalmente desconhecidos. Uma vez transposta essa etapa, somente obstáculos artificiais impedirão o indivíduo de dispensar a sua boa vontade aos homens de todas as nações e de todas as raças”. Assim se exprimiu Charles Darwin, em sua obra “A Origem do Homem” (2ª edição, 1875, pp. 187-188). De fato, toda a história da humanidade prova não somente que o instinto de cooperação é uma tendência natural do homem, mas que têm raízes mais profundas que qualquer tendência

egocêntrica. Aliás, se assim não fosse, poderiam séculos e milênios ser testemunhas desse desenvolvimento das comunidades humanas no sentido de uma integração e de uma organização cada vez maior?

15 – Examinemos agora as incidências de todas essas considerações sobre o problema da igualdade entre os homens. É preciso afirmar em primeiro lugar e da maneira mais categórica, que a igualdade como princípio moral não repousa de forma alguma sobre a tese de que todos os seres humanos são igualmente dotados. É, com efeito, evidente que no seio de qualquer grupo étnico os indivíduos diferem consideravelmente entre si quanto às aptidões. Entretanto exageraram-se os caracteres diferenciais entre grupos humanos e utilizaram-se essas diferenças para contestar o valor do princípio ético da igualdade. É por essa razão que consideramos útil expor de modo formal o que foi cientificamente estabelecido sobre a questão das diferenças entre indivíduos e entre grupos:

I. Os antropológicos não podem basear uma classificação racial sobre caracteres puramente físicos e fisiológicos.

II. No estado atual de nossos conhecimentos o fundamento da tese segundo a qual os grupos humanos diferem uns dos outros por traços psicologicamente inatos, quer se trate da inteligência quer do temperamento, ainda não foi provado. As pesquisas científicas revelam que o nível das aptidões mentais é aproximadamente o mesmo em todos os grupos étnicos.

III. Os estudos históricos e sociológicos corroboram a opinião segundo a qual as diferenças genéticas não têm importância na determinação das diferenças culturais e sociais existentes entre grupos diferentes de *Homo sapiens*; e as transformações sociais e culturais no seio dos diferentes grupos foram, no seu conjunto, independentes das modificações da sua constituição hereditária. Viram-se transformações sociais consideráveis que não coincidem absolutamente com as alterações do tipo racial.

IV. Nada prova que a mestiçagem produza, por si mesma, maus resultados no plano biológico. No plano social, os resultados, bons ou maus, a que chega, são devidos a fatores de ordem social.



V. Todo indivíduo normal é capaz de participar da vida em comum, de compreender a natureza dos deveres recíprocos e de respeitar as obrigações e os compromissos mútuos. As diferenças biológicas existentes entre os membros dos diversos grupos étnicos não afetam em nada a organização política ou social, a vida moral ou as relações sociais.

Finalmente, as pesquisas biológicas vêm sustentar a ética da fraternidade universal; pois o homem é, por tendência inata, levado à cooperação e, se esse instinto não encontra maneira de se satisfazer, indivíduos e nações sofrem igualmente com isso. O homem é, por natureza, um ser social, que não chega ao desenvolvimento pleno de sua personalidade senão por meio de trocas com os seus semelhantes. Toda recusa de reconhecer esse liame entre os homens é causa de desintegração. É nesse sentido que todo homem é o guarda de seu irmão. Cada ser humano não é mais do que uma parcela da humanidade à qual está indissolúvelmente ligado.

## **ANEXO 2**

### **Declaração sobre a raça e os preconceitos raciais**

Aprovada e proclamada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris em sua 20.º reunião, em 27 de novembro de 1978.

#### **Preâmbulo**

A Conferência Geral da Organização das nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris, em sua 20.º reunião, de 24 de outubro a 28 de novembro de 1978,

Recordando que no Preâmbulo da Constituição da UNESCO, aprovada em 16 de novembro de 1945, determina que "a grande e terrível guerra que acaba de terminar não teria sido possível sem a negação dos princípios democráticos, da igualdade, da dignidade e do respeito mútuo entre os homens, e sem a vontade de substituir tais princípios, explorando os preconceitos e a ignorância, pelo dogma da desigualdade dos homens e das raças", e que segundo o artigo I de tal Constituição, a UNESCO "se propõe a contribuir para a paz e para a segurança, estreitando mediante a educação e a cultura, a colaboração entre as nações, a fim de assegurar o respeito universal da justiça, da lei, e dos direitos humanos e das liberdades fundamentais que sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião, a Carta das Nações Unidas reconhece a todos os povos do mundo",

Reconhecendo que, mais de três décadas depois da fundação da UNESCO, esses princípios continuam sendo tão importantes como na época em que foram inscritos em sua Constituição,

Consciente do processo de descolonização e de outras mudanças históricas que conduziram a maior parte dos povos anteriormente dominados a recuperar a sua soberania, fazendo da comunidade internacional um conjunto universal e diversificado e criando novas possibilidades de eliminar a praga do racismo e pôr fim

a suas manifestações odiosas em todos os setores da vida social e política no marco nacional e internacional,

Persuadida de que a unidade intrínseca da espécie humana e, por conseguinte, a igualdade fundamental de todos os seres humanos e todos os povos, reconhecidas pelas mais elevadas manifestações da filosofia, da moral e da religião, atualmente refletem um ideal até o qual a ética e a ciência convergem,

Persuadida de que todos os povos e todos os grupos humanos, seja qual seja sua composição e origem étnica, contribuem com suas próprias características para o progresso das civilizações e das culturas que, em sua pluralidade e graças a sua interpretação, constituem o patrimônio comum da humanidade,

Confirmando sua adesão aos princípios proclamados na Carta das Nações Unidas e pela Declaração Universal de Direitos Humanos, assim como sua vontade de promover a aplicação destes Pactos internacionais relativos aos direitos humanos e da Declaração sobre o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional,

Determinada a promover a aplicação da Declaração e da Convenção internacional das Nações Unidas sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial,

Anotando da Convenção internacional para a prevenção e a sanção do delito de genocídio, a Convenção internacional sobre a repressão e o castigo do crime de apartheid e a convenção sobre a imprescritibilidade dos crimes de guerra e dos crimes de lesa humanidade,

Recordando também os instrumentos internacionais já aprovados pela UNESCO, e em particular a Convenção e a recomendação relativa à luta contra as discriminações na esfera do ensino, a recomendação relativa à situação do pessoal docente, a Declaração dos princípios de cooperação cultural internacional, a Recomendação sobre a educação para a compreensão, a cooperação e a paz internacionais e a educação relativa aos direitos humanos e as liberdades fundamentais, a Recomendação relativa à situação dos pesquisadores científicos e a Recomendação relativa a participação e à contribuição das massas populares na vida cultural,

Tendo presente as quatro declarações sobre o problema da raça aprovadas por especialistas reunidos pela UNESCO,

Reafirmando seu desejo de participar de modo enérgico e construtivo na aplicação do Programa da Década para a Luta contra o Racismo a Discriminação Racial, definido pela Assembleia Geral das Nações Unidas em seu vigésimo oitavo período de sessões,

Observando com a mais viva preocupação que o racismo, a discriminação racial, o colonialismo e o apartheid continuam causando estragos no mundo sob formas sempre renovadas, tanto pela manutenção de disposições legais, de práticas de governo, de administração contrária aos princípios dos direitos humanos como pela permanência de estruturas políticas e sociais e de relações e atitudes caracterizadas pela injustiça e o desprezo da pessoa humana e que engendram a exclusão, a humilhação e a exploração, ou a assimilação forçada dos membros de grupos desfavorecidos,

Manifestando sua indignação frente estes atentados contra a dignidade do homem, deplorando os obstáculos que opõem a compreensão mútua entre os povos e alarmada com o perigo que possuem de perturbar seriamente a paz e a segurança internacionais, aprova e proclama solenemente a presente Declaração sobre a raça e os preconceitos raciais;

### **Artigo 1**

1. Todos os seres humanos pertencem à mesma espécie e têm a mesma origem. Nasceram iguais em dignidade e direitos e todos formam parte integrante da humanidade.

2. Todos os indivíduos e os grupos têm o direito de serem diferentes, a se considerar e serem considerados como tais. Sem embargo, a diversidade das formas de vida e o direito à diferença não podem em nenhum caso servir de pretexto aos preconceitos raciais; não podem legitimar nem um direito nem uma ação ou prática discriminatória, ou ainda não podem fundar a política do apartheid que constitui a mais extrema forma do racismo.

3. A identidade de origem não afeta de modo algum a faculdade que possuem os seres humanos de viver diferentemente, nem as diferenças fundadas na diversidade das culturas, do meio ambiente e da história, nem o direito de conservar a identidade cultural.

4. Todos os povos do mundo estão dotados das mesmas faculdades que lhes permitem alcançar a plenitude do desenvolvimento intelectual, técnico, social, econômico, cultural e político.

5. As diferenças entre as realizações dos diferentes povos são explicadas totalmente pelos fatores geográficos, históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais. Essas diferenças não podem em nenhum caso servir de pretexto a qualquer classificação hierárquica das nações e dos povos.

## **Artigo 2**

1. Toda teoria que invoque uma superioridade ou uma inferioridade intrínseca de grupos raciais ou étnicos que dê a uns o direito de dominar ou de eliminar aos demais, presumidamente inferiores, ou que faça juízos de valor baseados na diferença racial, carece de fundamento científico e é contrária aos princípios morais étnicos da humanidade.

2. O racismo engloba as ideologias racistas, as atitudes fundadas nos preconceitos raciais, os comportamentos discriminatórios, as disposições estruturais e as práticas institucionalizadas que provocam a desigualdade racial, assim como a falsa idéia de que as relações discriminatórias entre grupos são moral e cientificamente justificáveis; manifesta-se por meio de disposições legislativas ou regulamentárias e práticas discriminatórias, assim como por meio de crenças e atos antisociais; cria obstáculos ao desenvolvimento de suas vítimas, perverte a quem o põe em prática, divide as nações em seu próprio seio, constitui um obstáculo para a cooperação internacional e cria tensões políticas entre os povos; é contrário aos princípios fundamentais ao direito internacional e, por conseguinte, perturba gravemente a paz e a segurança internacionais.

3. O preconceito racial historicamente vinculado às desigualdades de poder, que tende a se fortalecer por causa das diferenças econômicas e sociais entre os

indivíduos e os grupos humanos e a justificar, ainda hoje essas desigualdades, está solenemente desprovido de fundamento.

### **Artigo 3**

É incompatível com as exigências de uma ordem internacional justa e que garanta o respeito aos direitos humanos, toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na raça, a cor, a origem étnica ou nacional, ou a tolerância religiosa motivada por considerações racistas, que destrói ou compromete a igualdade soberana dos Estados e o direito dos povos à livre determinação ou que limita de um modo arbitrário ou discriminatório o direito ao desenvolvimento integral de todos os seres e grupos humanos; este direito implica um acesso em plena igualdade dos meios de progresso e de realização coletiva e individual em um clima de respeito aos valores da civilização e das culturas nacionais e universais.

### **Artigo 4**

1. Todo entrave à livre realização dos seres humanos e à livre comunicação entre eles, fundada em considerações raciais ou étnicas é contrária ao princípio de igualdade em dignidade e direitos, e é inadmissível.

2. O apartheid é uma das violações mais graves desse princípio e, como o genocídio, constitui um crime contra a humanidade que perturba gravemente a paz e a segurança internacionais.

3. Existem outras políticas e práticas de segregação e discriminação raciais que constituem crimes contra a consciência e contra a dignidade da humanidade e estas podem criar tensões políticas e perturbar gravemente a paz e a segurança internacionais.

### **Artigo 5**

1. A cultura, obra de todos os seres humanos e patrimônio comum da humanidade, a educação no sentido mais amplo da palavra, proporcionam aos homens e às mulheres meios cada vez mais eficientes de adaptação, que não somente lhes permitem afirmar que nascem iguais em dignidade e direitos, como também devem

respeitar o direito de todos os grupos humanos a identidade cultural e o desenvolvimento de sua própria vida cultural no marco nacional e internacional, na inteligência que corresponde a cada grupo tomar a decisão livre se seu desejo de manter e se fôr o caso, adaptar ou enriquecer os valores considerados essenciais para sua identidade.

2. O Estado, conforme seus princípios e procedimentos constitucionais, assim como todas as autoridades competentes e todo o corpo docente, têm a responsabilidade de fazer com que os recursos educacionais de todos os países sejam utilizados para combater o racismo, em particular fazendo com que os programas e os livros incluam noções científicas e éticas sobre a unidade e a diversidade humana e estejam isentos de distinções odiosas sobre qualquer povo; assegurando assim, a formação pessoal docente afim; colocando a disposição os recursos do sistema escolar a disposição de todos os grupos de povos sem restrição ou discriminação alguma de caráter racial e tomando as medidas adequadas para remediar as restrições impostas a determinados grupos raciais ou étnicos no que diz respeito ao nível educacional e ao nível de vida e com o fim de evitar em particular que sejam transmitidas às crianças.

3. Convocam-se os grandes meios de comunicação e a aqueles que os controlam ou estejam a seu serviço, assim como a todo o grupo organizado no seio das comunidades nacionais - tendo devidamente em conta os princípios formulados na declaração Universal de Direitos Humanos, em especial o princípio da liberdade de expressão - a que promovam a compreensão, a tolerância e a amizade entre as pessoas e os grupos humanos, e que devem também contribuir para erradicar o racismo, a discriminação e os preconceitos raciais, evitando em particular que sejam apresentados os diferentes grupos humanos de maneira estereotipada, parcial, unilateral ou capciosa. A comunicação entre os grupos raciais e étnicos deverá ser um processo recíproco que lhes permita manifestar-se e fazer compreender-se com toda a liberdade. Como consequência, os grandes meios de informação deverão estar abertos às idéias das pessoas e dos grupos que possam facilitar essa comunicação.

## **Artigo 6**

1. Os Estados assumem responsabilidades primordiais na aplicação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais por todos os indivíduos e por todos os grupos humanos em condições de plena igualdade de dignidade e direitos.

2. Como marco de sua competência e de conformidade com suas disposições constitucionais, o Estado deveria tomar todas as medidas adequadas, inclusive por via legislativa, especialmente nas esferas da educação, da cultura e da informação, com o fim de prevenir, proibir e eliminar o racismo, a propaganda racista, a segregação racial e o apartheid, assim como de promover a difusão de conhecimentos e de resultados de pesquisas pertinentes aos temas naturais e sociais sobre as causas e a prevenção dos preconceitos raciais e as atitudes racistas, levando em conta os princípios formulados na Declaração Universal de Direitos Humanos e o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos.

3. Dado que a legislação que prescreve a discriminação racial pode não ser suficiente por si só para atingir tais fins, corresponderá também ao estado completá-la de acordo com um aparelho administrativo encarregado de pesquisar sistematicamente os casos de discriminação racial, mediante uma variada gama de recursos jurídicos contra os atos de discriminação racial por meio de programas de educação e de pesquisas de grande alcance destinados a lutar contra os preconceitos raciais e contra a discriminação racial, assim como de acordo com programas de medidas positivas de ordem política, social, educativa e cultural adequadas para promover um verdadeiro respeito mútuo entre os grupos humanos. Quando as circunstâncias o justificarem, deverão ser aplicados programas especiais para promover a melhoria da situação dos grupos menos favorecidos e, quando se trate de nacionais, promover sua participação eficiente nos processos decisivos da comunidade.

### **Artigo 7**

Junto com as medidas políticas, econômicas e sociais, o direito constitui um dos principais meios de alcançar a igualdade em dignidade, em direitos entre os indivíduos, e de reprimir toda a propaganda, toda organização e toda prática que sejam inspiradas em teorias baseadas na pretensa superioridade dos grupos raciais ou étnicos ou que pretendam justificar ou estimular qualquer forma de ódio ou de



discriminação raciais. Os Estados deverão tomar medidas jurídicas próprias e velar para que todos os seus serviços sejam cumpridos e aplicados, levando em conta os princípios formulados na Declaração Universal de Direitos Humanos. Essas medidas jurídicas devem se inserir em um marco político, econômico e social adequado ao favorecimento de sua aplicação. Os indivíduos e as demais entidades jurídicas, públicas ou privadas, devem observar e contribuir de todas as formas adequadas a sua compreensão e colocá-los em prática para toda a população.

### **Artigo 8**

1. Os indivíduos, levando em conta os direitos que possuem a que impere nos planos nacional e internacional uma ordem econômica, social, cultural e jurídica que lhes permita exercer todas as suas faculdades com plena igualdade de direitos e oportunidades, possuem deveres correspondentes para com seus semelhantes, para com a sociedade em que vivem e para com a comunidade internacional. Possuem, por conseguinte, o dever de promover a harmonia entre os povos, de lutar contra o racismo e contra os preconceitos raciais e de contribuir com todos os meios de que disponha para a eliminação de todas as formas de discriminação racial.

2. No que diz respeito aos preconceitos, aos comportamentos e às práticas racistas, os especialistas das ciências naturais, das ciências sociais e dos estudos culturais, assim como das organizações e associações científicas, estão convocados a realizar pesquisas objetivas sobre bases amplamente interdisciplinares; todos os estados devem juntar-se a elas.

3. Incumbe, em particular, aos especialistas procurar com todos os meios de que disponham que seus trabalhos não sejam apresentados de uma maneira fraudulenta e ajudar ao público a compreender seus resultados.

### **Artigo 9**

1. O princípio da igualdade e direitos de todos os seres humanos e de todos os povos, qualquer que seja a sua raça, sua cor e sua origem, é um princípio geralmente aceito e reconhecido pelo direito internacional. Em consequência disso, toda forma de discriminação racial praticada pelo Estado constitui uma violação do direito internacional que engloba sua responsabilidade internacional.

2. Devem ser tomadas medidas especiais a fim de garantir a igualdade em dignidade e direitos dos indivíduos e dos grupos humanos, onde quer que sejam necessários, evitando dar a essas medidas um caráter que possa parecer discriminatório sob o ponto de vista racial. A esse respeito, deverá ser dada uma atenção particular aos grupos raciais ou étnicos social e economicamente desfavorecidos, a fim de garantir-lhes, um plano de total igualdade e sem discriminações ou restrições, a proteção das leis e dos regulamentos, assim como os benefícios das medidas sociais em vigor, em particular no que diz respeito ao alojamento, ao emprego e à saúde, de respeitar a autenticidade de sua cultura e de seus valores, de facilitar, especialmente através da educação, sua promoção social e profissional.

3. Os grupos de povos de origem estrangeira, em particular, os trabalhadores migrantes e suas famílias que contribuem ao desenvolvimento do país que os acolhe, deverão beneficiar com medidas adequadas destinadas a garantir-lhes a segurança e o respeito de sua dignidade e de seus valores culturais, e a lhes facilitar a adaptação ao meio ambiente que lhes acolha e a promoção profissional, com o objetivo de sua reintegração ulterior ao seu país de origem e a que contribuam ao seu desenvolvimento; também deve ser favorecida a possibilidade de que sua língua seja ensinada aos seus filhos.

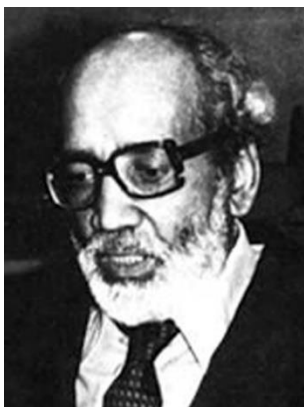
4. Os desequilíbrios existentes nas relações econômicas internacionais contribuem para exacerbar o racismo e os preconceitos raciais; como conseqüência, todos os estados deveriam se esforçar na contribuição da reestruturação da economia internacional sobre a base de uma maior igualdade.

### **Artigo 10**

Convidamos as organizações internacionais, universais e regionais, governamentais e não governamentais, prestarem sua cooperação e ajuda dentro dos limites de suas respectivas competências e meios, a aplicação plena e completa dos princípios enunciados na presente declaração, contribuindo assim na luta legítima de todos os seres humanos, nascidos iguais em dignidade e em direitos, contra a tirania e a opressão do racismo, da segregação racial, do apartheid e do genocídio, a fim de que todos os povos do mundo se libertem para sempre dessas amarras.

**ANEXO 3****GUERREIRO RAMOS**

## Biografia

**PTB-GB****Profissões:** Jornalista; Professor; Servidor público**Mandatos (na Câmara dos Deputados):**

Deputado(a) Federal - 1963-1964, GB, PTB, Dt. Posse: 21/08/1963.

**Suplências e Efetivações:**

Assumiu, como Suplente, o mandato de Deputado Federal na legislatura 1963-1967 na vaga do Dep. Rubens Berardo de 21 de agosto de 1963 a 9 de março de 1964; reassumiu o mandato como suplente do Dep. Jamil Amiden em 19 de março de 1964 e como suplente do Dep. Benjamin Farah em 31 do março de 1964. Foi efetivado na vaga do Dep. Benedito Cerqueira em 11 de abril de 1964.

**Atividades Partidárias:**

Membro, Diretório Nacional, PTB, 1960.

**Atividades Profissionais e Cargos Públicos:**

Assessor, Secretaria da Educação, BA; Técnico de Administração, DASP; Assessor do Ministro da Viação e Obras Públicas, 1938-1939; Assessor do Presidente Vargas; Secretário, Grupo Executivo de Amparo à Pequena e Média Indústria; Diretor, Departamento de Sociologia, Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB); Secretário, Grupo Executivo de Amparo à Pequena e Média Indústrias do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

**Estudos e Cursos Diversos:**

Primário e Secundário, Ginásio do Estado, Salvador, BA; Fac. Nacional de Filosofia, Rio de Janeiro, 1942; Fac. Nacional de Direito, Rio de Janeiro, 1943.

**Obras Publicadas:**

Introdução à cultura; Sociologia industrial, 1951; Cartilha brasileira do aprendiz de sociologia; Introdução crítica à sociologia brasileira, 1955; O problema nacional do Brasil, 1960; A redução sociológica, 1964; A crise do poder no Brasil, 1961; Mito e verdade da revolução brasileira, 1963; Sociologia da mortalidade infantil; Condições Sociais do poder nacional, 1957; O problema nacional do Brasil, 1960; A nova ciência das organizações, 1981, Administração e estratégia do desenvolvimento, 1966.

**Perdas de Mandato:**

Mandato de Deputado Federal cassado e direitos políticos suspensos por dez anos, na legislatura 1963-1967, em face do disposto no art. 10 do Ato Institucional nº 1, de 09 de abril de 1964, nos termos do Ato nº 4 do Comando Supremo da Revolução, de 14 de abril de 1964, publicados no D.O. de 14/04/1964, p. 3313.